



# Psicologia e DIVERSIDADE

produções e pesquisas LGBTQIAPN+



Organizadores

Raphael Edson Dutra  
Lucas Barbosa Namur  
Vanessa Jesus Riga  
Henry Derwood Mills  
Maíra Bonafé Sei

# Psicologia e DIVERSIDADE

produções e pesquisas LGBTQIAPN+

Organizadores

Raphael Edson Dutra  
Lucas Barbosa Namur  
Vanessa Jesus Riga  
Henry Derwood Mills  
Maíra Bonafé Sei



Copyright © 2026 por Programa de Pós-Graduação em Psicologia da  
Universidade Estadual de Londrina (UEL). Todos os direitos reservados.  
1ª edição, 2026.

Colabore com a produção científica nacional.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, em qualquer meio,  
físico ou digital, sem a autorização prévia do PPGPSI-UEL.

Arte de capa:

Mateus de Moraes Namur

Diagramação de capa e texto:

Mateus de Moraes Namur e Lucas Barbosa Namur

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos  
da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

P974 Psicologia e diversidade: [livro eletrônico] produções e  
pesquisas LGBTQIAPN+ / Raphael Edson Dutra...  
[et al.] (Organizadores).– Londrina : PPGPSI/UEL,  
2026.

1 livro digital (226 p.) : il.

ISBN 9786597970001

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Disponível em: <https://pos.uel.br/psicologia/livros/>

1. Psicologia. 2. Psicologia – LGBTQIAPN+.  
3. Psicologia – saúde mental. 4. Psicologia social.  
5. Psicologia – gênero. I. Dutra, Raphael Edson. II.  
Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

---

CDU159.9

Bibliotecário: Wilson de Souza – CRB 1594/9

Universidade Estadual de Londrina

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Telefone: (43) 3371-4203

E-mail: [secretariappgpsi@uel.br](mailto:secretariappgpsi@uel.br) / [mestradopsico@uel.br](mailto:mestradopsico@uel.br)

# CONSELHO EDITORIAL

**Brunella Carla Rodriguez**

Associação Brasileira de Psicanálise de casal e família (ABPCF)

**Déa E. Berttran**

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

**Herbert de Proença Lopes**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)

**Fernanda Gomes Lopes**

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

**Flávia Fernandes de Carvalhaes**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

**Marcela Pastana**

Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis)

**Maria Carolina Rissoni Andery**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

**Ruth Tainá Aparecida Piveta**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

# SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1</b>	<b>AS SEQUELAS DO ARMÁRIO: A DINÂMICA DO VERDADEIRO E FALSO SELF NA AUTODESCOBERTA DE INDIVÍDUOS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ SOB A PERSPECTIVA DE D. WINNICOTT</b>	<b>11</b>
	<i>RAPHAEL EDSON DUTRA</i>	
	<i>MAÍRA BONAFÉ SEI</i>	
<b>2</b>	<b>A REVOLTA DE STONEWALL COMO CULTURAL CUSP</b>	<b>29</b>
	<i>ANDRESSA CHRISCHNER FERRARI</i>	
	<i>LUCAS PERETTI</i>	
	<i>CAMILA MUCHON DE MELO</i>	
	<i>FÁBIO HENRIQUE BAIA</i>	
<b>3</b>	<b>O IMPACTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES DE ORIGEM NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE LÉSBICAS NA FAIXA ETÁRIA DOS 50 AOS 80 ANOS</b>	<b>45</b>
	<i>CAROLINA SERRATI MORENO</i>	
	<i>EDUARDO NAME RISK</i>	
<b>4</b>	<b>SEXUALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: AS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS LGBTQIA+</b>	<b>59</b>
	<i>FERNANDO SANTANA DE PAIVA</i>	
	<i>YANCA ISADORA DE ALMEIDA NOGUEIRA</i>	
<b>5</b>	<b>SEREIAS TRANSTRIARCAS NAS ÁGUAS DO TEMPO: CANTOS DE DOR, PERDA E REVOLUÇÃO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS IDOSAS</b>	<b>75</b>
	<i>GUSTAVO FERNANDES COSTA</i>	
	<i>MARIELE RODRIGUES CORREA</i>	
<b>6</b>	<b>O LUTO DE PESSOAS LGBTQIA+: UMA LEITURA À LUZ DO DISPOSITIVO DA INTERSECCIONALIDADE</b>	<b>97</b>
	<i>JOSE VALDECI GRIGOLETO NETTO</i>	
	<i>MARIELE RODRIGUES CORREA</i>	
<b>7</b>	<b>SUICÍDIO E POPULAÇÃO TRANS: INTERSECCIONALIDADE, NECROPOLÍTICA E DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA</b>	<b>109</b>
	<i>LUMINA CASTANHARO DA SILVA</i>	
	<i>PAULO VITOR PALMA NAVASCONI</i>	

<b>8</b>	<b>ATENDIMENTO PSICOLÓGICO CLÍNICO TRANS-AFIRMATIVO</b>	<b>125</b>
	<i>MARIANE LEAL FALEIROS</i>	
	<i>THAINÃ ELOÁ SILVA DIONÍSIO</i>	
<b>9</b>	<b>CORPOS LGBTITIA+ EM TRAVESSIA: JUVENTUDE, INTERSECCIONALIDADES E O FENÔMENO DO SUICÍDIO</b>	<b>139</b>
	<i>MATHEUS HENRIQUE CARVALHO</i>	
	<i>PAULO VITOR PALMA NAVASCONI</i>	
<b>10</b>	<b>MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DO EXTREMO SUL BAIANO</b>	<b>153</b>
	<i>REBECA VALADÃO BUSSINGER</i>	
	<i>THAISLLA VITORIANO</i>	
	<i>TAILANDE VENCESLAU CARNEIRO</i>	
	<i>SARA REGINA ALVES DOS SANTOS</i>	
	<i>DAVIDSON MONTEIRO DE ALMEIDA</i>	
<b>11</b>	<b>BI DE BICHA? BISSEXUALIDADES E APAGAMENTO DE VIVÊNCIAS BISSEXUAIS</b>	<b>169</b>
	<i>THAINÃ ELOÁ SILVA DIONÍSIO</i>	
<b>12</b>	<b>ENTRE EXISTIR E RESISTIR: DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+ NAS REDES SOCIAIS BRASILEIRAS</b>	<b>181</b>
	<i>KAIO CESAR PACHECO</i>	
<b>13</b>	<b>PRODUÇÃO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO NAS AÇÕES LEGISLATIVAS DE LONDRINA/PR: ATAQUES À DIVERSIDADE DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES</b>	<b>195</b>
	<i>ANDERSON LUIS SCHUCK</i>	
	<i>ENEIDA SANTIAGO</i>	
	<i>HENRIQUE CAETANO NARDI</i>	
	<b>ORGANIZADORES</b>	<b>214</b>
	<b>AUTORES</b>	<b>216</b>



# APRESENTAÇÃO

Constitucionalmente, o Estado brasileiro prevê o direito à vida, à saúde, à educação e à convivência como aspectos fundamentais a serem protegidos pelo poder público. De certo, a carta magna, basilar de nossa organização social nacional, foi constituída com o intuito de resguardar e legitimar os múltiplos modos de relações interpessoais e as institucionalizadas, orientando e refletindo sobre os temas que são de interesse coletivo. É o que esperávamos. A reflexão pormenorizada de nossa afirmativa inicial parece-nos, por um lado, sedutora e, por outro, crítica, pois nos conduz à reflexão de uma realidade que ainda se encontra em processo de conquista, na qual os princípios básicos constitucionais são efetivamente experienciados em sua integralidade e dignidade por toda a população brasileira. O uso da expressão “sedutor” é deliberado, já que a leitura superficial dos textos produzidos no final dos anos 80 se apresenta como atemporal e capaz de incidir sobre a totalidade do tecido social e dos modos de ser e existir até a contemporaneidade. Essa expectativa se manteria consistente se não fosse o fato de que os agentes incumbidos da aplicação e da interpretação das leis também se encontram atravessados por ideais particulares e por interesses de grupos específicos, que buscam orientar, regular e manipular, de maneira estratégica e, por vezes, perversa, os processos de produção e aplicação da normatividade jurídica.

Essa posição idealista, mesmo que desejada, de equidade, na realidade, mostra-se seletiva, pois, como dissemos, grupos podem mobilizar-se por interesses próprios, de modo a colocar-se como reguladores de uma suposta “ordem social” fundada em seus próprios ideais excludentes e na manutenção de privilégios historicamente consolidados. Portanto, nessa lógica, os modos de subjetivação são submetidos ao crivo normativo de agentes que difundem suas normas de supremacia sobre outros, ascendendo, assim, em sua lógica de conquistadores, ao status de definidores legítimos dos parâmetros da ordem social. Ordenamento que, ao contrário de promover o respeito à pluralidade e de identificar pontos de semelhança que possibilitem a construção de laços sociais afetivos mais coesos e coerentes, com respeito às pequenas diferenças, centra-se em exaltar ideais, em diversos pontos, retrógrados, hipócritas e preconceituosos, que violam, descaradamente, o princípio básico da vida e dos direitos civis. O alvo é o “desviante”, o “devasso”, as sexualidades e

as subjetividades que, nessa perspectiva, ameaçam a organização e o status privilegiado dos tidos como majoritários.

É a partir dessa leitura da realidade que se estrutura o presente trabalho. Considerando o percurso argumentativo aqui delineado, evidencia-se que as subjetividades LGBTQIAPN+ figuram, historicamente, entre os alvos privilegiados de projetos de aniquilamento simbólico e material, que operam por meio de dispositivos de silenciamento, apagamento e reiteradas violações de direitos. Nesse cenário, recorreremos ao texto constitucional como estratégia analítica para tensionar a discrepância entre a promessa de proteção estatal e as práticas sociais que, cotidianamente, produzem exclusão e vulnerabilização dessas existências. Ainda que o próprio ordenamento jurídico se encontre em processo contínuo de reformulação de seus pressupostos, permanece em questão a efetiva previsibilidade da garantia e da manutenção dos direitos fundamentais para essas populações. Neste caso, para garantir os direitos constituintes, grupos como os que mencionamos necessitam resistir para existir. A luta por visibilidade, o enfrentamento aos crimes cometidos contra a população LGBTQIAPN+, aos discursos de ódio e às reiteradas tentativas de extermínio constituem o terreno a partir do qual vozes dissidentes se erguem e reivindicam reconhecimento, dignidade e direito à vida.

É neste íterim que nosso livro foi organizado: uma ação coletiva que busca reivindicar nosso lugar enquanto sujeitos de direito, pesquisadores e integrantes da comunidade LGBTQIAPN+ que investigam e produzem conhecimentos voltados ao próprio grupo, ao mesmo tempo em que estabelecem pontes para o fortalecimento dos sujeitos e o enfrentamento à obscuridade, à ignorância, à insensibilidade e às tentativas perversas de controle e aniquilamento. Nosso estudo, de modo geral, nasceu de uma ação compartilhada entre pesquisadores, especialmente discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL (PPGPSI-UEL), após a realização de um evento que elevou a temática ao debate acadêmico. Destaca-se, ainda, a colaboração de diferentes programas de pós-graduação no Brasil, situados nos estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, o que reforça o caráter coletivo, interinstitucional e plural desta obra.

Caro leitor, a obra a seguir é um esforço compartilhado de colegas pesquisadores e convidados que endossam não apenas a produção de pesquisa para a área acadêmica, mas também se colocam como resistência, no sentido político, aos modos de controle e às tentativas de subversão de nossa existência enquanto indivíduos. Nossa intenção é que o material os auxilie no

empoderamento de si mesmo e, de certo modo, o instrumentalize no combate cotidiano contra o preconceito. Por outro lado, esperamos contribuir também para o amadurecimento da temática nas áreas das ciências.

Boa leitura!

Raphael E. Dutra.



# CAPÍTULO 1

## AS SEQUELAS DO ARMÁRIO: A DINÂMICA DO VERDADEIRO E FALSO *SELF* NA AUTODESCOBERTA DE INDIVÍDUOS DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ SOB A PERSPECTIVA DE D. WINNICOTT

Raphael Edson Dutra

Maíra Bonafé Sei

### INTRODUÇÃO

“Orgulhe-se” é a expressão fundamental para a reapropriação de si e de suas potencialidades enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que sintetiza realizações potentes e feitos históricos que pavimentaram o caminho para que, hoje, possamos erguer não apenas nossa bandeira, mas também nossa dignidade. Embora seja amplamente acolhida pela comunidade LGBTQIAPN+, essa expressão está longe de se reduzir a um simples slogan, pois se inscreve na história como protesto e como luta pelo direito de existir, viver e experimentar a vida a partir do si mesmo. Ser, talvez, no fundo, é exatamente o desejo e a busca de um coletivo potente que há décadas enfrenta o medo, o nojo e a violência social destinada àqueles que não se adequaram ou, mesmo, não se submeteram às normas heteronormativas. Como se, do ponto de vista do sujeito, submeter-se legitimamente fosse possível. Submissão e legitimidade, em si, estão em pólos bem opostos.

Para este estudo, nosso olhar analítico volta-se para o sujeito e para a produção de sentido, visando a compreensão de si mesmo a partir dos recursos disponíveis. Inicialmente, percorremos o caminho poético da arte e da música, buscando identificar, nessa produção viva, resquícios de crítica ao passado

que, ao mesmo tempo, refletem o presente. Em seguida, utilizaremos referências que narram a história do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, com o objetivo de ressaltar tanto os marcos e conquistas quanto as dificuldades enfrentadas pelo grupo, além de evidenciar aspectos nocivos enraizados ao longo do tempo. Por fim, fundamentaremos nossa análise crítica na perspectiva da psicanálise inglesa de D. W. Winnicott, especialmente no que se refere à experiência da descoberta e da autoaceitação, estabelecendo uma reflexão crítica sobre a ideia e o uso da expressão “assumir-se”.

Sendo assim, a história do movimento no Brasil é marcada por conflitos, perdas inestimáveis, violência e marginalização. O processo social, de caráter sádico, teve como intuito higienizar a sociedade dos “depravados morais”, levando-os às margens do convívio urbano e, também, ao enclausuramento de si mesmos. Os discursos que embasam o ataque aos direitos civis de uma parte da população ignoram a existência dessa comunidade, enquanto seus dispositivos de tortura, em nome da moral e dos “bons costumes”, foram fortalecidos por uma rede perversamente articulada entre o sistema político, a moral religiosa e a ética duvidosa da indústria, do consumo e da estética idealizada, perfeita e tão almejada, como bem nos mostram os trabalhos de Trevisan (2000) e Toniette (2006). A luta por visibilidade, portanto, não é recente. Suas marcas foram estilhaçadas por disparos de armas, golpes de bastões na Avenida Paulista e ataques simbólicos fundamentados em interpretações parciais de livros sagrados, quase sempre a serviço do bem comum de apenas um lado da história.

Caro leitor, o uso de uma linguagem poética não se dá por acaso, pois foi na arte e em seus artistas que a voz silenciada de uma comunidade buscou expressar-se e denunciar ao mundo a militarização, o silenciamento político e a tentativa de aniquilamento das subjetividades da população LGBTQIAPN+. Já diria Cazusa: “(...) Dias sim, dias não, eu vou sobrevivendo sem nenhum arranhão, da caridade de quem me detesta”. Sobreviver e viver, para os leitores de Winnicott, são duas coisas totalmente diferentes. Da mesma forma, existir a partir da caridade de um ambiente hostil e odioso não é apenas um problema de ordem política, mas o terreno fértil para o desenvolvimento de falsos *selves* e rupturas subjetivas.

A autopreservação, naquele momento histórico, por volta dos anos 1980, no Brasil, submetia os sujeitos a estratégias de ocultação da verdade do si mesmo como forma de escapar das punições destinadas àqueles que estavam fora da norma. A marginalização os condenava à condição de doentes, perver-

tidos, delinquentes ou motivo de vergonha para a família tradicional (Green et al., 2018). Essa “ética perversa”, a mesma que, no passado, trancafiou os “alienados” em asilos manicomiais, espaços de tortura e aniquilamento subjetivo, também censurou e promoveu o aprisionamento dos “diferentes” em seus próprios corpos. Presos “dentro de si”, com suas verdades submetidas a significações obscurantistas e transformadas em sinônimos de doença e desvio, viveram sob um sistema de controle social, moral e sexual. Para os que se aventuravam fora do “armário”, a narrativa os incluía nas categorizações pejorativas e criminosas: “te chamam de ladrão, de bicha, maconheiro”. Mas, enquanto isso, nos bastidores, “a tua piscina está cheia de ratos”, e “transformam o país inteiro num puteiro. Pois, assim se ganha mais dinheiro”.

Censurar e reprimir são instrumentos típicos de controle de massas e de subjetividades que não concernem ao ideal composto por pilares conservadores, baseados na negação da diversidade, no controle dos corpos, do prazer e do afeto, para a manutenção de um projeto social moral hegemônico. A disciplina militar, nesse sentido, impõe regras não apenas aos comportamentos, mas também aos afetos e às constituições psíquicas que, de algum modo, ameaçam o sistema. Felizmente, “mas se você achar que eu tô derrotado, saiba que ainda estão rolando os dados, porque o tempo, o tempo não para”. Existir e vivenciar a expressão mais genuína de si mesmo é uma necessidade profunda e constante que, embora se tente reprimir (no sentido político e psicanalítico do termo), se faz escutar de algum modo.

Embora nosso trabalho não seja uma análise aprofundada da vida de Cazusa, o uso da sua produção poética até aqui é intencional. Metafórica, por um lado, e transgressora, por outro, a obra do artista nos ajuda a compreender aspectos que consideramos essenciais. De certa forma, o relato quase autobiográfico presente nas músicas carrega marcos históricos de movimentos sociais importantes, ao mesmo tempo em que oferece uma crítica atemporal ao sistema organizacional que tenta, a todo custo, suprimir a espontaneidade e a pluralidade das manifestações subjetivas. Além disso, o período militante em que Cazusa viveu buscava viabilizar a existência de sujeitos pluralistas e não heteronormativos. Nesse sentido, realocar essas questões para o centro das discussões em grupos e para o convívio social era uma forma de devolver aos indivíduos o protagonismo sobre suas próprias vidas, não apenas como um ato político, mas também como uma denúncia da urgência na criação de ambientes mais seguros e de leis institucionalizadas que garantam seus direitos. O movimento, como demonstram os trabalhos de Zanatta (1996/1997) e

Carneiro (2017), buscava reconstruir uma identidade de grupo que havia sido estigmatizada. A aliança e o esforço coletivo promoveram o desenvolvimento de ações conjuntas que fortaleceram e reafirmaram a identidade homossexual no campo político e, principalmente, na dimensão da autoaceitação. Aceitar-se e orgulhar-se por quem se é foi, e ainda é, um processo complexo e gradual que envolveu, e ainda envolve, problemáticas a serem interpretadas para a construção de novas narrativas sobre si mesmo.

Antes de prosseguirmos com nosso estudo, torna-se necessário apresentar uma breve consideração acerca das intenções que o fundamentam. A reflexão proposta na introdução mescla narrativas oriundas de campos analíticos que, à primeira vista, podem parecer dissociados. No entanto, a história evidencia a dialética implicada entre esses setores e como eles confluem nos processos de subjetivação e na construção do aparato psíquico. Nesse sentido, a leitura atenta de nossos parágrafos iniciais revela os fios condutores do discurso que desenvolvemos em três âmbitos principais: a crítica política, o uso da arte como dispositivo de empoderamento e os fatos históricos que se sucederam. Embora, intencionalmente, não tenhamos delimitado, de imediato, o recorte temporal em que tais acontecimentos ocorreram, nosso objetivo é precisamente fomentar, no leitor, uma reflexão ativa que o leve a reconhecer a proximidade, ainda que com as devidas ressalvas quanto à intensidade e levando em consideração os direitos já conquistados, entre os episódios narrados e a realidade contemporânea. Compreendemos que, embora o caminho já tenha sido parcialmente pavimentado por militantes e grupos que nos antecederam, o percurso identitário de pessoas gays, lésbicas e trans ainda é atravessado por dor, silenciamento e morte. Conforme demonstrado no relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022), ao analisar casos de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ na esfera criminal, constatou-se que 16,8% das vítimas não sobreviveram. Neste ponto, história e contemporaneidade voltam a se entrelaçar, lamentavelmente.

A observação dos fatos da história, aliados aos eventos contemporâneos, mostra-nos as estratégias de um projeto de aniquilamento e higienização social ainda vigente. Projeto esse que, em suas multifaces, já fez, e faz, uso do discurso “científico”, da opinião popular, da moral religiosa, da psicopatologização e da noção de conduta desviada como pilares para a sustentação do ódio e para o controle. Vimos, a partir dos autores citados, que a construção de coletivos ativos esforçou-se para fortalecer a característica política do movimento, contribuindo para a constituição de uma identidade homossexual

com contornos de visibilidade e reivindicações, mas também abrindo espaços de subjetivação, nos quais cada indivíduo pode reinventar-se a partir de suas reflexões, aspectos afetivos e da reorganização crítica dos valores que lhe foram transmitidos, os quais, nesse campo, historicamente funcionaram como instrumentos de opressão.

A partir disso, a noção de “orgulho” deve ser compreendida como uma complexa rede de conexões e elaborações subjetivas atravessadas por heranças culturais, históricas e familiares. Orgulhar-se, nesse contexto, configura-se como um ato de posicionamento identitário do indivíduo em relação à sua sexualidade, expressando-se por meio da autoafirmação e do compartilhamento de sua identidade com as demais pessoas. Reconhecer-se e contar aos outros sobre quem se é, no cenário que apresentamos, nos parece um embate nada silencioso. A disputa ocorre justamente na elaboração dos elementos culturais, históricos e ideais que se confrontam com a identidade sexual. É neste contexto que a família, a escola, o trabalho, a igreja, os grupos sociais e o temor do estigma funcionam como fortes marcadores de tensão e, se o projeto de aniquilamento funcionar, ocorre o silenciamento e o embotamento da expressão de si, perpetuando o controle dos corpos, da sexualidade e das subjetividades dissidentes. Pois, como nos mostrou Foucault (1976/1988, p. 09), “O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio”. E, ainda sob a perspectiva do autor, qualquer tentativa de manifestação é combatida por meio de atos (do velado ao hediondo) e de palavras que o farão desaparecer.

Do coletivo para o individual, a afirmação da identidade homossexual e, por extensão, de toda a comunidade LGBTQIAPN+, é, por si só, um gesto transgressor. Pois, por um lado, denuncia a moral hipócrita do conservadorismo, escancarando os dispositivos de controle da sexualidade orientados à finalidade reprodutiva e à manutenção da ordem heteronormativa e, por outro, convoca o indivíduo a reeditar os ideais que lhe foram transmitidos, ao passo que produz uma expressão autêntica de si mesmo. A conquista é gradual, mobilizando forças internas intensas que ora defendem e o psiquismo, mas em outros momentos tomam o eu como alvo de severos ataques. Cabe ao sujeito lidar com as sequelas desse armário!

## **“SEQUELAS DO ARMÁRIO”: SUBJETIVAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SI EM MEIO AO CONTEXTO DE NORMATIVIDADE COMPULSÓRIA**

Compreende-se, a partir do exposto, que o processo de subjetivação exige do indivíduo o apoio da realidade em que se encontra inserido. Nesse contexto, o diálogo entre os processos psíquicos inconscientes e as relações estabelecidas com os objetos externos dá forma e impõe limites aos modos pelos quais as defesas e estratégias de enfrentamento são mobilizadas. A breve trajetória do movimento LGBTQIAPN+ evidencia justamente esse embate histórico entre tentativas de aniquilamento, de um lado, e a resistência como condição de sobrevivência, de outro. Nessa perspectiva, enquanto sujeito de margem, cuja subjetividade é frequentemente negada, reduzida a categorias psicopatológicas ou submetida a interpretações pautadas pela moral religiosa, a pessoa LGBTQIAPN+ se vê diante da exigência social de “assumir-se”.

Neste ponto, nosso estudo propõe uma reflexão de cunho clínico acerca dos desdobramentos envolvidos em uma expressão amplamente difundida no interior da própria comunidade, muitas vezes sem a percepção consciente dos impactos sociais e subjetivos que ela carrega. No uso recorrente da expressão “assumir-se”, observamos a comunicação de um longo processo de elaboração psíquica, representando o momento em que o sujeito compartilha com os membros de seu círculo social a sua identidade sexual. Em uma realidade ideal, a expressão do si mesmo não deveria exigir elaborações tão complexas e conflitantes a ponto de mobilizar angústia e sofrimento, pois, em tese, nasce de uma expressão genuína e verdadeira sobre o autoconhecimento de quem se é. Entretanto, a realidade concreta revela significativas falhas estruturais no que tange ao acolhimento e à legitimação da existência de sujeitos cujas identidades se situam fora dos padrões normativos, dificultando, assim, a possibilidade de vivenciar o processo de subjetivação de maneira íntegra, sem que este seja atravessado por sentimentos de inadequação, medo ou rejeição social.

Esse cenário de fragilidade estrutural e de negação de legitimidade encontra respaldo em pesquisas realizadas no Brasil. Em 2019, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da publicação intitulada *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*, apresentou os resultados de uma investigação que objetivou, no contexto brasileiro, retratar o sofrimento ético-político vivenciado por pessoas LGBTIs, bem como os “processos de

resistências decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão” (CFP, 2019, p. 11). O material reuniu narrativas que versam sobre experiências de subjetivação atravessadas por múltiplos conflitos, organizadas em diferentes setores da vida social. Entre eles, destacam-se: (1) **O campo familiar e social** – no qual foram evidenciadas formas de opressão sustentadas em nome da família tradicional, assim como episódios de violência física, psicológica e verbal. Trata-se de um verdadeiro “campo de batalha em que, na pressão do dia a dia, socialmente se constroem silenciamentos da população LGBTI, na tentativa de apagá-los dos espaços públicos, familiares e institucionais” (CFP, 2019, p. 17); (2) **A invenção da origem patogênica e/ou amoral das identidades sexuais** – neste item, os relatos demonstram a construção de discursos de ódio permeados por “mitos de distúrbio, de perversões, de psicopatologias. Verificamos que nas narrativas que as existências LGBTI são atribuídas a maldições, pecados, desvios morais e falta de estrutura familiar” (CFP, 2019, p. 17); (3) **A busca por “tratamento”** – entendida como a tentativa de correção de uma suposta doença ou possessão demoníaca. A pesquisa mostrou que, em muitos casos, o sujeito foi conduzido a programas e procedimentos que prometiam a “reversão” de sua sexualidade tida como desviante. Os autores da investigação identificaram, nesse movimento, o caráter normativo compulsório que permeia tais práticas, já que a decisão pela submissão ao “tratamento” surge como estratégia de sobrevivência em contextos de forte preconceito e hostilidade; (4) **As sequelas** – “intervenções” que deixaram marcas físicas e psicológicas, gerando intensos sentimentos de ansiedade, tristeza, inadequação social e até tentativas de suicídio. Somam-se a isso perdas nas relações familiares, abalos na autoconfiança e na confiança depositada em outras pessoas, sensação de persecutoriedade e necessidade constante de autovigilância, além de somatizações de conflitos psíquicos, uso e abuso de álcool e drogas e a naturalização do sofrimento (CFP, 2019).

A narrativa dos sujeitos entrevistados demonstrou que, na contemporaneidade, persiste o projeto de aniquilamento das subjetividades não heteronormativas. O sistema sustenta dispositivos de opressão que buscam desautorizar e inviabilizar essas identidades sexuais, sob o pretexto de “higienizar” a sociedade, ao mesmo tempo em que criminaliza a vítima, responsabilizando-a pelo próprio sofrimento. Nessa perspectiva perversa, a dor funciona como punição aplicada à transgressão das regras sociais e da moral religiosa, ressoando no sujeito como se fosse réu confesso desse “crime”. Assumir-se, portanto, nessa lógica, implica recair na dinâmica imposta pela coerção e pela distorção social, em que revelar-se genuinamente significa aceitar as “penalidades” atribuídas

aos próprios atos. A noção de violação, nesse contexto, configura-se como um subterfúgio para a manutenção do controle e da supremacia de um tipo de identidade sexual sobre as demais.

O sujeito, deslocado da posição de vítima para a de transgressor, é atravessado por discursos hostis que penetram sua psique, levando-o a voltar-se contra si mesmo. Em outras palavras, para constituir-se em sua autenticidade, o sujeito carrega as marcas de crimes imputados, como se fosse réu confesso. Pois, “(...) só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções” (Foucault, 1976/1988, p. 09). Punições que, segundo o autor, ultrapassam os limites do sistema penal, por serem produzidas e sustentadas por dispositivos de repressão a serviço da normatividade social. Reprimir, em sua perspectiva político-social, “funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 1976/1988, p. 09). Ainda para Foucault (1976/1988), em caso de persistência em existir, sexualidades consideradas ilegítimas podem ser deslocadas para as margens sociais, em espaços nos quais possam ser reescritas, como o bordel ou a clínica psiquiátrica.

Do ponto de vista de Foucault (1976/1988), é na surdina que a manifestação subjetiva das sexualidades consideradas ilegítimas encontraram algum espaço para o real, ainda que subordinada à lógica de higienização burguesa. Esse espaço, contudo, se dá em âmbitos estratégicos os quais viabilizam o isolamento e o apagamento, codificando a experiência sexual e de modo a assegurar que o gozo depravado exista apenas no sigilo. “Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (Foucault, 1976/1988, p. 09).

A breve descrição do curso do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, articulada à análise crítica de M. Foucault sobre a história da sexualidade, evidenciou o cenário social que atravessa diretamente grupos e indivíduos de sexualidades pluralistas, revelando, ao mesmo tempo, uma memória pregressa e uma realidade ainda ativa. Nesse contexto, apresentamos as tentativas de aniquilamento e silenciamento como dispositivos de opressão e destacamos o ambiente hostil em que se constitui a subjetividade daqueles não reconhecidos como legítimos, mas tratados como aversões. Compreendemos, com Foucault (1976/1988), que a existência desses sujeitos deveria, sob ordenamentos

voltados à higienização e à estética social puritana, ser sujeitada à repressão, ao silêncio, à punição e lançada às margens sociais, de modo a ocultar seus supostos crimes morais. Enquanto Foucault produzia uma análise crítica sobre o sexo e a hipocrisia burguesa, a arte brasileira, a alto custo, sustentava a denúncia do descaso e da proliferação do preconceito e da discriminação. Como interpretou Cazuza: “O meu prazer agora é risco de vida”.

## **A SAÍDA DO ARMÁRIO: A DINÂMICA DO VERDADEIRO E FALSO *SELF* EM PROCESSOS DE AUTODESCOBERTA DA IDENTIDADE SEXUAL DE INDIVÍDUOS LGBTQIAPN+**

O cenário político-social, conforme retratado pela história, foi marcado por lutas e estratégias de movimentos sociais que pavimentaram o caminho para que, na contemporaneidade, a comunidade LGBTQIAPN+ pudesse, por exemplo, casar-se civilmente e ter suas uniões reconhecidas legalmente. Esses avanços culminaram, no Brasil, em 2019, na equiparação do preconceito e da discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ ao crime de racismo, conforme previsto na Lei nº 7.716/1989. Diferentemente do período de Cazuza, observa-se que, embora ainda inserido no campo das vulnerabilidades sociais, o indivíduo LGBTQIAPN+ vivencia atualmente uma experiência coletiva marcada por conquistas que gradativamente caminham para o reconhecimento e a legitimação de sua identidade. Entretanto, como evidenciado pelo relatório do CFP (2019), a experiência individual de autoaceitação e de compartilhamento coletivo ainda é permeada por angústias, conflitos, tentativas de aniquilamento, silenciamento e por técnicas coercitivas de “correção”. É a partir dessa perspectiva que nosso interesse se volta para a experiência individual relativa à descoberta e aceitação da identidade sexual, analisando-a à luz da teoria clínica do *self* de D. W. Winnicott. Por fim, nossos achados e observações clínicas apontam para a possibilidade de reinterpretar a perspectiva, aparentemente incontestada, que envolve a palavra “assumir-se”.

Acreditamos que, antes de indagar e produzir uma reflexão crítica sobre a noção de assumir-se, é necessário delinear a concepção de sujeito que fundamenta nossa análise. Apoiado no pensamento de D. W. Winnicott, compreendemos que a constituição subjetiva, ou o *vir-a-ser*, decorre da interpretação das experiências estabelecidas com o ambiente, o qual pode, ou não, favorecer a autonomia e a consolidação de processos coerentes e confiáveis do *self*. Em uma condição ideal, a relação primitiva de qualquer ser humano se caracteriza

por uma profunda dependência da mãe suficientemente boa, cuja provisão de cuidados, segurança e atendimento às necessidades basilares oferece ao pequeno sujeito às condições favoráveis para seu crescimento emocional e psicossomático (Winnicott, 1971/2019; Winnicott, 1967/2020). Essa relação devotada do cuidador, em seus estágios iniciais, sustenta o psiquismo infantil, conferindo-lhe a necessária ilusão de posse e de manejo do objeto, mas também a percepção de segurança e continuidade, isto é, em condições ideais, a experiência de que o objeto-mãe está sempre disponível e de que nenhuma interferência externa colocará em risco o progresso da integração do eu. Para Winnicott (1967/2020, p. 77) esse suporte “é o alicerce sobre o qual a confiança em um mundo amigável é construída porque, ao ser segurado bem o suficiente, o bebê torna-se capaz de avançar nas etapas de seu rápido crescimento emocional”. Caminhando, como nos mostrou Winnicott (1963/2022), da dependência à independência e à constituição e fortalecimento da personalidade.

Nesse sentido, os esforços empregados nos cuidados afetivos com o bebê funcionam como recursos fundamentais para a descoberta de seu mundo interno, seja na ilusão de criação e destruição dos objetos, seja no movimento inicial de inserção na realidade compartilhada, na qual a criança precisará também produzir sentidos a partir de suas experiências sociais e culturais (Winnicott, 1945/2021). Assim, Winnicott aponta a árdua tarefa implicada na constituição do sujeito: uma função dúplice que envolve, por um lado, o reconhecimento de si e a criação de seus aspectos somáticos e psíquicos e, por outro, a tolerância à frustração e a diferenciação entre eu e não-eu, condição necessária para o estabelecimento do contato com a realidade externa e com as demais pessoas. Para Winnicott (1968/2021), todo o processo de construção de uma unidade integrada a partir da assimilação das experiências vividas, o *self*, se dá pela confiabilidade humana e sentimentos de seguridade.

A adaptação à onipotência do bebê, em seus primórdios, produz efeitos psíquicos decisivos na expressão comunicativa da verdadeira face do si mesmo ao mundo. No início da vida, o acolhimento suficientemente bom às ilusões possibilita que o psiquismo em desenvolvimento vivencie um existir criativo, oriundo de si próprio, e não apenas reações aos estímulos da realidade externa. Nesse contexto, como nos mostra Winnicott (1960/2022, p. 188), “o gesto espontâneo é o verdadeiro *self* em ação. Somente o *self* verdadeiro pode ser criativo e se sentir real”. Em contrapartida, a interrupção abrupta da espontaneidade do bebê, ao inibir ou bloquear sua capacidade de simbolização e de

acesso à vida criativa, conduz à formação de uma versão falseada de si, que, em graus extremos, pode instalar-se como se fosse a realidade. A irrealidade, a irritabilidade e a sensação de não estar vivendo a própria vida, mas apenas reagindo e submetendo-se às demandas externas, constituem marcas da experiência de um indivíduo em que o falso *self* se impôs como se fosse o real. Um equivalente saudável para o falso *self*, segundo Winnicott (1964/2021), é o polimento da personalidade, a tolerância à frustração e socialização já que, para o autor, é comum a existência de um *self* que aparece apenas na intimidade e outra parte que trabalha defensivamente, não exageradamente, para defender a personalidade contra ataques e exposições.

Estamos cientes de que a exposição teórica winnicottiana aqui apresentada constitui uma síntese e não contempla a complexidade da elaboração do autor acerca dos conceitos de amadurecimento emocional, mãe suficientemente boa e constituição do verdadeiro e do falso *self*. Entretanto, dentro dos limites estabelecidos para este estudo, consideramos que o resumo cumpre a função de oferecer suporte e direcionamento à reflexão que buscamos desenvolver. Partindo desses pressupostos, em tese, entende-se que a personalidade é formada por arranjos e identificações complexas que dão suporte autônomo ao sujeito para lidar com as invasões do mundo externo e as demandas do mundo interno. Pensando no desenvolvimento comum e suficientemente bom, as condições descritas permitem a vivência em uma área de experimentação capaz de suportar o sonhar, a imaginação e o mundo compartilhado. É neste espaço que a personalidade cria expressões para conciliar a exposição do si mesmo e a educação necessária para o fazê-lo. A educação, no sentido winnicottiano, não deve ser confundida com a submissão. Embora o autor reconheça certo grau aceitável, que não comprometa a integridade do ego, de submissão à realidade. Talvez o termo melhor adequado para esta última afirmação é a noção de adaptação.

A partir dessa premissa, avançamos diretamente para o constructo que estamos desenvolvendo ao longo deste percurso. Se o sujeito é compreendido como portador de possibilidades criativas e como síntese das assimilações e recursos constituídos com o suporte do ambiente, torna-se possível situá-lo em diferentes contextos, como na delicada relação entre a autoaceitação da identidade sexual e o enfrentamento de uma realidade que, infelizmente, ainda se mostra hostil.

A vida psíquica do indivíduo LGBTQIAPN+ tem início de modo semelhante à de qualquer outro bebê. Como nos mostrou Winnicott, tudo dependerá

da capacidade do ambiente de se identificar com o bebê, sustentando tanto as necessidades psíquicas quanto físicas, de modo a favorecer a estruturação do *self* e o estabelecimento de relações com os objetos. Nesse sentido, a teorização geral proposta pelo autor, com seus marcadores, possíveis impasses, falhas e êxitos no manejo oferecido pelo ambiente, aplica-se igualmente a essa população. O que observamos, a partir de registros clínicos e literários, é que os danos à vida mental tendem a ocorrer em um momento posterior. Já na primeira infância, por meio do brincar, a criança pode revelar traços de sua personalidade e de sua identificação sexual que, frequentemente, são alvo de repressão pelo meio em que está inserida. Muitos pacientes nomeiam retrospectivamente essa fase como a experiência de ser uma “criança viada”, expressão que, embora marcada pela violência social, é também uma forma de reconhecer a autenticidade da manifestação do verdadeiro *self*. Não raro, as memórias desse período revelam uma experiência precoce de aviltamento, em que pais, professores, familiares e a sociedade em geral respondem com estranhamento e hostilidade àquilo que, para a criança, se constitui como uma expressão genuína de si. Enquanto brinca, a criança arrasta para seu espaço criativo elementos oriundos de diferentes fontes, encontrando modos próprios de expressar-se e de experimentar a vida a partir de si mesma, e não por submissão. Em contraste, deparamos com os adultos e seus preconceitos, que lhe impõem formas de existir que não brotam de seu interior, mas de exigências externas e submissivas.

Convém esclarecer que nossa análise não se refere ao processo de lapidação do *self* em seu caráter educativo — o polimento necessário para que a criança, aos poucos, ingresse na vida adulta e possa partilhar de experiências coletivas e culturais de modo civilizado. Não é essa dimensão formativa que está em questão, mas sim o encobrimento defensivo do núcleo verdadeiro da personalidade, ameaçado de desintegração diante da opressão.

Como já apontamos, a repressão dirigida às expressões que identificam a comunidade LGBTQIAPN+ constitui-se em alvo constante de tentativas de aniquilamento, em qualquer fase da vida. Da infância à vida adulta, a fuga às normas heteronormativas e às expressões de gênero consideradas legítimas é sistematicamente combatida por meio de desprezo, orações, rituais de “cura”, “tratamentos” coercitivos e até mesmo práticas educativas militarizadas impostas pelos pais. “Submeta-se” é a ordem dirigida ao *self* em desenvolvimento que, acuado, cria defesas falseadas para proteger-se. O falso *self*, então, desenvolve o papel de escudo, como bem nos mostrou Winnicott

(1964/2021), que gradativamente expande-se pela personalidade de modo a reagir apenas às necessidades oriundas do meio social, da política de higienização, visando, assim, controlar a sexualidade e “docilizar” o sujeito, pois, como afirma Foucault (1975/1999, p. 28), “mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua *submissão*” [grifo nosso].

Chegada a adolescência, período em que as reivindicações de autonomia e as experiências autênticas são intensificadas e compartilhadas na busca por grupos identitários, o isolamento e a repetição de padrões parecem caracterizar a tentativa do sujeito LGBTQIAPN+ de sobreviver a um meio confuso, intimidador e marcado pela violência, bem como à educação padronizadora oferecida por grande parte das figuras parentais. É neste íterim que parte dos membros da comunidade procuram adequar-se ao padrão exercendo, forçadamente, sua sexualidade a partir do encontro com corpos e subjetividades que não efetivamente são alvo de suas pulsões. Em geral, a tentativa compulsória à heteronormatização, submissamente, é a confluência dos esforços sociais aliados às introjeções punitivas na instância ideal, configura-se, então, o vivenciar de uma sexualidade não genuína, mas passiva. Como nos mostrou Winnicott (1960/2022), ao acobertar o *self* verdadeiro, o falso *self* pode colocar-se à frente da personalidade e, dificilmente, o indivíduo sentir-a que está vivendo a própria vida. Mas, uma sombra daquilo que deveria ser. Em seu grau extremo, como em um ultimato, aliado à instalação de doenças psíquicas profundas, o ato protetivo pode induzi-lo ao suicídio, morte de aspectos subjetivos e, também, ao próprio óbito. Como nos mostra Winnicott (1971/2019), é apenas nas expressões do verdadeiro *self* que é possível sentir-se vivo e vivendo a própria vida.

De outro ponto, talvez não tão extremo, o falso *self* passa a atuar como verdadeiro, o sujeito pouco conhece de si, e sua real sexualidade é experienciada de modo parcial em becos e locais insalubres nos quais o sigilo, o anonimato e a satisfação pulsional do corpo empobrecida de símbolos e signos são garantias para a sobrevivência da personalidade polida e falseada enquanto atende às satisfação, de modo truncado, das demandas oriundas do corpo e da excitação. No “sigilo e fora do meio”, a personalidade cindida evidencia o viver fragmentado em duas vidas, por um lado, o segredo esconde o crime social cometido e por outro enquanto a parte falseada assume o lugar requisitado por pais, família, instituições, etc. Pois, ser quem se é também

é pagar um alto custo, exigindo profundas assimilações e o uso de recursos criativos para viver e proteger-se da ignorância social e dos preconceitos enraizados na cultura. Como nos mostrou Almeida (2023, p. 108), “Muitos pacientes gays queixam-se de relacionamentos vazios, de uma vida fútil e de uma existência sem sentido”.

Visto dessa lógica, portanto, podemos identificar o sujeito que submeteu sua personalidade à expressão falseada de si mesmo e encontrou saídas, escapadas, de seus desejos pelos subterfúgios e margens sociais, e outros que, por intensa pressão, sucumbem à morte. Como cantou Cazuzu: “Meu partido é um coração partido, e as ilusões estão todas perdidas; os meus sonhos foram todos vendidos. (...) Eu vou pagar a conta do analista, *pra nunca mais ter que saber quem eu sou*. [grifo nosso]”. Por outro lado, embora a histórica individual possa ter também colaborado para o surgimento de um falso *self* defensivo, encontramos outra parcela de sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+ que, após longo processo de autodescoberta, construiu forças de personalidade para expressar o “eu sou”, como mostrou Winnicott (1968/2021), o indivíduo integrado e relacionando-se de modo integral com os objetos e a cultura.

Aqui, pode parecer ao leitor certo julgamento comparativo entre os modos de expressão do *self* verdadeiro e falso como apresentados em indivíduos da comunidade. Entretanto, é errôneo já que nossa posição é descritiva e analítica. Trata-se de hipotetizar e analisar os benefícios e perdas de cada dinâmica psíquica em seus respectivos graus de acesso à personalidade e ao viver criativo e genuíno. Seguindo a lógica, nota-se que a autoafirmação dos elementos da verdadeira identidade sexual é permeada por conflitos de interesses. Por um lado, a necessidade de expressão de si mesmo, e por outro, como já nos casos demonstrados, dos aspectos de realidade que versam a repressão. Neste contexto, é que se busca, agora, questionar a premissa inicial e o verbete usado por qualquer membro da comunidade LGBTQIAPN+, “o assumir-se”.

O processo de compartilhamento da identidade sexual pode, em geral, ser vivenciado de modo traumático e violento, uma vez que a norma ideal não se configura a partir da existência de sexualidades pluralistas. Certamente, o primeiro enfrentamento de cada indivíduo é consigo mesmo. A autodescoberta é marcada pela tensão entre a verdadeira face do si mesmo e o invólucro falseado, construído para conter o interno e proteger-se do externo. Esse embate envolve a queda de fortes resistências e negações, expressas por meio de profunda tristeza, sentimentos de inadequação, temor da perda da capacidade de amar e ser amado, além do medo de estigmas de violência

social e agressões familiares. O período de enfrentamento e de requisição de posse da personalidade por aspectos mais espontâneos e genuínos é subjetivo e depende da capacidade adquirida, na infância, de destruir e reconstruir os objetos internalizados. O fortalecimento de uma instância de personalidade egoica mais autônoma abre possibilidades mais amplas para o uso do espaço potencial como área de experimentação e regulação, no sentido saudável, das necessidades adaptáveis à realidade e às expressões autênticas do ser.

Entretanto, a análise de pacientes LGBTQIAPN+ revela possíveis resquícios e sequelas do armário no que diz respeito ao verdadeiro e falso *self*, os quais carecem ser investigados e assimilados para, então, integrarem-se à experiência do existir saudável. Conforme assinalamos na introdução, a expressão usada para o anúncio da sexualidade é “assumir-se”. Trata-se de um termo comum, mas que, a partir dos pressupostos que apresentamos, pode mostrar-se ininteligível aos sujeitos. Se a construção da personalidade também está ancorada na interpretação e na produção de símbolos oriundos de elementos culturais e sociais, podemos compreender que a palavra “assumir-se”, em si, carrega a história da desaprovação e de conceitos originados em um passado violento, no qual o aniquilamento e o silenciamento operaram como dispositivos de opressão.

Detenhamo-nos um pouco mais na questão: o ato de compartilhar a sexualidade é, em última análise, o resultado de um árduo processo pelo qual o sujeito se reconhece verdadeiramente, reconstruindo-se para viver de modo efetivo. O ponto que problematizamos não reside no processo em si, mas na expressão utilizada para nomeá-lo. No âmbito jurídico, assumir significa declarar a autoria de um crime, confessar delitos cometidos contra si ou contra outrem. Inferimos, portanto, que, mesmo na contemporaneidade, a ação de comunicar a sexualidade é interpretada pelo sujeito a partir dos referenciais transmitidos durante seu desenvolvimento emocional. Assim, a conquista da expressão autêntica do si mesmo, sobrepondo-se às defesas que impuseram sua ocultação, deixa escapar uma lasca histórica que, de forma sutil, ainda pode remeter a esse ato ao lugar dos primórdios, isto é, a crimes contra uma lei moral sustentada por um sistema político-social perverso. Acreditamos ser necessária uma reflexão profunda que, em âmbito clínico, individual e social, possa auxiliar na ressignificação dessa expressão, conferindo-lhe maior consonância com o ato em si. Compartilhar a identidade sexual é, para o sujeito, uma ação genuína de empoderamento de sua própria vida, que demanda aco-

lhimento e cuidado. Talvez, em nossa perspectiva, não se trate de “assumir” a sexualidade, mas de compartilhá-la, comunicá-la e, sobretudo, afirmá-la.

### “... PORQUE O TEMPO, O TEMPO NÃO PARA”

Por fim, nosso estudo percorreu diferentes caminhos na busca por uma reflexão coesa que nos auxiliasse na apresentação e análise crítica dos fenômenos propostos. Pelas vias da arte, as sexualidades pluralistas encontraram no palco um dispositivo capaz de dar voz aos silenciados e, mesmo em tentativas por vezes frutíferas, mobilizaram grupos em direção à autoaceitação, à desmistificação do preconceito e à afirmação da dignidade. No campo emocional, as sequelas da reclusão forçada trouxeram, e ainda trazem, perdas significativas para a vida psíquica, bem como para os modos de produção de sentido e de símbolos. Cabe, como assinalamos, aos indivíduos, muitas vezes privados de um suporte ambiental suficientemente bom, redescobrirem-se, a fim de fortalecer sua personalidade e identificá-la autenticamente como si mesmos. É certo que, quando há o auxílio, o processo é suavizado a ponto de não permitir que o *self* sinta-se necessariamente ameaçado à desintegração, ao fortalecimento de fantasias destrutivas e, conforme a realidade nos mostra, a possibilidade do efetivo aniquilamento.

Caro leitor, nossa análise parece, ao término do texto, ressoar com tons obscuros e apenas aspectos hostis e, de certo, nossa intenção não é tendenciosa, mas apenas um descritor da realidade. Como bem nos mostra a psicanálise, os opostos são aspectos coexistem na vida psíquica e social. Portanto, embora há o panorama de tons obscurantistas, há cores de muitos arco-íris, pois, lutas pavimentaram o caminho para que, na atualidade, não apenas bandeiras sejam erguidas, mas, para que condições melhores possam não invisibilizar a existência dos ditos excluídos, mas potencializá-los criativamente. Para tanto, a psicanálise contemporânea torna-se um forte instrumento na busca pelo empoderamento e pelo verdadeiro *self*. Sendo assim, dialogar os pressupostos winnicottianos com teorias de gênero “podem se unir com o objetivo de fomentar um mundo menos opressivo e mais libertador” (Almeida, 2024, p. 100).

## REFERÊNCIAS

- Almeida, A. P. (2024). Reflexões sobre sexualidade e gênero na perspectiva de D. W. Winnicott. *Estilos da clínica*. 29 (1), 86-102. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v29i1>.
- Almeida, A. P. (2023). O falso self como origem do sofrimento psíquico: considerações winnicottianas acerca da homossexualidade. In: Gomes, S. (org). *A Atualidade do pensamento de D. W. Winnicott* 1.ed. Rio de Janeiro : INM Editora.
- Carneiro, A. J. S. (2017). *Homossexuais em trânsito: Representações, Militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2022). *Relatório da Pesquisa: Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+*. Brasília: CNJ.
- Conselho Federal de Psicologia - CRP (2019). *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade: A vontade de saber*. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. ( Texto originalmente publicado em 1976 sob o título ‘Histoire de la sexualité, 1: la volonté de savoir’).
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir*. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. (Texto originalmente publicado em 1975 sob o título ‘Surveiller et punir’).
- Green, J. N., Quinalha, R., Caetano, M., & Fernandes, M. (Orgs.). (2018). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- Toniette, M. A. (2006). Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. 17 (1), 41-52. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v17i1.443>.
- Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Winnicott, D. (2019). *O brincar e a realidade*. São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. (2022). O Ambiente saudável na infância. In: D. Winnicott, *Bebês e suas mães* (pp.73-77). São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1967).
- Winnicott, D. (2022). Distorções do ego em termos de Self verdadeiro e falso self. In: D. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador* (pp.177- 194). São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1960).

- Winnicott, D. W. (2022). Da dependência à independência do desenvolvimento do indivíduo. In: D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre o desenvolvimento da teoria emocional* (pp. 79-87). São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (2021). Desenvolvimento Emocional Primitivo In: D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 281-299). São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (2021). Sum: Eu sou. In: D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 62-74). São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (2021). O Conceito de falso *self*. In: D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 75-82). São Paulo: Editora ubu. (Texto originalmente publicado em 1964).
- Zanatta, E. M. (1996/1997). Documento e identidade: O Movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL - Arquivo Edgard Leuenroth*. 5 (6), 1993-220. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2458/1868>. Recuperado em 16/07/2025.

## CAPÍTULO 2

# A REVOLTA DE STONEWALL COMO CULTURAL CUSP

Andressa Chrischner Ferrari

Lucas Peretti

Camila Muchon de Melo

Fábio Henrique Baia

*Cultural cusp* (cunha cultural) é a união de contingências comportamentais individuais ou entrelaçadas, únicas e não recorrentes, que resultam em um produto que leva a uma mudança sociocultural significativa (Glenn et al., 2016). Diversos fenômenos têm sido interpretados como *cultural cusp*, como o movimento artístico mexicano conhecido como Mexican Mural Movement, (Malott, 2019), o status e a música de Ludwig van Beethoven (Rehfeldt et al., 2021), a constituição americana (Glenn et al., 2016) e a escolarização (Gurgel & Haydu, 2021). O objetivo deste capítulo é analisar como os protestos de Stonewall atuaram como uma *cultural cusp* para a luta dos direitos LGBTQIAPN<sup>1</sup> em diversos países, especialmente no Brasil para a Parada do Orgulho de São Paulo. Vale destacar desde já que o Movimento LGBTQIAPN<sup>+</sup> não surgiu após aqueles protestos, porém, foram importantes para desencadear diversas estratégias para a conquista de direitos para esse grupo minoritário (Arriola, 1995; Quinalha, 2022).

Na madrugada de 28 de junho de 1969, um grupo de policiais adentrou o bar Stonewall Inn no bairro Greenwich Village na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América (EUA) (Armstrong & Crage, 2006). Os policiais

---

1 A sigla referente às minorias sexuais e de gênero é foco de discussão constante entre organizações, pesquisadores e ativistas. Já passou por várias alterações de ordem e acréscimo de letras. Neste trabalho, foi selecionada a versão ampliada com nove letras e o sinal “+” para dar visibilidade e abranger toda e qualquer outra forma de ser e existir além das identificadas. A sigla LGBTQIAPN<sup>+</sup> considera lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias e demais orientações sexuais e identidades de gênero existentes e dissidentes da heteronormatividade.

pediram os documentos dos frequentadores separando aqueles que seriam liberados daqueles que seriam detidos, além de apreenderem bebidas alcoólicas (o bar não possuía autorização legal para comercialização). O grupo de policiais era bem menor do que os que seriam detidos e aqueles que foram liberados não evadiram do local. Uma mulher negra e lésbica que atuava como segurança nos bares tipicamente frequentados por homossexuais se rebelou contra a operação policial, seu nome é Stormé DeLarverie. Apesar das diferentes versões sobre os acontecimentos, DeLarverie é sempre vista como a primeira figura à frente dos eventos. Outra liderança frequentemente apontada é Marsha P. Johnson, uma mulher trans e também negra – ainda que Marsha tenha desmentido ter sido a primeira a atirar um tijolo contra uma viatura, ela admitiu ter chegado ao bar algumas horas após o início dos conflitos (Ashley & Sanchinel, 2023). Destaca-se que os frequentadores daquela primeira noite eram constituídos majoritariamente por latinos, especialmente vindos de Porto Rico. Diante do revide, os policiais solicitaram reforços para lidar com o conflito, mas naquele momento o grupo LGBTQIAPN+ já era aumentado por pessoas vindas de outros bares (Quinalha, 2022). O conflito se intensificou nas primeiras horas, e foi controlado pela chegada da tropa especial de segurança pública. Porém, com a atenção dada pela mídia da época, novos conflitos surgiram e os membros daquela comunidade oprimida passaram a exigir direitos e garantir sua liberdade.

A partir dos protestos de Stonewall, movimentos sociais pela busca dos direitos e do fim da opressão foram organizados. Marsha P. Johnson, indicada como uma importante liderança, posteriormente fundou o grupo Ação Revolucionária de Travestis de Rua (STAR, do inglês Street Transvestite Action Revolutionaries) (Ashley & Sanchinel, 2023). As conquistas sociais desses movimentos são frequentemente atribuídas àqueles protestos e, por esse motivo, o dia 28 de junho é celebrado como Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ (Terto & Souza, 2015). A importância da “revolta de Stonewall” também pode ser percebida como um exemplo para ocorrência de diversas passeatas no mundo, chamadas de Gay Pride. O objetivo deste capítulo foi interpretar os acontecimentos de Stonewall Inn por meio das ferramentas conceituais da Ciência Culturo-Comportamental (CCC) (Cihon et al., 2024), compreendendo aqueles protestos como *cultural cusp*, e os eventos contextuais que os propiciaram – *cultural milieu* – e os eventos consequentes – como os direitos obtidos e o desenvolvimento das Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ no Brasil.

## O CULTURAL MILIEU PARA STONEWALL

A Segunda Guerra Mundial produziu mudanças profundas na cultura americana. Com a ida de homens para a linha de frente de guerra, foi necessário um êxodo de pessoas do campo para as cidades, para assumir postos de trabalho em fábricas, que antes eram ocupados por aqueles que foram enviados à Europa para lutar nos conflitos. Com isso, diversos desses trabalhadores se mudaram para cidades grandes e foram residir em alojamentos com outros homens desconhecidos. A distância de casa permitia a expressão de desempenhos de gênero distintos daqueles tradicionais de suas origens. Assim, havia um ambiente no qual a performance de gênero diversa se tornou mais aceitável. Embora já existissem pessoas com identidades sexuais diversas, como as chamadas “fadas”, termo utilizado para se referir a pessoas transgênero (Arriola, 1995), essas variáveis possivelmente criaram um contexto que favoreceu o aumento da aceitação na cena LGBTQIAPN+ de Nova Iorque, da presença de drag queens, pessoas transgênero e outras formas de diversidade sexual (Quinalha, 2022).

Outro elemento importante é que os imigrantes (tanto do êxodo rural quanto de outros países) procuravam moradias cujo custo fosse menor. Com isso, houve a ocupação de locais mais distantes dos grandes centros e de locais gentrificados. Assim, na década de 1960, bairros como Greenwich Village em Nova Iorque reuniam grupos socialmente diversos, formados por minorias como homossexuais (fossem brancos ou não, população de baixa renda ou de classe média, anônimos ou com influência na política e mídia), imigrantes, pessoas em situação de rua, transexuais e drag queens (Quinalha, 2022).

A política é outro elemento importante. O governo federal americano, durante o pós-guerra, iniciou o período do macarthismo (o termo foi cunhado em função do senador Joseph McCarthy que comandou as investigações públicas em busca de supostos comunistas). Este momento foi caracterizado pela “caça” de potenciais agentes do comunismo nos EUA. Foram realizadas prisões, acusações sem provas, perseguições políticas, o que produziu medo na população americana. Diversos homossexuais foram alvos, pois sua performance foi considerada diversa da tradicional americana, o que, segundo os opressores, sugeria ligação com o comunismo. Em 1960, todos os estados americanos possuíam alguma lei que perseguia a comunidade homossexual, inclusive com a perda de cargos públicos se comprovada a homossexualidade do servidor (Quinalha, 2022). Soma-se a esses eventos o fato de que, em 1952,

o Manual de Doenças Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, do inglês Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) em sua segunda edição classificava a homossexualidade como uma doença mental.

Nesse contexto de restrição de liberdades, o álcool também não era livremente comercializado. Para que bares pudessem comercializar a bebida, era necessária a autorização de agências governamentais. Como contracontrole, mafiosos realizavam acordos com policiais, que por sua vez, ignoravam a venda ilegal nos ambientes controlados pela máfia (este era o caso do Stonewall Inn). Bares cujos clientes costumazes eram membros da comunidade LGBTQIAPN+ eram frequentemente alvos de operações policiais que se justificavam pelo controle tanto da comercialização de bebidas quanto da regulação da sexualidade (Armstrong & Crage, 2006).

Em função do controle excessivo do governo, indivíduos se organizaram para lutar por seus direitos. Esse contracontrole ficou mundialmente conhecido por grupos que lutavam pelo fim da guerra, pelos direitos dos negros, pelo movimento *hippie*, por uma segunda onda de feminismo, entre outros (Quinalha, 2022). Assim, a década de 1960 foi marcada pelos movimentos sociais.

Sob a perspectiva da CCC, cada um dos eventos descritos anteriormente parece ter atuado como variáveis antecedentes que afetaram comportamentos individuais, seja como macrocomportamentos ou macrocontingências e metacontingências. Por isso, interpretamos tais eventos como componentes de um *cultural milieu* para a “Revolta de Stonewall”. Isto é, variáveis ambientais antecedentes que afetam culturantes ou variáveis que afetam o ambiente selecionador (Sampaio & Haydu, 2023). A seguir descreveremos como cada um destes eventos atuou e quais os comportamentos, macrocomportamentos e culturantes estão entrelaçados. Vale destacar que os eventos relacionados à “Revolta de Stonewall” não se resumem ao conflito da madrugada do dia 28 de junho de 1969. Para compreensão adequada – ao menos na perspectiva da CCC – é necessário rastrear outros eventos que antecederam e sucederam os conflitos daquela noite.

## **OS EVENTOS DA “REVOLTA DE STONEWALL” SOB A PERSPECTIVA DE UMA CIÊNCIA CULTURO-COMPORTAMENTAL**

A ida de norte-americanos para a guerra pode ter criado uma situação que favoreceu a migração e a imigração (homens do interior para centros urba-

nos e de outros países para os EUA, respectivamente). O comportamento de migrar/imigrar de diversos sujeitos atende ao critério de definição de macrocomportamentos – operantes socialmente adquiridos e emitidos por diversos membros de um dado grupo social (Glenn et al., 2016). Como consequência do deslocamento, estes homens tiveram oportunidades de empregos com melhor remuneração e, por estarem em grandes centros urbanos, tiveram mais liberdade – aqui entendido como maiores chances de obter reforçadores para diferentes comportamentos (Goldiamond, 2002) – para desempenhar diferentes tipos de masculinidade (Quinalha, 2022). Tais homens migrantes/imigrantes habitavam regiões mais afastadas dos centros das cidades, dado o menor custo. Além disso, era comum residirem em alojamentos com muitos outros indivíduos do mesmo gênero nos quais o contato físico e a nudez eram facilitados. Longe de suas famílias, estes homens estavam também distantes dos sistemas morais conservadores e heteronormativos sobre o que é certo ou errado, bom ou ruim. Isto permitiu a emergência não só outros tipos de performance de masculinidade, mas também de construção de diferentes tipos de famílias (Quinalha, 2022).

Assim, bairros como Greenwich Village passaram a ser habitados por diversos membros da comunidade LGBTQIAPN+. Apesar de inicialmente os moradores serem negros, latinos, drag queens e transexuais (Arriola, 1995), a região atraiu tanto homens migrantes quanto homossexuais de classe média, ambos os grupos constituídos por brancos. Ao residirem longe dos centros das grandes cidades e com poucos recursos financeiros, a busca por entretenimento ocorria em locais próximos às suas habitações. Logo, bares se tornaram extremamente atrativos (se não uma das pouquíssimas alternativas). Entretanto, havia em vigor legislações que colocavam em risco a continuidade desses locais. A lei que proibia a comercialização de álcool, por exemplo, fez com que estes estabelecimentos fossem muitas vezes controlados pela máfia, que subornava policiais para ignorarem a venda ilegal. Essa legislação pode ter atuado como evento ambiental antecedente para os macrocomportamentos de frequentar bares ilegais. Isso porque a obtenção de licenças para comercializar álcool envolvia custos financeiros e influência política, dessa forma, bares legalizados tendiam a ser localizados nos centros das cidades e os custos para frequentá-los eram altos. É neste sentido que a legislação sobre álcool atuou influenciando o ambiente selecionador – clientes desses comércios. O macrocomportamento de frequentar esses bares produzia como consequência contatos com outras pessoas com sexualidade e/ou gênero divergente das normas. Nas palavras de Quinalha (2022) esses bares “eram espaços mais

escuros e reservados (...) Ali, era possível conhecer pessoas, flertar em busca de um sexo casual, estabelecer redes de amizade e se conectar a circuitos da subcultura LGTI+ (...)” (p.69) (ver Figura 1).

A legislação sobre importunação sexual que proibia a manifestação da diversidade de gênero e/ou sexualidade também atuou como um *cultural milieu*, porque permitia a repressão policial que resultava em prisões das pessoas que ousavam confrontar tal norma em público (ver Figura 1). Ademais, o contexto político do macarthismo também influenciou o comportamento de agentes de controle; pessoas da comunidade LGBTIQAPN+ eram perseguidas e demitidas de seus empregos, ação que ficou conhecida como *lavender scare* (Shibusawa, 2012). Outro contexto político importante são os movimentos sociais da busca por direitos por parte dos negros, mulheres e a mudança cultural sugerida pelo movimento *hippie*, que conjuntamente atuaram como *cultural milieu* para a organização do movimento LGBTQIAPN+ estadunidense.

Grupos organizados de pessoas LGBTQIAPN+ se formaram por todos os EUA no pós-guerra, porém nem sempre eram formalizados como uma organização social. Pessoas que se reuniam em busca de direitos foram observadas em diversas localidades como Chicago, Detroit, Los Angeles, São Francisco (Armstrong & Crage, 2006). No começo de 1969 (antes da revolta), ativistas fundaram um grupo organizado no bairro de Greenwich Village, onde ficava Stonewall (Van Hoesen, 2025). Assim, a opressão das legislações anteriormente citadas parece ter atuado como *cultural milieu* para o culturante formado pelo entrelaçamento dos comportamentos de pessoas LGBTQIAPN+ que tinham como consequências: a realização de eventos, por exemplo, o Baile de Ano novo em São Francisco em 1965; publicações periódicas locais ou com alcance nacional; avanços nos direitos com a redução da opressão policial, entre outras. (Armstrong & Crage, 2006).

No caso de Nova Iorque, havia uma diferença. A cidade não possuía o contexto liberal de São Francisco, o que parece ter favorecido ações de protesto do tipo piquete como estratégia para obter visibilidade para a opressão sofrida. O sucesso obtido com tais manifestações permite a interpretação desses eventos como culturantes. O culturante é formado por contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs) – o comportamento de mais de uma pessoa tem sua contingência parcialmente dependente do comportamento de outra(s) pessoa(s) – e produz um efeito ambiental (Hunter, 2012). Quando culturantes são selecionados por eventos ou outras condições ambientais,

tem-se uma metacontingência (Glenn et al., 2016). O comportamento de convocar outros membros da comunidade, produzir cartazes, reunir-se em um dado local no mesmo dia e horário são as CCEs. Como produto agregado e eventos ambientais selecionadores desses protestos, tem-se pequenos avanços, como acordos com agências de governo que versavam sobre a diminuição da opressão policial em bares e o reconhecimento de que licenças para venda de álcool foram negadas em função dos estabelecimentos solicitantes serem frequentados por LGBTQIAPN+ (Carter, 2004).

Portanto, antes dos eventos de conflito em 28 de junho, os membros da comunidade LGBTQIAPN+ já vivenciavam forte opressão por parte dos agentes de controle de diferentes níveis do governo. Já tinham história com produção de consequências ao promoverem protestos. Vivenciavam um contexto político de intensa discussão por ampliação dos direitos de diferentes grupos (como negros e mulheres). Greenwich Village era um bairro no qual diversos membros da comunidade homossexual residiam, e não apenas migrantes/imigrantes, mas também drag queens, pessoas em situação de rua e homens brancos de classe média com influência política e midiática.

Na madrugada de 28 de junho, algo do acordo com os mafiosos controladores do bar parece ter se desajustado. Assim, policiais entraram no local e passaram a oprimir os presentes. Como apontado por diversos estudiosos sobre os eventos, não está claro quem foram os primeiros a se rebelarem e quais suas motivações (Armstrong & Crage, 2006; Arriola, 1995; Quinalha, 2022). Há aqueles que apontam que Stormé DeLarverie teria sido a primeira a reagir e que, após os conflitos, passou a ter a alcunha de “mãe de Stonewall” (Schaes, 2020). Apesar dos eventos anteriores serem os mesmos (opressão policial e de outros agentes do governo), o comportamento de confrontar os policiais revidando a violência foi individual. Também não ficam claros os eventos que motivaram os demais a aderirem ao revide. Mas certamente o comportamento de DeLarverie funcionou, no mínimo, como evento antecedente, possivelmente como modelação para que outros se engajassem no confronto.

O que inicialmente era comportamento individual foi se tornando uma macrocontingência (ver Figura 1) – a relação entre comportamentos operantes de diferentes organismos ou CCEs governadas por metacontingências e um efeito cumulativo de relevância social (Glenn et al., 2016). A notícia dos conflitos rapidamente se espalhou e outros membros da comunidade LGBTQIAPN+ aderiram ao conflito. Os policiais que pediram apoio da corporação

se refugiaram dentro de Stonewall Inn. Assim, os revoltados permaneceram do lado de fora, o que permitiu que outras pessoas que passavam pelo local observassem os confrontos. Entre as pessoas que não estavam no bar e que chegaram para participar do combate estava Marsha P. Johnson, posteriormente tida como grande liderança no movimento. Outro membro atraído foi John O'Brien, um ativista radical que possuía expertise em conflitos de rua. Ele auxiliou na revolta ao organizar as ações táticas dos confrontos (Armstrong & Crage, 2006). Cerca de duas horas após o início do embate, agentes da segurança pública dispersaram a multidão presente. Portanto, a revolta em si pode ser compreendida como uma macrocontingência, uma vez que envolveu o comportamento de diversas pessoas, resultando em apoio de cada vez mais membros da vizinhança.

Porém, a Revolta de Stonewall não se encerrou com a dispersão dos presentes. Como apontado anteriormente, Greenwich Village era um bairro que já contava com um grupo organizado do movimento LGBTQIAPN+. Um dos moradores, Craig Rodwell, tinha contatos na mídia e os convocou para cobrir os conflitos (Van Hoesen, 2025). Como consequência de seu comportamento, a imprensa retratou os conflitos nas páginas de jornais no dia seguinte, entretanto, os relatos eram homofóbicos, o que irritou os membros da comunidade LGBTQIAPN+ (Van Hoesen, 2025). Com a cobertura da mídia, diversas pessoas foram ao Stonewall Inn observar o que havia sobrado do bar. Rodwell aproveitou a situação para distribuir panfletos com mensagens de empoderamento homossexual. Os presentes passaram então a gritar lemas do movimento LGBTQIAPN+. Uma multidão reunida protestando atraiu a atenção da polícia que retornou ao local e os conflitos recomeçaram (Armstrong & Crage, 2006).

Novamente, temos o comportamento individual de uma pessoa (Rodwell convocou a imprensa) gerando consequências (cobertura da imprensa) que parecem ter atuado como *cultural milieu* (irritando a comunidade), para um macrocomportamento (ir até o local). Outro comportamento de Rodwell (distribuir folhetos) parece ter criado outro *cultural milieu* para um culturante (gritar lemas), que atraiu a polícia e teve como produto agregado gerar novos conflitos. Não nos cabe detalhar os fatos que sucederam, vale destacar que os conflitos que se iniciaram em 28 de junho prosseguiram até o dia 3 de julho. Alguns eventos se repetiram, por exemplo, na noite de domingo, Rodwell distribuiu outros panfletos pela vizinhança convocando os moradores a realizar um protesto pedindo a libertação da opressão contra os membros

da comunidade LGBTQIAPN+. Grupos se reuniram e marcharam pelas ruas com faixas e gritando lemas. A imprensa cobriu os manifestos em jornais de grande circulação nacional. Esses eventos podem ser tomados como operantes e culturantes. A repetição da estratégia de distribuir panfletos sugere que esse comportamento foi selecionado por suas consequências. Grupo de pessoas que se reuniam para protestar, gerando mais cobertura da imprensa para culturantes selecionados em metacontingências.

A Revolta de Stonewall trouxe uma mudança importante no modo como o movimento LGBTQIAPN+ se posicionava. Antes dela, a estratégia era de adequação às normas vigentes, de buscar negociações com os opressores atendendo aos valores do grupo dominante. Após Stonewall, a estratégia passou a ser a do conflito; militantes passaram a se expressar livremente sem tentar atender às regras dos opressores (Quinalha, 2022). Expressar-se sem receios passou a ser comum em passeatas e protestos. Assim, o termo “orgulho” tornou-se um lema. É por isso que hoje a militância do movimento não aceita se dobrar frente aos pedidos normativos de grupos majoritários da sociedade. Quando se observa uma “Parada LGBTQIAPN+” qualquer, é possível observar pessoas seminuas ou com estéticas que “confrontam” a sociedade, pois este é um modo de autoafirmação.

Stonewall produziu ainda como consequência a formalização de movimentos homossexuais que se tornaram modelo para outros grupos em todo o mundo, como o Gay Liberation Front, o Gay Activists Alliance e o Street Transvestite Action Revolutionaries nos EUA, Nuestro Mundo na Argentina e o Grupo Somos no Brasil. A formalização dessas organizações pressionou políticos a se posicionarem sobre os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Os conflitos de Stonewall propiciaram, ainda como consequência, celebrações em formato de passeata que ficaram conhecidas como Christopher Street Liberation Day – a precursora de toda Gay Pride. Essa celebração ocorreu em diversas cidades americanas e consolidou a Revolta de Stonewall com um marco nas lutas por direitos dessas pessoas. A Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo é uma demonstração desse caso. Em 1996, no dia 28 de junho, cerca de 150 pessoas se reuniram na Praça Roosevelt, em São Paulo, como parte das comemorações por Stonewall. Foi no âmbito dessas comemorações que os diversos grupos do movimento homossexual começaram a organizar a primeira Parada LGBT do Brasil. Após assistirem a um documentário sobre

os protestos de Stonewall, os líderes decidiram iniciar os preparativos para a realização da Parada que ocorreria em 1997 (Camargos, 2018)<sup>2</sup>.

Por todos esses efeitos, os conflitos de 1969 são considerados um ponto de virada para a história da luta do movimento LGBTQIAPN+ (Cain, 1993; Terto & Souza, 2015). Assim, interpretamos que Stonewall foi uma *cultural cusp*, já que produziu uma significativa mudança sociocultural.

## A REVOLTA DE STONEWALL, UM EVENTO SINGULAR?

Stonewall não foi o primeiro e último conflito entre membros de uma agência de controle governamental (nestes casos, a polícia). Armstrong e Crage (2006) realizaram uma comparação de eventos conflituosos envolvendo agentes policiais ocorridos anteriormente – San Francisco (1965 e 1966) e Los Angeles (1967 e 1968) – e em Nova Iorque (1969 e 1970).

Eventos de agressão policial contra membros da comunidade LGBTQIAPN+ já haviam ocorrido em São Francisco e Los Angeles. Em 1965, no Baile do Ano Novo em São Francisco, policiais cercaram o prédio e registraram fotos de todos os que entravam ou saíam do local. Além disso, os agentes da polícia tentaram adentrar ao evento e prenderam os advogados que exigiram mandados judiciais. Como resultado, houve cobertura pela imprensa local (mas não nacional) com avanços nos direitos da comunidade. Já em 1966, na mesma São Francisco, uma transexual entrou em conflito com um policial que havia agarrado seu braço em uma cafeteria frequentada por homossexuais. Os clientes se uniram à mulher e atacaram os policiais, que precisaram chamar reforços e protestos foram realizados. Os conflitos com a polícia se assemelharam com aqueles que anos depois viriam a acontecer em Stonewall. Nesse ocorrido houve rebelião, mas sem avanços nos direitos políticos nem cobertura da mídia.

Em Los Angeles, em janeiro de 1967 no bar Black Cat, após os frequentadores LGBTQIAPN+ comemorarem a chegada do ano novo com beijos, policiais começaram a espancá-los. Os clientes fugiram para outro bar da vizinhança, no qual ainda assim a violência continuou. Após esse ocorrido, foi organizado um protesto que reuniu cerca de 400 pessoas, mas sem nenhuma repercussão midiática ou avanços nos direitos. Apesar de a violência policial ser frequente e demasiada, não havia na cidade um movimento organizado

---

2 Ver Ferrari (2024) para uma análise culturo-comportamental das Paradas do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo.

que possuísse influência política e a imprensa local raramente denunciava tais agressões (Armstrong & Crage, 2006).

Posto isto, evidencia-se que outros conflitos e movimentos sociais foram observados anteriormente em outras cidades norte-americanas. O que fez dos protestos de Stonewall algo único e amplamente relevante para a história do movimento de lutas por direitos desse grupo minoritário foi o contexto (*cultural milieu*) da cidade de Nova Iorque (ter um grupo já organizado, história prévia de sucesso com piquetes, a participação de homens brancos de classe média) e a atenção recebida pela mídia, que divulgou amplamente os eventos (consequências culturais), tanto dos dias de conflito quanto dos movimentos sociais que se formaram a partir dali.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto central na definição de *cultural cusp* é que as contingências comportamentais não são recorrentes. Alguém poderia argumentar (de modo equivocado) que as Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+ (Gay Pride) são eventos anuais, e que, portanto, são recorrentes. Logo, os protestos de Stonewall seriam eventos que ocorrem com periodicidade anual. Entretanto, ainda que as paradas sejam recorrentes, os conflitos originais não o foram. Vale lembrar que a primeira celebração aconteceu apenas um ano após os conflitos de 1969, e que ficou conhecida inicialmente como Christopher Street Liberation Day. As demais Gay Pride são efeitos de Stonewall e não sua recorrência. Como apontado por Jonathan V. Krispin (para o último autor deste trabalho em comunicação pessoal), os eventos envolvidos em uma *cultural cusp* podem ser replicados, porém não são recorrentes.

De certo modo, os eventos de Stonewall podem ser considerados como uma macrocontingência composta por comportamentos individuais, macro-comportamentos, culturantes e CCEs que não foram selecionados por meta-contingências. Eventos ambientais similares ao de Stonewall foram vistos no Brasil, como operações policiais em ambientes frequentados por homossexuais, como cinemas e casas noturnas (Trevisan, 2000). Também foi observado em território brasileiro um contexto político de perseguição a homossexuais – de modo similar ao macarthismo – durante o período da ditadura militar (Camargos, 2018). Apesar da similaridade desses eventos, esse *cultural milieu* não foi suficiente para que ocorresse por aqui uma “Revolta de Stonewall”. O que novamente sugere a unicidade daqueles eventos de 1969.

Outro ponto relevante sobre a definição de *cultural cusp* versa que tais contingências individuais ou entrelaçadas levam a uma mudança sociocultural significativa. Como apontado anteriormente, a Revolta de Stonewall é reconhecidamente um marco na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ (Terto & Souza, 2015). A rebelião produziu, além dos direitos, mudança social significativa como o modo de agir da militância que deixou de se submeter às exigências heteronormativas e passou a expressar-se abertamente (e muitas vezes conflituosamente) (Quinalha, 2022) – ver Figura 1.

Gostaríamos de sinalizar outros desdobramentos daqueles protestos que ressoam até hoje. Dadas as manifestações de Stonewall e a luta por direitos, membros da comunidade LGBTQIAPN+ passaram a poder frequentar ambientes como casas noturnas – bares, clubes e festas – além de saunas e outros locais sem que a polícia deflagrasse ataques aos frequentadores. O impacto de Stonewall para a criação e manutenção desses locais é tão grande que algumas pessoas passaram erroneamente a relacionar os protestos de 1969 e a liberdade para frequentadores nesses ambientes à epidemia da SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, no inglês AIDS (Halkitis, 2019).

Por fim, é importante destacar que apesar de alguns nomes aparecerem recorrentemente nos relatos sobre o movimento social, como Marsha P. Johnson e Stormé DelArverie, Harvey Milk (ativista gay que foi supervisor, equivalente brasileiro de vereador, em São Francisco), Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia), João Silvério Trevisan (escritor) ou Érica Hilton (deputada federal por São Paulo, 2023-2027), muitos outros militantes atuaram com maior ou menor destaque para mudanças culturais relevantes que garantiram direitos aos membros da comunidade LGBTQIAPN+. A militância é um ato de altruísmo, muitos dos ganhos obtidos por essas pessoas reverberam na vida de indivíduos que sequer sabem que um dia tais personalidades existiram. O caso de Stonewall é um exemplo da militância e seu altruísmo anônimo. Muitos (se não quase todos) dos que lá estiveram não têm seus nomes citados em trabalhos como este, mas a possibilidade de escrever sobre o tema é também efeito das ações dessas pessoas.

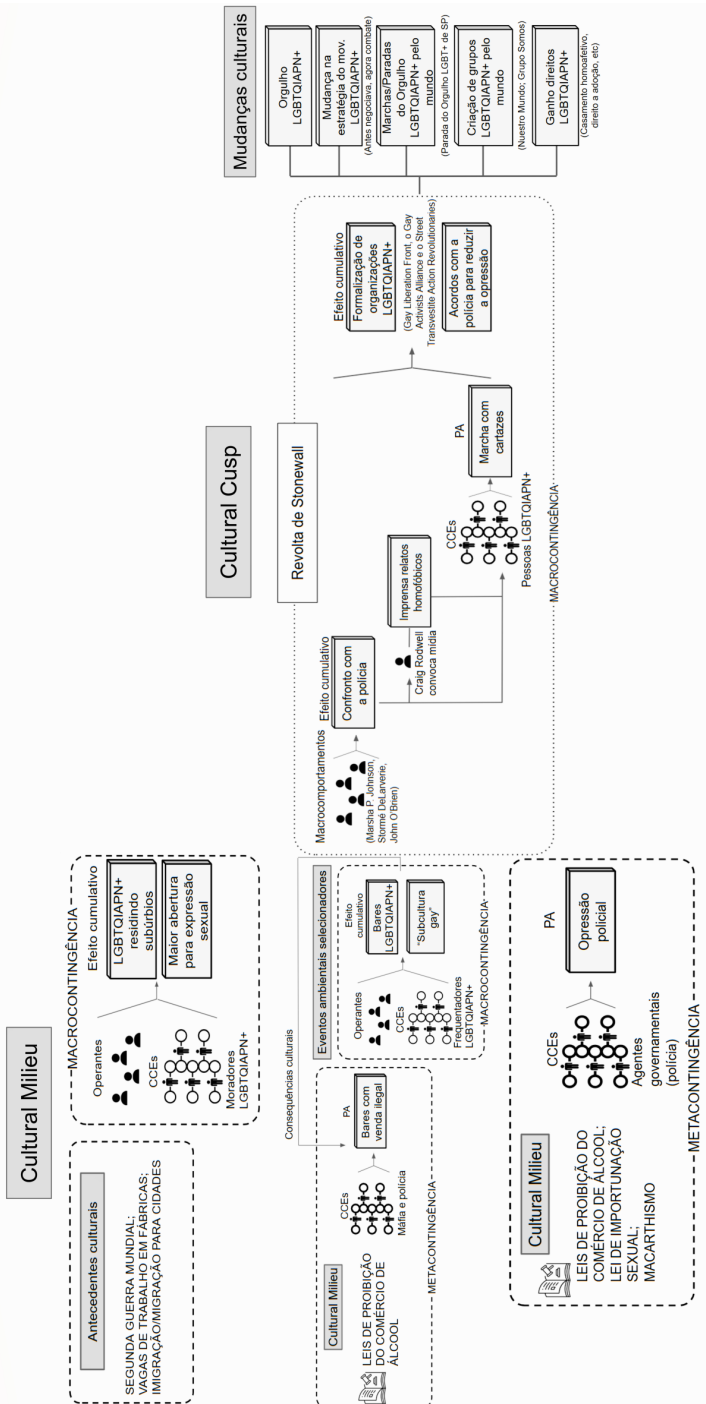
## REFERÊNCIAS

Armstrong, E. A., & Crage, S. M. (2006). Movements and Memory: The Making of the Stonewall Myth. *American Sociological Review*, 71(5), 724-751. <https://doi.org/10.1177/000312240607100502>

- Arriola, E. R. (1995). Faeries, Marimachas, Queens, and Lezzies: The Construction of Homosexuality Before the 1969 Stonewall Riots. *Columbia Journal of Gender and Law*, 5(1), 33-77. <https://doi.org/10.7916/cjgl.v5i1.2378>
- Ashley, F., & Sanchinel, S. (2023). The Saint of Christopher Street: Marsha P. Johnson and the Social Life of a Heroine. *Feminist Review*, 134(1), 39-55. <https://doi.org/10.1177/01417789231166827>
- Cain, P. A. (1993). Litigating for Lesbian and Gay Rights: A Legal History. *Virginia Law Review*, 79(7), 1551-1641. <https://doi.org/10.2307/1073382>
- Camargos, M. L. d. (2018). O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In J. N. Green, R. Quialha, M. Caetano, & M. Fernandes (Eds.), *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 421-434). Alameda.
- Carter, D. (2004). *Stonewall : the riots that sparked the gay revolution*. St. Martin's Press.
- Cihon, M. T., Rehfeldt, A. R., Rakos, F. R., & Mattaini, A. M. (2024). Editorial: Integrating Culturo-Behavior Science and Contextual Behavior Science (CBS2). *Behavior and Social Issues*, 33(1), 1-11. <https://doi.org/10.1007/s42822-024-00172-7>
- Ferrari, A. C. (2024). *Análise culturo-comportamental das Paradas do Orgulho LGBT+ de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina) <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/18267>
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Houmanfar, R., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z., & Vasconcelos, L. A. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27. <https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>
- Goldiamond, I. (2002). Toward a Constructional Approach to Social Problems: Ethical and Constitutional Issues Raised by Applied Behavior Analysis. *Behavior and Social Issues*, 11(2), 108-197. <https://doi.org/10.5210/bsi.v11i2.92>
- Gurgel, H. R. P., & Haydu, B. V. (2021). A Behavioral Contribution to an Interpretation of the History of Schooling as a Cultural Practice. *Trends in Psychology*, 29(3), 474-489. <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00074-2>
- Halkitis, N. P. (2019). The Stonewall Riots, the AIDS Epidemic, and the Public's Health. *American Journal of Public Health*, 109(6), 851-852. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2019.305079>
- Hunter, C. S. (2012). Analyzing behavioral and cultural selection contingencies. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, 44(1), 43-54. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80524017005>
- Malott, E. M. (2019). How a Few Individuals Brought about a Cultural Cusp: From a Mexican Mural Program to a Movement. *Perspectives on Behavior Science*, 42(4), 773-814. <https://doi.org/10.1007/s40614-019-00211-4>
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias de hoje*. Autêntica.
- Rehfeldt, A. R., Chan, S., & Katz, B. (2021). The Beethoven Revolution: A Case Study in Selection by Consequence. *Perspectives on Behavior Science*, 44(1), 69-86. <https://doi.org/10.1007/s40614-020-00271-x>

- Sampaio, S. A. A., & Haydu, B. V. (2023). Cultural Milieu and Group-Rules in an Elaborated Account of Metacontingencies: Conceptual Analysis and an Illustration in a COVID-19 Psychological Support Project. *Behavior and Social Issues*, 32(1), 115-133. <https://doi.org/10.1007/s42822-023-00126-5>
- Schares, M. E. (2020). Witnessing the archive: Stormé DeLarverie and queer performance historicity. *Text and Performance Quarterly*, 40(3), 250-267. <https://doi.org/10.1080/10462937.2020.1807045>
- Shibusawa, N. (2012). The Lavender Scare and Empire: Rethinking Cold War Antigay Politics\*. *Diplomatic History*, 36(4), 723-752. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7709.2012.01052.x>
- Terto, A. P., & Souza, P. H. N. (2015). De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. *Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD*, 3(6), 120–148. <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/3452>
- Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (3a. Rev. ed.). Record.
- Van Hoesen, J. (2025). *Insist That They Love You: Craig Rodwell and the Fight for Gay Pride*. Aevo UTP. <https://utppublishing.com/doi/preview-pdf/10.3138/9781487562908>

**Figura 1. Representação gráfica da Revolta de Stonewall como cultural cusp.** Legenda: CCEs = Contingências Comportamentais Entrelaçadas; PA = Produto Agregado.





# CAPÍTULO 3

## O IMPACTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES DE ORIGEM NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE LÉSBICAS NA FAIXA ETÁRIA DOS 50 AOS 80 ANOS<sup>3</sup>

Carolina Serrati Moreno

Eduardo Name Risk

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, determinados segmentos sociais brasileiros apresentaram modificações significativas no padrão de expressão da sexualidade, das relações de gênero, da conjugalidade e das formas de organização da família (Risk et al., 2023). Esta conjuntura é fruto da difusão, a partir da década de 1960, de modos alternativos de relacionamento familiar e afetivo-sexual contestadores do modelo hegemônico padronizador destas relações por meio da disseminação da indústria cultural, das proposições do movimento feminista e da veiculação da psicanálise, dentre outros dispositivos (Romanelli, 2016).

Este panorama levanta a questão de como estas mudanças têm sido elaboradas por grupos com gênero e sexualidade considerados dissidentes, neste capítulo denominados a partir da sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras diversidades de gênero e sexualidade). Dentre este grupo, o presente estudo tem como objeto mulheres lésbicas acima dos 50 anos, considerando que a lesbianidade, nessa

---

3 Capítulo de livro derivado de Dissertação de Mestrado intitulada *Entendida, sapatão, lésbica: Trajetórias de lésbicas 50+ em metrópoles do sudeste brasileiro* defendida, em 2025, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pela primeira autora sob orientação do segundo autor. Financiamento: O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) - Código de Financiamento 001.

faixa etária, apresenta especificidades relacionadas às experiências vividas em diferentes contextos históricos e sociais.

A questão geracional apresenta-se como importante variável para compreender a trajetória de vida de mulheres lésbicas a partir dos diferentes contextos históricos e de situações específicas de vida pelas quais elas passam. No contexto da meia idade, para mulheres na faixa etária dos 40 aos 50 anos, pertencentes às classes médias, destacam-se como situações específicas: a vida profissional, suas conquistas e percalços, além da vida familiar, marcada pelo patriarcado, pelo desejo ou pela imposição da maternidade (Roseano, 2022; Souza, 2020).

Já a velhice, para mulheres lésbicas acima dos 60 anos, é marcada pelas perdas próprias do processo de envelhecimento, pelo apagamento – que consiste em ignorar a existência de lésbicas e até mesmo a possibilidade da lesbianidade existir – e pela memória da repressão a que essas mulheres foram submetidas por conta do patriarcado (Rich, 1980/2010; Dantas, 2020; Sanches, 2018).

## **O APAGAMENTO DA VIVÊNCIA LÉSBICA**

O processo de continuamente precisar explicitar ou “esconder” sua sexualidade mostra-se delicado para grupos específicos, como de mulheres lésbicas, por sua maior invisibilidade para o conjunto da sociedade (Figueiredo, 2018). Ocorre a suposição, segundo Adrienne Rich (2010), de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato [...] com a existência lésbica sendo apagada da história ou catalogada como doença” (p. 35), sendo tratada como algo excepcional a fim de garantir o sucesso da heterossexualidade.

O apagamento da existência lésbica relaciona-se diretamente com o esforço de disciplinar a sexualidade das mulheres ao longo dos séculos XVIII e XIX: ignorar seu prazer sexual a partir de dispositivos médicos, por exemplo, devendo a vida sexual da mulher restringir-se à reprodução. Diferentemente da homossexualidade masculina, na qual é possível encontrar histórico sobre práticas sexuais em diferentes culturas, ou até mesmo importantes personalidades (como Oscar Wilde), quando se refere às lésbicas, a questão sexual, comportamental ou de sua subjetividade, foram excluídas ou ocultadas dos registros históricos, restando apenas rastros (Gimeno, 2005).

Por conta deste apagamento, o questionamento das relações sexuais entre mulheres entra em pauta apenas no século XIX, por meio da Psiquiatria, a

partir de perspectiva patológica. A partir do século XX, em comunidades europeias, começou a surgir o registro de mulheres lésbicas (Martins, 2021). Esse é o momento onde a formação de uma identidade lésbica, próxima do que se entende hoje, começa a surgir (Gimeno, 2005).

A partir do final do século XX, conforme discutido por Rich (2010), na década de 1980, a vivência lésbica passa a ser compreendida por meio da noção de identificação, entendida pelo termo *continuum lésbico*, descritor de conjunto de experiências de identificação entre as mulheres que inclui o compartilhamento de uma “vida interior mais rica, um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber de apoio prático e político” (p. 36) e não apenas o desejo ou ato sexual com outra mulher. Neste contexto, com base no *continuum lésbico*, qual o significado da vida familiar para este grupo?

## FAMÍLIA DE ORIGEM E EXPECTATIVAS DE GÊNERO

Para grande parte das pessoas, a família de origem é o espaço de sociabilidade primário, onde o aprendizado sobre normas, valores sociais e códigos de conduta começa. A socialização primária constitui guia para origem de perspectivas sociais e culturais que impactarão, querendo ou não, a trajetória de vida das pessoas (Berger & Luckmann, 2008).

No Brasil, para mulheres lésbicas, pertencentes às classes médias, acima dos 50 anos, que cresceram em períodos nos quais a lesbianidade era fortemente estigmatizada ou invisibilizada, o peso das expectativas quanto às suas vidas foi opressivo: influenciou decisões sobre relacionamentos, maternidade, carreira e visibilidade social, muitas delas seguiram roteiros prescritos antes de buscarem formas “mais livres” de viver sua sexualidade.

O pesquisador Carlos Eduardo Henning desenvolveu a partir de sua tese *Paizões, tiozões, e tias e cacuras: Envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo* (2014) a noção de teleologia heteronormativa, descrita como:

uma forma normativa de estipular metas, fins e objetivos últimos para o percurso biográfico (como relações sexuais [particulares], conjugalidade, reprodução, parentalidade e conformação familiar), os quais são guiados por referenciais heterossexuais [e cisgêneros] inequívocos e aparentemente inescapáveis, e cuja finalidade e sequencialidade linear e irretornável se tornam – em um efeito social pervasivo e convincente – princípios fundamentais de explicação, significação e ordenação da experiência biográfica (Henning, 2014, p. 367-368).

Este conceito não apenas prescreve caminho linear para a vida – infância, adolescência, casamento heterossexual, reprodução, criação dos filhos, aposentadoria e morte – mas também estabelece que desvios nessa trajetória resultam em vidas “incompletas” ou “fracassadas”, julgamentos relacionados às experiências formativas dos indivíduos com suas famílias de origem.

Com base no exposto, este estudo tem por objetivo compreender o impacto das relações familiares de origem na trajetória de vida de lésbicas com mais de 50 anos.

## MÉTODO

Trata-se de estudo qualitativo com delineamento transversal fundamentado na técnica história de vida, que consiste na realização de entrevistas não diretivas com o objetivo de escutar a história de vida das participantes e identificar posteriormente seus pontos-chave (Nogueira et al., 2017).

O estudo contou com a participação de sete mulheres lésbicas e cisgênero divididas em dois grupos: (a) adultas: três participantes, com idades 52, 53 e 55 anos; (b) idosas: quatro participantes, com idades 64, 71, 73 e 77 anos.

Tabela 1: Características sociodemográficas das participantes

Grupo	Nome Fictício	Idade (anos)	Cor/Raça autodeclarada	Ocupação
Idosas	Idosa Atrevida	71	Preta	Aposentada
	Maria	73	Branca	Aposentada
	Catarina	77	Parda	Aposentada
	Bebel	64	Branca	Aposentada
Adultas	Rafaela	52	Branca	Agente de Apoio Administrativo
	Renata	53	Branca	Educadora Social
	Carla	55	Branca	Docente

*Nota.* Os nomes fictícios foram escolhidos pelas próprias participantes.

Foram utilizados quatro instrumentos para a coleta de dados: (a) questionário sociodemográfico, (b) Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2022), (c) roteiro temático para entrevistas (d) métodos visuais/ fotografias. Todos foram utilizados no momento da entrevista, sendo direcionados pela pesquisadora.

O estudo foi realizado por meio da aplicação dos referidos questionários, além da realização de entrevistas semiestruturadas, no formato remoto ou presencial, conduzidas pela primeira autora. Foram realizadas de duas a quatro sessões de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas na íntegra, com cada participante. A análise dos dados ocorreu a partir dos princípios da Análise Temática Reflexiva (Braun & Clark, 2021) descrita como: “método utilizado para identificar, analisar e descrever padrões de determinados dados, organizando-os de forma detalhada” (p. 6).

A realização do presente estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP-UFSCar) (CAAE No. 69382723.2.0000.5504). A coleta e análise dos dados seguiram os procedimentos éticos de acordo com a Resolução No. 510/2016 - Normas Aplicáveis a Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Os participantes formalizaram anuência com os procedimentos do estudo por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os nomes empregados neste capítulo, bem como quaisquer informações que pudessem identificar as participantes, foram trocados por elementos fictícios.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos dados apresentou a importância da família de origem nas histórias de vida das participantes. As narrativas revelaram como as dinâmicas familiares atuaram simultaneamente como estruturas de apoio e limitação, moldando desde expectativas educacionais até possibilidades de expressão da sexualidade. Desta forma, a família de origem constituiu eixo central que atravessou as diferentes dimensões da experiência lésbica, influenciando processos de aceitação, estratégias de negociação identitária e decisões sobre revelação ou ocultamento da sexualidade ao longo das trajetórias de vida analisadas.

As participantes nasceram em diferentes regiões do Brasil, no entanto, a maior parte delas passou parte da vida adulta no Sudeste, especificamente na cidade de São Paulo-SP. Esta migração interna revelou-se fundamental para compreender suas trajetórias lésbicas, uma vez que viver nos grandes centros urbanos proporcionou maior anonimato e acesso às redes de sociabilidade LGBTQIA+. Como exemplificado pelo relato da participante Bebel, após mudar para o interior aos 18 anos com a família, fugiu de casa e retornou

à capital, como forma de ter a oportunidade de viver sua recém entendida sexualidade.

O contexto metropolitano paulistano ofereceu possibilidade de vivência da sexualidade que eram limitadas ou inexistentes em outras cidades que viveram, especialmente para aquelas que tiveram experiências em regiões mais conservadoras ou cidades menores, onde a vigilância social e familiar mostrava-se mais intensa, como descrito por Bebel. Esta migração interna não representa apenas um dado demográfico, mas evidencia como “as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero [...] não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes” (Collins & Bilge, 2015, p. 17), influenciando diretamente as estratégias de construção identitária e os processos de negociação com as famílias de origem. Embora a raça não tenha emergido como fator explicitamente mencionado pelas participantes na dinâmica de aceitação da sexualidade, suas vivências são inevitavelmente marcadas pela intersecção entre ser lésbica e pertencer a um determinado grupo racial.

O tema “família de origem para lésbicas” contempla a dualidade implícita na própria convivência familiar, fonte de apoio, em determinados momentos, fonte de dificuldade, em outros, fruto do conflito entre gerações. Para Romanelli (1998): “a existência do confronto significa que as relações intergeracionais não são mera atualização de estruturas dadas, mas abrem caminho para alterações, cujo alcance e extensão dependem da forma de questionamento que elas suscitam entre jovens e adultos e das soluções propostas” (p. 125).

O conflito geracional, típico de qualquer convivência familiar, no caso das mulheres lésbicas na faixa etária dos 50 aos 80 anos, objeto do presente estudo, foi aguçado pela possibilidade de discriminação quanto à orientação sexual no interior da própria família, por meio de discursos homofóbicos considerados “normais”, mesmo antes dessas mulheres “compreenderem” sua sexualidade (Sedgwick, 1993; Cuba, 2019).

No caso do presente estudo, o conflito geracional, a dualidade quanto à convivência familiar, fonte de recursos e dificuldades, apresentam-se nas falas e nos sentimentos das participantes quanto às suas famílias, repletos de amor, mas também de medo e tristeza.

E a minha mãe era uma pessoa que eu amava e eu sigo amando, mas de fato ela não aceitava minha homossexualidade, então desde os meus 15 anos tivemos desavenças sérias por conta da minha lesbianidade. E infelizmente, a última vez que eu conversei com a minha mãe foi em 2019, ela já estava bastante debilitada, fisicamente e até um pouco mentalmente, com mais de 80 anos. Nesta última vez ela ainda falou que o meu casamento era um pecado, coisas do tipo. Então, infelizmente, a última conversa que eu tive com ela foi nesse sentido de ela falar e eu sofrer a lesbofobia (Carla, 55 anos, grupo adultas).

A família, fundamentada em valores tradicionais e patriarcais, típicos do século XX, no interior das quais as participantes foram socializadas, somada à presença de valores cristãos, aparecem como definidores das expectativas atribuídas às entrevistadas sobre como deveriam viver sua vida. Tanto os valores familiares tradicionais quanto os valores cristãos, difundidos por diferentes instituições, constituíram instâncias reguladoras na construção de subjetividade dessas mulheres (Souza & Souza, 2020).

Essa regulação opera através de teleologias heteronormativas, conceito discutido por Henning (2014, 2016), que traçam roteiro de vida específico e linear como sendo o único caminho legítimo. A participante Idosa Atrevida explicita o exposto ao descrever o que ouvia durante sua infância e adolescência: “Então, você vai se casar, quando você crescer, você vai ter filhos, uma vovó vai ser feliz... e a gente vai ouvindo tudo aquilo”. Este excerto ilustra como essas expectativas são naturalizadas desde a infância desconsiderando trajetórias de vida que desafiem o padrão heterossexual (Henning, 2014, 2016).

Assim, seguindo o roteiro de vida estabelecido, para as mulheres idosas entrevistadas, entendia-se que deveriam ser as responsáveis pelos cuidados da casa, ao atingir a maioridade, casarem-se e terem filhos. Para o grupo das mulheres adultas entrevistadas, apesar das expectativas serem as mesmas, o casamento não precisaria ser “cedo”, mas deveria ocorrer. O casamento, para os dois grupos, sempre era prescrito como união que deveria ocorrer com um homem.

Apesar da ênfase familiar em relação ao casamento e à maternidade, a valorização da educação emergiu como aspecto presente nos dois grupos geracionais entrevistados (mulheres adultas e mulheres idosas). Mesmo em contextos em que outras formas de apoio familiar foram limitadas, todas as participantes receberam suporte para concluir ao menos o ensino médio (ou colegial, conforme a nomenclatura da época), evidenciando que a educação formal era percebida pelas famílias como elemento fundamental para a forma-

ção das filhas. Ao mesmo tempo, a inserção precoce no mercado de trabalho constituiu outra experiência comum, com as participantes iniciando suas atividades laborais por volta dos 14 anos de idade. Esta prática, naturalizada por todas elas, estava diretamente relacionada à necessidade de contribuir financeiramente com a família em momentos de dificuldades econômicas, revelando como as dinâmicas de classe social se entrelaçam com as expectativas e responsabilidades familiares impostas a essas mulheres desde a adolescência.

Tanto o estudo quanto o trabalho, independentemente de serem concebidos pelas famílias como objetivos finais da vida adulta ou como etapas preparatórias para o matrimônio e a maternidade, constituíram-se como espaços fundamentais de autonomia para ambos os grupos geracionais. O acesso à educação e ao trabalho remunerado conferiu às participantes uma relativa independência econômica e social em relação às suas famílias de origem, criando condições para que, no futuro, pudessem explorar e expressar sua sexualidade com maior autonomia. Esta dinâmica revela-se presente nas experiências tanto no grupo das idosas quanto no grupo das adultas, evidenciando como educação e trabalho funcionaram como formas de apoio aos processos de liberdade, para além das limitações impostas pelos contextos familiares conservadores.

Outra expectativa definida culturalmente e inserida a partir da família refere-se à performance de gênero, descrita por Butler como conjunto de atos repetitivos que constituem e reforçam a ideia de identidade de gênero (Butler, 1990/2003). Assim, era esperado que as participantes adultas e idosas apresentassem padrão de feminilidade, círculos de convivência social, dentre outros aspectos, coerentes com o que se esperava, à época, para mulheres pertencentes às classes médias.

Na vivência das participantes adultas, as reações quanto a não seguir estes padrões não foram sempre as mesmas. Rafaela descreve as punições que sofria: “Quando minha mãe chegava em casa e eu estava na rua empinando pipa ou jogando bola, ela pegava um fio de ferro e me batia, dizia para que eu entrasse em casa, porque eu não podia brincar com os meninos”. Carla indica que existia uma naturalidade na forma de lidar da família “É interessante falar isso, porque até hoje fica nessa discussão de brinquedo de menino, brinquedo de menina, eu tive coleção de carrinhos, eu tive essa metralhadora (de brinquedo)”.

Por outro lado, as mulheres idosas, conforme descrito pelas participantes Idosa Atrevida, Maria, Catarina e Bebel, não tiveram nem mesmo a oportu-

nidade de transgredir padrões femininos na infância, como as participantes adultas relataram, pois não havia nem mesmo a possibilidade de, por exemplo, jogar futebol, empinar pipa, dentre outras brincadeiras restritas aos meninos à época.

No entanto, ainda que as participantes adultas eventualmente tenham transgredido padrões femininos em sua infância e adolescência, foram objeto de repreensão sutil ou explícita, pois seus familiares entendiam que aquelas brincadeiras não correspondiam ao padrão esperado para meninas ou adolescentes de sua idade.

Quanto à perspectiva religiosa, presente na maior parte das famílias de origem das participantes adultas e idosas, é importante ressaltar que a doutrina cristã prescreve a homossexualidade como algo “não divino, portanto, antinatural para aquelas(es) que tinham relações sexuais com o mesmo sexo” e, por sua intrínseca ligação com a cultura ocidental, impactou concepções sobre a homossexualidade (Cuba, 2019; Souza & Souza, 2020).

A relação entre essas mulheres e suas famílias foram permeadas por percalços: desde o medo da família descobrir sobre sua sexualidade, como descrito por Maria, quanto às situações de violência psicológica quando a família suspeitou da lesbianidade, como no caso de Carla, que foi ameaçada pela irmã de ser internada em um hospital psiquiátrico, e no de Rafaela, que passou pelo processo de “cura gay”.

Quando na minha adolescência eu estava tendo um relacionamento com a irmãzinha da igreja [...] E aí houve essa história de me levarem para o Vale da Benção, um bairro inteiro de crente, missionário. Então tem alguns lugares que você se interna e fica lá uma semana, numa hospedaria com pessoas crentes, lógico, onde tem salas de orações, você entra na sala, você chora, você braveja com Deus e fala tudo que você quer, e ali você fica num isolamento de retiro espiritual, para você expurgar seus pecados. Eu fui lá para tentar, diante da cura gay, mudar as minhas orientações sexuais (Rafaela, 52 anos, grupo adultas).

O impacto da perspectiva religiosa da família também foi visto de outras formas, como o continuar “no armário”, ou seja, não assumir sua orientação sexual, para a sua família, vivência que Bebel passa até hoje, por entender que não seria bem aceita: “Minha irmã não aceitaria não, porque ela acho que isso é uma doença”, além do estigma interno, como descrito por Maria, que acreditava por parte da sua vida que estava “vivendo em pecado”, relacionado ao discurso de autoculpabilização religioso (Souza & Souza, 2020).

Apesar dessas dificuldades, a perspectiva religiosa mantém-se presente na vida destas mulheres, principalmente das idosas. Maria, que passou por perturbações internas por conta das crenças de sua família e dela quanto à religião, segue fiel à religião católica com sua esposa, hoje assumidamente lésbica para todos e aceita nos espaços da igreja.

Eu continuei indo à igreja, principalmente com ela (esposa), ela também aceitou, porque como eu fui criada e eu sinto falta. E a gente ia, inclusive depois que nós mudamos para o interior, lá nós não tivemos rejeição de ninguém (Maria, 73 anos, grupo idosas).

O impacto dessa perspectiva de lesbofobia sofrido a partir da família, como uma realidade ou uma possibilidade, foi descrito pelas participantes, principalmente Maria, Bebel e Carla, como motivo de afastamento dessas famílias. Estas circunstâncias redundam sentimento de arrependimento por parte dessas mulheres, pela vontade de estar mais presente com seus parentes, nem sempre entendida como possível.

Apesar do preconceito vivenciado, em virtude do conflito geracional, além da homofobia, as participantes falam de sua família com amor e afeto. Carla, que passou por ataques lesbofóbicos, por parte de sua mãe e irmãos, em diferentes momentos da vida, relata: “Minha mãe faleceu em 2021, e o fato é que eu ainda sinto muito amor e muita saudade dela, ela sempre cuidou muito bem de mim, né?”.

## CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo compreender o impacto das relações familiares de origem na trajetória de vida de lésbicas na faixa etária dos 50 aos 80 anos. A análise do material coligido demonstrou que a importância da relação com a família, a dificuldade de compreender e revelar a própria sexualidade, foram experiências marcantes para as duas gerações estudadas (adultas e idosas), apesar das diferenças no nível de aceitação e nos tipos de relações estabelecidas entre as participantes. A família ocupa espaço de relevância na formação dos indivíduos, influenciando as expectativas sociais, as formas de suporte disponíveis e as perspectivas de vida futura. Assim, a continuidade dessa experiência entre gerações evidencia sua importância estrutural na construção das trajetórias de vida lésbicas.

Outro aspecto que apresentou padrão de continuidade entre as gerações foi a relação com a religião. As participantes identificaram a religião como fator

significativo nas dinâmicas familiares, sendo, em sua maioria, elemento que dificultou a aceitação de sua orientação sexual, tanto por parte das próprias mulheres quanto de seus familiares. Mesmo que de forma aparentemente contraditória, diante dessa relação conflituosa quanto à aceitação, a religião permaneceu presente nas vidas das participantes, que desenvolveram formas de elaboração e ressignificação das perspectivas tradicionalmente pregadas pela doutrina cristã sobre a homossexualidade.

O processo de assumir-se lésbica, embora influenciado pela família e pelo contexto histórico, não apresentou padrão uniforme entre as gerações estudadas (adultas e idosas). Esta constatação aponta para a complexidade e singularidade das trajetórias lésbicas que não podem ser compreendidas apenas por meio de marcos geracionais amplos. O presente estudo aponta que, apesar das dificuldades vivenciadas no âmbito familiar em virtude do preconceito quanto à orientação sexual, a família de origem tem significativa importância tanto para as mulheres adultas quanto para as idosas entrevistadas. Essas relações constituem eixo estruturante que atravessa gerações e orienta diversas experiências identitárias. Compreender essas dinâmicas familiares torna-se essencial para o desenvolvimento de práticas profissionais e estudos futuros que considerem adequadamente as especificidades das trajetórias lésbicas ao longo do curso de vida.

## REFERÊNCIAS

- ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2022). *Critério de Classificação Econômica Brasil* (CCEB 2022). ABEP. <https://abep.org/criterio-brasil/>
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2008). *A construção social da realidade* (29ª ed.). Vozes.
- Braun, V., & Clarke, V. (2021). *Thematic analysis: A practical guide*. Sage.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (G. R. Leal, Trad.). Civilização Brasileira. (Trabalho originalmente publicado em 1990)
- Collins, P., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidades*. Boitempo.
- Cuba, L. (2018). La construcción de la identidad lesbiana en el marco de familias heteronormativas en Lima Metropolitana. *Debates en Sociología*, (46), 33-61. <https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.201801.002>
- Dantas, A. J. L. (2021). *Narrativas de histórias de vida de idosas lésbicas: Interseccionalidade entre velhice, gênero e sexualidade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da UFC.

- Figueiredo, E. (2018). Desfazendo o gênero: A teoria queer de Judith Butler. *Revista Criação & Crítica*, (20), 40-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v0i20p40-55>
- Gimeno, B. (2005). *Historia y análisis político del lesbianismo: La liberación de una generación*. Editorial Gedisa.
- Henning, C. E. (2014). *Paizões, tiozões, e tias e cacuras: Envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da UNICAMP.
- Henning, C. E. (2016). A velhice é sempre heterossexual e cisgênero? A Gerontologia LGBT e a formação dos idosos LGBT. *VIBRANT*, 13(1), 132-154.
- Martins, L. B. (2021). *Em busca das lésbicas na produção acadêmica: Gênero, feminismo e Ensino Superior* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório da UFJF.
- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A., Araujo, A. D. G., & Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: A exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, 5, 17-44. (Trabalho originalmente publicado em 1980)
- Risk, E. N., Piran, M., Oliveira, W. A., & Santos, M. A. (2023). Relações afetivo-sexuais: Concepções e representações de jovens universitários de classes médias. *Psico*, 54(1), e39108. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2023.1.39108>
- Romanelli, G. (1998). O relacionamento entre pais e filhos de camadas médias. *Paidéia*, 8(14-15), 123-136. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100010>
- Romanelli, G. (2016). Famílias e escolas: Arranjos diversos. *Revista Pedagógica*, 18(38), 78-96. <https://doi.org/10.22196/rp.v18i38.3388>
- Roseno, C. dos P. (2022). *Trajetória de professoras lésbicas na educação básica: Saberes docentes como resistência* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório da UFJF.
- Sanches, S. R. S. (2018). Antigamente essas coisas não existiam: Pensando a invisibilidade lésbica a partir da história de vida de uma mulher mais velha autodenominada homossexual no interior da Bahia. In *Anais Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)*.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, (28), 19-54.
- Souza, M. C. G. (2020). *Identidade, sexualidade e gênero: Uma análise de narrativas de mulheres lésbicas mães* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Repositório da UFG.

Souza, M. C. N. , & Souza, M. L. de. (2020). A Igreja Católica te condena. A Igreja evangélica te condena: O discurso religioso judaico-cristão afetando a construção da identidade lésbica. *Revista Eletrônica Multi-disciplinar Pindorama*, 11(1), 9-23.

,



# CAPÍTULO 4

## SEXUALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: AS EXPERIÊNCIAS DE JOVENS LGBTQIA+

Fernando Santana de Paiva

Yanca Isadora de Almeida Nogueira

### INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o Brasil enfrentava uma pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus (Governo do Brasil, 2020). A adesão ao isolamento social e à quarentena foi adotada como principal medida protetiva para conter a circulação do vírus, limitando consideravelmente o fluxo de pessoas e o contato social de quem podia ou queria seguir as orientações de segurança. Apesar do protagonismo do discurso científico no país, o governo federal mantinha uma postura de negação aos efeitos da pandemia, impactando fortemente os efeitos letais da crise. Assim, a necessidade de adaptação a esse novo cenário pandêmico se desenrolou em um contexto mundial inédito, com alta estimativa de infectados e mortos, e consequências desastrosas, como sobrecarga dos sistemas de saúde, exposição de populações vulneráveis e limitação no acesso a bens essenciais, como alimentação e medicamentos (Fiocruz, 2021). As recomendações eram claras: permanecer em casa, especialmente se você estivesse dentro do chamado “grupo de risco” ou pudesse infectar alguém nessa condição.

Na epidemiologia clássica e seguindo os modelos biomédicos, o conceito de grupo de risco está relacionado com as maiores probabilidades de determinados grupos, devido à características individuais compartilhadas, de serem atingidos por determinada enfermidade quando comparada a outros grupos que não partilham dessas mesmas características. Sendo risco um conceito socialmente construído (Arenosa, 2010), quando falamos nesse conceito,

seu caráter político é minimizado ou ignorado, afinal, quando acessamos determinadas literaturas médicas, nos deparamos com concepções de que a utilização de risco e de grupo de risco é imprescindível para a investigação científica dentro da saúde populacional. Quase nunca vemos menção ao fato de que, apesar destes conceitos realmente terem certa importância científica, eles também podem — e são — usados para disseminar estigmas e/ou excluir determinados sujeitos, como a própria história da comunidade LGBTQIA+ nos mostra (Junqueira & Prado, 2020).

Durante a epidemia do HIV, o grupo de risco para a contaminação dessa IST estava majoritariamente ou completamente associado a uma moral sexual, onde a população LGBTQIA+ era culpabilizada e enquadrada como os principais portadores e transmissores (Junqueira & Prado, 2020). Não à toa, podemos achar diversos relatos onde o HIV é tratado e nomeado como o “câncer gay”. Nesse período, o grupo de risco aparece não só relacionado a probabilidades equivocadas desses grupos contraírem a IST, mas também como culpados por ela existir. Já durante a pandemia de Covid-19, segundo o site da Fundação Oswaldo Cruz (2021), as pessoas consideradas “grupo de risco” para a COVID-19 foram aquelas com anemia falciforme, problemas respiratórios, com doenças crônicas, fumantes de longa data, hipertensos (pressão alta), diabéticos e idosos. Notem que não há menção alguma, aqui ou em qualquer site oficial do governo, aos LGBTQIA+ e a outros grupos que foram considerados vulneráveis durante a pandemia. Nesta perspectiva, a maneira como a noção de risco e grupo de risco escolhe ser usada e disseminada influencia diretamente nas políticas e práticas de cuidados destinadas a determinados grupos sociais em períodos de crises.

A pesquisa “Diagnóstico LGBT+ na pandemia” realizada em junho de 2021 pela organização VoteLGBT, nos mostra o efeito desastroso da crise do coronavírus sobre a comunidade *queer*. No levantamento feito, foram destacados três principais impactos que atingiram essa comunidade: a piora da saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta de fonte de renda. Vale ressaltar que todas essas consequências fazem parte da intensificação do ciclo de exclusão que começa na família e se perpetua por todas as áreas da vida desses sujeitos, como o trabalho e a saúde. Nessa perspectiva, diversos estudos semelhantes apoiam e reafirmam a relação presente entre o aumento da vulnerabilidade da população LGBTQIA+ e a pandemia (Bender et al, 2022; Bordiano et al, 2021; Santana e Melo, 2021; Gelpi e Barreiro, 2020), confirmando a necessidade de atenção ao alcance dos serviços de saúde a esta

população durante esse período, aspectos esses ignorados pela gestão de um governo negacionista personificado por um presidente que ficou conhecido por suas falas lgbtqifóbicas.

Como aponta a pesquisa apresentada acima, durante a pandemia da COVID-19, com o aprofundamento das desigualdades sociais e o colapso de redes de apoio, indivíduos queer se viram ainda mais distantes de espaços seguros para expressar e viver sua sexualidade, o que intensificou sentimentos de isolamento, vergonha e sofrimento psíquico. Ao mesmo tempo, o discurso moralizante e patologizante em torno do sexo e da diversidade sexual, amplamente reforçado por políticas, falas e propagandas conservadoras (Paiva & Brandão, 2023) impediu o reconhecimento dessa vivência como uma necessidade legítima e prioritária. A negação ou invisibilização dessas dimensões da vida humana contribui diretamente para a precarização da saúde física e mental, pois o pleno direito de expressão de suas identidades sexuais está diretamente ligado ao reconhecimento de si como sujeito de direito que possui condições de criar formas de viver em meio a um contexto normativo. Como aponta Gayle Rubin (1984), o valor atribuído ao sexo não é universal, mas construído cultural e politicamente, de modo que certas práticas são hierarquizadas como legítimas e outras como desviantes. Assim, reconhecer o sexo como um bem essencial implica romper com discursos normativos que marginalizam determinadas vivências e negar seu impacto fundamental na saúde.

Como aponta Butler (2014) no texto *Regulações de gênero*, as normas não são apenas regras externas que orientam comportamentos, mas constituem práticas de poder que delimitam quais corpos e identidades podem ser reconhecidos socialmente. Ao regular gênero e sexualidade, essas normas produzem efeitos materiais sobre a vida dos sujeitos, legitimando determinadas experiências enquanto outras são marginalizadas ou invisibilizadas. Nesse sentido, pensar a adolescência e a vivência da sexualidade, especialmente entre jovens LGBTQIA+, implica reconhecer que seus modos de existir e expressar afetos estão atravessados por normas que atuam na regulação das diferenças, restringindo possibilidades de reconhecimento e pertencimento.

Nesse contexto, é importante destacar que a adolescência constitui um momento crucial de transição da infância para a vida adulta, marcado por mudanças corporais, emocionais, sociais e fisiológicas (Brêtas et al., 2011). Trata-se de uma fase em que os jovens constroem suas experiências afetivas e sexuais em meio a múltiplas transformações pessoais e sociais, ao

mesmo tempo em que elaboram sua identidade e ocupam novos lugares no mundo, diferentes daqueles vividos na infância. Nesse processo, a construção da sexualidade assume papel central na vida dos adolescentes (Silva & Mendes, 2015). Para adolescentes LGBTQIA+, esse período de descoberta e experimentação, quando associado ao isolamento social e à falta de espaços seguros, como ocorreu durante a pandemia, pode limitar drasticamente suas possibilidades de expressão e reconhecimento, dando espaços a novos modos de vivenciar essa sexualidade (Ramos et al, 2024).

Quando falamos de sexualidade, é necessário entender que esse conceito ultrapassa o sentido biológico e reprodutivo habitualmente conhecido. Trata-se, na verdade, de uma parte constituinte da subjetividade e envolve as diferentes expressões e práticas que esse sujeito manifesta, como nos olhares, nos sentimentos, no prazer e nas carícias que direciona para si e para outras pessoas (Ferreira et al., 2019). Sendo então uma dimensão importante na vida dos adolescentes, é essencial entender que inclui diversos aspectos, como sexo, gênero, identidade, orientação sexual, erotismo, prazer e intimidade (Amaral et al., 2016).

Pensando no contexto pandêmico e levando em consideração que as estratégias para a contenção da disseminação do vírus consistiam no distanciamento social, a sexualidade dos indivíduos precisou ser exercida de outras formas. Nesse sentido, a alteração da maneira como os seres humanos satisfaziam sua necessidade de contato físico tornou necessária a reestruturação da vida sexual e da intimidade sexual, sendo inevitável a construção de novas estratégias para o exercício de uma sexualidade com o vírus (Machado et al, 2022).

É importante destacar que a vivência da sexualidade entre jovens LGBTQIA+ ocorre em meio a tensões entre liberdades conquistadas historicamente e a permanência de normas heteronormativas e excludentes. Embora haja maiores espaços de visibilidade e circulação de identidades que fogem da norma, persistem barreiras familiares, institucionais e sociais que restringem essas experiências (Souza et al., 2021). Esse panorama ajuda a compreender como, durante a pandemia, os processos de socialização e experimentação desses jovens foram atravessados de forma ainda mais intensa pelo isolamento. Portanto, o presente trabalho buscou compreender as experiências e estratégias elaboradas por jovens LGBTQIA+ em relação à sexualidade durante a pandemia da Covid-19.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que busca apreender significados, valores e práticas que não podem ser reduzidos a variáveis quantitativas, permitindo o exame mais aprofundado de fenômenos sociais e culturais (Minayo, 2004, cap. 1). A presente pesquisa foi financiada pelo Edital Universal FAPEMIG 001/2002 e pelo edital Pró-Humanidades 2022 da CNP1. Como sujeitos participantes, foi estabelecido adolescentes que tinham entre 14 e 16 anos de idade durante a pandemia da Covid-19. As e os adolescentes foram convidados a partir de uma divulgação em redes sociais (Instagram) do Núcleo de Pesquisa em Sujeitos, Política e Direitos Humanos, ao qual essa pesquisa está vinculada. Quem se interessou em participar, foi convidado a preencher um formulário online que solicitava informações básicas, como telefone e/ou e-mail para contato, assim como a idade durante a pandemia e orientação sexual.

Após o preenchimento deste formulário, os sujeitos participantes foram contactados para a marcação de uma entrevista via google meet, proposta através de um roteiro semi estruturado que abordava as vivências na pandemia da covid-19, bem como as práticas sexuais no contexto pandêmico e pós pandemia. A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos metodológicos centrais da pesquisa qualitativa por ser relevante na obtenção de dados ricos e contextualizados, sobretudo em pesquisas com foco social e em saúde (Minayo, 2004, cap. 3). Nesse sentido, esse instrumento foi escolhido como método para a coleta dos dados nessa pesquisa porque permite captar tanto conteúdos objetivos quanto aspectos simbólicos e afetivos, revelando nuances que talvez não fossem acessadas por meio de instrumentos mais rígidos ou padronizados.

Ao todo, seis pessoas responderam ao formulário disponibilizado. Contudo, em razão da ausência de resposta de alguns participantes, ao final da pesquisa, participaram três jovens. Um homem cisgênero que se identifica como gay, possui 19 anos atualmente, reside na cidade de Nova Lima (MG) e que aqui será chamado de Pablo; uma mulher cisgênero de 20 anos que se identifica como pansexual, residente de Belo Horizonte (MG) e identificada neste estudo pelo pseudônimo de Ana Maria; e uma mulher cisgênero de 18 anos, moradora de Petrópolis (RJ) que prefere não se rotular a partir de categorias específicas relacionadas à orientação sexual e que neste trabalho, será chamada de Iasmin.

O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética e foram seguidas todas as orientações das Resoluções 510/2016 e 466/2012. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra posteriormente, sendo organizadas a partir de quatro eixos principais. Inicialmente, buscou-se conhecer informações gerais dos participantes, como idade, ocupação, arranjo domiciliar e identificação LGBTQIA+. Em seguida, explorou-se a experiência da pandemia da Covid-19, incluindo isolamento social, cuidados com a saúde mental e convivência familiar. O terceiro eixo abordou a vivência da sexualidade, relacionamentos, formas de interação e apoio recebido durante esse período. Por fim, o eixo pós-pandemia investigou mudanças na sexualidade e reflexões pessoais decorrentes desse momento.

Para a análise dos dados, optou-se pela análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), por se tratar de um método flexível e acessível para identificar, organizar e descrever padrões de sentido em conjuntos de dados qualitativos. Essa análise foi conduzida de forma reflexiva e indutiva, de maneira que os temas foram derivados a partir dos próprios dados, sem o uso de categorias prévias. O processo analítico seguiu as seis etapas sugeridas pelas autoras: familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca por temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e produção do relatório analítico.

## **RESULTADOS**

A partir da análise temática das três entrevistas, emergiram duas categorias centrais que expressam as experiências e as percepções dos e das participantes. Tais categorias não só organizam o material coletado, mas principalmente, evidenciam sentidos compartilhados e especificidades individuais sobre as experiências desses jovens participantes durante a pandemia.

## **AFETOS EM REDE**

As entrevistas nos indicam que, embora a pandemia não tenha suspenso integralmente as experiências sexuais e afetivas dos jovens entrevistados, o isolamento social e o medo de contágio produziram uma sensação de interrupção da juventude. Para alguns, esse período surgiu como um “tempo perdido” na construção da sexualidade, na medida em que as restrições sanitárias

limitaram encontros presenciais e inibiram o contato físico. Uma participante, por exemplo, relata:

Não tinha como sair de casa. Tipo assim, nossa, era difícil, sabe? E aí, esse medo de pegar covid deixa todo mundo meio traumatizado. E aí, ficava aquela tensão de tá, eu quero muito te beijar, fazer outra coisa, mas e o covid? (...) Nada, tinha como fazer nada, vêi. (...) Então, os encontros que você tinha, assim, era, tipo assim, ah, de máscara, no máximo, um distanciamento social ali, nada, tipo assim, muito físico, né? (...) Então, tipo assim, eu já tive experiências sexuais, mas nunca tive com mulher, entendeu? E aí é uma grande questão, porque tipo, o tempo que eu tinha, a época que eu tinha, foi me tomada na pandemia.” (Ana Maria)

O depoimento revela como a pandemia, ao limitar a vivência presencial, foi sentida como um bloqueio de oportunidades de experimentação, sobretudo quando essa experiência envolvia desejos que ainda não haviam sido vividos. Entretanto, essa dificuldade não significou o desaparecimento das possibilidades de experimentar afetos e sexualidade. Para esses jovens, as redes sociais emergiram como espaços de continuidade, permitindo formas alternativas de encontro, expressão e aproximação. Assim, o que se observa não é uma suspensão uniforme das experiências, mas um tensionamento entre impossibilidades e reinvenções, atravessado por condições subjetivas e contextuais que modulam a forma como cada jovem pôde ou não viver sua sexualidade durante o isolamento.

Como destacam Ramos e colaboradores (2024), os aplicativos de encontros se tornaram meios significativos de experimentação afetiva e manutenção de vínculos para jovens LGBTQ+ em meio às restrições da pandemia. Nesse sentido, as plataformas digitais emergiram como instrumentos centrais para a manutenção de relações afetivas, oferecendo aos e às jovens um espaço de liberdade para a expressão de desejos, afetos e experiências que, muitas vezes, não podiam ser vivenciadas presencialmente – seja pela necessidade de cumprir o isolamento social exigido durante esse período ou pelo medo de experimentar esses sentimentos em espaços públicos que são majoritariamente regidos pela lógica cis e heteronormativa.

Nesse contexto de restrições e vigilância, os ambientes emergiram como espaços de experimentação e resistência. Apesar das redes sociais serem utilizadas por adolescentes LGBTQIA+ para explorar e desenvolver seu senso de identidade antes mesmo da pandemia (Berger et al, 2021), nos relatos desta pesquisa, foi observado que as redes funcionaram de fato como ambientes de acolhimento e experimentação afetiva, permitindo que esses e essas jovens

mantivessem vínculos significativos para a construção e experimentação de suas sexualidades, mesmo com a necessidade da distância física. Pablo, por exemplo, descreve o aplicativo Telegram como “o local para eu falar desse lado do Pablo”, indicando que essa rede social se tornou um espaço com maior segurança não só para que ele pudesse discutir sobre sua sexualidade com amigos e outras pessoas LGBTQIA+, mas também como um espaço em que ele se permitia expressar seus desejos e demais aspectos que estavam interligados com sua sexualidade. Ainda, reafirmando a permissão de viver suas vontades que esse aplicativo oferecia a ele, Pablo relata que por meio da mesma rede social, ele se permitiu viver uma aproximação afetiva com um outro garoto:

O menino me chamou lá, e aí a gente foi conversando, tudo mais, como eu disse, ele era do Sul, então, tipo, eu já imaginava que não aconteceria nada, mas foi muito interessante, porque, tipo assim, foi um momento, acho que na minha vida foi, tipo, o primeiro momento borboletas no estômago, no sentido ‘o que é isso que eu tô fazendo?’, e aí, não durou muito, porque eu fiquei com muito medo, mas no período a gente conversava sobre os gostos, e eram parecidos, e aí eu conversava praticamente todos os dias. (Pablo)

Ao relatar sua aproximação com esse outro garoto, ele fala sobre sentimentos inéditos, como “borboletas no estômago”, mas também sobre o medo que o levou a interromper esse contato. Esse movimento pode nos mostrar, como aponta Butler (2003), que a performatividade das identidades discentes é atravessada por dispositivos normativos que delimitam quais corpos, desejos e identidades podem ou não ser reconhecidos e mostrados socialmente. No caso de Pablo, o medo que surge ao experimentar uma aproximação no telegram mostra que, mesmo em um espaço considerado seguro, a heteronormatividade continua regulando e restringindo a expressão plena da sexualidade. Dessa forma, as redes sociais se tornaram um espaço ambíguo, uma vez que ao mesmo tempo que serviam como um lugar seguro para se viver a sexualidade, a experiência vivida neste espaço virtual sofre ainda ações de regulação de ordem normativa, e, portanto, incidem sobre as possibilidades das/dos jovens expressarem seus desejos.

O relato de Ana Maria nos mostra também como conseguiu viver seus afetos dentro desses ambientes digitais: “E aí eu tinha conhecido uma menina (antes do início da pandemia) e eu fiquei apaixonada nela. E aí a gente conversava, por mensagem, né? E aí é aquela coisa de paixão. Nossa, é tudo

lindo, sorriso bobo”. Outra participante, ainda contribui sobre as maneiras de reinventar os relacionamentos:

É uma menina que eu conheci pelo tiktok (...) aí eu comecei a seguir e ela me seguiu e eu fiquei emocionada por que ela me seguiu, aí eu respondi um stories dela e ela respondeu de volta, aí nesse dia a gente passou horas conversando e nessa mesma madrugada a gente organizou todo o nosso casamento (...), mas aí a gente começou a se ligar nas madrugadas e tudo mais (Iasmin, 2024)

Esse contraste de experiências explicitado por sujeitos que conseguiram usufruir dos ambientes digitais de maneira mais livre do que outras, nos mostra como a experiência de liberdade sexual é atravessada não apenas pela normatividade heterossexual, mas também por fatores subjetivos, relacionais e contextuais, que podem ampliar ou limitar a sensação de segurança. Olhar para esses casos apresentados aqui, nos permite compreender que determinados desejos só podem ser vividos em contextos socialmente legitimados (Rubin, 1984), de modo que, nesse caso, os ambientes virtuais ofereceram condições para a expressão de afetos que seriam mais arriscados em espaços físicos marcados por normas excludentes.

Ademais, a forma como os relacionamentos se desenvolveram nesses ambientes aponta para uma reinvenção da intimidade. Iasmin relata que “a gente começou a se ligar nas madrugadas e tudo mais (...) a gente marcava dates, aí o que dava pra fazer a gente fazia... A gente meditou juntas, a gente via filmes, a gente jogava, conversava, cozinhava”, apontando que a mediação digital não impede a construção de laços significativos, mas exige a criação de novas práticas de cuidado e presença. Essas experiências confirmam a relevância do ambiente online durante a pandemia de Covid-19 como espaço de resistência e reinvenção afetiva, permitindo que jovens LGBTQIA+ pudessem expressar e vivenciar suas sexualidades mesmo diante das limitações impostas pelo isolamento social.

Assim, a partir dos relatos das/dos adolescentes observamos uma possível centralidade das tecnologias digitais como mediadoras de experiências afetivas, destacando como os espaços virtuais proporcionam oportunidades únicas para a expressão da sexualidade e a construção de vínculos significativos durante o período de isolamento social. Para os e as participantes, esses ambientes funcionaram como espaços de liberdade e experimentação, nos quais puderam explorar desejos, afetos e relações de maneira segura e autêntica, ultrapassando as barreiras físicas e sociais impostas pelo confina-

mento. A análise dos relatos revela, portanto, não apenas a importância das redes na manutenção da sociabilidade, mas também sua função política de ampliação das possibilidades de reconhecimento e pertencimento frente às restrições impostas pela pandemia e pela normatividade sexual.

## **ENTRE O CUIDADO E O CONTROLE: A CASA COMO BARREIRA DA SEXUALIDADE**

Embora “casa” seja socialmente compreendida como um lugar de afeição, cuidado e proteção, no caso da população LGBTQIA+, esses espaços, muitas das vezes, são o primeiro passo de um ciclo de exclusão que se perpetua em outras esferas da vida. Essa contradição evidencia como, em muitos casos, o ambiente familiar reproduz discursos heteronormativos que limitam a expressão de identidades não-heterossexuais e se tornam palco de diversas formas de violência (Brito & Arruda, 2018). A família se configura então como um dos principais cenários de discriminação e violência contra jovens LGBTQIA+, funcionando, muitas vezes, como o espaço inicial de repressão e silenciamento da sexualidade dissidente (Braga et al, 2018). Durante a pandemia, esse cenário foi intensificado pela impossibilidade de recorrer a redes externas de apoio, transformando o ambiente doméstico em palco central de vigilância e repressão (Gelpi & Barreiro, 2020).

Dessa forma, os sujeitos participantes desta pesquisa, demonstram que o período da quarentena sugere o ambiente familiar como um espaço de vigilância, dificultando assim um exercício livre de suas suas sexualidades. As entrevistas nos mostram então que o isolamento social intensificou esse processo: sem a possibilidade de ocupar outros espaços de sociabilidade e apoio, os e as jovens permaneceram confinados em um ambiente em que suas expressões e curiosidades afetivas e sexuais eram constantemente reprimidas, silenciadas e reguladas. As formas de controle aparecem, sobretudo, através do “não dito” e de silenciamentos sutis dirigidos às experiências que destoam da norma heterossexual, como se observa nas falas de Ana Maria: “Mas é sempre essa coisa meio velada. Não pode falar. Nada muito dito, né? Não é muito, é nada dito mesmo.” e “Porque por mais que a pandemia tenha fortalecido o laço que eu tinha com ela, ainda assim é um laço que não é real, entendeu? Ela (a mãe) não sabe de uma parte muito importante da minha vida”

A seguinte fala de um dos participantes também nos mostra como o confinamento pode ter ampliado os conflitos familiares em torno de assuntos

relacionados às manifestações de sua sexualidade. Através desse relato, o jovem aponta como o estar em casa, dividindo o mesmo espaço com pessoas que não aceitam e respeitam sua orientação sexual, pode funcionar não só como uma estratégia para poder viver sua vida afetiva de maneira mais livre, mas também como forma de evitar conflitos que podem ser trazidos por tais assuntos:

Acho que ficar muito tempo em casa com todo mundo permite umas discussões a mais, sabe? Esse é um ponto que antes da pandemia e depois muda muito, é que eu acho que não estar em casa durante muito tempo acaba sendo prevenção pra muita coisa, e aí, nesse momento, não tinha essa prevenção, tava todo mundo no mesmo espaço. (Pablo, 2024)

Por sua vez, o relato de outra participante evidencia como a convivência forçada expôs um conflito não resolvido, mesmo após o processo de se assumir:

Ainda é uma questão pros meus pais e eu me assumi já fazem 5 anos. Você imagina na época que eu era menor de idade... Então era uma questão. Minha casa tem dois andares, quando um tava em um, o outro tava em outro... Quanto menos contato, mais viável a relação fica, então assim... As duas partes por empurrão, se possível tentando fingir que não tava acontecendo nada, pra poder fluir de alguma forma. (Iasmin, 2024)

Esses relatos mostram a casa como um espaço contraditório, no qual coexistem dimensões de afeto e de vigilância, podendo operar como barreira à expressão e vivência da sexualidade. Nesses casos, o silenciamento, ainda que não apareça sob a forma de proibições explícitas, constitui-se como uma forma sutil de violência simbólica que regula identidades dissidentes. Oliveira e Camargo (2019) destacam que os silêncios nas relações familiares não são neutros, mas se vinculam à organização de lugares, distâncias sociais e às normas culturais mais amplas. Assim, o “não dito” funciona como dispositivo de controle e exclusão, definindo os limites do que pode ou não ser vivido, falado ou experimentado dentro do lar, mantendo, de maneira velada, a heteronormatividade vigente.

Esses relatos, porém, não se limitam ao silenciamento. Eles também mostram como normas heteronormativas operam de maneira seletiva: enquanto certas formas de expressão afetiva são autorizadas e até incentivadas, outras são reprimidas e empurradas para a clandestinidade. No caso de uma das participantes, sua relação heterossexual foi validada e celebrada pela família, ainda que ela a vivenciasse como imposição:

Eu comecei a namorar um homem por pressão, então eu comecei a pandemia namorando esse homem... um amor de ser humano, atualmente é meu melhor amigo, só que quando você faz coisas (a participante fez alguns gestos de cunho sexual) por pressão, pra tentar cumprir uma heteronormatividade, gera muitos conflitos (...) ele (o namorado) frequentava minha casa, meus pais eram apaixonados por ele (...) Minha mãe, meu pai e minha irmã, todos ficaram depressivos quando eu terminei e eu que fui consolar eles. (Iasmin, 2024)

Enquanto isso, o relato de outro participante ilustra como, para viver sua sexualidade fora do modelo heterossexual, era preciso recorrer a espaços externos — como banheiros públicos ou pontos de ônibus — sempre sob a lógica do risco, do segredo e da vigilância:

Foi no finalzinho de 2021 (o começo do namoro), e aí aqui na minha cidade, deixou-se voltar a algumas atividades presenciais e o centro de formação profissional funcionava como, tipo uma sala de aula, né? (...) Uma das coisas que começou a acontecer no começo era sair pra casa de amigos em comuns, dos amigos dele. Mas foi no banheiro do centro. No banheiro e no ponto de ônibus, geralmente eram os dois lugares possíveis, sabe? (...) Então eu vivi, tipo, assim, sempre proibido, essa coisa assim, sempre tive que ter muito cuidado, pensar muito. Por um momento eu tive que mentir muito, né? (Pablo, 2024)

A pandemia, nesse sentido, não cria novos mecanismos de repressão, mas intensifica os já existentes, uma vez que reduz a possibilidade de mobilidade e de acesso a redes de sociabilidade alternativas (Oliveira Junior et al, 2025). Se, em contextos anteriores, a circulação em espaços externos poderia operar como válvula de escape e forma de resistência, o confinamento obrigou esses jovens participantes a enfrentar cotidianamente o peso das normas familiares, ampliando tensões, silêncios e conflitos.

Embora os/as jovens LGBTQIA+ não tenham sido enquadrados oficialmente como “grupo de risco” durante a pandemia de COVID-19, suas experiências revelam que o confinamento doméstico constituiu, para muitos, um espaço de risco simbólico e relacional. Isso porque a intensificação da convivência em lares atravessados por normas heteronormativas reforçou práticas de silenciamento, vigilância e repressão das expressões de sexualidade dissidente. De acordo com Moraes et al. (2002), o conceito de risco, tal como é compreendido atualmente, tem servido como instrumento de vigilância e controle social, avaliando comportamentos considerados desviantes e legitimando práticas de exclusão. Dessa forma, ainda que não entrassem nas listas biomédicas de populações mais vulneráveis ao vírus, esses sujeitos

vivenciaram cotidianamente situações de violência, demonstrando que a noção de risco vai além do campo epidemiológico e se articula também a dimensões sociais e culturais que afetam desigualmente diferentes grupos.

Essas experiências sugerem que, durante o isolamento social, a vivência da sexualidade de jovens LGBTQIA+ esteve profundamente atravessada por normas familiares heteronormativas e práticas de controle simbólico. A casa funcionou não apenas como barreira física, mas como espaço de negociação e disputa por significados, no qual estratégias de vigilância, silenciamento e regulação convivem com formas sutis de resistência individual, como o distanciamento simbólico, a evitação de conflitos ou a busca por redes de sociabilidade alternativas, inclusive virtuais. Dessa forma, os relatos parecem nos mostrar que os limites do lar não são neutros: eles reproduzem padrões culturais mais amplos que moldam e restringem a liberdade afetiva e identitária, tornando perceptível o caráter micropolítico das relações familiares na constituição da experiência sexual e identitária desses jovens, conforme apontam Moreira e Broilo (2023) ao analisar como o confinamento familiar intensifica tensões, normas e estratégias individuais de resistência no contexto doméstico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo colabora a pensar que a pandemia de COVID-19, ao adotar o isolamento social como estratégia necessária para a contenção da circulação do vírus, favoreceu de maneira ambivalente as desigualdades já vivenciadas por jovens LGBTQIA+, especialmente no exercício de suas sexualidades. As redes sociais surgiram como espaços de resistência, expressão e experimentação, enquanto o ambiente doméstico, marcado por normas heteronormativas, funcionou como barreira, impondo silêncios e mecanismos de vigilância. Dessa forma, a vivência da sexualidade na pandemia foi atravessada por um paradoxo: no período da adolescência, marcado pela construção de identidades e pela busca de experimentações afetivas e sexuais, as/os jovens se viram privados de espaços fundamentais para esse processo. Assim, compreender a experiência desses jovens exige reconhecer a dimensão política da sexualidade e a centralidade das redes de apoio na garantia do direito de viver afetos e identidades de forma digna. Mais do que um episódio transitório, a pandemia expôs e agravou tensões que continuam atravessando a vida de adolescentes

LGBTQIA+, reforçando a urgência de políticas públicas e práticas sociais que promovam ambientes seguros, inclusivos e livres de violência.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, A. M. S., Santos, D., Paes, H. C. da S., Dantas, I. dos S., & Santos, D. S. S. dos. (2017). Adolescência, gênero e sexualidade: Uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 6(1), 62–67. <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v6i1.1114>
- Areosa, J. (2010). O risco nas ciências sociais: Uma visão crítica ao paradigma dominante. *Revista Angolana de Sociologia*, (5/6), 11–33.
- Bender, M. S., Sott, M. K., Gonçalves, I. F., Freitas, S. M. de, & Saraiva, E. S. (2022). A saúde da população LGBTQIA+ durante a pandemia da Covid-19: Revisão sistemática e análise de redes. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 8(2), 166–203. <https://doi.org/10.9771/cgd.v8i2.49100>
- Berger, M. N., Taba, M., Marino, J. L., Lim, M. S. C., Cooper, S. C., Lewis, L., Albury, K., Chung, K. S. K., Bateson, D., & Skinner, S. R. (2021). Social media's role in support networks among LGBTQ adolescents: A qualitative study. *Sexual Health*, 18(5), 421–431. <https://doi.org/10.1071/SH21110>
- Bordiano, G., Liberal, S. P., Lovisi, G. M., & Abelha, L. (2021). COVID-19, vulnerabilidade social e saúde mental das populações LGBTQIA+. *Cadernos de Saúde Pública*, 37, e00287220. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00287220>
- Braga, I. F., Oliveira, W. A., Silva, J. L., Mello, F. C. M., & Silva, M. A. I. (2018). Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(supl. 3), 1220–1227. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0307>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brêtas, J. R. D. S., Ohara, C. V. D. S., Jardim, D. P., Aguiar Junior, W. D., & Oliveira, J. R. D. (2011). Aspectos da sexualidade na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 3221–3228. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800021>
- Brito, T. H. S., & Arruda, M. S. (2022). *Uma análise sobre as formas de violência familiar contra pessoas LGBTQI+* [Monografia de licenciatura, Universidade Católica do Salvador]. Repositório Institucional da UCSal. <https://ri.ucs.br/handle/prefix/1448>
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, (42), 249–274. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2021). *Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia*. <https://fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>.
- Fundação Oswaldo Cruz. (2022). *Quais são as pessoas consideradas como grupo de risco para Covid-19?* Fiocruz. <https://fiocruz.br/pergunta/quais-sao-pessoas-consideradas-como-grupo-de-risco-para-covid-19>

- Ferreira, E. D. A., Alves, V. H., Pereira, A. V., Rodrigues, D. P., Santos, M. V. D., & Gabrielloni, M. C. (2019). Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: Contribuição para o cuidado. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 11(5), 1208–1212. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1208-1212>
- Gelpi, G. I., & Barreiro, S. N. (2020). Violencia homo-lesbo-transfóbica a nivel familiar y COVID-19 en Uruguay. *Revista Argentina de Estudios de Juventud*. <https://doi.org/10.24215/18524907e047>
- Junqueira, R. D. D., & Prado, M. A. M. (2020, julho 7). *A gestão ético-política da pandemia de Covid-19 no Brasil: “Grupo de risco” e normalização da catástrofe*. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. <https://campanha.org.br/acervo/a-gestao-etico-politica-da-pandemia-de-covid-19-no-brasil-grupo-de-risco-e-normalizacao-da-catastrofe/>
- Machado, P. S., Mattos, A. R., Rios, L. F., & Prado, M. A. M. (2022). *Managing risk and sexuality in the Covid-19 context*. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 19, e19909. <https://doi.org/10.1590/1809-43412022v19e909>
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Moraes, T. D., & Nascimento, M. L. D. (2002). Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 91–102. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100012>
- Moreira, D. S., & Broilo, R. (2022). Quando a casa é o armário: implicações da pandemia de COVID-19 sobre a população LGBTI. *Mnemosine*, 18(1). <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.66392>
- Oliveira, L. D., & Barreto, T. C. (2019). Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (33), 318–342. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.15.a>
- Oliveira Junior, J. B., de Menezes Portes, V., Ril, S. Y., Kazuo Iwassake, M., Mecabo, A., & Moretti-Pires, R. O. (2025). Resistências e vulnerabilidades de pessoas LGBTI+ na pandemia de COVID-19: Saúde, educação e trabalho. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, 8(único). <https://doi.org/10.28998/rpss.e02308026>
- Governo do Brasil. (2020). *OMS classifica coronavírus como pandemia*. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>
- Paiva, S. P., & Brandão, E. R. (2023). Abstinência sexual como política pública? Governo Bolsonaro e a (des)educação em sexualidade. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 21(53). <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78949>
- Ramos, M. de M., Cerqueira-Santos, E., Machado, R. de O., & Passos, G. F. (2024). Covid-19 e jovens LGBT+: Isolamento social e uso de aplicativos de encontros. *Revista Subjetividades*, 24(1), 1–13. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i1.e13543>
- Rubin, G. (2012). *Pensando o sexo: Notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade* [Tradução de F. B. M. Fernandes; revisão de M. P. Grossi]. Universidade Federal de Santa Catarina. [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin\\_pensando\\_o\\_sexo.pdff](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdff). Acesso em: 27 ago. 2025.

- Santana, A. D. D. S., & Melo, L. P. D. (2021). Pandemia de covid-19 e população LGBTI+: Visibilidades dos impactos sociais. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21202a>
- Silva, T. C. da, & Mendes, D. F. (2015). A contemporaneidade acerca da adolescência e a sexualidade. *Psicologia e Saúde em Debate, 1*(1), 1–18. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V1N1A>
- Souza, M. P. de, Costa, H. M. C. da, Barretto, J. de O. P., Amorim, S. I. F. de, Moura, E. da S. F., & Silva, F. L. D. da. (2021). O impacto da homossexualidade e da homofobia na adolescência / The impact of homosexuality and homophobia on adolescence. *ID on Line. Revista de Psicologia, 15*(58), 444–461. <https://doi.org/10.14295/online.v15i58.3338>
- #VoteLGBT & Box1824. (2020). *Diagnóstico LGBT+ na pandemia: Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social e enfrentamento à pandemia de coronavírus* [Relatório]. GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. <https://sinapse.gife.org.br/download/diagnostico-lgbt-na-pandemia>

# CAPÍTULO 5

## SEREIAS TRANSTRIARCAS NAS ÁGUAS DO TEMPO: CANTOS DE DOR, PERDA E REVOLUÇÃO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS IDOSAS

Gustavo Fernandes Costa<sup>4</sup>

Mariele Rodrigues Correa

*Continue a navegar  
Continue a atravessar  
Continue a TRAVECAR  
(Linn da Quebrada, 2017)*

Envelhecer com dignidade e qualidade é um direito humano básico, que envolve, dentre outros, alcançar a longevidade com acesso à saúde, educação, trabalho, renda, moradia. O envelhecimento envolve todo o percurso da existência humana e é um processo plural, diverso, dinâmico e atravessado por marcadores sociais de classe, de raça, de gênero e orientação sexual. Ao levarmos em conta esses marcadores sociais, nota-se que alguns corpos envelhecem e têm maior longevidade do que outros. No contexto brasileiro, por exemplo, a expectativa de vida de mulheres transgêneras e travestis chega em média a 35 anos (Antunes, 2013). Dessa maneira, o contato com o processo de envelhecimento é bem mais complexo, uma vez que são atravessadas pela baixa expectativa de vida por conta de uma série de violências físicas, simbólicas e sociais a que são expostas ao longo dos anos. Tais violências são produtoras de intensos sofrimentos psicológicos e adoecimentos físicos para a grande parte das pessoas que têm suas identidades marcadas pela transfobia.

---

4 Nome de registro ainda utilizado para fins de publicação, contudo a autora vem se apropriando e utilizando o nome Kali Fernandes Costa por melhor representar sua identidade enquanto uma pessoa trans não-binária.

Suas existências representam um risco às suas vidas numa sociedade cisnormativa, em que se espera do sujeito a reprodução de um modelo binário ideal de gênero (Simakawa, 2016).

São muitos os direitos violados e negados às pessoas trans e travestis. O respeito à identidade de gênero e ao nome social é ainda pouco comum na sociedade brasileira contemporânea. Muitas pessoas trans deixam de ser contratadas em empregos formais quando se constata diferenças no registro civil. Além da questão trabalhista, muitas mulheres trans não têm seu direito ao nome social respeitado e é comum elas serem impedidas de utilizarem o banheiro feminino. De acordo com um estudo publicado na revista *Clinics* (Crenitte et al. 2023), o acesso aos cuidados em saúde e as experiências com tais serviços no Brasil costumam ser bem piores com pessoas LGBTQIAPN 50+. Isso se intensifica com a população trans, que muitas vezes recorre a esses cuidados para a terapia hormonal cruzada, exames ginecológicos e urológicos, entre outros. Tais eventos são fomentadores de transfobia e excluem demasiadamente pessoas transgêneras da sociedade em seus mais diversos aspectos. Isso repercute diretamente na qualidade e expectativa de vida de tal população e, conseqüentemente, em seus direitos à garantia de uma velhice digna.

Segundo Goldenberg (2008), o processo de envelhecimento físico do corpo é algo muito estigmatizante para a mulher cisgênera brasileira, uma vez que a sociedade impõe um modelo de corpo jovem e dentro dos padrões estéticos contemporâneos de magreza, jovialidade, dentre outros, como um capital fundamental. Dessa forma, todas as corporeidades que escapam desse modelo estabelecido sofrem também com a perda de uma relevância social. Isso se intensifica em relação a mulheres trans e travestis, uma vez que a heteronormatividade compulsória demanda que tais pessoas tenham um corpo e que performem uma feminilidade o mais próximo possível do que se entende enquanto uma mulher cisgênera. Isso, por sua vez, gera uma dupla marginalização, na medida em que mesmo que construam noções positivas sobre o envelhecer, ainda continuam a enfrentar inúmeras adversidades. Muitas travestis ressaltam, por exemplo, o quanto é difícil se chegar à idade avançada, tendo com tal expressão o intuito de apontar o envelhecimento enquanto uma conquista, valorando-o positivamente ao rememorar suas trajetórias de vida e às de seu grupo, ao mesmo tempo em que toma contornos negativos ao se depararem com a subvalorização que a velhice ocupa no tecido social (Siqueira, 2004).

A lógica necropolítica visa a aniquilação dos corpos abjetos, ou seja, pessoas que não são consideradas dignas dos direitos básicos e até mesmo da vida para o capitalismo (Butler, 2019). Tal fenômeno se evidencia em corpos que perpassam o discurso sexo-gênero, ou seja, corpos trans. Dito isso, mulheres trans e travestis são atravessadas por uma grande violência no Brasil. São pessoas que têm suas vivências marcadas pelo extermínio, seja da vida biológica ou simbólica, uma vez que têm seus direitos a um digno acesso à educação, à saúde e à oportunidade de emprego, negados em decorrência da manutenção do sistema cisnormativo pela instituição escolar e pelo próprio mercado de trabalho capitalista. Nesse contexto, veem frequentemente como única possibilidade de sobrevivência a prostituição e/ou criminalidade, onde são mais suscetíveis a violências físicas, sexuais e psicológicas, o que gera um impacto no processo de envelhecer dessas pessoas.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2019), 90% da população transfeminina se prostitui a fim de conseguir uma fonte de renda. Acerca disso, o envelhecimento dessa população é marcado também pela falta de amparo do Estado, uma vez que muitas não possuem acesso à previdência, o que as leva a ficarem inteiramente responsáveis pelas finanças de seu sustento na terceira idade. Soma-se isso às dificuldades do corpo trans na velhice que não consegue se manter no padrão tido como atraente, diminuindo a procura de clientes e conseqüentemente a renda dessas trabalhadoras sexuais (Ruiz, 2021).

O texto que aqui se apresenta é fruto de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida no curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Assis, orientada pela co-autora do presente capítulo. O objetivo do estudo foi compreender os sentidos do envelhecer para mulheres trans e travestis com idade superior a 60 anos. Tendo em vista a interseccionalidade e estudos de gênero e sexualidade, pretendeu-se investigar como os efeitos da transfobia e do etarismo refletem na construção subjetiva dessa população, além de analisar suas estratégias de resistência e enfrentamento a essas violências.

A pesquisa foi realizada em 2024 a partir de um estudo qualitativo, com destaque para a pesquisa narrativa. Foram feitas entrevistas semiestruturadas, com duas pessoas, a saber, uma mulher trans e uma travesti, ambas com mais de 60 anos de idade. A análise dos dados teve como base a utilização da técnica de Análise de Conteúdo, a qual se busca categorizar e compreender as características que estão inseridas na mensagem (Godoy, 1995). A partir da

análise das entrevistas, foram elencadas três categorias que serão percorridas no presente texto, a saber: “Pesca de arrasto: opressões e seus efeitos”, “Coral branco: perdas e lutos” e “Canto da sereia: resistências, enfrentamentos e esperanças”.

Um ponto importante a ser mencionado diz respeito à minha própria posição epistemológica dentro da pesquisa e seus desdobramentos acerca dos temas aqui trabalhados. Assim, como pontua Mombaça (2021), o conceito de lugar de fala visa promover a identificação sobre em que posição social o/a pesquisador/a se encontra ao falar sobre determinadas vivências de grupos minoritários, sendo fundamental a demarcação de seus marcadores sociais, a fim de desnaturalizar tais posições e de que forma falar sobre elas. Tal noção visa combater a hegemonia cisgênera e branca sobre a produção de saber em defasagem às epistemes subalternas. A partir disso, é imprescindível ressaltar que, enquanto primeira autora do presente texto, falo enquanto pessoa trans não-binária, cujas vivências são marcadas pelas dores e potências de ser um corpo desviante da heterocisnorma. As histórias de vidas aqui narradas possuem a própria potência de suas vozes, que agiram e cotidianamente se manifestam contra os sistemas de opressão que visam seu silenciamento. É o que esse trabalho pretende realizar é fazer com que tais vozes ecoem cada vez mais em diferentes lugares, como a academia, que ainda mantém duras estruturas de silenciamento (Rezende, 2022).

## APRESENTANDO AS ENTREVISTADAS

### ENTREVISTADA 1: ERIKA

**Mulher trans de 63 anos de idade:** Erika é uma mulher trans branca, de 63 anos, que vive em uma cidade no litoral paulista. Ela relata ter fugido de casa ao se perceber enquanto homossexual, inicialmente, pois não via perspectiva de ser aceita em seu núcleo familiar. Fora do Brasil, morando no exterior, Erika iniciou seu processo de transição e diz ter sido a melhor coisa que lhe aconteceu. Retornou ao território brasileiro e passou a viver em uma cidade no interior do Paraná, em que era profissional do sexo até os 50 anos e protagonizava movimentos sociais em defesa a pessoas LGBT, trans, portadoras de HIV e moradoras de rua. Posteriormente, Erika foi encontrada por familiares e convidada a assumir os cuidados de sua mãe idosa, o que aconteceu até o final da vida dela, permitindo com que desenvolvessem uma

boa relação. Quando sua mãe faleceu, Erika herdou a casa que residia, passando a morar no local com seu marido e trabalhando como artesã.

## ENTREVISTADA 2: LINA.

**Travesti de 61 anos de idade.** Lina é uma travesti de 61 anos que vive em uma cidade no interior do Paraná. Inicialmente, ela narra que a relação com sua mãe era conflituosa enquanto ainda se entendia como um “homossexual afeminado”. Aos 24 anos, em suas palavras, ela se transformou e observou uma melhora significativa na relação entre elas, tendo sempre contato próximo com sua família. Nos anos 1980, Lina se mudou para a Europa em busca de condições de existência devido à violência policial às travestis trabalhadoras do sexo. Retornou ao Brasil após alguns anos e trabalhou como profissional do sexo na cidade que residia até os 50 anos, onde participou ativamente de movimentos sociais de luta aos direitos de pessoas LGBT e trans. Atualmente mora sozinha em sua casa e diz cuidar frequentemente de seus sobrinhos-netos, recebe auxílio governamental e não exerce atividade remunerada.

Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios e exercem sua função de humanizar tais narrativas a partir das experiências das entrevistadas. Erika Hilton, importante deputada federal ativista dos direitos trans e Linn da Quebrada (Lina), cantora que exerce uma forte contestação à transfobia em suas músicas. O uso do nome Erika para a **entrevistada 1** se dá por conta da admiração que a entrevistada destina à tal figura e por quase ter se candidatado à vereadora na cidade em que residia, materializando o caráter político da identidade trans. Já a escolha do nome Lina se dá por conta de um importante período na vida da **entrevistada 2**, em que dançava balé e via potência transformadora em tal arte, tendo sido muito importante para seu crescimento pessoal e abrindo possibilidades para outras formas de viver, o que faz referência ao caráter artístico contestador e mutável da identidade travesti.

## O PROCESSO DE ENVELHECER TRANSFEMININO

### PESCA DE ARRASTO: OPRESSÕES E SEUS EFEITOS

O final da década de 1980 no Brasil foi caracterizado por uma forte mobilização de movimentos sociais que reivindicavam políticas públicas para a população por conta do processo de redemocratização pós-ditadura militar.

Entretanto, com o grande número de casos de HIV no mesmo período e com todo o discurso legitimador de demarcação de inimigos fomentado pela mídia, tais direitos não alcançaram grupos sociais estigmatizados, como as travestis, vítimas da “Operação Tarântula”. A população transfeminina, sempre colocada numa posição de não-humanidade, foi perseguida na cidade de São Paulo a partir da noção ilógica de que eram necessariamente portadoras de HIV e de que transmitiam o vírus intencionalmente. Dessa forma, como apontam Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018) houve um encarceramento em massa, além de assassinatos de mulheres trans e travestis apenas por existirem enquanto tais. Como aponta a entrevistada Lina, tal operação teve repercussões para além da cidade de São Paulo: “Essa operação passou por todo o Brasil, ia ser mesmo uma higienização das travestis, porque eles achavam que era a gente que tinha trazido o vírus do HIV para o Brasil.” (Lina, 2024)

Segundo Trevisan (2018), por conta da intensa perseguição policial às travestis sob acusações de vadiagem e atentado ao pudor, a partir da década de 1970 houve um intenso fluxo migratório delas para a Europa, a fim de procurar melhores possibilidades de vida. No exterior, muitas delas conseguiram se estabelecer e ascender economicamente, podendo converter o dinheiro em capital corporal, como próteses de silicone e demais cirurgias plásticas, além disso, eram respeitadas na maioria das vezes em seus convívios sociais (Antunes, 2013). Acerca da diferença entre a forma que era tratada no Brasil em relação à Europa, Lina aponta para o respeito social e para as possibilidades afetivas que recebia do outro lado do Atlântico. Em suas palavras:

Lá fora a vida é totalmente diferente daqui: primeiro mundo. Então você já chegava saindo de um ambiente hostil e você chega lá e era bem recebida. A educação se incluiu muito e ter a possibilidade de ter uma pessoa também sobrevivendo do lado. Eu fui casada lá, então a gente ficava naquele âmbito familiar, trabalhava a noite... Gostei muito. (Lina, 2024)

A ida para a Europa, ainda que se mostrasse enquanto possibilidade para acumulação de capitais diversos (financeiro, corporal, social e cultural), era também marcada por situações de violência, como relata Erika, ao narrar a intoxicação forçada promovida pelos donos da casa de prostituição em que atuava:

Voltei da Europa drogada, porque lá tem a máfia, me obrigaram a usar heroína, me sequestraram. Fiquei três dias com eles, eles injetando droga em mim. Lá era assim, ou eu pagava 50 dólares por noite ou usava droga, só que a droga era muito mais que gastava. Eu pagava 50 dólares e eu ganhava muito dinheiro e eles acharam que estava errado, até que pen-

saram “se usar droga ela vai gastar mais” aí eles me sequestraram e me induziram para droga. Eu fiquei três dias usando droga, quando me pusem na rua eu senti falta, abstinência, aí eles passaram e me ofereceram, eu comprei aí eu passei a ser cliente deles, é assim que funciona lá. Tem muitas aí na noite que, não vou dizer todas, mas 60% das mulheres trans que existem hoje na rua são usuárias de droga. (Erika, 2024)

A vivência de situações profundamente opressivas marca a trajetória de vida e, conseqüentemente, o processo de envelhecimento de muitas mulheres trans e travestis, como essa narrada por Erika. Encontramos na literatura científica (Vieira & Bagali, 2018) e nas falas das participantes de nossa pesquisa, três principais agentes de opressão sobre pessoas trans e travestis: a educação, o trabalho formal e a saúde. Tais agentes, por intermédio de diferentes mecanismos de opressão operados pelo sistema cisheterossexista, atuam ativamente na desumanização de corpos trans que são perseguidos e, ao mesmo tempo, negligenciados a partir de uma lógica de violência e destruição de corpos dissidentes.

Ao falar sobre as principais dificuldades vividas ao longo da vida, Lina aponta inicialmente a escola como instância primeira de opressão. Observa-se o quanto a escola se constitui enquanto uma das principais instituições mantenedoras da ordem heterossexual a partir de um heteroterrorismo, que é cultivado pelos funcionários, alunos e pela própria escola, que inibe ou reforça certos comportamentos por meio de insultos e piadas homofóbicas. Com isso, crianças dissidentes de gêneros e sexualidades, que são constantemente vítimas da hostilidade em relação à diferença nas instituições de ensino, são compelidas à evasão escolar. Tal processo se constitui enquanto uma evidente expulsão de tais alunos, uma vez que se deseja a exclusão e a eliminação da diversidade sexual e de gênero nesses rígidos ambientes de aprendizagem da sociabilidade heteronormativa (Bento, 2011). Nas palavras de Lina: “Primeiro a escola, na verdade, a escola na época já te excluía. Na época a gente era expulsa da escola por causa do bullying, na verdade não era bullying ainda, era piadinha ‘menino afeminado’, ‘número 24’. A escola foi difícil.” (Lina, 2024)

A partir da compreensão de um acesso difícil e restrito para pessoas trans e travestis à educação, é possível se pensar nos impactos da falta de qualificação na busca de inserção no mercado de trabalho formal. Ainda que algumas delas alcancem a qualificação necessária, pode acontecer de mulheres trans e travestis não conseguirem assumir vagas de emprego ao apresentarem seus documentos, tal como relata Erika:

Para uma pessoa trans da terceira idade – porque eu sou capacitada, eu tenho cursos e tudo – o mercado de trabalho não existe para nós. Eu mandava currículo, me chamavam, quando eu chegava, a pessoa me olhava e dizia “sinto muito, já foi preenchida”. Até que eu fui ao restaurante japonês lá na cidade que residia, eu cheguei no horário marcado, entreguei meu currículo, o japonês leu e disse “mas aqui tá outro nome”, eu falei “sou eu”. Ele já afastou dois passos, me olhou dos pés à cabeça e falou “não tem lugar para pessoa igual você aqui”. Aí eu baixei a cabeça, virei as costas e saí chorando. (Erika, 2024)

De acordo com a pesquisa de Costa (2013), a falta de inteligibilidade e coerência entre sexo e gênero confina pessoas transfemininas à determinados espaços e profissões, tendo enquanto referência principal a prostituição. Esta, por sua vez, assume um caráter praticamente compulsório para tal população, uma vez que se constitui como possibilidade de sobrevivência em decorrência das faltas de oportunidade e da discriminação tão presente nos trabalhos formais. Dessa forma, mulheres trans e travestis são destituídas das regulamentações e direitos trabalhistas que garantiriam maior segurança financeira e, conseqüentemente, impossibilitam o acesso a uma aposentadoria na velhice capaz de promover condições básicas de vida.

Concomitante a isso, a falta de acesso de pessoas trans e travestis a serviços de saúde se revela enquanto um importante pilar do projeto desumanizador de tais vidas. Situações de negligência, preconceitos e discriminação são comuns, infelizmente, em espaços que veriam fomentar saúde e cuidado. Por conta de tal cenário, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através da portaria nº 2.836/2011 (Brasil, 2011), constituindo um importante marco na trajetória de luta e conquista de direitos por movimentos LGBTQ+ e trans organizados, como a Associação das Travestis e Liberados do RJ (Astral) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Essa política tem como objetivo, dentre outros, “garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde” (Brasil, 2013, p. 21). Por mais que se tenha uma política pública, não há garantias de que essas pessoas deixarão de vivenciar situações constrangedoras, tal como relatado por Erika:

Eu passei por um constrangimento recentemente. Eu fui para um atendimento do médico vascular; aí na hora que ele chamou, ele chamou meu nome de registro, eu fiquei olhando aí eu fui para o atendimento. Na hora que eu fechei a porta, eu falei “eu pedi que me chamasse pelo nome social”. Ele falou: “é, mas o seu nome é o de registro”. Eu falei: “o

que tá escrito aí?” Aí ele olhou e falou “ah, tá o seu nome social”. Falei: “então você tem que usar meu nome social”. Aí ele falou: “Ah, tá, me desculpa é que a gente pega a ficha já olha o primeiro nome”. E eu falei “o primeiro nome meu é o de registro, mas olha na ficha do senhor. Tem esse e nome social Erika. Então tá numa linha só, então eu quero que o senhor me respeite”. Então ele me pediu desculpas e eu falei “espero que não aconteça novamente, que eu vou ter que passar aqui novamente com o senhor porquê senão vou ter que tomar minhas providências e eu tenho direitos”. E eu exijo hoje, eu imponho não só por mim, mas por todas as pessoas trans. (Erika, 2024)

O saber biomédico adoecedor e produtor de subjetividades e seu impacto na relação que pessoas trans desenvolvem com os serviços de saúde é desvelado por Preciado (2023) em seu livro “Texto Junkies”, que caracteriza a era fármacopornográfica como a nova forma com que o capitalismo se apresenta e com que o biopoder exerce influência na vida cotidiana. Para ele, estabelece-se uma era em que o uso de drogas exerce variadas formas de controle sobre a vida dos indivíduos, inclusive no que diz respeito às configurações de gênero e sexualidade. O uso de anticoncepcionais pelas mulheres e Viagra pelos homens produzem intervenções físicas artificiais que produzem padrões de gênero e ideais sexuais. Já a pornografia produz os mesmos modelos a partir de figuras imagéticas presentes nos mais variados meios de comunicação, estabelecendo muitas vezes performances sexuais e padrões estéticos inalcançáveis.

Para pessoas trans, entretanto, a terapia hormonal de transição de gênero é duramente criticada por se utilizar de substâncias artificiais para se promover mudanças físicas, não se levando em conta que na contemporaneidade o poder farmacológico já exerceu influência sobre a sociedade de forma massiva, turvando as noções de natural e artificial e criando indivíduos ciborgues.

Dessa forma, as terapias hormonais para pessoas trans possui um caráter subversivo de hackeamento de gênero em relação à norma cisheterossexual que insiste no binarismo homem e mulher a partir de um discurso de imutabilidade biológica dos corpos utilizado quando se é conveniente pela cisgeneridade. Entretanto, a utilização de tais ferramentas podem também apresentar riscos, uma vez que pessoas trans podem almejar um ideal estético de feminilidade, fomentado pela indústria pornográfica que dita as regras de corporeidades possíveis, como tentativa de se amenizar as transfobias e garantir a própria sobrevivência tal como narra Erika: “Eu estou com problema vascular por causa de... hoje me arrependo, mas na época, 30 anos atrás, eu

não pensei, eu queria ficar bonita, então taquei silicone no corpo. Hoje eu não faria isso”. (Erika, 2024)

Tal padrão de beleza afeta mulheres trans e travestis que, em consonância com a dificuldade de acesso aos órgãos públicos de saúde e ao despreparo de seus profissionais para lidar com demandas próprias de tal grupo, se responsabilizam por suas construções corporais e acionam recursos passíveis de muitos riscos para alcançá-las, como a utilização de forma indiscriminada e sem supervisão médica de medicamentos de uso hormonal que podem levar a condições graves de saúde a longo prazo, bem como a implantação de silicone industrial por “bombadeiras” em partes estratégicas do corpo para delinear contornos atribuídos ao feminino, que tendem a migrar no corpo e gerar deformações, necrose e demais complicações (Antunes & Mercadante, 2012). Tais complicações podem ser ilustradas por Erika:

Eu tive uma trombose nas duas pernas, que eu não sabia, foi por conta do silicone industrial que eu coloquei no quadril. Então eu me arrependo porque eu fico um tempo de pé e começa a inchar tudo. Eu tive trombose, aí eu tô cheia de varizes. Eu fui no vascular e ele falou “não posso mexer em você, porque se eu for mexer nessas varizes eu vou entupir outras veias outros meios de circulação e você pode ter uma gangrena e necrosar. Então eu teria que amputar sua perna, então não posso fazer nada por você, você vai ter que manter repouso. Você não pode fazer nada, você tem os seus limites de tempo de ficar sentada, de ficar de pé, o certo é você ficar repousando com as pernas para cima”. Então, isso, eu me arrependo. (Erika, 2024)

## **CORAL BRANCO: PERDAS E LUTOS**

O processo de envelhecimento é marcado por diversas perdas e lutos por conta de diversas mudanças vividas nesse período (Correa, Barbosa & Silva, 2020). O envelhecimento para mulheres demarca uma posição de perdas significativas, uma vez que o corpo físico se modifica, apresentando sinais como rugas, flacidez, cabelos brancos, dentre outros, que contrastam com o valorizado padrão de beleza associado à juventude.

No caso de profissionais do sexo, esse processo adquire outras camadas. Segundo Antunes (2013), travestis que exercem a prostituição perdem, além da relevância social, a sua fonte principal de trabalho, que é o corpo. A velhice, tão associada à decadência e feiura, faz com que tais corpos não sejam mais considerados atraentes e, conseqüentemente, não haja mais a procura

dos clientes pelos serviços sexuais, o que gera uma diminuição significativa da renda de tal população, como é exposto por Erika:

As bonitas, as novinhas, todas lindas, curvilíneas, com peito, carão. O cara parava o carro pra elas e eu ficava ali. Aí ele parava pra uma, parava pra outra, o preço não dava aí parava pra coitada aqui e falava “dou 20 na chupeta” e eu era obrigada a entrar, sendo que era 50, mas eu fazia para não passar fome... Eu tive que parar de me prostituir porque eu não tinha mais valor, entendeu? Era muito desvalorizada, eu era muito criticada. Tinha gente que passava de carro e dizia: “ô, tia, tá na hora de ir para casa”. A molecada dizia: “você não acha que tá muito velha para ficar aí não?”. Então isso pega... (Erika, 2024)

Observa-se que, a partir das mudanças corporais decorrentes do envelhecimento e dos signos sociais atreladas a elas, há uma transformação sobre a forma com que mulheres trans e travestis vão entender e experienciar suas próprias sexualidades. No estudo de Siqueira (2004) com travestis, as participantes relatam que a vivência da sexualidade se deu tão intensamente ao longo dos anos por conta do trabalho sexual e muitas vezes em situações de grande sofrimento que, ao chegar à velhice, muitas delas já não veem sentido em manter relações sexuais. Para Erika:

Eu e o meu marido, a gente tem essa relação, porque a gente não tem o contato físico, e hoje eu não tenho mais tesão. Eu vivi muito tempo com a prostituição, eu sofri muito com prostituição. De acordo com Lina: Depois que eu voltei da Europa trabalhei mais um pouco e cansei daquela coisa, porque vai chegando numa idade que você não tem mais tesão, sabe? (Erika, 2024)

A partir da fala de Erika, em que relata a desvalorização social que permeava suas vivências na rua, é possível identificar que a abjeção não se apresenta somente enquanto seus produtos, ou seja, as múltiplas formas de violência de grupos dominantes sobre as minorias sociais a partir de práticas discriminatórias. Tal força se apresenta essencialmente em sua capacidade de obstruir e sufocar afetos essenciais para a entrada de indivíduos na categoria de humano (Favero, 2022).

O sufocamento de afetos, inclusive, se faz presente nas entrevistas quando rememoram as perdas de outras mulheres trans e travestis, destacando o quanto o período da ditadura militar com a Operação Tarântula as encarceraram e assassinaram indiscriminadamente como uma tentativa de “limpeza social”, período este marcado também pela epidemia do HIV que ceifou as vidas de

centenas de pessoas LGBTQs em decorrência de complicações da AIDS e falta de assistência da Saúde Pública às pessoas contaminadas.

Perante tal cenário distópico, pessoas transfemininas são colocadas em uma condição de apagamento de qualquer humanidade e, se suas vidas são deslegitimadas enquanto tais, logo não há assassinato e conseqüentemente os lutos são proibidos, uma vez que se não houve vida e nem morte não há razão para se ter perdas e lutos (Silva, 2020). A partir disso, Erika e Lina destacam o quanto tais perdas negligenciadas impactaram nas suas próprias noções de finitude, imaginando tais mortes enquanto reflexos de seus próprios destinos. Para Erika: “Eu fico muito mal, porque tem o feminicídio, né? O Brasil é o maior país do mundo de morte de mulheres trans. Então eu morro de medo de sofrer violência. Tanto que quando eu vejo que a situação vai engrossar eu me defendo”. (Erika, 2024)

De acordo com Lina:

Perdi todos os meus amigos praticamente, é assim com as pioneiras. A AIDS matou um tanto, a polícia matou o outro. Então essas coisas elas ficavam, de cada pessoa que eu perdi ali eu perdi um pouco também de ânimo naquilo. Vendo a situação, pensava “o que que tá esperando por mim, também?”, já vi que você vai ficando cada vez mais sozinha. (Lina, 2024)

Destaca-se, ainda, o impacto que o falecimento das mães de Erika e de Lina tiveram sobre suas vidas. Lina, que desde que se transformou [sic] travesti, manteve uma boa relação com sua mãe, residindo por um longo período junto a ela e oferecendo os cuidados necessários no seu final de vida. Hoje, ela relata se sentir sozinha nessa nova fase da vida. Assim como Lina, Erika também cuidou de sua mãe no final de vida. Ela relata ter sido contatada por sua família por meio de uma rede social após sua mãe ter sofrido um AVC e, que assim que soube da notícia, abandonou sua vida e carreira política na cidade em que residia para oferecer seus cuidados para sua mãe no litoral paulista. Seu falecimento se deu por complicações de um enfisema, tendo Erika atribuído à pandemia de Covid-19 um agravamento do quadro de saúde dela: “30 anos longe dela e cinco anos junto, dia e noite. E eu vi minha mãe definhando, se não fosse a pandemia minha mãe não teria morrido, porque quando chegou a pandemia ela estava fazendo fisioterapia, ela estava bem”. (Erika, 2024)

É possível se notar que tanto as mortes de outras mulheres trans e travestis quanto a perda das mães de ambas, associadas à posição social e estigma destinados à população idosa, gera um forte sentimento de solidão vivido pelas

entrevistadas. Para Lina: “Todo mundo trabalha, então você praticamente tá sozinha, né? Antes tinha minha mãe aqui dentro de casa, tinha sobrinharada que ficavam mais aqui em casa, hoje eu não tenho mais isso, as coisas vão mudando”. (Lina, 2024)

Nas palavras de Erika:

A solidão que eu estava por conta da questão do falecimento da minha mãe... Eu acabei me sentindo totalmente só. Aí meu medo é só a solidão, é o medo que eu carrego... Meu medo é solidão, eu tenho medo da solidão, a solidão nem tanto, a depressão. Porque eu sou uma pessoa que eu sou muito ágil, mas eu estava amuada, estava definhando então a depressão é pior que a solidão. Eu vi uma mulher trans lá na cidade que morava se jogar sobre o prédio mais alto do centro da cidade, caiu na avenida principal. Então é por depressão. (Erika, 2024)

O processo de envelhecimento é permeado por várias perdas ao longo da vida. Para muitas pessoas trans e travestis, elas vêm em proporção bastante significativa e, muitas vezes, dolorosa. Por outro lado, viver mais anos de vida também é acompanhado de ganhos e realizações. Como disse Lina: “Aliás, assim, já tô caminhando mesmo, sabe, o restante da vida. Acho que agora o que vier é lucro”. (Lina, 2024)

## **CANTO DA SEREIA: RESISTÊNCIAS, ENFRENTAMENTOS E ESPERANÇAS**

A transcestralidade, conceito cunhado pela artista e transantropóloga Renata Carvalho e citado por Dantas (2022), se apresenta enquanto possibilidade de se assumir os sujeitos trans como detentores de memória sobre o passado e força de transformação do futuro. Tal dispositivo, dessa forma, permite a compreensão sobre as táticas utilizadas pelo regime cisheterossexista para regular os corpos, e de que forma as vidas travestis se mobilizavam para resistir e subverter tal visão limítrofe sobre a experiência humana.

A partir de tal posição e dos relatos de Erika e Lina, é possível se pensar em futuros transfemininos além da violência, abrindo-se à possibilidade de se esperar e criar estratégias de resistência e luta atuais com raízes nas experiências transcestrais. As velhices trans e travestis, assim, a partir de suas vozes, assumem o brilho e a força capazes não só de potências narradoras de memórias, mas se apresentam enquanto fundamentais agentes de construção

de destino para as futuras gerações de pessoas dissidentes e de cenários outros para o envelhecimento transfeminino.

Entre as estratégias de resistência utilizadas no período de mais intensa perseguição às mulheres trans e travestis, Trevisan (2018) relata a automutilação das travestis profissionais do sexo com gilete nas décadas 1970 e 1980, como formas de lutar por suas vidas frente à violência policial da Operação Tarântula. Por conta dos cortes e consequente sangramento, as travestis encarceradas podiam ser transferidas para hospitais, onde poderiam escapar mais facilmente. Além disso, a partir do final dos anos 1980, o ato da automutilação evitava muitas vezes que fossem presas, pois, de acordo com Lina:

Foi após o término da ditadura, quando o país estava se refazendo, que apareceu a AIDS, e as meninas tinham como se defender, elas carregavam gilete pra se cortar pra ameaçar os policiais que vinham com cacete batendo, atirando. Com o sangue eles ficavam com medo e não as prendiam. (Lina, 2024)

Além disso, a violência ou o tido “barraco” era uma das poucas possibilidades de defesa e combate frente à transfobia vivida, uma vez que a criminalização da LGBTfobia ainda era um horizonte distante a ser alcançado, como relata Erika:

Eu baixo o outro lado, eu baixo a identidade pré-transição, eu fico agressiva, a menos que a pessoa esteja armada, mas se ela vier na porrada ela vai ter que brigar muito comigo... quando eu via que o bicho ia pegar fazia barraco para chamar atenção das pessoas aí aquela pessoa ficava sem ação, então eu conseguia calar a pessoa assim. (Erika, 2024)

Na pesquisa realizada por Siqueira (2004) é importante observar o quão valioso a velhice se mostra para mulheres trans e travestis por evidenciar a resistência delas ao longo da vida em relação às mais diversas dificuldades, em decorrência da prostituição, das violências transfóbicas, do uso de drogas de forma irresponsável, contaminação ou complicações em relação ao HIV. Isso, por sua vez, apresenta o papel de sobreviventes e agentes de transformação da realidade social que as travestis sempre desempenharam. Isso também é apontado por Lina:

Envelhecer numa sociedade que a gente não tem direito a nada, nem políticas públicas... Nem direito praticamente de viver, foi difícil. O interessante de toda essa trajetória é que foram acontecendo itens que valorizaram bastante agora, como o nome social, o ambulatório transsexualizador. Foram conquistas desses anos todos, que eu também ajudei a construir dentro da cidade que resido, que eu trouxe pra cá. E as ONGs,

que também fomos pioneiros nessa parte de abrir mais as possibilidades para pessoas trans e travestis. (Lina, 2024)

As inúmeras dificuldades vivenciadas em um país tão transfóbico como o Brasil leva tais identidades transfemininas a negociarem constantemente os seus lugares na sociedade a partir da atuação política em ONGs e demais associações que visam ampliar a garantia de direitos e políticas públicas para a população LGBT, trans, e a grupos de luta a portadores do HIV.

A atuação política de mulheres trans e travestis surge para além da conquista de direitos e melhora das condições de vida, se apresenta substancialmente como forma de resistência, muitas vezes compondo associações que oferecem abrigo a pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade. Tais posicionamentos, por sua vez, possuem um importante marcador etário ao serem tidos mais frequentemente por travestis e mulheres trans mais velhas devido ao fato de terem criado os caminhos para uma luta sólida após inúmeras adversidades, e terem conquistado seus espaços (Siqueira, 2004).

Tanto Erika quanto Lina tiveram trajetórias de extrema importância para a luta de direitos à população trans no Brasil. Erika relatou todo seu caminho de militância e sua trajetória política, iniciando-se a partir da imposição de respeito por sua voz e na garantia de espaços para outras meninas trans, até a sua posição de presidenta do movimento de população de rua da cidade que residia e conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social. Já Lina apresenta as conquistas de políticas públicas garantidas graças à participação política em ONGs e centros de atenção à saúde da população LGBT+, em que inclusive ministrou oficinas de artesanato para geração de renda de pessoas trans em vulnerabilidade social:

Eu já tinha uma voz ativa. Eu chegava na Câmara da cidade, eu não ficava em plenária, nem nada, eu ficava lá no meio dos vereadores para conversar, para falar sobre, para brigar quando tinha alguma coisa que me interessava. Aí eu passei para políticas públicas da assistência social porque tínhamos abrigos, tínhamos a população de situação de rua e os nossos interesses, aí os amigos começaram a me procurar porque faltava verba para isso e para aquilo. A Erika ia na Câmara brigar... Quando me vi eu estava conselheira da Secretaria Municipal de Assistência Social, eu era conselheira da secretaria. O Conselho Municipal tinha uma mulher trans, aí eu comecei a colocar os direitos LGBT, eu lutava, e os direitos da população em situação de rua. (Erika, 2024)

Fomos atrás de política pública, como o nome social que foi um trabalho bem grande para a gente conseguir isto, teve muitas reuniões junto com a ANTRA com o Regional, Municipal, a conferência LGBT que nós

fizemos na cidade que eu ajudei também. Distribuimos cestas básicas, ensinávamos elas (mulheres trans e travestis) a fazer crochê, ensinávamos elas a cozinhar teve a ONG, que saiu a peça, tinha cozinheira piloto, tinha o salão de beleza, eu fazia os artesanatos e era um jeito a mais para elas ganharem dinheiro. (Lina, 2024)

A conquista de direitos, protagonizada pelas entrevistadas, garantiu uma mudança na forma como se defendem das transfobias que ainda passam em diferentes ambientes. A violência e o “barraco”, até então estratégias de resistência relatadas por Erika, não se fazem mais necessárias com a possibilidade de se reivindicar respeito e tratamento humanizado por meio das leis e políticas públicas. De acordo com ela:

Hoje eu consigo na palavra. Hoje é a pessoa tentar qualquer coisa de homofobia, transfobia, eu chego na pessoa e falo: “querida, eu tenho meus direitos. Se você quer ir pelo lado jurídico, a gente vai. Eu vou meter um processo, você vai preso e você vai ter que dar indenização de 5 mil reais. Você quer continuar com essa palhaçada? Você vai ter que me respeitar”. (Erika, 2024)

Além disso, as ações promovidas pelas ONGs e por todos os movimentos sociais que Lina e Erika compuseram foram fundamentais para a compreensão e aceitação de condições de saúde vividas pela população LGBTQ+ marginalizada. A partir da participação de Erika nos movimentos sociais de garantia de direitos para a população que vive com HIV, bem como a sua atuação em uma ONG que trabalhava com a população gay, travesti e de garotes de programa na prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, ela desenvolveu um olhar de maior aceitação sobre sua própria sorologia. Erika pontua que, diferente das demais pessoas que conviveu, ela descobriu o HIV na velhice em decorrência da testagem realizada pelo seu marido. Após a constatação de presença do vírus nele, Erika afirma ter realizado o exame para detecção do vírus do HIV, o resultado foi positivo apesar da carga viral baixa e afirma ter lidado bem com tal notícia, segundo ela:

Sou soropositiva. Não me afetou porque por eu ter feito parte da ONG eu durante anos eu convivi com mulheres trans, uma chegou a morrer nos meus braços, então eu sabia como que tá com o problema. Hoje não é mais problema, é problema para quem não se cuida, certo? O meu HIV é recente, não é engraçado? Eu vim descobrir o ano passado, dois anos atrás, foi em 2021 que eu vim a descobrir que eu estava soropositivo, por causa que meu marido. Ele teve um problema de saúde, ele fez o exame, deu positivo, aí ele mandou o exame para mim. (Erika, 2024)

Identifica-se, ainda, a potência proveniente das próprias identidades trans e travestis acerca da ruptura da lógica binária europeia de gênero. Segundo Patrícia Porchat e Leonora Macedo (2024), a existência de construções outras de gênero sempre estiveram presentes em diversas sociedades pré-colonizadas, evidenciando inclusive o quanto a identidade travesti remonta de um período tão antigo quanto a colonização no Brasil a partir da figura de Xica Manicongo, travesti africana escravizada que teria sido forçada a se apresentar de acordo com os códigos binários de masculinidade. Assim, Lina ao falar sobre a maneira com que vive sua identidade de gênero, diz a partir das especificidades e potências próprias da travesti para além de uma rigidez esperada pela herança colonial:

Mas a mulher trans para a mulher travesti tem uma diferença, a mulher trans é mulher mesmo, se sente mulher, ela é mulher. A travesti não, ela transita dentro dessa infinidade de gêneros que temos, né? Ela é solta, ela transita, a arte também vai ajudar bastante porque todas adoram cultura, travesti é incrível, é um fenômeno. Conseguem unir num corpo só duas almas. Sou uma mulher travesti, nunca pensei em ser mulher, adoro viver como mulher, mas ser mulher não. (Lina, 2024)

Tal fala é de suma importância no que tange o seu próprio entendimento com a travestilidade. Lina observa o caráter transgressor de sua identidade em relação às normas binárias de gênero, bem como sua plasticidade em como vive seu gênero. Como pontua Favero (2022), ser transgênero, transsexual e/ou travesti não se trata de necessariamente pertencer a um gênero, mas sim de contestar o sistema binário de gênero que limita a criação de novas possibilidades de existência. Para ela, gênero se constitui como o que se disputa o desejo, este propriamente polimorfo e diverso. Dessa forma, é inadequado situar tais experiências em papéis sociais fixos, uma vez que não permite a visualização do livre trânsito entre as identidades e reforça o postulado de que um corpo deva exercer determinada função social.

Acerca dos recursos sociais utilizados por idosos LGBTs para alcançarem melhores qualidades de vida, Rabelo e Davi (2020) indicam a necessidade que expressam em estabelecer relações com pessoas que compartilhem expectativas semelhantes a elas e que as deixem confortáveis para que possam expressar os mais diversos aspectos de suas identidades. Algo que se mostra a partir das falas de Erika acerca do relacionamento amoroso com seu marido, que a apoia e oferece espaço seguro para uma troca afetiva genuína. bem como nas relações de maternagem desenvolvida por Lina no processo de cuidar de seus sobrinhos e, agora, dos filhos de seus sobrinhos:

Eu falei para o meu companheiro, eu falei: “querido, você trouxe vida para mim de volta” e a gente combinou de não importa o que acontecer, porque a gente separou durante seis anos, e eu lembro que uma vez eu prometi para ele “eu nunca vou deixar você sozinho, eu sempre vou estar junto e a gente vai envelhecer junto”, e agora nós estamos... Hoje ele é a minha base emocional, o meu amigo, a minha emoção. Tudo que eu faço é voltado a ele. o que ele faz é voltado a mim. (Erika, 2024)

Eu ajudei um pouco na educação dessas crianças, né, meus sobrinhos. É ser mãe de um filho que não é meu, como uma pessoa que você adota, como filho de coração ali. Praticamente é tudo né ensinar a lição de casa, levar para escola, buscar na escola. Quando mais pequeno, cantava para dormir, brincar, deixa fazer o palhaço para pintar a gente, fazer cabaninha, tudo é entrar no universo da criança. Criei meus sobrinhos e agora algumas vezes eu ainda cuido dos filhos dos meus sobrinhos, sobrinhos-netos. (Lina, 2024)

Cabe ressaltar, ainda, a forma como as entrevistadas veem a nova geração de mulheres trans e travestis e de como elas imaginam que será o futuro de suas comunidades a partir dos avanços dos movimentos sociais que protagonizaram. Ambas olham com esperança para o destino trans, inclusive visualizando perspectivas outras para a velhice, ressignificando os sentidos da terceira idade a partir do termo “transtriaarca” trazido por Lina. Tal palavra possui um sentido transcestral de sujeitos de potência e conhecimento necessários para a construção de futuros a partir da resistência e luta que travaram ao longo da vida. Erika, por sua vez, apresenta as mudanças sobre a visão da sociedade sobre as pessoas trans e dessa continuar ativa na vida política.

Olha, no futuro vai ser mais fácil né? Porque já vamos deixar tudo mastigadinho, as coisas já andaram até aqui, facilitou bastante ser trans. A ANTRA está muito preocupada com a velhice trans, as transtriaarcas porque ficaram sem família. Estamos pensando em como organizar uma casa de recuperação, tipo retiro dos artistas, para as transtriaarcas que provavelmente virão, da minha geração sobraram bastante... eu paro a militância agora também, não quero mais, já contribuí a minha parte, agora essa geração nova já pegou mais força mais garra, elas vão conseguir bastante coisas ainda. Porque já está bem trabalhado as coisas, agora é saber encaixar e mandar e elas vão fazer isso, tenho certeza. (Lina, 2024)

Hoje mudou, hoje não sei se é por causa dos tais direitos que a gente tem que foram formalizados em lei, as pessoas entre aspas nos aceitam nos ambientes e tudo, mas mesmo assim é muito difícil... Eu penso em continuar a minha luta pelos direitos. Eu

sou política, eu gosto, se eu não tivesse vindo para cá e estivesse na cidade que residia, hoje estaria vereadora. (Erika, 2024)

Erika, ao falar sobre as conquistas de direitos e de espaços de representatividade para pessoas trans, observa o quanto há uma maior aceitabilidade na mídia a partir de artistas dissidentes da norma cisheterossexual, como Pablo Vittar e Rogéria. Segundo ela: ‘A gente tem que ter os nossos direitos aos nossos espaços. Hoje a gente ser reconhecida como Pabllo

Vittar, como a Rogéria que foi a primeira mulher trans a subir no palco e fica famosa, depois ir para TV, né? Ela abriu as portas da TV”. (Erika, 2024)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossa pesquisa foi possível identificar as formas com que o sistema cisheterossexista atua para deslegitimar e instaurar um regime de perseguição e extermínio sobre as vidas de pessoas trans. As narrativas de Erika e Lina assumiram um caráter denunciativo sobre as violências lançadas pela cisgeneridade e de ruptura sobre o que se é esperado de vidas trans, a não-existência. O presente texto, assim, se construiu a partir da importância de rememorar e recontar as trajetórias das transtriarcas, visando a afirmação de suas vidas e o reconhecimento da potência transformadora que tais corpos exprimem ao se perceber possibilidades de envelhecer para mulheres trans e travestis.

Apesar da criação de perspectivas de futuro e de esperança decorrentes de tal trabalho, cabe destacar a árdua luta pela conquista de direitos e de políticas públicas promovidos pelas entrevistadas enquanto uma tentativa de se honrar as mulheres trans e travestis assassinadas pelo Estado, a fim de mudar o cenário presente para que sobrevivessem e para garantir outras configurações de vida para as gerações futuras. Apesar de tais esforços, destaca-se o quanto ainda há significativas limitações no que diz respeito ao amparo estatal para mudanças mais profundas na dura realidade dessas pessoas.

Há, ainda, um número reduzido de direitos e de políticas públicas bem definidos que visam uma atenção especializada para a população trans, algo que se torna quase inexistente ao se pensar na interseccionalidade entre os marcadores etários e de identidade de gênero. Assim como apontado por Erika, no Estatuto da Pessoa Idosa não há nenhuma normativa que se debruce sobre o envelhecimento trans, algo que afeta a garantia de direitos por tal população e, conseqüentemente, no seu reconhecimento enquanto humanos.

Evidencia-se, a partir disso, a urgência em se pensar ações governamentais que insiram de forma humanizada mulheres trans e travestis idosas em espaços até então negados, como a educação, o mercado formal de trabalho e os serviços de saúde. Tais ações só serão possíveis a partir da luta popular por direitos, destacando a importância da movimentação política civil como agente de transfiguração do tecido social.

Concomitante a isso, observa-se a necessidade em se produzir maiores estudos e debates sobre o envelhecer transfeminino, visando uma ampliação dos saberes acadêmicos sobre essa temática. Tal urgência se dá como tentativa de se retirar a experiência trans somente baseada no sofrimento, na tomada desses corpos como meros objetos de estudo ou na patologização das identidades, movimento historicamente presente no saber da Psicologia e também em outras áreas do conhecimento. É importante, ainda, que essas produções científicas estejam alicerçadas em um compromisso ético e político sobre a forma com que serão trabalhadas, reconhecendo, especialmente, a partir de quais lugares pesquisadores cisgêneros falam, pesquisam e escrevem sobre pessoas trans e travestis. Esse compromisso ético e político da ciência se alinha com a luta pelo direito de viver e de envelhecer com dignidade e qualidade para todos os corpos. Que as vidas trans e travestis não tenham suas existências ceifadas precocemente e transformadas em estatísticas: que elas usufruam das águas do tempo e que as transcestralidades sejam inspiração e legado para futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, P. P. S. (2013). *Travestis envelhecem?* Annablume.
- Antunes, P. P. S., & Mercadante, E. F. (2012). Travestis, envelhecimento e velhice. *Revista Kairós-Gerontologia*, 14(Especial 10), 109–132. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2011v14iEspecial10p109-132>
- Associação Nacional de Transexuais e Travestis - ANTRA. (2019). *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasil. <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549–559. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>

- Brasil. Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011: Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)*. [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (1. ed., 1. reimp.). Ministério da Saúde.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Autêntica Business.
- Cavalcanti, C., Barbosa, R. B., & Bicalho, P. P. G. (2018). Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(Especial 2), 175–191. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>
- Correa, M., Barbosa, L. C., & Silva, P. G. (2020). Processos de luto na velhice: Uma revisão narrativa. Em E. C. Sampaio (Org.), *Envelhecimento humano: Desafios contemporâneos* (pp. 229–248). Científica Digital. <https://doi.org/10.37885/210303789>
- Costa, C. G. H. (2013). *Travestilidades: Incursões sobre envelhecimento a partir das trajetórias de vida de travestis da cidade do Recife* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Crenitte, M. R. F., De Melo, L. R., Jacob-Filho, W., & Avelino-Silva, T. J. (2023). Transforming the invisible into the visible: Disparities in the access to health in LGBT+ older people. *Clinics*, 78. <https://doi.org/10.1016/j.clinsp.2022.100149>
- Dantas, L. S. (2023). Metodologia da resistência transcestral: Pensando gênero a partir da teoria, da vivência e da articulação política. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 5(18), 106–118. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2022.18.14652>
- Favero, S. (2022). *Psicologia suja*. Devires.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>
- Goldenberg, M. (2008). Corpo e envelhecimento na cultura brasileira. *Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, 2(2), 56–61. <https://doi.org/10.26563/dobras.v2i2.379>
- Linn da Quebrada. (2017). Serei A [Música]. Em Pajubá. Produção de Vincenzo. YB Music. <https://www.youtube.com/watch?v=6KUD5CJrgVE>
- Mombaça, J. (2021). *Não vão nos matar agora*. Cobogó.
- Porchat, P., & Macedo, L. M. (2024). Gêneros não binários no Brasil: Uma aproximação psicanalítica. *Revista Periódicus*, 1(20), 158–172. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i20.54457>
- Preciado, P. B. (2023). *Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Companhia das Letras.
- Rabelo, D. F., & Davi, E. H. D. (2020). Recursos psicológicos e sociais ao longo do envelhecimento LGBT. Em L. F. Araújo & H. S. Silva (Orgs.), *Envelhecimento e velhice LGBT: Práticas e perspectivas biopsicossociais* (pp. 47–60). Alínea

- Rezende, G. C. (2022). *Corpos em transmutação: Narrativas alquímicas, extreme body modification e modos de subjetivação* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. <http://hdl.handle.net/11449/216192>
- Ruiz, M. S. (2021). Aspectos multidisciplinares sobre o envelhecimento de pessoas transfemininas. Em J. Pinheiro (Coord.), *Olhares sobre o envelhecimento: Estudos interdisciplinares* (Vol. 1, pp. 229–237). Universidade da Madeira. <https://doi.org/10.34640/universidademadeira2021ruiz>
- Silva, R. O. (2020). Morte impune, luto proibido: Vida nua e vida precária em Giorgio Agamben e Judith Butler. *Trans/Form/Ação*, 43(3), 339–360. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2020.v43n3.25.p339>
- Simakawa, V. V. (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>
- Siqueira, M. S. (2004). *Sou senhora: Um estudo antropológico sobre travestis na velhice* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87032>
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (4ª ed.). Objetiva.
- Vieira, H., & Bagagli, B. P. (2018). Transfeminismo. Em H. B. De Hollanda (Org.), *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (pp. 343–378). Companhia das Letras.

## CAPÍTULO 6

# O LUTO DE PESSOAS LGBTQIA+: UMA LEITURA À LUZ DO DISPOSITIVO DA INTERSECCIONALIDADE

Jose Valdeci Grigoletto Netto

Mariele Rodrigues Correa

### *Filhos da época*

*Somos filhos da época  
e a época é política.*

*Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas,  
são coisas políticas.*

*Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
tua pele, um matiz político,  
teus olhos, um aspecto político.*

*O que você diz tem ressonância,  
o que silencia tem um eco,  
de um jeito ou de outro político.*

*Até caminhando e cantando a canção  
você dá passos políticos  
sobre um solo político.*

*(Wisława Szymborska, Poemas, 2011, p. 77).*

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ESTUDOS SOBRE O LUTO

Na última década, os estudos desenvolvidos no Brasil acerca da temática da ruptura dos vínculos afetivos e do luto tiveram um salto significativo. Podemos encontrar diferentes perspectivas que ampliam as discussões, em especial no que se refere aos grupos historicamente marginalizados, como as pessoas LGBTQIA+ (Arima & Freitas, 2017; Almeida & D’Andretta e Silva, 2020; Moscheta, 2021; Bezerra & Vogt, 2023; Gabarra *et al.*, 2023; Leite, 2023; Grigoletto Netto, 2024a, 2024b), população negra (Souza *et al.*, 2020; Gomes, Rodrigues e Silva Neto, 2022; La Torre & Marras, 2024; Aquino da Silva, 2024; Vericimo, 2025), povos indígenas (Silva & Estellita-Lins, 2021; Lacerda *et al.*, 2024) e pessoas com deficiência (Oliveira, 2020; Casellato e Silva, 2020).

Na epígrafe deste capítulo, a poeta polonesa Wisława Szymborska enuncia: *somos filhos da época, e a época é política*. Por isso, precisamos compreender que as produções científicas refletem seu momento histórico, cultural, social e político. Se hoje as produções se debruçam para temáticas antes negligenciadas, é necessário entender que elas refletem lutas e resistências que produziram efeitos na atualidade. Logo, podemos compreender que as produções são marcadas pelo tempo, sendo, inclusive, um reflexo de sua época.

De antemão, pontuamos que isso não significa que precisamos lançar à fogueira o que foi escrito até então, tornar obsoleto um conhecimento, descartá-lo. Existe uma frase atribuída ao matemático Isaac Newton que diz algo mais ou menos assim: “*Se eu cheguei tão longe, foi por estar apoiado nos ombros de gigantes.*” Logo, é disso que se trata a ciência: um conhecimento anterior possui a capacidade de tornar-se motor que impulsiona novos saberes. A ciência é feita de indagações, dúvidas, críticas, refutações. O conhecimento científico precisa ser atualizado, revisto, ampliado.

Nos estudos do luto, temos um importante exemplo para ilustrar essa afirmativa: no século passado, a psiquiatra suíça Elisabeth Kübler-Ross foi responsável por trazer um novo olhar para a maneira na qual as pessoas lidavam com a morte. A partir da publicação de seu primeiro livro *Sobre a morte e o morrer*, em 1969, Kübler-Ross transformou a maneira na qual profissionais da saúde, em especial da medicina, lidavam com as pessoas em fim de vida. A médica foi a responsável pelo desenvolvimento da conhecida teoria

das fases do luto, a saber: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação, etapas nas quais uma pessoa transitaria ao deparar-se com o luto ou com a possibilidade de vir a vivenciá-lo. Veja: estamos falando de uma produção que data da década de 1960.

Passadas algumas décadas, novos estudos vieram para questionar as fases propostas por Kübler-Ross (Konigsberg, 2011), inclusive com a proposta de outras leituras acerca do luto, como é o caso do artigo publicado por Margareth Stroebe e Henk Schut em 1999, conhecido como processo dual, no qual o luto seria visto enquanto um processo oscilatório em que ora a pessoa enlutada volta-se para seu luto, ora para movimentos de restauração e o “seguir em frente”. No texto, os autores sinalizam que o modelo composto por fases não é o mais adequado, visto que o luto não é um processo sequencial ou linear (Strobe e Schutt, 1999).

Hoje, são inúmeros os trabalhos que defendem que a compreensão do luto composto por fases não deve mais ser utilizada na intervenção com pessoas enlutadas, mas não ignoram a importância e o pioneirismo do trabalho de Kübler-Ross para o rompimento de barreiras e tabus, além de ter proporcionado espaço para que pacientes e familiares pudessem falar sobre seus medos e sentimentos frente à finitude da vida (Grigoletto Netto e Oliveira, 2016; Barbosa, 2016; Franco, 2018; Andery, 2021).

Andery (2021) e Franco (2021) apresentam uma importante linha do tempo dos estudos acerca do luto, o que nos proporciona uma maior compreensão sobre os caminhos que pesquisadores e pesquisadoras fizeram para o desenvolvimento de suas teorias. Encontramos que o luto já foi considerado, em especial nos séculos XVII e XVIII, causa de morte e passível de medicação para alívio de seus sintomas. Podemos constatar, ainda, que desde antes de Freud já havia discussões e estudos que traziam em seu bojo a questão da ruptura dos vínculos afetivos e seus efeitos para as pessoas enlutadas.

Ao longo dos tempos, em especial e em grande volume a partir da segunda metade do século XX, pessoas pesquisadoras de diferentes locais do globo desenvolveram pesquisas acerca da temática do luto. Conforme apresenta Andery (2021), autores como o britânico Colin Murray Parkes, o inglês John Bowlby, o germano-americano Erich Lindemann, o norte-americano Kenneth Doka, a americana Therese Rando o americano William Worden e a americana Holly G. Prigerson são nomes de destaque. No Brasil, temos nomes como Maria Júlia Kovács e Maria Helena Pereira Franco.

Poderíamos citar inúmeras outras pessoas pesquisadoras, que desenvolveram e continuam a desenvolver importantes trabalhos, mas nos limitamos aos citados apenas para ilustrar que este tema, conforme Franco (2021) apresenta, sempre despertou interesse e frutíferas pesquisas e, sobretudo, continua a despertar.

## **LUTO EM PESSOAS LGBTQIA+**

Para refletirmos sobre os lutos em pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexos, Assexuais e mais), primeiramente é necessário tecermos algumas considerações sobre quem são estas pessoas e quais os espaços socialmente aceitos para que elas acessem e possam, a partir de então, efetivar a garantia de seus direitos e exercerem a cidadania. Para Meris (2024), pessoas LGBTQIA+ foram ao longo do tempo expostas à discriminação, estigma, criminalização, conflitos familiares e inclusive culpabilizadas pelo surgimento da epidemia do HIV-AIDS e, mais recentemente, pela doença Mpox.

Pensando no Brasil, referimo-nos a um país violento, em especial para pessoas que pertencem à grupos considerados historicamente marginalizados e, portanto, vulnerabilizados (pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, pessoas economicamente vulneráveis, dentre outras). Constantemente chegam até nós notícias de homicídios contra pessoas que pertencem a um (ou mais) dos grupos acima citados. São notícias que invadem nossas vidas, seja através da internet, do rádio ou da televisão. Ousamos dizer que, talvez, os números que nos alcançam são menores do que a realidade, mas o que chega já é, por si só, alarmante.

Referindo-se às pessoas LGBTQIA+, grupo alvo deste capítulo, apresentaremos alguns dados que evidenciam os números da violência no Brasil. O Grupo Gay da Bahia, órgão que divulga anualmente dados da violência contra pessoas LGBTQIA+, ao longo dos últimos anos vem realizando levantamentos acerca das mortes violentas neste grupo. O último levantamento disponível até a escrita deste texto é o do ano de 2023.

No referido ano, o Brasil manteve-se como o país com maior número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, com 257 casos, sendo uma morte a cada 34 horas. Ainda, o relatório aponta que travestis e pessoas trans representaram 49% das vítimas, seguidas por gays (46%), lésbicas (4%) e bissexuais (1%). Quanto à faixa etária, a maioria das mortes ocorreu entre jovens de 19

a 35 anos, sendo a arma de fogo o principal instrumento usado. Geograficamente, o Sudeste liderou os registros (39%), seguido pelo Nordeste (37%) (GGB, 2024).

Também, a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais - divulgou um dossiê intitulado: *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Os dados evidenciam que o Brasil mantém-se, pelo décimo sexto ano consecutivo, como o país com o maior número de assassinatos de travestis e mulheres transexuais no mundo. As vítimas, em sua maioria, são jovens negras, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundas da região Nordeste, e têm suas vidas ceifadas com requintes de crueldade em espaços públicos (Benevides, 2024).

Inúmeras são as perguntas que rompem com uma aparente tranquilidade nas discussões ético-políticas acerca do luto: Butler (2018, 2019) indagou: *quais corpos têm direito ao luto?* Navasconi (2019) questiona: *será que corpos negros LGBTQIA+ existem de fato para o discurso científico?* No mesmo caminho, o importante trabalho do pesquisador Franco (2021b) tensiona: *com quais mortos se faz uma nação?*

Quando pensamos nos lutos de pessoas LGBTQIA+, podemos pensar em duas frentes distintas: por um lado, o luto considerado como uma experiência que vai além da noção de morte concreta (de um corpo) e se dá no cotidiano, quando há a proibição (escancarada ou velada) de frequentar certos espaços, como igrejas, comércios, escolas, universidades, espaços públicos; quando a família expulsa uma pessoa de casa por ela não se enquadrar em padrões cisheteronormativos; quando se é proibido de vivenciar algumas experiências em razão da impossibilidade de circular e gozar de uma liberdade que é, por vezes, inacessível.

Assinalamos isso para afirmar que o luto acontece, para muitas pessoas LGBTQIA+, no cotidiano, em pequenas ações do dia-a-dia que passam a ser marcadas por uma noção de erro: há algo de errado com este corpo e, por isso, você será penalizado com perdas de coisas significativas, com restrições e até violências. São mortes simbólicas que implicam em lutos profundamente dolorosos.

Por outro lado, temos o luto que acontece por mortes concretas: quando uma pessoa LGBTQIA+ morre, seja por uma morte violenta, como suicídio ou homicídio, seja por outra causa. A questão presente em ambas as frentes gira em torno da existência da possibilidade de que tais lutos possam ser vividos, expressados, experienciados. Em geral, pessoas LGBTQIA+ não possuem

espaço para vivenciar seus lutos, para sentirem-se dignas de enlutar-se. É o que Grigoletto Netto (2024c) afirma:

Quando questionamos sobre quais vidas e lutos importam, é necessário nos atentarmos para a compreensão sobre quais corpos são violentados, marginalizados e descartados cotidianamente em nossa sociedade, sem causar comoções públicas de grande alcance. Logo, uma vida que é vivida na marginalidade, na exclusão, não tende a assumir um local de importância e reconhecimento por ocasião de sua morte, afinal, **nem sua existência foi tida como vida-de-fato** (p. 50, grifo nosso).

Neste ponto chegamos ao conceito de luto não reconhecido. Kenneth Doka foi o responsável por cunhá-lo na década de 1980, ampliando-o ao longo do tempo e sendo referência para diversas pessoas estudiosas da área. Em inúmeros trabalhos, (Doka, 2002, 2016, 2025) o autor aborda especificamente o luto por rupturas de relacionamentos entre pessoas LGBTQIA+ e assinala a significativa ausência de validação e suporte social, mesmo que em muitos países atualmente haja o status legal das relações e uniões homoafetivas. Para além do quesito de um direito adquirido, o preconceito e o estigma ainda se fazem presentes e atravessam as experiências subjetivas do luto destas pessoas, causando impactos e podendo ser fator complicador para o luto.

Tal afirmativa pode ser encontrada em estudo realizado por Grigoletto Netto (2024). O autor desenvolveu uma pesquisa tendo como objetivo compreender os sentidos atribuídos por homens cisgêneros homossexuais a partir de suas experiências de rupturas de um vínculo de ordem afetivo-sexual. A partir das entrevistas e análise dos dados obtidos, chegou-se à conclusão de que o espaço social no qual o sujeito vivencia torna-se crucial para que o trabalho de luto aconteça de forma a ser fator protetivo para o sujeito enlutado, na medida em que poder contar com uma rede de apoio efetiva, suporte familiar e acesso à psicoterapia mostraram-se fatores importantes para o enfrentamento. Por outro lado, a ausência de suporte e acolhimento social foram lidos enquanto fatores de risco para a complicação do luto.

Em pesquisa desenvolvida por Leite (2023) junto a pessoas idosas gays e lésbicas, a pesquisadora constatou, por meio de entrevistas, que o luto pela perda do/a companheiro/a e a nomeação de quem ficou como viúvo/a aconteceu postumamente, ou seja, diferentemente do que acontece com a grande maioria de casais heterossexuais. Logo:

[...] parece que para muitas pessoas LGBTQIA+, é através da morte que as relações amorosas se tornam visíveis e nomeadas. Para casais que passam anos no sigilo, o momento da morte traz uma exposição

inesperada, que demanda nomeações que em vida não puderam ser feitas (Leite, 2023, p. 98).

## O LUTO DE PESSOAS LGBTQIA+ E O DISPOSITIVO<sup>5</sup> DA INTERSECCIONALIDADE

No acolhimento e cuidado ao luto de pessoas LGBTQIA+ é preciso que a pessoa profissional (aqui estamos nos referindo à diferentes áreas, seja da psicologia, medicina, enfermagem, serviço social, educação, direito, entre outras) tenha um olhar cuidado e sensível, voltando-se para aspectos que, em um primeiro momento, podem passar despercebidos, mas que faz toda a diferença para que este público receba um cuidado ético e coerente com suas particularidades.

Para tanto, podemos lançar mão do dispositivo da interseccionalidade. Para Collins e Bilge (2021), pode-se compreender que tal categoria de análise:

investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, **a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.** A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (p. 15, grifo nosso).

Em outro trabalho, Collins (2024) cita que a interseccionalidade consegue descrever como diferentes sistemas de poder possuem a capacidade de reunir expressões de violência que passam a recair sobre os grupos acima elencados, em um jogo de poder no qual pessoas vulneráveis e à margem da sociedade são afetadas de forma mais intensa e significativa do que outras. Como exemplo, denuncia que as mulheres de cor (termo que a autora utiliza para se referir às mulheres negras) são as mais afetadas pela violência nos Estados Unidos, violências estas dirigidas tanto para elas quanto para suas famílias.

Quanto ao desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, Collins (2024) cita que foi Kimberlé Crenshaw quem o apresentou ao público na década de 1980, com a intenção de estabelecer um vocabulário que fosse único

---

5 Para evitar possíveis confusões conceituais, esclarecemos que, neste trabalho, ao escolhermos utilizar a palavra *dispositivo*, estamos encarando-a enquanto sinônimo de instrumento, ou seja, “um meio de”, uma ferramenta, um recurso. Não se trata de uma leitura de dispositivo a partir dos pressupostos foucaultianos.

para se referir às violências cometidas contra mulheres de cor, visando ainda que, nos espaços acadêmicos, as leituras voltadas para a violência direcionada a estas mulheres e suas famílias não fosse lida de forma genérica, mas sim contextualizada e não simplista.

Ainda, Collins e Bilge (2021) pontuam que, hoje, a interseccionalidade enquanto uma categoria de análise é útil para ser utilizada em diferentes contextos e segmentos, não devendo se limitar apenas a um grupo da população que é alvo direto das relações de poder e violência. Logo, pode-se constatar que existe uma “[...] imensa heterogeneidade que caracteriza atualmente o entendimento e o uso da interseccionalidade” (p. 16), resultando, assim, em maiores espaços de diálogo e de evidenciação de vários problemas sociais.

Nesta discussão, nosso objetivo é propor uma leitura interseccional entre luto e a população LGBTQIA+, portanto, partiremos deste segmento de pessoas para tecer algumas considerações. Primeiro, acreditamos ser importante pontuarmos que a interseccionalidade é crucial para o entendimento de que dentro dos próprios grupos vulnerabilizados não existe, conforme Carvalho e Menezes (2021) alertam, uma homogenia no que se refere ao alcance das violências. Grigoletto Netto (2024c) ilustra isso em uma explicação didática:

[...] ser da comunidade LGBTQIA+ não coloca todas as pessoas “no mesmo barco”, expressão popular que passa a fazer sentido, na medida em que existem subgrupos dentro da sigla, diferentes categorias, cada qual com suas especificidades. Por exemplo: uma pessoa preta, travesti e em situação de rua está muito mais exposta a uma imensa gama de violências (podendo ser sociais, institucionais, familiares, físicas, psicológicas, dentre outras) do que um homem gay, cisgênero, branco e de classe média (p. 52).

Portanto, é preciso compreender que há diferença *na diferença*. Assim, no acolhimento ao luto de pessoas LGBTQIA+ é fundamental que a pessoa profissional busque compreender quem é a pessoa que está a sua frente: seu nome e pronome, sua orientação sexual e de gênero, de onde ela vem, com quem mora, onde mora, sua condição socioeconômica, se existe alguma vivência anterior de violência relacionada à orientação sexual e de raça, qual sua rede de apoio (se existe ou não), quais experiências anteriores de perdas e lutos esta pessoa vivenciou e qual sua compreensão acerca do luto que está experienciando. Claro que estes pontos elencados não devem ser abordados em formato de uma entrevista ou *check-list*, mas sim no acolhimento, no encontro, na escuta ativa e na postura ética.

Conhecer nosso paciente é fomentar espaço para o vínculo, para o reconhecimento daquela vida enquanto uma vida que merece ser vivida; é proporcionar um espaço em que a pessoa enlutada consiga falar sobre seu luto, consiga senti-lo, encará-lo, expressá-lo. Um dos fatores que atravessam lutos não reconhecidos reside exatamente na não validação intersubjetiva: muitas pessoas LGBTQIA+ nem sequer conseguem reconhecer que estão enlutadas, na medida em que ao não receberem suporte social (familiar, escolar, no trabalho) passam a deslegitimar suas próprias vivências, não nomeando seus sentimentos e emoções enquanto desencadeadas por um luto.

Logo, o dispositivo da interseccionalidade entra em ação ao realizar uma leitura profunda, que compreenda como existem marcadores da diferença nas experiências do luto.

Logo, após o exposto, concluímos este texto afirmando que é inadmissível pensar que “estamos todos no mesmo barco”, expressão comumente utilizada para abordar a noção de igualdade em determinadas situações de conflitos ou dificuldades. Talvez todas as pessoas estejam no mesmo mar, mas com certeza em barcos diferentes, no qual algumas gozam da possibilidade de navegar com segurança e conforto em grandes embarcações, enquanto outras estão à deriva, sem remos ou coletes salva-vidas, em pequenos botes, à mercê das intempéries.

Por fim, retomando o que discutimos nos capítulos iniciais, reforçamos a importância de que as produções acadêmicas sobre o luto na população LGBTQIA+ continuem a se expandir. É fundamental que pesquisadores e pesquisadoras se dediquem a essa temática, buscando superar leituras simplistas e universalizantes do luto, já que existem especificidades que precisam ser reconhecidas. Nesse sentido, é por meio da produção científica que se abre espaço para que vidas antes invisibilizadas voltem ao centro, ocupando lugares de legitimidade e sendo acolhidas por intervenções éticas e respeitadas.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, V. S. de, & D'Andretta e Silva, V. (2020). O luto em famílias de indivíduos que fogem aos padrões heteronormativos. In G. Casellato (Org.), *Luto por perdas não legitimadas na atualidade* (pp. 58–72). Summus.
- Andery, M. C. R. (2021). Linha do tempo de estudos sobre o luto. In M. H. P. Franco, M. C. R. Andery, & I. J. Luna (Orgs.), *Reflexões sobre o luto: Práticas interventivas e especificidades do trabalho com pessoas enlutadas* (pp. 15–30). Appris.
- Arima, A. C., & Freitas, J. de L. (2017). O luto velado: A experiência de viúvas lésbicas em uma perspectiva fenomenológico-existencial. *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*, 25(4), 1467–1482. <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/sPTfXwyN7L9XsrT-Dr3ngWbK/>
- Aquino da Silva, S. M. (2024). Perda e luto na população negra. *Revista Cult*, 27(309), 19–22.
- Barbosa, A. (2016). *Fazer o luto*. Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Benevides, B. G. (2025). Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Distrito Drag. <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>
- Bezerra, A. C. B., & Vogt, R. L. (2023). Luto não legitimado de pessoas transexuais no processo de adequação de gênero. *Research, Society and Development*, 12(13), 1–13. <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/44210>
- Butler, J. (2018). Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? *Civilização Brasileira*.
- Butler, J. (2019). *Vidas precárias: Os poderes do luto e da violência*. Autêntica.
- Carvalho, M. F. de L., & Menezes, M. S. de. (2021). *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*. Editora Fiocruz.
- Casellato, G., & Silva, E. C. B. (2020). A percepção da morte e do luto por uma adulta portadora da Síndrome de Down. In G. Casellato (Org.), *Luto por perdas não legitimadas na atualidade* (pp. 91–101). Summus.
- Collins, P. H. (2024). *Interseções letais: Raça, gênero e violência*. Boitempo.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Doka, K. J. (2002). *Disenfranchised grief: New directions, challenges, and strategies for practice*. Research Press.
- Doka, K. J. (2016). *Grief is a journey*. Atria Books.
- Doka, K. J. (2025). *Disenfranchised grief: Ministry that breaks the silence*. Fortress Press.
- Franco, F. L. (2021b). *Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. Ubu Editora.
- Franco, M. H. P. (2018). Pesquisas e práticas sobre luto no exterior e no Brasil. In K. O. Fukumitsu (Org.), *Vida, morte e luto: Atualidades brasileiras* (pp. 193–206). Summus.
- Franco, M. H. P. (2021). *O luto no século 21: Uma compreensão abrangente do fenômeno*. Summus.

- Gabarra, L. M., Domingues, V. P. G., Almeida, T., & Santos, G. C. B. F. (2023). A vivência do luto do cônjuge em idosos gays, lésbicas, bissexuais e/ou trans: Revisão narrativa. *Revista M - Estudos sobre a morte, o morrer e os mortos*, 8(15), 1–20. <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/11496>
- Gomes, R. S., Rodrigues, J. da S., & Silva Neto, L. G. da. (2022). Luto e necropolítica: Possíveis impactos na saúde mental da população pobre na pandemia. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, 5(1), 45–64. <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/242>
- Grigoletto Netto, J. V. (2016). O pioneirismo de Elisabeth Kübler-Ross junto aos profissionais de saúde que atuam em situações de morte e luto. *Revista UNINGÁ Review*, 28(1), 118–125. [https://www.mastereditora.com.br/periodico/20161005\\_005337.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20161005_005337.pdf)
- Grigoletto Netto, J. V. (2024a). Homens gays e o luto: Sentidos atribuídos ao fim dos relacionamentos. *Lucto*.
- Grigoletto Netto, J. V. (2024b). Pessoas LGBTQIA+ pelo direito ao luto: Uma contenda de aparência interminável. *Revista Cult*, 27(309), 25–27.
- Grigoletto Netto, J. V. (2024c). Quando uma pessoa LGBTQIA+ morre por suicídio. In L. B. dos Santos & G. Bertelli (Orgs.), *Posvenção: O olhar e o cuidado ao luto por suicídio* (pp. 47–60). *Lucto*.
- Grupo Gay da Bahia. (2024). Observatório 2023 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil. <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2024/03/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>
- Konigsberg, R. D. (2011). *The truth about grief: The myth of its five stages and the new science of loss*. Simon & Schuster.
- Lacerda, L. F. B., Medeiros, C. P., Schmidt, B., Tembê, M. D. de A., Noal, D. da S., & Tenetehar, K. (2024). Apoio psicossocial a povos indígenas em desastres e emergências em saúde pública. *PSI UNISC*, 8(3), 29–46. <https://seer.unisc.br/index.php/psi/article/view/19970>
- La Torre, F. P. V., & Marras, C. M. de O. (2023). *Vidas negras importam? O não reconhecimento de lutos por morte de indivíduos negros na sociedade brasileira: Um olhar sobre luto e raça no país (Monografia de especialização)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/41963>
- Leite, M. M. (2024). *Experiência de luto por viuvez no envelhecer gay e lésbico (Dissertação de mestrado)*. Universidade Estadual Paulista. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b28745b0-3c52-4454-862f-bde93cf83501>
- Meris, D. (2024). Complicated grief and challenges in LGBTQIA+ communities. In R. B. Turner & S. D. Stauffer (Eds.), *Disenfranchised grief: Examining social, cultural, and relational impacts* (pp. 120–137). Routledge.
- Moscheta, M. dos S. (2021). Estética da destruição e morte de pessoas LGBTQ no Brasil. In G. Kreuz & J. V. Grigoletto Netto (Orgs.), *Múltiplos olhares sobre morte e luto: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 165–182). CRV.

- Navasconi, P. V. P. (2019). Vida, adoecimento e suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTIIs. *Letramento*.
- Oliveira, M. R. de. (2020). O luto no autismo: A visão de um pai. In G. Casellato (Org.), *Luto por perdas não legitimadas na atualidade* (pp. 84–90). Summus.
- Silva, M. M., & Estellita-Lins, C. (2021). A xawara e os mortos: Os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. *Horizontes Antropológicos*, 27(59), 267–285. <https://www.scielo.br/j/ha/a/5RzHZjVqqzbgzT8xMZZD6YF/>
- Souza, L. G., Castelar, M., Santana, K. de S. O., & Souto, V. S. (2020).
- Mulheres negras e necropolítica: Como enfrentam a morte de seus filhos? *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 9(3), 301–313. <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3096>
- Stroebe, M., & Schut, H. (1999). The dual process model of coping with bereavement: Rationale and description. *Death Studies*, 23(3), 197–224.
- Szymborska, W. (2011). *Poemas*. Companhia das Letras.
- Vericimo, F. P. (2025). Raça e luto no Brasil: Perspectivas e olhares sobre o luto e a população negra brasileira. In M. C. R. Andery, J. V. Grigoletto Netto, & L. B. Namur (Orgs.), *Navegando entre fronteiras: Suporte multidisciplinar às perdas e aos lutos* (pp. 97–112). Lucto.

## **CAPITULO 7**

# **SUICÍDIO E POPULAÇÃO TRANS: INTERSECCIONALIDADE, NECROPOLÍTICA E DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA**

Lumina Castanharo da Silva

Paulo Vitor Palma Navasconi

### **CORPOS EM TRAVESSIA: SUICÍDIO, PSICOLOGIA E RESISTÊNCIA TRANS**

Pensar o suicídio na contemporaneidade exige deslocá-lo de uma leitura restrita a pessoa, reconhecendo-a como expressão de forças históricas, raciais, culturais, econômicas, sociais e políticas que incidem sobre a vida. Quando se trata da população trans, especialmente em início de transição, esse deslocamento se torna ainda mais urgente. Viver a transição é atravessar um momento liminar, onde corpo, identidade e pertencimento estão em constante movimento e, nesse processo, emergem não apenas possibilidades de afirmação, mas também violências reiteradas por uma sociedade que insiste em negar a legitimidade dessas existências.

As estatísticas, ainda que insuficientes, revelam a brutalidade desse cenário: a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil gira em torno de 35 anos, enquanto a média nacional ultrapassa os 76. Não se trata de mera discrepância numérica, mas de um marcador da necropolítica e da cisheteronormatividade que tornam a vida trans permanentemente exposta à exclusão, à precarização e à morte. O suicídio, nesse contexto, não pode ser interpretado como ato isolado, mas como resultado de um conjunto de violências estruturais que atravessam raça, gênero, classe, território e sexualidade.

A psicologia, diante disso, é convocada a se implicar eticamente: não basta acolher a dor individual, é preciso reconhecer que esse sofrimento

é socialmente produzido, coletivamente vivido e politicamente silenciado. Mais que um campo técnico, o saber psicológico precisa assumir-se enquanto prática de resistência, capaz de tensionar normas, disputar sentidos e criar estratégias de cuidado que se articulem com os direitos humanos e com a vida em sua potência de existir.

É nesse horizonte que este capítulo se inscreve: como gesto político, teórico e existencial. Como escrivência, no sentido cunhado por Conceição Evaristo, mas também como denuncia que afirma a legitimidade das narrativas trans como fonte de saber e resistência. Aqui, teoria e experiência se encontram para denunciar o suicídio como dispositivo de exclusão, mas também para afirmar a possibilidade de outros mundos, onde corpos e subjetividades trans possam florescer sem o peso cotidiano da morte anunciada.

## **“SUICÍDIO E POPULAÇÃO TRANS: INTERSECCIONALIDADE, NECROPOLÍTICA E DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA”**

O suicídio entre pessoas trans tem se apresentado como um fenômeno crescente e alarmante nas últimas décadas. Como dito acima, neste capítulo partimos da ideia que compreender o fenômeno do suicídio se faz necessário compreendê-lo à luz de algumas perspectivas teóricas como um fenômeno histórico, cultural, econômico, racial, territorial e dentre outros fatores que transcende fronteiras os aspectos singulares e subjetivos, uma vez que, encontra-se profundamente enraizado nas estruturas sociais de exclusão (Benevides e Nogueira, 2020).

Diante desse cenário, torna-se urgente e imprescindível a mobilização dos saberes psicológicos para compreender a complexidade dos fatores implicados e, sobretudo, para desenvolver estratégias de cuidado que estejam à altura das demandas ético-políticas envolvidas. No entanto, essa urgência ainda esbarra em uma série de lacunas. A escassez de produções acadêmicas voltadas especificamente ao suicídio na população trans revela um apagamento sistemático, que dificulta o aprofundamento teórico, a produção de conhecimento situado e a construção de práticas clínicas e sociais mais sensíveis e comprometidas. Como destacam Gomes, Jesus, Silva, Freire e Araújo (2022), “a literatura que explora o fenômeno suicídio da população trans ainda é baixa, principalmente no Brasil e América Latina”, o que evidencia a negligência histórica com que esse sofrimento tem sido tratado.

No Brasil, o verdadeiro cenário que as pessoas trans estão inseridas é de difícil mensuração, visto que, além da subnotificação de casos, o próprio Estado brasileiro não os quantifica. O Estado, ao se apoiar na ausência de dados oficiais sobre mortes por suicídio na população trans, acaba encontrando uma espécie de “desculpa” para não investir em políticas públicas voltadas a essa comunidade. Como aponta Goulart (2021), a escassez de registros é frequentemente interpretada como ausência de demanda, o que reforça a negligência institucional e a falsa ideia de que não há urgência em desenvolver ações específicas. Trata-se, de um movimento de invisibilização deliberada, que nega o sofrimento e as necessidades concretas da população trans, dificultando a construção de políticas públicas efetivas e a formulação de estratégias de cuidado e prevenção. A dificuldade de acesso a dados oficiais, nesse sentido, não é apenas um problema técnico, mas um sintoma de um projeto político de exclusão.

Diante disso, torna-se necessário apoiar-se em outras fontes que colem e quantifiquem tais dados, como pesquisadores ou instituições, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), por exemplo. Assim, é possível comparar os índices de suicídio entre pessoas cisgêneras e transgêneras, sendo o de pessoas cisgênero um percentual de 4,6 %, e o de pessoas transgêneras de 41 % (Gomes, Jesus, Silva, Freire e Araújo, 2022). Além disso, segundo Benevides e Nogueira (2020) foram notificadas 22 tentativas de homicídio, 11 suicídios e 21 violações dos direitos humanos de pessoas trans no Brasil nos meses de janeiro a abril de 2020. Além disso, segundo o Dossiê ANTRA de 2024, o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas trans no mundo, com 122 mortes registradas ao longo do ano. Nos primeiros quatro meses de 2024, foram documentadas 57 tentativas de homicídio, além de diversas situações de violação de direitos e violência institucional. Ainda que os dados de suicídio sejam menos visibilizados, o dossiê aponta que muitos casos registrados como mortes “a esclarecer” ou “acidentais” podem estar associados a suicídios, o que reforça a subnotificação e a ausência de um sistema eficaz de registro e investigação desses casos.

Nesta perspectiva, a negligência do Estado em produzir e sistematizar dados específicos sobre suicídios na população trans não é apenas uma omissão técnica, mas um reflexo de uma política de apagamento. Como alerta Goulart (2021), essa ausência de dados acaba funcionando como uma justificativa para a inação estatal: se não há números visíveis, não haveria, por-

tanto, demanda por políticas públicas. Trata-se de um mecanismo perverso de invisibilização do sofrimento psíquico dessa população, que contribui para a naturalização das mortes e para a manutenção de condições estruturais que favorecem o suicídio como desfecho trágico e evitável. Dessa forma, é fundamental compreender que o suicídio entre pessoas trans não pode ser analisado de forma descontextualizada ou individualizante. Trata-se de uma manifestação extrema de um processo contínuo de exclusão, violência, precarização da vida e negação de humanidade elementos que se entrelaçam com o racismo, a transfobia, a pobreza e o abandono institucional.

A ANTRA (2025) também denuncia que a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, em nítido contraste com a média nacional, que gira em torno de 76 a 78 anos. Essa discrepância escandalosa não se trata de uma simples estatística, mas de um marcador brutal das desigualdades estruturais que atravessam a vida dessa população. Os dados revelam apenas uma parte de um cenário mais amplo de violência sistemática, que se manifesta não apenas em episódios letais, mas sobretudo no cotidiano nas exclusões escolares, no desemprego, na dificuldade de acesso à saúde, na violência familiar, institucional e urbana.

Viver enquanto pessoa trans no Brasil significa resistir diariamente a um conjunto de violências naturalizadas e reiteradas por uma sociedade cisnormativa e transfóbica. Esses números, portanto, não falam apenas de morte, mas denunciam uma política social de abandono e desumanização.

Por isto, entende-se imprescindível que a ciência psicológica direcione sua atenção de maneira ética e comprometida à população trans, reconhecendo as especificidades e os atravessamentos que marcam suas experiências de vida. Neste capítulo, adota-se o termo “trans” como um conceito guarda-chuva que abrange todas as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento incluindo pessoas transgênero, travestis, não-binárias e outras expressões de gênero que se alinham a essa compreensão (Chinazzo, Lobato, Nardi, Koller, Saadeh & Costa, 2021). Ainda com base nos mesmos autores, o uso do termo “trans” busca desmedicalizar e despatologizar as identidades de gênero, reafirmando que o gênero não é uma condição clínica, mas uma vivência autodeterminada, situada social e historicamente. Essa perspectiva é fundamental para romper com lógicas normativas que ainda persistem em diversos contextos institucionais, inclusive na própria psicologia.

Goulart (2021), em seu estudo sobre a temática, compreende o suicídio de pessoas trans como um homicídio de Estado, devido aos impactos do

cissexismo científico, da necropolítica e da cis heteronormatividade<sup>6</sup>. Dessa forma, cabe questionar: a população trans realmente comete suicídio ou está sendo *suicidada*? Para responder essa provocação deve-se adotar uma perspectiva crítica sobre o fenômeno, compreendendo-o, assim, não como um ato isolado ou individual, mas como expressão de violências estruturais e recorrentes. Dessa forma, torna-se fundamental considerar as múltiplas interseccionalidades que atravessam as vidas trans como raça, classe, território, sexualidade e gênero e que conformam experiências singulares de sofrimento, exclusão e resistência. Sob essa ótica, a interseccionalidade não é apenas um recurso analítico, mas uma chave política para compreender as condições de possibilidade (ou de negação) da vida.

(...) A interseccionalidade investiga como as relações de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade. Funcionando como uma ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. (Bilge & Collins, 2021, p. 13)

Desta forma, a interseccionalidade, não é apenas um conceito teórico, mas uma ferramenta analítica e política que permite compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam na produção das desigualdades sociais. Ao invés de tratar raça, classe, gênero, sexualidade, território ou deficiência como marcadores isolados, a interseccionalidade evidencia que tais dimensões se entrelaçam e moldam mutuamente as experiências vividas. Essa abordagem desloca explicações reducionistas sejam elas biologicistas, psicologizantes ou sociologizantes para afirmar que o sofrimento não se origina apenas em indivíduos, mas é socialmente produzido, coletivamente vivido e politicamente sustentado.

No caso do suicídio entre pessoas trans, sobretudo em pré ou início de transição, a interseccionalidade mostra-se imprescindível para compreender a complexidade do fenômeno. Não se trata apenas de analisar a transfobia como fator isolado, mas de reconhecer como ela se articula com o racismo estrutural, a desigualdade econômica, a precarização das políticas públicas, os estigmas religiosos e a cisheteronormatividade que regulam a vida social. Assim, a interseccionalidade opera como lente que evidência tanto a violência

---

6 Neste trabalho trabalharemos com a compreensão de que cis-heteronormatividade é um regime normativo que naturaliza e privilegia pessoas cisgêneras e heterossexuais, ao mesmo tempo em que marginaliza, patologiza e violenta corpos e subjetividades que fogem a esse modelo como pessoas trans, travestis, não-binárias, lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, entre outras.

cotidiana que atravessa essas existências quanto as estratégias de resistência e redes de apoio que emergem dos coletivos. É nesse horizonte que a psicologia precisa se inscrever: tensionando normas e construindo práticas que reconheçam a multiplicidade dos atravessamentos, sem reduzir a experiência trans a diagnósticos ou a categorias patologizantes.

A interseccionalidade trata-se, portanto, de uma chave ética e política que nos permite analisar as condições que tornam certas vidas mais vulneráveis à morte e, ao mesmo tempo, mais potentes em sua capacidade de resistir. Quando aplicada à análise do suicídio de pessoas trans, essa abordagem desvela a responsabilização indevida do indivíduo por um sofrimento que, na verdade, é socialmente produzido, coletivamente experienciado e politicamente silenciado.

Nesse contexto, torna-se de suma importância compreender que, ao se pensar nas vivências de pessoas trans, não é possível desassociá-las de outros marcadores estruturais de violência, como raça, sexualidade, classe social e território. O suicídio, portanto, não pode ser lido como um evento isolado, mas como o resultado da confluência de múltiplas opressões que operam de forma interdependente.

Além disso, inscrevo aqui minha experiência como uma mulher trans que vivencia cotidianamente essa realidade. Durante a elaboração deste texto, encontro-me dentro do início de minha transição social e hormonal, e tive inúmeras dificuldades ao longo desse processo, desde o acesso aos serviços de saúde até os processos de informação e elucidação.

Passsei mais de um ano para conseguir ter acesso a hormônios pelo SUS, passei por inúmeras violências ao longo do meu dia a dia e ainda tenho a dificuldade de acesso aos meus hormônios devido à falta de compra deles por parte do município. O medo de andar sozinha, de me expressar, do abandono e de simplesmente ser eu mesma são constantes ao longo da minha vivência. Deste modo, senti impactos imensos em mim no processo de me entender como uma mulher trans. Ver a realidade da comunidade da qual pertencço e sentir essa realidade na pele me fez olhar o mundo com um fatalismo profundo, questionando constantemente a mim mesma. Este texto, junto com os questionamentos que trago, também vem a partir dessa minha vivência individual como parte da população citada nele mesmo. Incluo-me aqui ciente de minha pertença a ele, trazendo esse olhar que vem de dentro do próprio objeto de estudo.

Apresento desta forma porque, também no processo de construção desta produção, pretendemos trabalhar com a construção das escrevivências entendidas aqui como narrativas que emergem da vivência encarnada, situada e atravessada pelas dores e potências de ser quem se é em um mundo que nos nega. Inspirada em Conceição Evaristo (2008), compreendo que escrever a partir de si, de sua carne e de suas experiências, é gesto político e epistêmico. É romper com o silêncio imposto às nossas subjetividades e afirmar que nossas vidas importam, que nossos saberes existem, e que nossa dor não será transformada em estatística sem nome.

Assim, ao trazer minha própria vivência para dentro deste capítulo, busco afirmar uma metodologia que reconhece o corpo como território de saber, e a escrita como instrumento de resistência e elaboração. As escrevivências, neste contexto, não são apenas relatos, mas possibilidades de tensionar as fronteiras entre pesquisa e vida, entre objeto e sujeito, entre teoria e experiência. É nesse gesto que este texto se enraíza. Enraizar, aqui, significa fincar-se nas experiências concretas da população trans, mas também lançar raízes que se conectam a um campo mais amplo de debates sobre o suicídio, suas determinações estruturais e as formas de resistência possíveis.

Diante disso, reafirma-se que compreender o suicídio na população trans, sobretudo em pré ou início de transição, exige reconhecer tanto a dimensão estrutural das violências que atravessam essas vidas quanto a legitimidade das narrativas situadas que denunciam esse sofrimento e, ao mesmo tempo, afirmam resistências. A escrita de si, aqui mobilizada como escrevivência, opera como gesto político que rompe silêncios, inscreve experiências e desloca leituras patologizantes. No entanto, para aprofundar essa análise, é também necessário articular esse quadro com o debate mais amplo sobre o fenômeno do suicídio no cenário nacional e internacional, situando as especificidades da população trans dentro de um contexto mais abrangente de discussão sobre saúde pública, prevenção e cuidado.

## **DO DADO À VIDA: SUICÍDIO, SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA DE PESSOAS TRANS**

Segundo estimativas da OMS de 2021, cerca de 727.000 pessoas morreram por suicídio globalmente um número preocupante que representa aproximadamente 1,1% de todas as mortes no mundo. O suicídio figura como a terceira principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, destacando

sua centralidade entre a população mais vulnerável. Além disso, o panorama mostra que para cada morte por suicídio, existem mais de 20 tentativas não consumadas, refletindo a gravidade silenciosa do fenômeno

Esses dados evidenciam a gravidade e a persistência do fenômeno, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Informações mais recentes confirmam a manutenção e, em alguns casos, o agravamento desse quadro. Entre 2011 e 2020, foram registrados mais de 100.000 casos de suicídio no Brasil, com aumento expressivo em todas as regiões do país, especialmente na região Sul (Soares, Stahnke e Levandowski, 2023). Importante ressaltar que a precisão desses dados é de difícil mensuração devido à subnotificação de casos que ocorre comumente no país, conforme pode-se verificar de acordo com Cruz, que afirma que:

(...) no Brasil há subnotificação em diferentes agravos, e no caso do suicídio não é diferente. Fichas de notificação não são preenchidas, ou são preenchidas incorretamente, tanto em caso de suicídio como de tentativas de suicídio, o que dificulta chegarmos a informações mais precisas sobre a situação no país. (Cruz, 2020, p. 24).

Tendo em vista o contexto descrito, torna-se necessário compreender as especificidades do fenômeno do suicídio a fim de estudá-lo com a complexidade que requer, evitando qualquer leitura reducionista ou patologizante, com o intuito de não reforçar a estigmatização que historicamente recai sobre o tema. Essa estigmatização decorre tanto do tabu em torno da morte quanto do uso de terminologias pejorativas que desqualificam e silenciam os sujeitos que tentam ou cometem o suicídio, negando-lhes a legitimidade de seu sofrimento (Netto, 2013).

Assim, é fundamental reconhecer que, muitas vezes, o suicídio não ocorre por um desejo de morte em si, mas como uma tentativa desesperada de interromper uma dor que se tornou insuportável. Como afirma Werlang (2013), trata-se menos de desejar a morte do que de desejar o fim do sofrimento. O morrer, nesse caso, aparece como último recurso frente à impossibilidade de elaborar ou suportar a dor vivida. Olhar para o suicídio sob essa ótica permite compreender os sentidos subjetivos que o atravessam, bem como os elementos concretos que produzem e sustentam esse sofrimento.

Dessa forma, é possível afirmar que “(...) as mortes trazem consigo denúncias ou manifestações de coisas que se dão no âmbito da vida e da saúde de uma determinada sociedade, essas mortes específicas (...) também vão explicitar essas questões.” (Netto, 2013, p. 20). Estudar o suicídio de pes-

soas trans em pré-transição ou em início de transição, portanto, não significa individualizar ou culpabilizar esses sujeitos, mas buscar compreender as experiências que os atravessam, os mecanismos sociais que produzem sua dor e os efeitos de um contexto que insiste em negar-lhes o direito à existência.

Nesse sentido, Netto (2013) identifica três formas de abordagem que, embora comuns, contribuem para o apagamento do sofrimento que o suicídio pode expressar e daquilo que sua ocorrência pode revelar sobre a sociedade: o biologicismo, o psicologismo e o sociologismo. Tais perspectivas, quando assumidas de forma isolada, reduzem a complexidade do fenômeno e obscurecem os múltiplos fatores que o compõem.

O olhar biologicista, por exemplo, tende a associar o suicídio exclusivamente a transtornos mentais como a depressão ou a fatores estritamente neurobiológicos, desconsiderando sua dimensão psicossocial e histórica. No entanto, é fundamental compreender que “(...) nem todo deprimido se suicida e nem todas as pessoas que cometeram o suicídio cursavam com depressão. Deste modo, parece mais prudente considerar a depressão como um fator de risco, não como causa do suicídio.” (Rigo, 2013, p. 32). Isso significa que, embora haja relação entre sofrimento psíquico e suicídio, essa relação não é linear nem determinística. Uma leitura comprometida com a complexidade da vida exige ultrapassar essas reduções causais e reconhecer que o suicídio, em muitos casos, expressa uma forma radical de denúncia diante das formas de vida que foram negadas.

Quanto ao psicologismo, é possível descrevê-lo como: “(...) uma descontextualização e uma atemporalização na hora de estudar, analisar e compreender os fenômenos, bem como a atribuição a características individuais e psíquicas de fenômenos que são sociais e políticos.” (Netto, 2013, p.20).

Por fim, ainda segundo Netto (2013), o sociologismo representa uma forma de desresponsabilização da sociedade ao tratar o suicídio ora como resultado exclusivo da estrutura social, ora como um fenômeno puramente individual, sendo este último alinhado a uma lógica liberal que individualiza e moraliza o sofrimento. Em ambos os casos, perde-se a complexidade do fenômeno, e reforça-se uma leitura reducionista que apaga tanto os atravessamentos históricos quanto as singularidades subjetivas. Essa crítica reforça a necessidade de se adotar uma perspectiva biopsicossocial, sobretudo ao abordar o suicídio em uma população altamente estigmatizada e vulnerabilizada, como é o caso da população trans.

Dessa forma, reafirma-se que o suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, não podendo ser compreendido a partir de uma relação causal única e direta. Como afirma Rigo (2013, p. 31), “(...) o suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial no qual a interação de fatores individuais, sociais e culturais será determinante na decisão de tirar a própria vida.” Ignorar essa multiplicidade significa incorrer em análises rasas, imprecisas e, por vezes, violentas. Assim, este texto se compromete com a abordagem proposta por Rigo, adotando uma perspectiva que reconheça e respeite a complexidade do objeto em questão.

Sob essa ótica, a análise do suicídio exige o reconhecimento de, pelo menos, três grandes categorias de fatores: os precipitantes (eventos atuais, externos ao sujeito); os internos (relacionados à história de vida e à presença de transtornos mentais preexistentes); e o contexto sociocultural no qual o ato ocorre (Rigo, 2013, p. 20). No caso da população trans, todos esses fatores são profundamente atravessados pela experiência de viver uma identidade de gênero dissidente em uma sociedade cisnormativa, transfóbica e excludente.

Dentre esses atravessamentos, destacam-se: as violências sistemáticas vividas, a constante negação da identidade de gênero, o controle sobre a expressão de gênero, a cisheteronormatividade como estrutura reguladora da vida, o medo da rejeição, os conflitos familiares, a exclusão das redes de apoio e a negação do acesso à saúde e a políticas públicas. Essas dimensões não apenas atravessam o sofrimento, mas o constituem. Quando se trata da população em pré-transição ou início de transição, essas especificidades se tornam ainda mais complexas. Muitas dessas pessoas estão tendo seus primeiros contatos com a comunidade trans, lidando com um cenário novo, e frequentemente hostil, sem ainda ter acesso pleno a redes de apoio, referenciais de pertencimento e estratégias de enfrentamento.

Dificuldades de acesso à saúde, isolamento, ruptura com vínculos familiares, conflitos com valores morais e religiosos e o medo frente à realidade social das pessoas trans marcada por violências e exclusões são exemplos de fatores que compõem o campo de vulnerabilidades. Demarcando, portanto, todas essas discussões, buscamos evidenciar que há um **cis-tema** (entendido como a articulação entre a cisnormatividade e o sistema social) que impacta e determina modos de viver, de existir, de sobreviver e, igualmente, de morrer. Essas vulnerabilidades não apenas fragilizam a experiência cotidiana, mas também podem alimentar processos de sofrimento que se expressam em diferentes formas de relação com a morte.

Ademais, é fundamental considerar que o suicídio não se resume ao ato final em si, mas envolve um percurso com diferentes manifestações. Como destaca Cruz (2013, p. 10), o suicídio pode ser desdobrado em diferentes níveis de expressão: pensamentos de morte, que envolvem reflexões sobre a morte sem um plano definido ou desejo concreto de morrer; a ideiação suicida, que se caracteriza por pensamentos recorrentes e consistentes sobre o suicídio; os comportamentos parassuicidários, como a autolesão, que envolvem desejo de se machucar, mas não necessariamente de morrer; os comportamentos suicidas, que incluem tentativas concretas de tirar a própria vida; e, por fim, o ato suicida consumado.

Essas manifestações não devem ser entendidas como estágios isolados, mas como expressões de um processo contínuo de sofrimento, que se enraíza em trajetórias marcadas por violências, exclusões e vulnerabilidades sociais. Por fim, como forma de síntese do que foi até aqui discutido, é possível afirmar que o suicídio não se constitui como um evento isolado, súbito ou desvinculado do contexto de vida do sujeito. Ao contrário, trata-se de um processo complexo, marcado por um acúmulo de sofrimentos, exclusões e tentativas, muitas vezes frustradas, de lidar com as adversidades impostas ao longo do tempo. Como aponta Tavares:

“(…) o suicídio não é um evento singular, que ocorre repentinamente. Ele é um evento previsível que é resultado de anos de sofrimento e tentativas frustradas de superá-lo. Em geral, as pessoas que vêm a se matar passaram por um processo longo e complexo de ideiação suicida, planejamento e tentativa. Muitas fazem múltiplas tentativas. Então, aquilo que emerge como uma tentativa de suicídio é na verdade um indicador, em outras palavras, um sintoma de um processo de sofrimento muito maior, como que um último grito de socorro. É uma consequência de uma história de vida com eventos adversos, vulnerabilidades e dificuldades, com um desfecho trágico. (Tavares, 2013, p. 49).

Esse “último grito” precisa ser escutado em sua historicidade, e, sobretudo, em sua dimensão coletiva. No caso da população trans e LGBTQIA+, o suicídio não pode ser compreendido fora do contexto social e político que produz e sustenta violências estruturais. Altas taxas de discriminação, exclusão familiar, bullying escolar, violência física e sexual, criminalização dos corpos dissidentes, pobreza, desemprego, abandono estatal e dificuldade de acesso a serviços públicos de saúde, educação e justiça são fatores que atravessam a experiência de ser uma pessoa LGBTQIA+ no Brasil e que atuam como fatores de risco para o suicídio e o sofrimento psíquico.

Por outro lado, é fundamental destacar que também existem fatores de proteção, que podem reduzir significativamente os riscos e favorecer a promoção da vida. Entre eles, estão o acesso a redes de apoio afetivo e comunitário, o fortalecimento da autoestima, o reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual nos serviços públicos, o acolhimento em políticas de saúde mental, educação e assistência social, e a criação de espaços seguros e afirmativos onde essas pessoas possam existir sem medo, sem vergonha e sem culpa.

Nesse sentido, a prevenção do suicídio entre pessoas trans e LGBTQIA+ não pode se restringir a campanhas generalistas, centradas apenas em abordagens individuais ou clínicas. Prevenir o suicídio nessa população exige enfrentar o preconceito, o estigma e a transfobia em suas dimensões institucionais, discursivas e materiais. Exige, portanto, o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que garantam o direito à vida digna, à cidadania plena e ao cuidado em liberdade. Políticas que reconheçam as especificidades dessa população e rompam com as lógicas cisnormativas e heteronormativas que historicamente operaram o seu silenciamento, adoecimento e apagamento (Lima, Navasconi, 2022).

Assim, reafirma-se que o suicídio é uma consequência trágica de um processo histórico de negação e violência e que, no caso da população trans em pré ou início de transição, esse processo encontra-se agravado pela vulnerabilidade gerada pela não inserção plena em redes de proteção e pela recente descoberta ou afirmação de sua identidade. Reconhecer essa realidade não é patologizar, mas responsabilizar socialmente. É afirmar que o cuidado, a escuta e a vida não podem ser privilégios de alguns, mas direitos de todas as pessoas em sua totalidade.

## **PSICOLOGIA, COLETIVO E REDES DE CUIDADO: PARA ALÉM DO PARADIGMA COLONIAL E CISHETERONORMATIVO**

O quadro traçado até aqui evidencia que o suicídio de pessoas trans não pode ser reduzido a uma questão individual ou patologizante, tampouco explicado por diagnósticos biomédicos restritivos. Trata-se de um fenômeno que emerge das violências estruturais, racismo, transfobia, cisheteronormatividade e precarização da vida, e que denuncia as limitações de uma psicologia historicamente conivente com lógicas de silenciamento, exclusão e normalização. A

psicologia, ao se alinhar a discursos higienizados e a uma tradição que tomou a cisgenderidade e a heterossexualidade como parâmetro de saúde, produziu dor, apagamento e morte. É justamente nesse ponto que se torna urgente um deslocamento: pensar uma *psicologia suja*, nos termos de Favero (2022), capaz de assumir as fragilidades humanas e enfrentar as marcas sociais que insistem em desumanizar corpos dissidentes.

Nesse horizonte, não basta insistir em práticas clínicas assépticas, coloniais e individualizantes. É preciso afirmar uma psicologia comprometida com a vida em sua radicalidade, com a escuta encarnada e com a construção de espaços coletivos que devolvam à população trans a possibilidade de existir sem precisar falar através da ferida do corpo. Quantas vezes o corpo trans precisou ser mutilado, violentado ou silenciado para, só então, ser notado? Quantas vezes o sofrimento só foi reconhecido quando inscrito na pele como marca de desespero? Uma Psicologia comprometida eticamente precisa romper com essa lógica perversa: corpos trans não devem mais precisar utilizar a própria dor como linguagem para conquistar escuta, amor, cuidado e reconhecimento.

A importância do coletivo emerge, portanto, como eixo fundamental. O enfrentamento do suicídio entre pessoas trans não pode se dar em espaços isolados, medicalizados ou centrados exclusivamente no sujeito. São as redes de afeto, de apoio comunitário, de políticas públicas interseccionais e de práticas solidárias que criam condições reais de existência. O cuidado, nesse sentido, precisa ser pensado como prática política e coletiva, capaz de desmontar a necropolítica que insiste em deixar morrer. A potência das escrevivências, das narrativas situadas e das práticas coletivas de resistência deve ocupar lugar central na produção de conhecimento e no fazer psicológico.

E não se trata de dar voz: corpos trans, em suas singularidades e particularidades, *já estão falando*. O que falta é escuta real e compromisso político. O desafio não é incluir algumas vozes para legitimar uma democracia abstrata e formal, mas construir uma democracia concreta, que não se restrinja a reconhecer apenas determinados corpos e silenciar outros. Uma democracia que não capture, mas que permita viver plenamente.

Assim, urge afirmar que outras redes de cuidado são possíveis e necessárias: redes que não estejam assentadas na medicina clássica, no olhar racista, colonial e cisheteronormativo, mas em práticas de escuta que legitimem os saberes da margem, que reconheçam a multiplicidade das experiências trans e que devolvam a essas vidas o direito de existir sem medo, vergonha ou culpa. É nesse deslocamento que a psicologia pode reencontrar sua vocação ética:

não como ciência de adaptação a normas excludentes, mas como prática de insurgência, de amor e de reconhecimento.

Não queremos LGBT no poder. Queremos destruir o poder, porque é esse mesmo poder que, quando “reconhece” corpos trans, LGBTI+, negros, indígenas, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e tantos outros, não está de fato reconhecendo: está apenas *apreendendo*, capturando, regulando, mantendo sob controle. Assim, seguimos sobrevivendo de migalhas, sustentando uma lógica que nos oferece restos enquanto retém a vida em sua plenitude.

O que queremos não é ser incluídos nesse jogo, mas rasgar suas regras. Queremos uma vida em que respirar não seja caro, em que a existência não precise ser constantemente negociada, mas seja simplesmente possível ampla, livre, digna.

É nesse horizonte que as políticas públicas precisam ser pensadas: não como respostas superficiais ou paliativas, mas como ações efetivas que rompam com a estrutura, sobretudo, com as políticas da morte e que enfrentem a transfobia, o racismo, o sexismo e todas as formas de exclusão que estruturam o cotidiano das populações marginalizadas. Políticas que não centralizem seu olhar no controle da morte, mas que se comprometam com a produção da vida em sua diversidade radical.

O chamado é explícito: deslocar a psicologia, reinventar o cuidado, desconstruir as amarras coloniais do poder e afirmar coletivamente que a vida trans importa. Não apenas como existência mínima, mas como possibilidade plena de florescer, amar e resistir.

## REFERÊNCIAS

- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. Editora Expressão Popular/ANTRA/IBTE.
- Benevides, B. G. (2025) Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.
- Bilge, S., & Collins, P. H. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Chinazzo, Í. R., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Saadeh, A., & Costa, A. B. (2021). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(12), 5045–5056.
- Cruz, E. F. (2020). Invisibilidade: suicídio de pessoas trans e políticas públicas. *Boletim de Políticas Públicas*, 24, 22–28.

- Evaristo, C. (2008). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê.
- Favero, S. (2022). *Psicologia suja*. Salvador: Devires.
- Gomes, H. V., Jesus, L. A., Silva, C. P. G., Freire, S. E. A., & Araújo, L. F. (2022). Suicídio e população trans: uma revisão de escopo. *Ciencias Psicológicas*, 16(1), e-2501.
- Goulart, V. P. (2018). *Psicologia e despatologização da população de pessoas trans e travestis: repensando as práticas psi*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Psicologia.
- Goulart, V. P. (2021). *O suicídio-homicídio de pessoas trans e a cisheteronormatividade: marginalização e extermínio*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.
- Lima, L., & Navasconi, P. V. P. (2022). *(Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos* (1ª ed.). EDUFBA.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições.
- Netto, N. B. (2013). Capítulo I. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *O suicídio e os desafios para a psicologia* (pp. 17–28). CFP.
- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Suicide worldwide in 2019: Global health estimates*. World Health Organization.
- Rigo, S. C. (2013). Capítulo III. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *O suicídio e os desafios para a psicologia* (pp. 29–41). CFP.
- Soares, F. C., Stahnke, D. N., & Levandowski, M. L. (2023). Tendência de suicídio no Brasil de 2011 a 2020: Foco especial na pandemia de COVID-19. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 46, e212.
- Tavares, M. S. A. (2013). Capítulo IV. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *O suicídio e os desafios para a psicologia* (pp. 43–52). CFP.
- Werlang, B. (2013). Capítulo II. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *O suicídio e os desafios para a psicologia* (pp. 21–28). CFP.



## CAPÍTULO 8

# ATENDIMENTO PSICOLÓGICO CLÍNICO TRANS-AFIRMATIVO

Mariane Leal Faleiros

Thainã Eloá Silva Dionísio

“Por que eu preciso saber sobre uma forma específica para atender pessoas trans? As técnicas e bases teóricas são as mesmas!”

Essa dúvida é bem comum quando falamos sobre atendimento psicológico específico para minorias sociais. Afinal, o que está acontecendo de fato, se nenhuma nova teoria ou linha psicológica está sendo construída?

Chamamos primeiramente a atenção de você leitor para os conteúdos presentes neste capítulo, enunciados alguns dos motivos pelos quais a população trans precisa de um olhar específico por parte de profissionais da Psicologia:

- Há uma alta probabilidade de um dia você atender uma pessoa trans (se já não atendeu);
- Ainda há muita desinformação sobre pessoas trans, mesmo dentro da ciência psicológica;
- Ainda há a patologização da vivência e existência de pessoas trans;
- Muitas infrações éticas e por vezes crimes são cometidos por profissionais desinformados em suas práticas clínicas contra pessoas trans.

Portanto, nossa proposta é elucidar alguns aspectos fundamentais da vivência de pessoas trans, características sociais de relevância, o que é e como funciona a psicoterapia trans-afirmativa e por quê ela é tão importante.

## ENTENDENDO A QUESTÃO

A palavra *trans* é um termo identitário, usado para se referir às identidades transexuais, transgêneros, travestis<sup>7</sup>, entre outras identidades de gênero. É a letra “T” da sigla “LGBTQIAPN+”. A forma como a pessoa se reconhece e se identifica, seja como homem, mulher ou outra categoria de gênero existente em sua cultura é o que chamamos de identidade de gênero. As pessoas se denominam trans quando a identidade de gênero não corresponde ao gênero associado ao sexo designado no nascimento (APA, 2012). E para se referir a pessoas que não são trans, usamos o termo *cisgênero* ou *cis*.

Existem várias possibilidades de identidades de gênero para além do conceito binário de homem cis e mulher cis. Por exemplo, homem trans, mulher trans, travesti, não-binário, gênero fluido, agênero, bigênero, demigênero, andrógono, entre outros. Os termos são cunhados social e culturalmente. A única pessoa que pode dizer sobre a própria identidade de gênero é ela mesma e nosso papel como psicoterapeutas é validar essa identidade. Vale também ressaltar que uma pessoa trans não precisa se vestir de um jeito esperado, fazer uso de hormônios ou realizar cirurgias de afirmação de gênero para de fato ser trans, e deduzir que alguém é “menos trans” por isso já é uma forma de reprodução de violências e entendimento errado sobre o tema.

Pessoas trans sofrem preconceito, discriminação e violência pelo simples fato de serem trans. Culturalmente, temos estabelecido que a norma é ser cisgênero e heterossexual, o que chamamos de cisheteronormatividade (Tan et al, 2020). Isso implica na consequência de que pessoas que quebrem com tal regra sejam vistas como ameaça, perigo, erradas ou doentes. Historicamente vimos o internamento compulsório em instituições manicomiais de pessoas LGBTQIAPN+, em especial as que divergiam dos estereótipos de gênero ou se expressavam em desacordo com a norma social (Arbex, 2019).

Quanto à orientação sexual, a heterossexualidade se refere a pessoas que sentem atração pelo gênero oposto, dentro da construção binária. É importante que os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero estejam bem definidos em suas distinções por profissionais, dado que o primeiro se refere à atração sexual e emocional de uma pessoa por outra e o comportamento social

---

7 O termo travesti é de origem latinoamericana, sendo resultado de uma luta cultural de militantes trans por uma identidade que quebra com expectativas de gênero eurocênicas e estadunidocênicas, e carregada de fortes influências culturais dos povos da América Latina. Mesmo que nem toda travesti se identifique como mulher trans, a identidade é feminina.

relacionado a essa atração (APA, 2012) e o segundo se refere à forma como a pessoa se identifica, como foi conceituado anteriormente. Tal distinção é fundamental para qualquer intervenção em psicologia, e quaisquer confusões nesses conceitos podem levar à um ato de violência ou deslegitimação por parte de profissionais contra pessoas que busquem serviços de psicologia nos mais distintos campos de atuação da profissão.

Entre as violências historicamente mantidas e reforçadas contra a população trans, daremos destaque para a patologização das transexualidades, que reforça normas e estereótipos de gênero e legitima a violência contra populações dissidentes de gênero (Pereira, 2006). Assim, essa comunidade tem maior probabilidade de se encontrar em situação de desemprego, pobreza, rejeição social, violência, perda de laços familiares, evasão escolar, entre outros fatores de risco (Rocon et al., 2016).

Todo o conjunto de violências cometidas contra pessoas trans, que só ocorrem pelo fato de tais pessoas serem trans, é chamado de *transfobia* (Chinazzo et al., 2020). A partir desse conceito, entendemos que pessoas trans estão vulneráveis à um sistema de violências que são legitimadas e reproduzidas socialmente por grupos sociais, religiosos, políticos, empresariais e demais instituições, dificultando o acesso dessa população a direitos constitucionalmente garantidos e condições de vida digna.

## **ESTRESSE DE MINORIA, TRANSFOBIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

A quebra de regras sociais, violência sistematizada e acesso a direitos limitados configuram a população trans como uma minoria representativa. Entende-se por minoria social a parcela populacional que tem pouca visibilidade social, independente de seu contingente populacional (i.e. negros são a maioria populacional bruta no território brasileiro, mas são minoria representativa em espaços da macropolítica, midiáticos e financeiros). Para melhor compreensão do sofrimento específico que populações minoritárias podem ser sujeitas, foi desenvolvido o modelo do estresse de minoria (Meyer, 2003; Brooks, 1981), que descreve os elevados níveis de estresse que minorias sexuais e de gênero enfrentam, devido a experiências de preconceito, discriminação, violência e rejeição relacionadas a sua expressão ou identidade de gênero.

A proposta original do modelo foi apresentada por Brooks, em 1981, com o objetivo de compreender como o preconceito afeta psicologicamente mu-

lheres lésbicas cisgênero. Anos mais tarde, Meyer (1995; 2003) expandiu essa formulação, aplicando-a também a gays e bissexuais. O modelo de estresse de minoria propõe que o preconceito se manifesta em três dimensões principais: percebido, antecipado e internalizado. O primeiro se refere às experiências diretas de discriminação vividas pela pessoa por pertencer a um grupo minoritário — trata-se de um estresse explícito. O preconceito antecipado, por sua vez, diz respeito à expectativa de sofrer discriminação, configurando uma antecipação de situações potencialmente hostis e pode gerar um estado de vigilância contínuo. Já o preconceito internalizado ocorre quando discursos e atitudes discriminatórias do contexto social são incorporadas pela própria pessoa, transformando-se em pensamentos e sentimentos negativos sobre sua identidade de gênero e sexualidade. Esse processo de auto estigmatização pode gerar baixa autoestima e dificuldades no desenvolvimento de estratégias eficazes de enfrentamento (Meyer, 2003).

Para compreender o sofrimento psicológico vivenciado por pessoas transgênero, foi proposto o Modelo de Estresse de Minoria de Gênero (originalmente, *Gender Minority Stress Framework*), por Testa e colaboradores (2015). Essa formulação tem origem no modelo do estresse de minoria (Meyer, 2003; Brooks, 1981). A adaptação foi necessária para contemplar as especificidades que caracterizam as experiências de preconceito enfrentadas por essa população. Diferentemente do que ocorre com minorias sexuais — como lésbicas, gays e bissexuais —, as formas de estigma e as vivências sofridas por pessoas trans estão diretamente relacionadas a normas e ideologias que favorecem indivíduos cisgênero.

O modelo proposto por Testa et al. (2015) identifica fatores distais e proximais específicos da experiência de pessoas transgênero e contribui para explicar as diferenças observadas nos indicadores de saúde mental entre indivíduos trans e cisgênero. Os fatores distais correspondem a elementos externos e mais objetivamente identificáveis, como atos de discriminação e violência, refletindo a posição socialmente atribuída a esse grupo minoritário.

Entre os fatores distais, o modelo inclui diferentes formas de violência e exclusão relacionadas à identidade de gênero. Isso envolve a vitimização de gênero, expressa por agressões físicas ou verbais dirigidas a pessoas trans; a rejeição de gênero, caracterizada pela não aceitação em contextos interpessoais, institucionais ou comunitários; e a discriminação de gênero, que se manifesta em dificuldade de acesso à moradia, a emprego, serviços de saúde e à documentação legal. Também inclui a não-afirmação, entendida como a

ausência de reconhecimento, por parte de outras pessoas, do senso interno de identidade vivenciado por indivíduos trans (Testa et al., 2015). De acordo com esse modelo explicativo, a presença de fatores distais pode aumentar a vulnerabilidade de pessoas trans a diferentes processos psicológicos, como padrões disfuncionais de regulação emocional, experiências de isolamento social e sensação persistente de desesperança (Tan et al., 2020).

Já os fatores proximais incluem processos internos e subjetivos que estão relacionados a experiências externas de discriminação. Entre eles estão as expectativas negativas, caracterizadas pela ansiedade ou apreensão diante da possibilidade de vivenciar situações de preconceito — geralmente fundamentadas em experiências anteriores de estigma; o sigilo ou ocultamento, que envolve a decisão de não revelar a identidade trans como forma de autoproteção ou de proteção a pessoas próximas; e a transfobia internalizada, quando discursos e atitudes discriminatórias presentes no contexto social são incorporados pela própria pessoa, influenciando negativamente a percepção sobre sua identidade de gênero (Testa et al., 2015).

O Modelo de Estresse de Minoria de Gênero também descreve fatores protetivos a pessoas trans, entendidos como recursos de resiliência e estratégias de enfrentamento presentes tanto no nível individual quanto no social. No nível individual, destaca-se o orgulho pela própria identidade, que contribui para fortalecer a autoestima e a autovalorização. A questão do orgulho muitas vezes é desestimulada pela maioria representativa (no caso, pessoas cisgênero), com argumentações voltadas para a deslegitimação de orgulhar-se “apenas” por existir. Visto que identidades de gênero transexuais são sistematicamente descredibilizadas, violentadas e sofrem repetidas tentativas de aniquilamento, o orgulho entra como peça chave para fortalecimento do senso de identidade das pessoas, apreciação por serem quem são e expressarem isso de forma pública, assim como contribui para o engajamento em estratégias de autocuidado, busca por garantia de direitos e conexão com pares.

Já no nível social, incluem-se a conexão com a comunidade, o apoio familiar e a conectividade cultural, fatores que oferecem suporte e favorecem o bem-estar de pessoas trans (Testa et al., 2015). Desenvolver vínculo com a comunidade e formar uma rede de contato em grupos de apoio voltados, especificamente, para pessoas trans são identificados como importantes contrapesos aos estressores de minoria. Essas conexões favorecem o acesso a recursos de enfrentamento em nível social, tais como a conexão com outras pessoas trans, a identificação de modelos positivos e a normalização das

respostas emocionais diante da discriminação, processo que ocorre por meio do compartilhamento de experiências e narrativas semelhantes (Pflum et al., 2015).

Há estudos que indicam que pessoas trans apresentam uma vulnerabilidade significativamente maior a sintomas depressivos, ideação e tentativas de suicídio, elevados níveis de ansiedade e comportamentos autolesivos, fenômenos que estão associados às experiências de preconceito e estigma (Chinazzo et al., 2020; Austin et al., 2017). No contexto brasileiro, a prevalência de ideação suicida entre a população trans é superior à observada na população cisgênero (Silva et al., 2021). Esses indicadores psicológicos negativos são compreendidos como consequências do impacto do estresse de minoria.

Um estudo realizado em São Paulo e no Rio Grande do sul, com 378 pessoas trans, demonstrou que 80% das pessoas que apresentaram comportamento de tentativa de suicídio associaram esses comportamentos à vivência da transexualidade. O estudo também indicou que a ideação suicida aumenta em 20% com o preconceito antecipado e em 70% com o internalizado (Chinazzo et al., 2020).

Considerando que o Brasil apresenta um dos maiores índices de homicídio de pessoas trans (Benevides, 2025), é de extrema relevância que sejam feitos mais estudos nessa área. Além disso, é necessário desenvolver intervenções psicológicas específicas e adaptadas às particularidades e necessidades dessa população, visando o ensino de estratégias saudáveis de enfrentamento, o que pode ajudar a reduzir o impacto negativo do estresse de minoria e promover saúde mental e bem-estar.

Junto a tais fatores, destacamos a importância da formulação de políticas públicas específicas voltadas para a população trans. A seguir apresentaremos quatro das políticas públicas já existentes em território nacional.

Primeiramente, temos a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNI-LGBT), regulamentada pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017, que orienta profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) ao atendimento digno, humano e ético a todas as populações contempladas pela iniciativa. Apesar de extremamente relevante para o cuidado em saúde, a PNI-LGBT ainda carece de diretrizes mais específicas para cada grupo populacional dentro da sigla e não garante que formações continuadas de profissionais sejam de fato efetuadas, apesar de prever tais ações.

A segunda política é a da garantia do nome social para pessoas trans, imposto pelo Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. O decreto assegura o uso do nome social e respeito à identidade de gênero de pessoas trans na esfera pública, independente da idade da pessoa requerente e sem a necessidade de quaisquer medidas judiciais. O decreto também expressa que o nome social da pessoa sempre deve ser priorizado em quaisquer documentos, sendo o nome de registro constante apenas em documentos de funcionamento interno de repartições ou quando extremamente necessário. Dessa forma, pessoas trans têm o direito a sua identidade e nome de forma oficial, em documentações pessoais e demais instâncias documentais (i.e. prontuários, intimações, declarações, procurações, etcetera).

A terceira política afirmativa que temos é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que consagrou o direito de qualquer pessoa trans retificar, via cartório ou Defensoria Pública (DP) seu pronome e gênero nos registros civis, independente de intervenções médicas de afirmação de gênero (JusBrasil, 2024). Anteriormente a esse entendimento, era necessário que pessoas trans entrassem com processo judicial para substituição de pronome e alteração de gênero nos registros, processo que levava anos para ser concluído, além de ser financeiramente e psicologicamente muito custoso e, ao longo de seu decurso, submetia pessoas trans à repetidas violências institucionais (i.e. deslegitimação de identidade e pronome, negação do direito à identidade se não pelo aval de um juiz ou juíza, questionamentos acerca de procedimentos cirúrgicos e intervenções hormonais em audiências judiciais). A pessoa interessada em alterar pronome ou gênero pode buscar auxílio das DPs caso se enquadre nos pré requisitos socioeconômicos necessários para o acompanhamento gratuito, ou pode resolver diretamente em cartório de registro civil, arcando de forma independente com os custos das documentações necessárias para as modificações, que variam conforme o Estado de cada pessoa.

Por último, a quarta é o acesso ao atendimento em saúde para realização de hormonioterapia e cirurgias de afirmação de gênero pelo SUS, previsto na Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. A portaria define as intervenções que devem ser oferecidas pelo SUS seguindo as seguintes diretrizes:

Art. 2º São diretrizes de assistência ao usuário(a)(e) com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS:

I - integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;

II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;

III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários, usuárias e usuáries da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção (Brasil, 2013).

Dessa forma, a população trans tem, além do reconhecimento institucional e legal ao nome e identidade de gênero, o acesso à saúde assegurado, visando melhoria de qualidade de vida, através de intervenções médicas afirmativas de gênero para quem as deseja, assim como, direito ao atendimento humano e ético em quaisquer instâncias do cuidado em saúde dentro do SUS, mesmo os não relacionados a terapias hormonais ou cirurgias.

Vale ressaltar que apesar da existência dessas normativas, ainda é constante o desrespeito e violência contra pessoas trans no Brasil, nas instâncias da administração pública e no SUS. Assim, cabe também aos profissionais da psicologia conhecerem as leis vigentes do país e respectivos estados, como forma de lutar pela efetivação e cumprimento das leis, assegurando a proteção e garantia de direitos da população trans.

## **VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS NA PSICOLOGIA E CONSTRUÇÕES DE DISCURSO**

Até aqui, apresentamos problemáticas, conceituações e intervenções que não são exclusivas da Psicologia, apesar de fortemente vinculadas. Entretanto, também se faz necessário que aprofundemos em uma questão que tem ativamente ocorrido em nossa prática profissional, justificando ainda mais a necessidade de uma revolução dentro da Psicologia que abrace minorias sociais, em especial nesta discussão, que abrange pessoas trans.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou em 2019 o livro *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs*, disponibilizado, na época, de forma física nas sedes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e também *on-line* para acesso de toda a categoria. Tal produção é composta por trechos de narrativas de pessoas LGBTQIAPN+ que sofreram episódios de violência, exclusão, agressão, discriminação, expulsão e violações de direitos humanos em diferentes contextos: sociais, escolar, hospitalar, familiar e, em especial, dentro de consultórios de psicologia.

Um dos trechos apresentados, narrado por uma pessoa não-binária e pansexual, conta que ouviu de mais de um profissional da psicologia o seguinte:

[...] Mas você não acha que se você estivesse trabalhando, tivesse namorando com alguém que a sua família gostasse, confiasse, as pessoas não estariam convivendo melhor com você? Você fica falando que as pessoas não te escutam, que elas parecem estar incomodadas, mas será que, se você não arrumasse um namorado, ou tivesse em um trabalho formal, essas pessoas não te respeitariam mais? (CFP, 2019, p. 166).

Aqui vemos exemplificado um episódio de clara anulação do sofrimento da pessoa e perpetuação de uma moralidade socialmente estabelecida. Vamos quebrar esse trecho para compreender como isso ocorre:

- Mas você não acha que se você estivesse trabalhando, (1)
- tivesse namorando com alguém que a sua família gostasse, confiasse, (2)
- as pessoas não estariam convivendo melhor com você? (3)
- Você fica falando que que as pessoas não te escutam, que elas parecem estar incomodadas, (4)
- mas será que, se você não arrumasse um namorado, (5)
- ou tivesse em um trabalho formal, (6)
- essas pessoas não te respeitariam mais? (7)

Primeiramente temos estabelecido, a partir dos subtrecos 1 e 6, em interlocução com os trechos 3 e 7, que o trabalho é uma das formas de se conquistar respeito socialmente. Entretanto, fica evidente que não qualquer trabalho, mas sim o trabalho formal é que seria uma prerrogativa para que tal respeito fosse conquistado.

Entretanto, já exploramos mais cedo neste capítulo que pessoas trans enfrentam maiores dificuldades para entrada e permanência no mercado de trabalho, em particular dentro da formalidade. Assim, é possível compreender que há desconhecimento de profissionais que proferem tais falas sobre a realidade enfrentada por pessoas trans socialmente no quesito empregabilidade. Em conjunto, há a implicação de uma concepção social e moral da virtude à partir do trabalho, e não a partir do direito humano à dignidade, previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2017).

Já os sub trechos 2 e 5 estabelecem outra noção social de valor, que é a do relacionamento estável (namoro), partindo-se do pressuposto de que, para

que uma pessoa seja respeitada e validada socialmente, como destacado pelos sub trechos 3 e 7, deve-se estar em um relacionamento estável com alguém que seja, dentro daquele espectro familiar, “gostável” e confiável.

Dentro de uma lógica social cisheteronormativa, alguns dos pressupostos que estão atrelados são o da monogamia e o da construção de núcleos familiares, constituindo-se o namoro como um estágio de preparação para aquela fase (Dias, 2025).

Antes de continuarmos nessa linha argumentativa, é preciso colocar luz primeiro sobre a questão da monogamia em nossa sociedade. Como apresenta Fisher (1992), monogamia é o estabelecimento de relação na qual há apenas uma unidade de cônjuge para uma pessoa. De forma estritamente conceitual, não há o pré-estabelecimento de qual deve ser o gênero de tal cônjuge, nem é explicitado se é obrigatória a fidelidade sexual uma vez que a união já esteja estabelecida.

Santiago (2014) explica que o conceito de monogamia, socialmente falando, é permeado por distintas percepções sociais, destacando-se: durabilidade longa do vínculo; viés intrinsecamente reprodutivo; formação de vínculo legal entre as partes. O autor ainda destaca a explícita ausência de amor ou afeto nas conceituações existentes. Dias (2025) explica também que relações monogâmicas, devido a sua característica fundamental de reprodução humana ao longo da história, são implicitamente exclusivas de relações cisheteronormativas, excluindo-se a diversidade da lógica matrimonial construída ao longo dos séculos.

Dias prossegue explicando que

A família é uma instituição política que desempenha papéis cruciais na reprodução social e na transmissão de valores culturais. Contudo, [. . .] não se trata de um modelo de família qualquer: a norma é caracterizada por um núcleo cisheterossexual e monogâmico, baseado na autoridade patriarcal. [. . .] Portanto, analisar a violência dentro da sociedade capitalista implica examinar a violência estrutural como um mecanismo que permeia as interações cotidianas entre os indivíduos em variados espaços, seja no trabalho, na comunidade ou na família. (Dias, 2025, p. 264 - 265)

A partir do exposto, entendemos que as formas de violência e opressão de caráter estrutural perpassam as mais variadas interações humanas, o que inclui interações entre profissionais da psicologia e pessoas que buscam nossos serviços. Dessa forma, enquanto profissionais ainda reproduzirem fortes concepções sobre moralidade e negação de múltiplas formas de se viver

de forma digna, situações de violência, opressão e apagamento continuarão se perpetuando na prática psicológica, em especial na prática clínica, já que 73,18% da categoria profissional se encontra atuando nessa área (CFP, 2022).

Já o sub trecho 4 interage com todos os demais. Fica estabelecido que a pessoa que buscou o serviço de psicologia já relatou previamente que percebe incômodo e ausência de escuta por parte de familiares, entretanto, tal demanda é sufocada em toda a argumentação dos demais subtrecos, colocando a pessoa como responsável pelo próprio sofrimento e desresponsabilizando as variáveis ambientais, sociais e culturais de relevância, existentes na queixa apresentada.

## **ÉTICA PROFISSIONAL E ATENDIMENTO TRANS-AFIRMATIVO**

Abordando-se especificamente o papel de profissionais da psicologia no cenário aqui estabelecido, partimos inicialmente de nossa ética profissional. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), em seus Princípios Fundamentais, faz uma chamada à ação para toda a categoria

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. (CFP, 2005)

Fica estabelecido que a função eticamente profissional da categoria de profissionais da Psicologia exacerba grandemente o que se tem estabelecido pelo senso comum, que é a que se restringe à excelência técnica. De acordo com nosso próprio Código de Ética, uma atuação ética engloba ações afirmativas em relação ao mundo e às comunidades, luta pela conquista e proteção de direitos, atenção redobrada às demandas sociais de proteção de populações e eliminação de violências e preconceitos.

A proposta de fazer um atendimento psicológico trans-affirmativo entra nesse contexto com uma estratégia de principalmente validar a existência de pessoas trans e as experiências únicas vividas por elas. Para que a validação seja genuína e coerente, é necessário que os profissionais de saúde mental estejam tecnicamente e teoricamente bem embasados, destacando-se a importância de entender mais sobre o modelo de estresse de minoria de gênero e sobre a terapia afirmativa. O termo escolhido no nome deste capítulo, trans-affirmativo, é para estabelecer que o foco, aqui, está em uma parte da comunidade LGBTQIAPN+, a parte que representa a população trans e não-binária, pela especificidade da vivência dessas pessoas e do preconceito sofrido por elas.

Então, o que exatamente conceitua um atendimento trans-affirmativo? Primeiramente, como descrito por Korell e Lorah (2007), pessoas trans em sua maioria não buscam serviços de psicoterapia por serem trans, mas sim por motivos comuns à boa parte da população. Entretanto, devido ao apresentado ao longo deste capítulo, profissionais tendem a deduzir que tais pessoas buscaram o serviço “por serem trans”, reduzindo suas vivências a esse aspecto.

Um atendimento psicológico trans-affirmativo valida e coloca em destaque vivências trans, mas não se resume a isso, considerando toda a vivência de indivíduos em intersecção com vivências específicas da população trans, entendendo potencialidades e vulnerabilidades em busca da melhor rota interventiva possível, após a compreensão de todo este contexto que engloba as vivências trans (APA, 2015). De forma prática e exemplificada:

Profissionais que entendem que a população trans pode ser mais vulnerável no quesito empregabilidade podem formular estratégias mais adequadas para clientes que estiverem com demandas de trabalho;

Profissionais que conhecem as leis de proteção à população trans podem identificar violações de direitos a partir de relatos nos quais, por vezes, clientes não perceberam que sofreram, levando a ações de proteção dentro do contexto clínico e social;

Profissionais que compreendem os impactos do preconceito social contra pessoas trans poderão buscar maiores possibilidades de aprimoramento profissional visando uma prática profissional mais empática e eficaz com as vulnerabilidades específicas dessa população;

Profissionais que prestam atenção à movimentações sociais, políticas e comunitárias podem auxiliar clientes à se protegerem de possíveis ameaças ou se desenvolverem a partir de possibilidades que surgem no campo social (i.e. políticas afirmativas);

Profissionais que engajem em práticas trans-affirmativas podem fornecer maior suporte para toda a rede de indivíduos trans, especialmente familia-

res, sendo uma fonte de orientações valiosas e tentativas de conciliações saudáveis quando necessárias, dado o alto índice de pessoas trans que são ostracizadas pela família.

De forma geral, profissionais da psicologia devem ser capazes de identificar fatores relevantes tanto para o adoecimento psicológico quanto para melhoria de qualidade de vida de todas as populações, atentando-se para as especificidades de cada grupo, guiando-se a partir da ciência psicológica, leis vigentes e ética profissional, promovendo uma prestação de serviço individualizada e culturalmente competente, compreendendo que cada pessoa é digna de cuidado e respeito.

## REFERÊNCIAS

- American Psychological Association. (2012). Guidelines for Psychological Practice with Lesbian, Gay, and Bisexual Clients. *American Psychologist*, 67(1), 10–42. <https://doi.org/10.1037/a0024659>
- American Psychological Association. (2015). Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People. *American Psychologist*, 70 (9), 832-864. doi: 10.1037/a0039906
- Assembleia Geral das Nações Unidas (2017). Declaração Universal dos Direitos Humanos. <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>
- Austin, A., Craig, S. L., & Alessi, E. J. (2017). Affirmative Cognitive Behavior Therapy with Transgender and Gender Nonconforming Adults. *Psychiatric Clinics of North America*, 40(1), 141–156. <https://doi.org/10.1016/j.psc.2016.10.003>
- Arbex, D. (2019). *O holocausto brasileiro* (1ª ed.). Intrínseca.
- Benevides, B. G. (2025). Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; Associação Nacional de Travestis e Transexuais. <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>
- Korell, S.C; Lorah, P. (2007). An overview of affirmative psychotherapy and counseling with transgender clients. In: Bieschke, K. J., Perez, R. M., & DeBord, K. A. (2007). *Handbook of counseling and psychotherapy with lesbian, gay, bisexual, and transgender clients*. American Psychological Association.
- Brasil (2013). Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Diário Oficial da União. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html).
- Brasil (2017). Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017. Diário Oficial da União. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html).
- Brooks, V. (1981). *Minority Stress and Lesbian Women*. Lexington: Lexington Books.

- Chinazzo, T. R., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Sadeeh, A., & Costa, A. B. (2020). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(3), 5045-5056. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>
- Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. <https://site.cfp.org.br/documentos/confira-o-novo-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo/>
- Conselho Federal de Psicologia (2019). Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs. <https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/>
- Conselho Federal de Psicologia (2022). Censo da Psicologia Brasileira. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo\\_psicologia\\_Voll-1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Voll-1.pdf)
- Dias, K. A. de N. Contra tudo que esperavam de nós: inflexões sobre monogamia, família e assimilação neoliberal. *Periódicus*, n. 21, v. 1, p. 263-297. [https://www.academia.edu/128127040/Contra\\_tudo\\_que\\_esperavam\\_de\\_n%C3%B3s\\_inflex%C3%B5es\\_sobre\\_monogamia\\_fam%C3%ADlia\\_e\\_assimila%C3%A7%C3%A3o\\_neoliberal](https://www.academia.edu/128127040/Contra_tudo_que_esperavam_de_n%C3%B3s_inflex%C3%B5es_sobre_monogamia_fam%C3%ADlia_e_assimila%C3%A7%C3%A3o_neoliberal)
- Fisher, H. E (1992). Anatomía del amor: historia natural de la monogamia, el adulterio y el divorcio. Tradução de Alicia Plante. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Pereira, P. P. G. (2006). A teoria queer e a reinvenção do corpo. *Cadernos Pagu*, (27), 467-477. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200020>
- Pflum, S. R., Testa, R. J., Balsam, K. F., Goldblum, P. B., & Bongar, B. (2015). Social support, trans community connectedness, and mental health symptoms among transgender and gender nonconforming adults. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(3), 281–286. <https://doi.org/10.1037/sgd0000122>
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2517-2526. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>
- Santiago, R. da S. (2014). O mito da monogamia à luz do Direito civil-constitucional: a necessidade de uma proteção normativa às relações de poliamor. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. Universidade de Brasília. [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16193/1/2014\\_RafaeldaSilvaSantiago.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16193/1/2014_RafaeldaSilvaSantiago.pdf)
- Silva, G. W. D. S., Meira, K. C., Azevedo, D. M. D., Sena, R. C. F. D., Lins, S. L. D. F., Dantas, E. S. O., & Miranda, F. A. N. D. (2021). Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 4955-4966.
- Tan, K., Treharne, G. J., Ellis, S. J., Schmidt, J. M., & Veale, J. F. (2020). Gender Minority Stress: A Critical Review. *Journal of homosexuality*, 67(10), 1471–1489. <https://doi.org/10.1080/00918369.2019.1591789>
- Testa, R. J., Habarth, J., Peta, J., Balsam, K., & Bockting, W. (2015). Development of the gender minority stress and resilience measure. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(1), 65–77. <https://doi.org/10.1037/sgd0000081>

## CAPÍTULO 9

# CORPOS LGBTTIA+ EM TRAVESSIA: JUVENTUDE, INTERSECCIONALIDADES E O FENÔMENO DO SUICÍDIO

Matheus Henrique Carvalho

Paulo Vitor Palma Navasconi

### CORPOS EM TRAVESSIA: VIDAS ENTRE O LIMITE E O DESEJO DE RESPIRAR

Ricardo, jovem negro gay da periferia, cresceu em um território onde o racismo e a homofobia se entrelaçam às marcas da desigualdade social. Sua cor da pele era vista como ameaça, seu corpo lido como risco, e sua sexualidade, motivo de escárnio e violência. Entre olhares desconfiados da polícia e insultos lançados no caminho da escola, aprendeu cedo que sua existência era interpretada como erro. Mas Ricardo sonhava. Apesar da ideia suicida que lhe rondava em noites longas, desejava respirar, desejava sentir o sol no rosto sem medo, desejava ter o brilho nos olhos que o racismo e a LGBTfobia tentavam apagar.

Lucas, jovem branco gay de classe média, também enfrentava a ideia suicida, mas em um terreno atravessado por outras marcas. Cercado de expectativas familiares de sucesso, produtividade e conformidade, vivia sob a cobrança de performar uma masculinidade heteronormativa que nunca lhe pertenceu. Sua dor não vinha da mesma brutalidade policial ou da racialização cotidiana que atingia Ricardo, mas das violências sutis que o silenciavam: piadas no corredor, julgamentos velados, a pressão de não decepcionar. Enquanto Ricardo lutava contra a materialidade do racismo e da pobreza, Lucas enfrentava a invisibilidade de um sofrimento que muitos preferiam não ver.

Essas histórias, embora distintas, encontram-se na intersecção entre *raça*, *gênero*, *sexualidade* e *classe*, revelando como o suicídio não pode ser compreendido como experiência individual e isolada. A dor de Ricardo é atra-

vessada pelo genocídio da juventude negra, pela necropolítica que seleciona quem pode viver e quem deve morrer. A dor de Lucas é atravessada pelo peso da cisheteronormatividade e pela violência simbólica que exige disfarces constantes para ser aceito. Ambos, entretanto, compartilham a mesma urgência: existir sem precisar negociar diariamente suas vidas em troca de migalhas de reconhecimento.

Ao pensarmos o suicídio nesses corpos em travessia, torna-se impossível ignorar que a ideia suicida não é apenas expressão de fragilidade individual, mas resposta a estruturas que reiteram exclusão. São vidas expostas à interdição do desejo, ao sufocamento da autenticidade, à precarização cotidiana da esperança. O racismo, a homofobia, o machismo e a lógica neoliberal de desempenho não são apenas contextos — são forças que atravessam subjetividades e constroem modos de morrer.

Ainda assim, tanto Ricardo quanto Lucas não desejavam apenas escapar da dor, mas afirmar a vida. Queriam respirar sem medo, amar sem vergonha, existir sem disfarces. Desejavam que seus corpos deixassem de ser lidos como ameaça ou falha, e passassem a ser reconhecidos em sua potência. É nesse desejo de brilho nos olhos que encontramos o ponto de partida para pensar o cuidado e a psicologia: não como mera contenção do risco, mas como prática política capaz de devolver à vida trans, negra, gay, periférica ou não, a legitimidade de existir em plenitude.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO (...)**

O presente capítulo integra uma pesquisa em andamento sobre o comportamento suicida em jovens que se identificam como membros da comunidade LGBTQIA+, negros e não negros, a partir de uma análise da literatura científica sobre o suicídio. Tal análise se debruça, em especial, sobre a suicidologia, campo da Psicologia e da Psiquiatria dedicado à produção de conhecimento acerca do comportamento suicida. Nesse contexto, a investigação é orientada pelas seguintes questões: em que medida a literatura científica sobre suicídio e comportamento suicida contempla os efeitos psicossociais da LGBTfobia? De que forma os estudos sobre o tema têm sido estruturados: há divisões fundamentadas em orientação sexual ou identidade de gênero? E, ainda, a suicidologia tem desenvolvido saberes que considerem os processos de subjetivação de pessoas LGBTQIA+, bem como os efeitos psicossociais do racismo?

No entanto, neste capítulo, propomos discutir, sobretudo, os impactos nefastos que a heteronormatividade, o racismo e a heterossexualidade compulsória exercem sobre a constituição da subjetividade. A reflexão será articulada também a partir dos casos descritos acima de Ricardo e Lucas, compreendidos aqui como narrativas que evidenciam a complexidade do sofrimento e, ao mesmo tempo, apontam para possibilidades de resistência. Nesse percurso, buscamos tensionar não apenas as marcas da violência, mas também as formas e linhas de fuga que emergem diante dela, destacando o papel da psicologia na construção de práticas de cuidado ético-políticas, capazes de enfrentar tais atravessamentos e afirmar a vida em sua potência e poder ser uma ferramenta para *tornar existente* realidades, vozes, perspectivas que existem, mas que foram e são silenciadas, apagadas e invisibilizadas.

Nesse sentido, falar em tornar-se existente significa reconhecer que, diante de um sistema que insiste em apagar determinadas vidas, afirmar a própria existência já é, em si, um ato político e de resistência. A experiência de jovens como Ricardo e Lucas revela que, para além do sofrimento que os atravessa, há também um desejo de vida, de respiro e de brilho no olhar que resiste ao apagamento. Tornar-se existente, portanto, não é apenas sobreviver, mas disputar os enquadramentos que definem quais vidas importam e quais são relegadas à condição de descartáveis. É nesse gesto que se abre a possibilidade de compreender o suicídio não como falha individual, mas como expressão de estruturas que desautorizam certas existências, ao mesmo tempo em que se vislumbra a urgência de práticas psicológicas comprometidas em sustentar espaços onde esses corpos possam ser vistos, escutados e reconhecidos.

## **REFLEXÕES SOBRE O COMPORTAMENTO SUICIDA ENTRE JOVENS LGBTTIS NEGROS E NÃO NEGROS**

Tornar-se existente, neste contexto, significa reconhecer que certas realidades, culturas, vidas e até mesmo modos de morrer são estruturados pela invisibilidade. Há enquadramentos sociais, políticos e culturais que produzem apagamentos, relegando determinados corpos à condição de vidas de pouco ou nenhum valor. Essas vidas passam a configurar a categoria das que “não importam”, das que são constantemente expulsas da esfera do cuidado e do reconhecimento. A primeira lição, portanto, talvez seja dura, mas necessária: não, nem todas as vidas importam. Nem todas as vidas foram socialmente construídas para serem amadas, cuidadas, amparadas, respeitadas. Algumas

foram relegadas a vidas não vivíveis, enquanto outras foram naturalizadas como vidas matáveis. Como lembra Navasconi (2019), sabemos onde dói, mas poucos conseguem enxergar. Daí a pergunta que ressoa: será que, de fato, existimos?

Essa reflexão ganha ainda mais densidade quando pensamos no lugar da morte em nossa sociedade. A morte, de maneira geral, é vista como tabu: evitada, silenciada e negada, em nome da manutenção da vida a qualquer custo. Mas é preciso perguntar: qual vida está sendo preservada? Qual vida é considerada digna de ser cuidada, visibilizada, amada? Quando nos voltamos para a morte voluntária, a contradição se intensifica. Em uma sociedade que se recusa a falar sobre a morte, aqueles que desejam ou tentam tirar a própria vida são estigmatizados, classificados como “loucos” ou “desviantes”. Assim, constrói-se uma rede de dispositivos e ferramentas que, ainda que busquem compreender o fenômeno, muitas vezes apenas reforçam a patologização e a culpabilização do sujeito, deslocando o olhar da estrutura social para o indivíduo.

Segundo a literatura especializada, a morte voluntária é um fenômeno multifacetado, atravessado por fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, psicológicos e biológicos (Navasconi, 2019). Não se trata, portanto, de um problema restrito ao sujeito que se mata, mas de uma questão coletiva, com impactos profundos para a sociedade, tanto no nível psicológico quanto social e econômico.

Nesta perspectiva, se faz necessário compreender o comportamento suicida como um fenômeno multifatorial, envolvendo dimensões subjetivas, psicossociais, históricas e políticas. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014) aponta que o suicídio constitui uma das principais causas de morte entre jovens, sendo fortemente atravessado por fatores de exclusão, desigualdade e sofrimento social. Ao considerar grupos vulnerabilizados, como a população LGBTQIA+ e, especialmente, membros negros dessa comunidade, torna-se evidente a necessidade de abordar o suicídio para além das explicações biomédicas ou individuais, reconhecendo-o como expressão de violências estruturais. A compreensão do suicídio, portanto, exige uma leitura que dialogue com a noção de necropolítica (Mbembe, 2016), segundo a qual o Estado e a sociedade organizam quem pode viver e quem pode morrer, criando territórios de morte para populações marginalizadas, entre elas jovens negros e LGBTQIA+.

Em outras palavras, compreender o suicídio demanda um olhar que vá além da explicação biomédica ou psicologizante. Torna-se imprescindível reconhecer os efeitos da colonialidade, do epistemicídio, da necropolítica, da cisheteronormatividade e da branquitude, que não apenas estruturam a sociedade, mas também orientam quais saberes sobre o suicídio ganham legitimidade e quais são invisibilizados. É nesse sentido que a interseccionalidade se apresenta como chave analítica fundamental: ela permite compreender o fenômeno como multifacetado, atravessado por diferentes marcadores da diferença gênero, sexualidade, raça, classe, território que não se somam de maneira simples, mas se entrelaçam e produzem realidades específicas.

Assim, olhar para o suicídio em sua dimensão interseccional é também olhar para os processos de apagamento de vidas, de realidades e de histórias. Isso nos obriga a formular novas perguntas e a propor mudanças na geografia da razão: por que o suicídio de pessoas LGBTQIA+ e, em especial, de pessoas negras LGBTQIA+, permanece à margem dos estudos? Quando se diz que determinada faixa etária apresenta maior índice de suicídio, em quais contextos sociais, raciais e de gênero essa juventude está inserida? Quais atravessamentos marcam essas mortes? De quais vidas estamos falando — e, sobretudo, de quais vidas escolhemos falar e lembrar?

Segundo a OMS (2025), mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano, o que representa uma morte a cada 100 ocorrências registradas mundialmente. No Brasil, os números são igualmente alarmantes. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2022, foram registrados 16.262 suicídios no país, correspondendo a uma taxa de 8 mortes por 100 mil habitantes, um aumento de 11,8% em relação a 2021. Cabe ressaltar que o suicídio é um fenômeno que tem raízes profundamente ligadas ao sofrimento em vida, e percebe-se que a juventude é um momento em que esse sofrimento tende a se elevar, pois o suicídio está entre as três principais causas de morte de jovens com menos de 25 anos (OMS, 2025). Quando analisamos esse dado à luz das desigualdades raciais, de gênero e de sexualidade, o quadro se torna ainda mais grave, pois essas interseções não apenas potencializam a vulnerabilidade, mas configuram os modos de produção do sofrimento.

Esses dados evidenciam a complexidade do fenômeno suicida, que não pode ser reduzido a causas individuais ou biológicas. Trata-se de um processo multifacetado, influenciado por fatores psicológicos, sociais, culturais e econômicos. Como destacam Lima e Navasconi (2022), a complexidade do suicídio reside na interseção desses fatores e na maneira como eles se poten-

cializam, exigindo uma abordagem que vá além da perspectiva biomédica tradicional. No caso de jovens LGBTQIA+, especialmente negros, é fundamental reconhecer que o suicídio não é apenas uma questão de saúde mental individual, mas expressão de violências estruturais como racismo, sexismo, LGBTfobia, pobreza, exclusão escolar e abandono estatal.

Historicamente, o suicídio foi tratado como uma transgressão moral ou crime, sendo criminalizado em diversas culturas. A partir da Revolução Francesa, em 1789, iniciaram-se discussões sobre o suicídio sob uma perspectiva social, levando à despenalização em vários países europeus. No entanto, os estudos da época ainda tendiam a atribuir as causas do suicídio ao próprio indivíduo, desconsiderando os contextos sociais e estruturais que contribuem para o ato. Na contemporaneidade, apesar dos avanços na compreensão do suicídio, o tema ainda é cercado por estigmas e silenciamentos. O suicídio continua sendo visto como um tabu, muitas vezes associado à fraqueza ou instabilidade emocional, o que dificulta a busca por ajuda e o desenvolvimento de políticas públicas eficazes (Berenchtein, 2007).

Além disso, a abordagem predominante ainda tende a individualizar o fenômeno, negligenciando as influências sociais, como desigualdades econômicas, discriminação, violência e exclusão social (Lima & Navasconi, 2022). Esse apagamento é ainda mais evidente quando pensamos em populações LGBTQIA+ negras, que vivenciam a confluência de múltiplas opressões e cuja experiência de sofrimento não encontra espaço na maioria das produções científicas sobre suicídio. A literatura suicidológica ainda carece de produções que contemplem as especificidades da interseccionalidade, o que contribui para a perpetuação de leituras reducionistas.

Nesse sentido, pensar o suicídio em jovens LGBTQIA+, negros e não negros, exige tensionar a própria produção científica e a Psicologia. É necessário problematizar o papel histórico da ciência psicológica e psiquiátrica na patologização das dissidências sexuais e de gênero, bem como na manutenção de leituras que culpabilizam indivíduos em detrimento de responsabilizar as estruturas sociais. Uma psicologia crítica, antirracista e interseccional é chamada a se implicar eticamente, reconhecendo que o sofrimento não é apenas sintoma a ser medicalizado, mas denúncia política de um mundo que insiste em negar a legitimidade dessas existências.

## TORNAR-SE EXISTENTE: SUICÍDIO, INTERSECCIONALIDADES E CORPOS ABJETOS

A LGBTfobia é compreendida como um conjunto de violências simbólicas, institucionais e físicas que atravessam corpos considerados dissidentes. Segundo Coelho, Desidério e Rocha (2023), a LGBTfobia é um dispositivo intencional e historicamente gestado no cerne das sociedades. Desse modo, não se pode ignorar a existência dessa ideologia que permeia silêncios epistemológicos e lacunas na literatura sobre a produção de conhecimento do comportamento suicida dos membros da comunidade LGBTQIA+.

Deste modo, falar de suicídio em jovens LGBTQIA+ em especial quando se intersecciona com a raça e as condições materiais de vida significa reconhecer que estamos diante de um fenômeno que não pode ser reduzido a uma dimensão psicológica ou biomédica. O suicídio, aqui, inscreve-se como sintoma das estruturas de poder que produzem desigualdades e distribuem o valor das vidas de forma hierárquica. Judith Butler (2015) nos lembra que nem todas as vidas são reconhecidas como “vidas” no sentido pleno: algumas são abjetas, expulsas da inteligibilidade, vistas como menos humanas. Essa condição de abjeção incide diretamente sobre jovens negros e gays, cujas existências são atravessadas simultaneamente pelo racismo estrutural, pela LGBTfobia e por condições socioeconômicas de precariedade. Já os jovens brancos e gays, ainda que alvos da homofobia, experienciam um lugar diferenciado, marcado pelo privilégio racial que, de algum modo, pode atenuar, mas não eliminar a violência simbólica e material que os atinge.

O conceito de *heterossexualidade compulsória* (Rich, 1980/2010) é central para compreender essas dinâmicas. Desde cedo, os sujeitos são conduzidos a acreditar que sexo, gênero e desejo devem se alinhar em uma coerência normativa, constituindo a matriz heterossexual como destino “natural” e obrigatório. A dissidência desse modelo gera corpos desviantes, corpos que se tornam alvos de repulsa, exclusão e violência. Ricardo e Lucas, jovens gays, nos revelam em suas histórias que desejar viver e afirmar sua sexualidade implica atravessar territórios de vergonha, silêncio e medo. A diferença, entretanto, é que para Ricardo, jovem negro, o peso adicional do racismo cria camadas extras de vulnerabilidade: a solidão estrutural, a associação entre negritude e hipersexualização ou criminalidade, e a desvalorização da vida negra. Assim, o desejo de “respirar”, de manter o brilho nos olhos, é uma resistência contra uma ordem que insiste em soterrar sua humanidade.

Nessa chave, o suicídio não pode ser lido como mera escolha individual, mas como resultado de uma maquinaria social que distribui precariedade. Mbembe (2016), ao tratar da necropolítica, aponta como o poder contemporâneo se exerce pela capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Para jovens negros e LGBTQIA+, a necropolítica opera não apenas no nível físico da morte, mas também na produção de mortes lentas: exclusão do mercado de trabalho, violência escolar, ausência de políticas públicas efetivas, invisibilização nos serviços de saúde. Trata-se de uma condenação à invisibilidade, que transforma essas vidas em vidas descartáveis, vidas matáveis.

Nesse sentido, a interseccionalidade (Bilge & Collins, 2021) se apresenta como ferramenta analítica e política fundamental. Conceito este articulado por diversas pessoas negras desde o início do século XX, mas enquanto conceito proposta por Kimberlé Crenshaw (2002), ao considerar a articulação entre raça, gênero, sexualidade, classe e território, conseguimos compreender como se constroem os processos de vulnerabilização que levam jovens como Ricardo e Lucas a conviverem com a ideação suicida. Mais do que somar opressões, a interseccionalidade evidencia como esses marcadores se entrelaçam, potencializando o sofrimento e criando formas específicas de precariedade. Para Ricardo, ser negro e gay não é apenas acumular dois estigmas, mas viver uma experiência singular em que racismo e homofobia se fundem em dispositivos que negam sua humanidade. Para Lucas, jovem branco e gay, embora haja enfrentamentos e dor, existe ainda o amparo racial que, muitas vezes, lhe confere mais chances de reconhecimento, acolhimento e escuta.

E, com os estudos de Mbembe (2018), possibilitam compreender que os sujeitos LGBTQIA+ não negros e negros experienciam uma sobreposição de violências racismo, cis-heteronormatividade, desigualdade de classe, exclusão institucional que impactam diretamente sua saúde mental. O suicídio, nesse sentido, pode ser compreendido como um grito ético-político diante da falência dos vínculos, da invisibilidade social e do não reconhecimento da própria existência como legítima.

A literatura científica evidencia que pessoas LGBTQIA+ estão em maior risco de comportamento suicida do que a população cis-heterossexual (NAVASCONI, 2022). Entre jovens LGBTQIA+ negros, esses índices são ainda mais alarmantes, dado que o racismo estrutural e institucional se soma à LGBTfobia, resultando em trajetórias marcadas por rejeição familiar, evasão escolar, exclusão do mercado de trabalho, vulnerabilidade habitacional e violência policial (BENTO, 2022).

Tais processos não apenas geram sofrimento psíquico, mas também desintegram redes de proteção e pertencimento, promovendo um estado de desamparo e desesperança. Segundo Luana Lima (2024), o sujeito negro e LGBTQIA+ muitas vezes precisa morrer para ser escutado. Essa frase impactante sintetiza a lógica necropolítica que opera sobre esses corpos, onde a morte, muitas vezes, se apresenta como única linguagem possível de denúncia.

Em suma, compreender o comportamento suicida entre LGBTQIA+ negros e não negros requer uma abordagem que vá além do modelo clínico tradicional, integrando os aportes da psicologia crítica, da saúde coletiva e dos estudos raciais e queer. É necessário deslocar o foco da patologização para a escuta do sofrimento social e das dinâmicas de exclusão que atravessam esses sujeitos, reconhecendo o suicídio não como fracasso individual, mas como denúncia da falência das redes de cuidado e da violência sistêmica que nega o direito de existir com dignidade.

Tendo em vista que o fenômeno do comportamento suicida é um problema social, é de se questionar se existem padrões de repetição na computação de dados estatísticos baseados em critérios específicos como: gênero, orientação sexual, raça/cor, classe social, entre outros. Porém, além da percepção desses dados, é importante levantar a questão reflexiva por trás desses casos que se repetem: a realidade desses indivíduos está sendo considerada na investigação das motivações por trás do suicídio? Nessa linha, a presente pesquisa se preocupa em olhar para membros da comunidade LGBTQIA+ em sua totalidade: entender as interseccionalidades vivenciadas por essas pessoas e seus sofrimentos causados pela perpetuação do preconceito e desinformação. Além de dar enfoque para a história da comunidade LGBTQIA+, como ela é constituída e como as questões de gênero e orientação sexual são vistas pela literatura científica, esse projeto visa investigar também se essa mesma literatura que estuda o suicídio como fenômeno social está considerando o sofrimento vivenciado por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, entre outros no seu campo de estudo.

Ademais, Veiga (2022) defende que o sofrimento psíquico é um problema político, logo, cabe a todo corpo social se atentar a quais corpos estão sendo atravessados pelo sofrimento. No que tange à comunidade LGBTQIA+, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2018), estima-se que 42% da população trans já tentou suicídio. Trata-se de um dado alarmante que não pode ser desconsiderado pela suicidologia, para que essas mortes não caiam em uma naturalização a partir de um pacto coletivo

que leva pessoas trans a viverem em um mundo cindido onde são excluídas (FAVERO, 2024).

A psicologia, diante disso, é convocada a se reposicionar. Não se trata de medicalizar o sofrimento ou de restringir o cuidado a estratégias individualizantes. É preciso assumir o compromisso ético-político de uma psicologia que denuncie os mecanismos de apagamento e que se comprometa com a produção de outras possibilidades de vida. Isso exige deslocar-se de uma prática que apenas “escuta” para uma prática que também nomeia e enfrenta as estruturas de poder que atravessam os sujeitos. Como defende Butler (2001), a tarefa é reconhecer a humanidade dos corpos abjetos e romper com os discursos que os confinam ao silêncio.

Assim, compreender o suicídio em jovens LGBTQIA+ negros e não negros requer ir além de estatísticas ou classificações diagnósticas. É preciso reconhecer que estamos falando de existências que lutam para se afirmar em um mundo que, cotidianamente, insiste em negar-lhes a possibilidade de serem amadas, cuidadas e respeitadas. Tornar-se existente, portanto, não é apenas resistir: é inscrever-se na história como vida que importa, como corpo que fala, como sujeito que deseja viver.

Pensar o suicídio enquanto um fenômeno interseccional nos permite compreender que ele não se distribui de forma homogênea entre os sujeitos. Pelo contrário, suas expressões e impactos variam a partir de marcadores como raça, gênero, sexualidade, classe e território. É nesse ponto que as histórias de Ricardo e Lucas se tornam emblemáticas. Ambos os jovens, ambos gays, ambos atravessados pela ideia suicida. No entanto, enquanto Lucas, branco, pôde encontrar em alguns momentos de sua trajetória apoio familiar e reconhecimento social, ainda que parcial, Ricardo, negro, viveu a experiência do isolamento acrescido pelo peso do racismo estrutural e da solidão que marca a juventude negra. O que para um se configurava como dor e desejo de respirar, para o outro tornava-se também denúncia da precariedade racializada de sua própria existência.

Essas narrativas revelam que não se trata apenas de contabilizar tentativas de suicídio ou mortes consumadas, mas de perceber como certas vidas são produzidas socialmente como menos vivíveis. Ricardo e Lucas desejavam a vida, ansiavam por manter o brilho nos olhos, mas tiveram de enfrentar barreiras distintas na busca por existir. A experiência do racismo, articulada à homofobia, produziu em Ricardo uma vulnerabilidade maior e, ao mesmo tempo, uma resistência mais radical: seu desejo de viver era também desejo

de lutar contra uma sociedade que, sistematicamente, nega humanidade a corpos negros e dissidentes.

É nesse sentido que a psicologia precisa se perguntar: que vidas temos considerado quando falamos em prevenção do suicídio? Para quais corpos são construídas as políticas públicas e as práticas de cuidado? Historicamente, como vimos, a ciência psicológica e psiquiátrica manteve-se alinhada a uma epistemologia mestre (Alcoff, 2016), que seleciona quais saberes são legítimos e quais sujeitos podem ser escutados. Essa lógica reproduz o epistemicídio, apagando narrativas como as de jovens negros e LGBTQIA+, e produzindo um conhecimento que, ao invés de proteger, reforça desigualdades.

Reconhecer o suicídio como fenômeno interseccional é, portanto, deslocar a psicologia de sua zona de conforto clínica e individualizante, para inseri-la em uma prática ético-política. Trata-se de compreender que o sofrimento não é apenas expressão de conflitos intrapsíquicos, mas resultado de violências estruturais que atingem determinados grupos de modo mais intenso. O papel da psicologia, nesse horizonte, não pode ser apenas o de oferecer suporte terapêutico em espaços isolados, mas o de tensionar a própria produção de invisibilidade, reconhecendo que vidas negras, trans, LBTTI+, pobres, continuam a ser vidas sistematicamente desvalorizadas.

Ao articular os casos de Ricardo e Lucas com a produção científica, vemos a urgência de práticas psicológicas que construam redes coletivas de cuidado, ampliem a escuta para além dos diagnósticos e confrontem a colonialidade, a heteronormatividade e o racismo. A psicologia, nesse sentido, pode ser chamada a tornar visível o que historicamente foi silenciado, assumindo a tarefa de produzir conhecimentos e práticas que afirmem a vida em sua diversidade radical.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, reafirmamos que a psicologia, o Estado e os modos de cuidado não podem continuar operando a partir de paradigmas individuais, lineares e coloniais. O fenômeno do suicídio, sobretudo entre jovens negros e LBTTIs, exige práticas coletivas que se pautem na circularidade, no reconhecimento das interdependências e na reconstrução de redes de afeto, solidariedade e resistência. O cuidado, nesse horizonte, não é apenas uma técnica ou um recurso terapêutico, mas uma prática política, que desafia as estruturas racistas, cis-heteronormativas e coloniais que sustentam a necropolítica.

Reconhecer que o conhecimento não é neutro nem universal, mas situado, como afirmam Kilomba (2010) e Grosfoguel (2013), é condição para descolonizar a psicologia. Isso implica romper com a arrogância epistêmica que reduziu determinadas existências à condição de “não-sujeitos”, e afirmar que os saberes produzidos pelas margens, pelos corpos subalternizados (Spivak, 2010), são legítimos, necessários e urgentes. Descolonizar o conhecimento, nesse sentido, é abrir espaço para que narrativas, como as de Ricardo, Lucas, Matheus, Paulo Vitor e tantos outros jovens, não sejam apenas estatísticas, mas constituam-se como epistemologias vivas que nos ensinam a pensar o sofrimento e a vida de outros modos.

Dessa forma, pensar o suicídio em uma perspectiva interseccional é reconhecer que o sofrimento não é apenas psicológico ou biológico, mas profundamente enraizado em desigualdades raciais, de gênero, de classe e de sexualidade. É reconhecer que não se trata de “dar voz” a esses corpos, mas de escutá-los e assumir a responsabilidade coletiva de enfrentar os sistemas que produzem silenciamento, precariedade e morte.

Este capítulo é, portanto, também uma aposta: uma aposta na vida, na potência da coletividade e na urgência de uma psicologia que se reconheça como prática de resistência e não de adaptação. Escrever foi cura, como disse, mas também denúncia. Cura porque ressignifica dores e produz novos sentidos; denúncia porque aponta os mecanismos que insistem em nos matar.

E é por isso que, ao final deste percurso, reafirmo:

**Nós, pessoas LGBTTI, existimos.**

**Nossas vidas importam, são dignas de luto e, sobretudo, de luta.**

## REFERÊNCIAS

- Alcoff, L., M. (2016). Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31, N. 1. Jan-Abril.
- Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. (2018). *Precisamos falar sobre o suicídio de pessoas trans!* ANTRA.
- Benevides, B. (2018). *Precisamos falar sobre o suicídio de pessoas trans!* Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA).
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Berenchtein Netto, N. (2007). *Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico-dialético* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Editora: Civilização Brasileira.
- Coelho, G. G., Desidério, P. M. M., & Rocha, L. P. (2023). Afinal, o que é a LGBTfobia? *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 34, 1115–1115.
- Collins, P. H., & Bilges, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Corsi, C. A., Assunção-Luiz, A. V., Cintra, A. S., Paschoal, A. C. S., & Queiroz, T. S. (2020). Worker’s health surveillance: Work-related suicide. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 16(4), 133–143.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188.
- Favero, S. (2024). *Psicologia suja*. Editora Devires.
- Grosfoguel, R. (2013). Racismo/Sexismo Epistêmico, Universidades Ocidentalizadas e os quatro Genocídios/Epistemicídios ao longo do século XVI. *Tabula Rasa* [online], n.19, pp.31-58.
- Kilomba, G. (2015). A máscara. Tradução: Jesus, J. O. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 171-180.
- Kilomba, G. (2016). “*Descolonizando o conhecimento*” Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Tradução, Oliveira, J. São Paulo, Goethe-Institut.
- Lima, L. (2024). *Suicídio, bioética e neoliberalismo: Entre as éticas da vida e as políticas de morte* (1ª ed.). EDUFBA.
- Lima, L., & Navasconi, P. V. P. (Eds.). (2022). *(Re)pensando o suicídio: Subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos*. EDUFBA/SciELO.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- Navasconi, P. V. P. (2022). Reflexões sobre o fenômeno do suicídio em corpos negros LGBTQIA+ marcados para morrer, mas que recusam a ontologia colonial. In L. Lima & P. V. P. Navasconi (Orgs.), *(Re)pensando o suicídio: Subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos* (pp. xx–xx). EDUFBA.
- Organização Mundial da Saúde. (2014). *World report on violence and health*. WHO.
- Organização Mundial da Saúde. (2025). *Suicide: Key facts*. WHO.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Veiga, L. (2022). *Clínica do impossível: Linhas de fuga e de cura*. Telha.



# CAPÍTULO 10

## MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+<sup>8</sup> DO EXTREMO SUL BAIANO

Rebeca Valadão Bussinger

Thaislla Vitoriano

Tailande Venceslau Carneiro

Sara Regina Alves dos Santos

Davidson Monteiro de Almeida

### INTRODUÇÃO

Os grupos sociais que se classificam dentre as orientações sexuais e expressões de gênero divergentes da norma heterossexual são designados, hoje, como lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexo, assexuais e mais (LGBTQIA+). São reconhecidos entre as populações e grupos marginalizados e, muitas vezes, somam forças para buscar transformações nas realidades sociais compartilhadas. Nota-se, nessas circunstâncias, omissões estatais e da própria sociedade civil no que tange ao acolhimento e reconhecimento destes indivíduos, o que reflete as vulnerabilidades e violências propagadas a esta população (Mendes & Silva, 2020).

Soma-se a esse quadro de omissão por parte de governos e instituições a produção de indicadores sobre estas realidades vividas que orientem e subsidiem ações, financiamentos e políticas destinados a estes grupos, sendo isto também um reflexo dos preconceitos e discriminações historicamente construídos e socialmente enfrentados. Na oportunidade, cabe ressaltar que, por mais de 40 anos, uma entidade baiana tem sido uma das responsáveis por conduzir, sistematizar e publicizar dados de LGBTQIA+fobia por meio do observatório de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil. Conforme os

---

8 Utilizaremos esta sigla em todo o texto pois foi esta a expressão utilizada para apresentação da pesquisa à comunidade.

dados extraídos do relatório publicado no site do Grupo Gay da Bahia (GGB), foram documentadas 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no Brasil em 2023, sendo as travestis e pessoas trans as mais atingidas (Grupo Gay da Bahia [GGB], 2023). Outra pesquisa, que buscou conhecer o perfil das notificações de violência em João Pessoa/PB, mostra o caráter misógino destas agressões, uma vez que a maioria destes ataques foi cometida por homens (Melo et al., 2024).

Com o descaso dos órgãos públicos na produção de indicadores e dados oficiais dessa população, a saúde pública é uma das dimensões na qual direitos são constantemente violados e desrespeitados, o que prejudica uma atenção integral à saúde necessária e satisfatória, contribuindo para a perpetuação do quadro de violações vividos por estas pessoas (Gouvêa & Souza, 2021). Como exemplo destes processos, obtivemos, no Brasil, a Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2016) e a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 34/2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, 2014), que estabelecem critérios de seleção para potenciais doadores de sangue, considerando inaptos, dentre outros, homens que tiveram relações sexuais com outros homens e suas parceiras sexuais. Essas medidas reforçam o preconceito contra a população LGBTQIA+. Afastam, sem fundamentação jurídica ou científica, milhares de pessoas dos já esvaziados bancos de sangue do Brasil, ou impõem um silenciamento velado a doadores regulares. A discriminação imposta por essas medidas foi reconhecida pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.543 (STF, 2020).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNSI/LGBTQIA+ foi promulgada por meio da Portaria nº 2.836, de 1 de dezembro de 2011 (Ministério da Saúde, 2011), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da política supracitada, o Ministério da Saúde passou a desenvolver estratégias com a finalidade de extinguir a discriminação dessas minorias e de garantir o cumprimento dos princípios doutrinários do SUS - universalidade do acesso, integralidade da atenção e equidade -, uma vez que o atendimento à saúde é uma prerrogativa de todo cidadão e cidadã brasileiros, respeitando-se suas especificidades de gênero, raça/etnia, orientação e práticas afetivas e sexuais. Porém, em 2025, observamos a precária implementação destas medidas, caracterizando um esquecimento da PNSI/LGBTQIA+ e um estancamento nos avanços de garantias e direitos. Este cenário torna-se ainda mais preocupante quando

refletimos acerca das práticas anti-LGBTQIA+ não só nos serviços de saúde, mas nas demais políticas públicas, frutos também de um conservadorismo anti-gênero pautado nos debates políticos no país, sobretudo nos últimos anos, que chancela o mau atendimento às minorias sexuais e de gênero nos serviços públicos.

Nesse contexto, faz-se necessário situar a longa e contínua trajetória de atuação dos movimentos sociais e sujeitos coletivos LGBTQIA+, com conquistas importantes em diferentes setores da sociedade brasileira. Em conjunto com pesquisadores e a academia, tem sido possível demandar ações do Estado, que precisa garantir o direito à saúde e deve ser responsabilizado pela promoção e defesa dos demais direitos humanos da população LGBTQIA+, reconhecendo o preconceito como um fenômeno complexo e capilarizado (Oliveira, 2022).

O intuito deste capítulo é apresentar os principais resultados de uma pesquisa realizada no extremo sul baiano, que buscou conhecer e caracterizar a população LGBTQIA+ da região. Surge como desdobramento de um projeto de extensão iniciado em junho de 2020, em meio à pandemia de COVID-19, que buscou a implementação do núcleo de estudos e pesquisas em dissidências sexuais e de gênero da Universidade Federal do Sul da Bahia (NUDES-UFSB). A pesquisa foi concebida e implementada no âmbito das discussões do NUDES-UFSB e contou com a participação de membros (alunas/os e professores) de diferentes cursos, especialmente Psicologia e Medicina. Assim, o objetivo principal do mapeamento foi levantar informações da população LGBTQIA+ do extremo sul baiano a fim de construir indicadores e informações que pudessem embasar as atividades de extensão, intervenção, estudos e pesquisas ocorridas no âmbito do NUDES, na relação da universidade com seu entorno e na construção de práticas voltadas à transformação social.

## MÉTODO

O mapeamento iniciou-se em setembro de 2022 e o questionário recebeu respostas até julho de 2024. Participaram da pesquisa 269 pessoas, moradoras de uma das 13 cidades do extremo sul baiano que se autoidentificavam como LGBTQIA+. Foi utilizado um questionário *online*, com questões abertas e fechadas, ancorado na plataforma *Google Forms*, composto com 64 questões. Estas foram divididas em cinco eixos temáticos abordando: sociodemográficos (18), saúde (27), psicossociais (10), justiça e cidadania (10) e um último

eixo sobre cultura e lazer (4). O questionário foi divulgado primordialmente de forma *online*, utilizando os mais diferentes tipos de estratégias: redes sociais, aplicativos de conversa, *e-mail*, divulgação por canais da universidade e outros. Houve diversidade nos meios pelos quais os participantes tiveram acesso ao mapeamento: 28,7% obtiveram acesso ao questionário pelo Instagram, 26,8% por meio de amigos, 25,3% pelo WhatsApp, 14,9% pelo e-mail da UFSB e 4,3% por outros meios.

O instrumento contou com a colaboração de convidados *ad hoc* (professores, alunos da universidade) para apreciação e análise das questões, e um piloto foi aplicado para testar a consistência e viabilidade das respostas. Os cuidados éticos em pesquisas envolvendo seres humanos foram tomados e o projeto aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da UFSB com o número de parecer CAAE nº 53663321.6.0000.8467.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa para análise das respostas a questões abertas. Nas questões fechadas, foi utilizado um cálculo de frequência simples. A técnica utilizada nas questões abertas foi a análise de conteúdo, a conforme Bardin (2009), associada à técnica de análise de conteúdo temático categorial trabalhada por Oliveira (2008) para maior segmentação das unidades de texto trabalhadas. Primeiro foram definidas as unidades de registro (UR), que foram as menores unidades de resposta coletadas e classificadas por questão com o código: R1, R2, R3 até o limite das respostas. Posteriormente, executamos uma primeira tematização considerando as respostas dadas a cada eixo temático do instrumento. Depois, uma segunda tematização para construção das unidades de contexto (UC). Neste momento foram consideradas o conjunto de respostas dadas no total e por temas similares, suprimindo a separação por eixos. Após esta etapa, trabalhamos na elaboração das categorias. Obtivemos 1.559 unidades de registro, 43 unidades de contexto e três categorias denominadas: Cuidados básicos em saúde; Preconceitos em cena; Cultura, lazer e apoio social.

Consideramos que este estudo apresentou algumas limitações, relatadas a seguir. A amostra jovem e concentrada na cidade de Teixeira de Freitas representou uma dificuldade na compreensão de experiências e condições de vida que compreendem outros ciclos de vida, tal como o envelhecimento. Também o grande número de participantes com ocupação na educação pode indicar que o alcance do mapeamento dependeu da rede e conexões estabelecidas pela universidade. É importante destacar que Teixeira de Freitas representa o maior contingente populacional do extremo sul da Bahia, com aproximadamente

150.000 habitantes, e concentra dois campi de universidades públicas, um Instituto Federal e diversas instituições privadas de ensino superior. A opção pelo uso de questionário *online* pode não ter atingido pessoas com limitação de acesso à internet. A limitação de recursos para realização da pesquisa, o acesso aos participantes e o desafio à divulgação ampla a todas as cidades da macrorregião do extremo sul também foram dificultadores.

## RESULTADOS

### CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A amostra foi composta por participantes de diferentes faixas etárias, variando entre 16 e 48 anos, com predominância de jovens entre 18 e 29 anos, que representam aproximadamente 52% do total.

Em relação à raça/cor, 42% dos participantes se identificam como pardos, 30,3% como brancos, 24,9% como negros, 1,5% como indígenas e 0,4% como amarelos<sup>9</sup>.

No que se refere à orientação afetivo-sexual, 35,8% declaram-se bissexuais, 31,2% gays, 15,4% lésbicas, 7,7% pansexuais, 1,2% assexuais e 5,7% se identificaram com outras orientações sexuais. Em relação às expressões de gênero, 43,6% dos participantes se identificaram como homem cisgênero, 43,2% como mulher cisgênera, 5% dos respondentes se identificaram como pessoas não binárias, 3,1% como homens trans, 1,2% como mulheres trans e 3,9% outras respostas.

A pesquisa abrangeu 13 municípios do extremo sul da Bahia. Dentre os respondentes, 61,9% residem na cidade de Teixeira de Freitas, 8,6% em Itamaraju, 5,7% em Mucuri, 5,3% em Prado, 4,9% em Alcobaça, 4,5% em Nova Viçosa, 3,7% em Caravelas, 2,5% em Medeiros Neto, 1,6% em Itanhém, 0,8% em Veredas e 0,4% em Ibirapuã. Não houve respondentes de Jucuruçu e Lajedão.

Além das dificuldades de divulgação e acesso ao questionário, refletimos que municípios com menor presença na pesquisa podem apresentar maiores obstáculos para que a população LGBTQIA+ se expresse abertamente, o que pode estar relacionado a fatores culturais, conservadorismo local ou ausência de redes de apoio e acolhimento.

---

<sup>9</sup> Entendemos que utilizar a classificação sugerida pelo IBGE poderia facilitar a auto-identificação de participantes.

Além de uma amostra de pessoas não brancas, com predominância de homens cisgênero, gays e bissexuais, 52,3% possuem ensino superior completo ou em andamento, com ocupação no campo da educação (professores, estudantes). Em relação ao estado civil 60,9% se identificaram como solteiro(a). Quanto à moradia, 52,7% residiam com familiares. Em termos de renda, 54,3% relataram até um salário-mínimo. Sobre religião, 46,6% declararam não ter religião definida, 40,6% que possuem religião e 8% identificaram-se como ateus.

Entendemos que estas informações consolidam um perfil jovem de participantes, em que o elevado número de pessoas solteiras pode refletir mudanças culturais, nas quais o casamento e os relacionamentos duradouros deixam de ser vistos como obrigatórios ou prioritários. Também, a presença no setor educacional pode indicar que área da educação se mostra mais inclusiva e receptiva às pessoas LGBTQIA+. Os dados ainda mostram que 94,6%, não possuem nenhum tipo de deficiência e 5,4% relataram alguma condição relacionada<sup>10</sup>.

## CATEGORIA 1: CUIDADOS BÁSICOS EM SAÚDE

Esta categoria reuniu 10 Unidades de Contexto (UC) que somaram 668 Unidades de Registro (UR). As respostas contidas nesta categoria caracterizaram-se pelo formato descritivo e informacional, ao relatar condições, tratamentos e uso da rede de saúde por participantes. Ao considerar o acesso à rede de atenção básica, 98,5% relataram possuir cartão do SUS, com 75,2% referenciados à Unidade Básica de Saúde (UBS) do seu bairro, uma vez que 72% da amostra indicou não possuir plano de saúde, enquanto 28% declaram possuir algum tipo de cobertura privada. Em relação ao acompanhamento, 87,9% indicaram não possuir comorbidades, enquanto 12,1% indicaram alguma condição (doenças endócrinas e metabólicas, doenças vasculares, doenças respiratórias, doenças autoimunes e inflamatórias, além de outras condições). Em relação ao uso contínuo de medicamentos, 74,1% declaram não fazer uso regular, enquanto 25,9% afirmaram utilizá-los de forma contínua. Entre os tipos de medicamentos citados, destaca-se o uso de medicamentos para o tratamento das doenças acima relatadas, além de medicamentos oftalmológicos, antivirais, para o tratamento do HIV, vitaminas e suplementos

---

10 A divulgação da pesquisa explicitava a possibilidade de o questionário ser respondido com apoio de intérprete de Libras e com leitura guiada e preenchimento do material pela equipe.

e condições relacionadas à saúde mental. Quanto ao uso de álcool e tabaco, 35,1% dos respondentes relataram não fazer uso de tabaco ou álcool, enquanto 64,9% afirmaram fazer uso. A maioria dos indicou o consumo de álcool, seguido pelo uso de tabaco e pela combinação de ambos.

Aos participantes que possuem vagina, foi questionado se já haviam consultado um ginecologista; 69,7% relataram que sim, 29,6% informaram que não. Em relação à frequência do acompanhamento médico, 39,6% afirmaram realizar consultas anualmente, 13,5% indicaram que buscam atendimento a cada seis meses. Apenas 9,4% indicaram que recorrem ao serviço de saúde apenas quando necessário ou em situações específicas. Isto mostrou que 54,5% afirmaram não realizar o exame preventivo para câncer de colo de útero, enquanto 45,5% relataram que realizam esse procedimento. Aos participantes que possuem pênis, foi questionado se já haviam consultado um urologista. Do total, 60,3% relataram que não. Em relação à periodicidade, 35,6% informaram consultar-se com um urologista anualmente, 31,1% relataram ir à consulta raramente ou poucas vezes e 6,7% recorrem ao especialista apenas quando necessário.

Há um número expressivo de participantes que possuem cartão de vacinação (98,4%) e 88,7% declaram estar com o esquema vacinal em dia. Em relação à testagem para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), 56% da amostra afirmou não realizar testagens regulares, enquanto 44% relataram realizar esse acompanhamento de forma frequente. Observou-se que a maioria dos participantes realiza os exames em unidades públicas de saúde, sendo 40,6% nos Postos de Saúde (UBS) ou Programas de Saúde da Família (PSF), 28% afirmaram realizar os testes em Centros de Testagem e Acolhimento (CTA), enquanto 17,7% utilizam laboratórios particulares e 9,4% mencionaram campanhas específicas ou programas de instituições. Quanto ao conhecimento sobre métodos de prevenção ao HIV, 63,6% da amostra afirmou conhecer as técnicas de prevenção combinada: 62,1% dos participantes conhecem a PrEP (Profilaxia Pré-exposição) ou a PEP (Profilaxia Pós-exposição), enquanto 37,1% afirmam desconhecer essas estratégias.

Cerca de 28% relataram realizar acompanhamento psicológico e 11,7% acompanhamento psiquiátrico. Os motivos mais frequentes mencionados incluem transtornos de Ansiedade Generalizada (TAG) e crises de ansiedade, seguidos de episódios de depressão, que incluem distímia. Além disso, alguns participantes mencionaram acompanhamento devido a tentativas ou ideação suicida (64,9% dos participantes relataram já ter tido ideações sui-

cidas). Quanto às tentativas de suicídio, 37,6% dos participantes indicaram já ter tentado.

Ainda sobre os cuidados básicos em saúde, 55,3% dos participantes relataram praticar exercícios regularmente, enquanto 44,7% afirmaram não realizar atividades físicas. De maneira geral, esta categoria expõe um cenário de conhecimento e amplitude da rede SUS referenciada, com atenção a comorbidades em saúde mental que exigem acompanhamento contínuo e, muitas vezes, com uso de profissionais da rede privada.

## CATEGORIA 2: PRECONCEITOS EM CENA

Com 27 Unidades de Contexto e 517 Unidades de Registro, a categoria Preconceitos em cena carrega relatos de violências vividas e discriminações relatadas. Estas podem ser divididas em dois eixos: o tipo de violência sofrida (verbal, física, psicológica, sexual) e o local ou agente da violência (família, espaços educacionais, trabalho, espaços públicos ou mesmo religião). Cerca de 13,4% dos participantes relataram ter sofrido algum tipo de discriminação durante o atendimento do sistema público de saúde (SUS). As formas mais frequentes mencionadas foram discriminação por orientação sexual, desrespeito à identidade de gênero ou ao nome social, negligência ou recusa de atendimento. No que se refere ao atendimento na rede particular de saúde, 8,9% relataram experiências discriminatórias. As formas mais mencionadas coincidem com as descritas no atendimento prestado pelo SUS.

Uma parte significativa dos participantes (70,2%) relatou já ter sofrido LGBTQIA+fobia<sup>11</sup> em algum momento de suas vidas. Dentre os tipos de violência mencionados, a violência moral foi a mais frequentemente indicada, seguida pela violência psicológica, física e violência sexual. Quanto aos locais onde ocorreram, a escola se destacou como o ambiente mais citado, seguida pelo ambiente familiar, espaços públicos/ruas, ambientes de trabalho, amigos/relacionamentos sociais e igreja. Já 66,2% dos respondentes relataram já terem sofrido algum tipo de assédio (moral e/ou sexual) em função da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, porém, 97,7% nunca fez registro de ocorrência por LGBTQIA+fobia, enquanto 2,3% já o fizeram. Os participantes que realizaram relataram diferentes estágios do processo: em estágios iniciais ou em andamento, o processo arquivado ou não teve resultados e incerteza sobre o andamento. Chama-nos a atenção a intensidade das

---

11 Decidimos usar a expressão LGBTQIA+fobia na falta de um termo melhor para definir as diversas experiências de preconceito e discriminação vivenciadas.

violências vivenciadas, com parte dos/das participantes tendo mencionado em suas respostas desconforto para a escrita do relato, optando por manter em silêncio a situação de violência sofrida. Outra parte atesta indignação, dor, mas também resiliência ao expressar-se, como podemos ver nos excertos a seguir:

*“Já fui vítima de estupro pelo patrão da minha mãe e quando ele soube da minha orientação sexual tentou me matar. Esse processo está correndo em segredo de justiça já tem 6 ano”s (R30, UC: assédio sexual).*

*“A última vez, fui atacada por crianças de aproximadamente 8 anos, evangélicas, que jogaram em mim tampinha de garrafa e disseram que eu iria para o inferno”(R115, UC: violência religiosa).*

### CATEGORIA 3: CULTURA, LAZER E APOIO SOCIAL

Com 6 Unidades de Contexto e 374 Unidades de Registro, esta categoria reúne respostas de participantes que foram questionados sobre o que costumam fazer em seu tempo livre. As respostas indicaram uma diversidade de atividades. As mais comuns foram consumo de mídias como filmes, séries, vídeos e televisão, além de leitura e escrita, socialização com os amigos e familiares e atividades relacionadas a estudo e trabalho. Outras práticas citadas incluíram jogos, exercícios físicos, esportes, atividades artísticas e musicais, viagens e passeios. Também apareceram com menor frequência atividades como relaxamento, atividades domésticas, produção artesanal, participação em curso e outras ocupações variadas.

Cerca de 92,4% dos participantes indicaram não participar de coletivos ou grupos independentes. Entre os 7,6% que participam de coletivos LGBTQIA+, houve destaque para o Coletivo LGBTQIA+ Sem Terra, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também foram mencionadas experiências em associações locais, como o coletivo Nós da Diversidade. Outros relataram envolvimento em grupos acadêmicos como GEPECED da UNEB e NUDES da UFSB.

Os participantes foram questionados sobre o sentimento de acolhimento nos espaços que frequentam: 73,3% se sentem acolhido(a) nos lugares que frequentam e 26,7% não. Entre os ambientes mais percebidos como acolhedores estão bares e restaurantes, seguidos de universidades e espaços educacionais. Também foram mencionados praças, espaços públicos, festas, eventos culturais, terreiros, academias, cafeterias, coletivos e ONGs. Para 87,7% dos participantes, há falta de espaços culturais e de lazer na região que acolham a comunidade LGBTQIA+.

Quando questionados sobre os tipos de espaços percebidos como ausentes ou insuficientes em suas cidades, os tipos de espaços mencionados foram principalmente espaços culturais, ateliês e projetos de arte em detrimento da frequência a bares, boates e festas. Além disso, os participantes destacaram a carência de espaços de convivência e acolhimento que proporcionem apoio emocional e social, suporte social, espaços religiosos inclusivos e estabelecimentos comerciais que atuem sem práticas discriminatórias. A escassez de espaços esportivos e de lazer ao ar livre voltados para a população LGBTQIA+ também foi mencionada.

Por fim, ainda em relação a apoio social e jurídico, 91,7% dos respondentes não participam de programas de transferência de renda. Dentre os 8,3% que afirmaram serem beneficiários, observaram-se: Bolsa Família/Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílios estudantis e benefícios vinculados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## DISCUSSÃO

As três categorias apresentam relação entre si, ainda que expostas de formas separadas. Na categoria sobre saúde, vemos duas realidades contrastantes. Por um lado, observa-se que as pessoas participantes possuem serviços de referência, acesso à vacinação, orientação para testagem e acolhimento nos serviços da atenção básica. Por outro lado, emergem lacunas importantes, como a ausência de abordagem sobre o uso de álcool e outras substâncias, bem como a prática de exercícios como medida de promoção à saúde.

Os relatos de preconceitos sofridos nos atendimentos em saúde, especialmente no SUS, evidenciam o desconhecimento das necessidades específicas da população LGBTQIA+. Isso reforça a importância de uma abordagem integrada em saúde, que seja inclusiva, sensível e eficaz. Entre os desafios para sua implementação, destacam-se barreiras organizacionais e culturais, a falta de integração entre os sistemas de informação e a necessidade de promover uma cultura de colaboração e trabalho interdisciplinar.

A população LGBTQIA+ enfrenta desafios significativos em relação ao acesso e atendimento qualificado nos serviços de saúde, incluindo estigma, discriminação e falta de compreensão por parte de profissionais (Tesser et al., 2024). No extremo sul da Bahia, esses desafios podem ser ainda mais acentuados devido a fatores socioeconômicos e culturais específicos da região. Logo, faz-se necessário promover a sensibilização e capacitação dos profissionais

de saúde sobre questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade, com linguagem acessível e inclusiva.

Ao abordar a saúde mental, vemos a ausência de abordagens a suas experiências e realidades específicas, perpetuando compreensões heterocentradas sobre gêneros e sexualidades. Nesse sentido, a medicina e a psicologia, pela sua tradição histórica no trato com a sexualidade, possuem importância significativa no desenvolvimento teórico e técnico que considere a mudança de suas práticas, algo que deve se iniciar em sua formação profissional.

Outras complexidades aparecem quando analisamos a categoria preconceitos. As violências são vividas de forma reiterada e insistente, ocorrendo nos mais diferentes espaços, por meio de diferentes agentes. Nesse cenário, os relatos de violência acontecidos durante a infância merecem destaque.

A violência na infância é uma questão de extrema relevância e complexidade. Por sua própria natureza, representa um período de vulnerabilidade, em que experiências vividas podem ter impactos duradouros ao longo da vida. Esta vulnerabilidade se intensifica se indivíduos expressam práticas e comportamentos tidos como sexo-gênero divergentes, como expõe o relato a seguir: *“Principalmente durante a infância e adolescência com agressão verbal, principalmente relacionado ao jeito de andar, conversar e gesticular”* (R26, UC: agressão verbal).

A ausência de previsão específica para a violência LGBTfóbica no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lacuna que precisa ser abordada. Cabe-nos questionar por que o enfrentamento destas violações com uma motivação tão específica não é tratado até hoje pelo sistema de garantias de direitos, sobretudo pelas políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes.

Além da infância, destaca-se o papel que escola e família desempenham como possíveis agentes de violações de direitos. Ambas as instituições são reconhecidas como fundamentais na socialização e proteção de crianças e adolescentes. Contudo, têm sido responsáveis por manter e ocultar uma violência que se perpetua pela função pedagógica que assumem na condução à vida adulta de seus membros menores de idade. Como destacam os participantes:

*“Já apanhei do meu pai muito feio por postar uma foto na qual eu aparentava estar feminino”* (R79, UC: família).

*“Um dos primeiros relatos, eu trago da minha infância, quando não sabia o significado do termo “bixa” e colegas da escola e vizinhos utilizavam*

*a palavra para caracterizar o meu jeito delicado de ser” (R41, UC: espaços educacionais).*

Cabe ressaltar que, quando analisamos o local onde estas violências acontecem, a escola foi o espaço mais citado (33 UCs), seguido dos espaços públicos (23 UCs) e família (25 UCs). Conforme estudado por Perucchi e Côrrea (2013), o preconceito contra pessoas de gênero/sexualidade divergentes está presente nas relações escolares de forma invisível e invisibilizada, sendo percebido pelas vítimas muito mais tarde como violência LGBTQIA+fóbica, quando já estão mais maduras sobre quem são e o que desejam.

Entendemos que estamos diante da necessidade de deslocamento político de algumas categorias, que vá além da simples identificação de sujeitos de identidade para a garantia de sujeitos de direitos, sendo este reconhecimento imperativo. É sabido que a escola e a família atuam em função da norma, sendo constantemente cobradas a função de regulação dos corpos e desejos. Essa força de regulação também se ancora no discurso judaico-cristão que perpassa estas instituições e que possui amplo apoio social, sobretudo em países como o Brasil.

Nesse caminho, a violência religiosa, perpetrada por instituições, precisa ser politizada. A resistência da sociedade e do Estado em problematizar o discurso religioso como legitimador de violências custa à sociedade um alto preço de violências auto e heteroinfligidas que políticas públicas como as de saúde e educação não querem reconhecer. Estas dimensões da LGBTQIAfobia, pouco abordadas e debatidas, uma vez questionadas, podem influenciar dinâmicas de opressão e poder. Conforme o relato abaixo:

*“Em Belo Horizonte durante o dia ao estar com meu namorado uma pessoa que se dizia pastor ficou proferindo argumentos afirmando que não era correto” (R25, UC: violência religiosa).*

O preconceito contra comportamentos considerados “inadequados” se expressa pela agressão verbal, que, distorcida do seu lugar de violência, se legitima como prática social cuja função é lembrar e impor às pessoas a norma a ser seguida. Este tipo de violência se perpetua por gerações, fundando subjetividades marcadas pelo signo da injúria, moldando percepções de si mesmo e do mundo ao redor.

O espaço público, muitas vezes, se torna um palco para o controle das expectativas de gênero por meio destas agressões, sobretudo a verbal, reforçando estereótipos e limitando a liberdade individual. A questão da segurança no

espaço público é uma preocupação constante. A criação de ambientes seguros e acolhedores é essencial para garantir que todas, todos (e todes) possam se desenvolver plenamente, livres de violência e discriminação.

*“A mais recente eu tava voltando com a minha irmãzinha da escola dela e du nada uns cara na rua começaram a gritar “vira homem poha”! Foi horrível além de constrangedor”* (R82, UC: espaço público).

A cultura e o lazer desempenham um papel fundamental no apoio social a pessoas LGBTQIA+, proporcionando espaços de expressão, pertencimento e resistência. Esse apoio é crucial para a saúde mental, pois oferece um senso de segurança e aceitação, elementos essenciais para o bem-estar psicológico. A falta de apoio social e familiar resulta em altos níveis de ansiedade e angústia, colocando a população LGBTQIA+ como uma das mais vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos mentais (Francisco et al., 2020; Faria et al., 2025).

A ausência de apoio social pode ter impactos devastadores na saúde mental das populações LGBTQIA+, especialmente nas regiões mais vulneráveis, como o extremo sul da Bahia. Nessas áreas, a falta de recursos e a prevalência de preconceitos podem agravar a marginalização e o isolamento dessas comunidades. A cultura e o lazer surgem, então, como ferramentas poderosas para combater esses desafios, oferecendo espaços seguros onde as pessoas podem se expressar livremente e encontrar apoio.

*“Um local que sirva de ponto de encontro artístico, mas também de local de acolhimento em momentos que precisamos de ajuda”* (R107, UC: grupos de apoio e acolhimento).

*“A família lgbtqiap+ também merece ter espaços familiares ao ar livre com liberdade de expressão, praia, parque, cinema”* (R8, UC: críticas e sugestões).

No extremo sul baiano, onde as oportunidades de lazer e cultura são limitadas, é ainda mais importante promover iniciativas que garantam o acesso dessas populações a esses espaços. A criação de centros comunitários, a organização de eventos inclusivos e o apoio a projetos culturais locais são algumas das estratégias que podem ser adotadas para fortalecer o apoio social e melhorar a qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+ na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do mapeamento revelaram uma série de desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ no Extremo Sul Baiano, incluindo acesso limitado a serviços de saúde culturalmente sensíveis, altos índices de discriminação e violência, e falta de apoio social e recursos para lidar com questões de gênero e orientação sexual. No entanto, também foram identificadas oportunidades para promover a conscientização e à inclusão, incluindo o fortalecimento de redes de apoio comunitário e o desenvolvimento de políticas e programas direcionados para atender às necessidades identificadas por meio do questionário *online* aplicado.

Cabe destacar que, em 2022, uma análise parcial dos dados subsidiou a criação de um projeto de extensão, desenvolvido entre 2023 e 2024 em parceria com alunos de Psicologia e Medicina. O projeto teve como foco a qualificação de profissionais dos serviços de saúde para o atendimento à população LGBTQIA+.

O projeto, ainda que tenha enfrentado resistência da comunidade local para sua aplicação, realizou intervenções com 7 equipes de profissionais de diferentes serviços de saúde. Ainda que este tipo de formação esteja dentro da política do SUS para capacitação profissional, esta tem sido frequentemente negligenciada ou mesmo ignorada por gestores públicos e profissionais. Um dos motivos são as crenças morais ou religiosas que interferem nas práticas destes profissionais. Este tema retorna ao debate público com ampla força em 2025, ano em que são realizadas conferências municipais, estaduais e federal de direitos, incluindo a destinada a população LGBTQIA+.

Assim, os resultados evidenciam a diversidade e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes na atenção para os eixos pesquisados, a saber: questões de saúde, discriminação, apoio psicossocial e de inclusão cultural.

Portanto, o mapeamento da população LGBTQIA+ no Extremo Sul Baiano pode representar um passo importante rumo à inclusão e equidade desta população à comunidade local. Os resultados destacam a necessidade de ações coletivas para enfrentar os desafios identificados em promover a igualdade de direitos para todas as pessoas e a importância contínua da pesquisa e da colaboração entre organizações governamentais, não governamentais e a própria comunidade LGBTQIA+ para criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todas, todos e todes da região do extremo sul baiano.

## REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2014). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 34, de 11 de junho de 2014. Diário Oficial da União. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19194541](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19194541)
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011*. Diário Oficial da União. <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/publico-lgbt>
- Brasil. Ministério da Saúde. (2016). *Portaria nº 158, de 4 de fevereiro de 2016*. Diário Oficial da União. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0158\\_04\\_02\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0158_04_02_2016.html)
- Grupo Gay da Bahia. (2023). *Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil – Relatório 2023*. Salvador, Brasil. <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>
- Faria, Mateus Aparecido de, Gomes, Maria Carmem Aires, & Modena, Celina Maria. (2025). Estratégias de enfrentamento contra as violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Cadernos de Saúde Coletiva*, 33(1), e33010538. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202533010538>
- Francisco, Leilane Camila Ferreira de Lima, Barros, Alice Correa, Pacheco, Mariana da Silva, Nardi, Antônio Egídio, & Alves, Verônica de Medeiros. (2020). Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 69(1), 48–56. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000255>
- Gouvêa, L. F., & Souza, L. L. (2021). Saúde e população LGBTQIA+: desafios e perspectivas da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. *Periódicus*, 3(16), 23–42.
- Melo, Meggie Adriele de Albuquerque, Pontes, Gabriela de Sousa, Celino, Suely Deysny de Matos, Coelho, Ardigleusa Alves, Silva, Valdecir Carneiro da, & Costa, Gabriela Maria Cavalcanti. (2024). Perfil das violências contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. *Rev Rene (Online)*, e93169-e93169.
- Mendes, Wallace Góes, & Silva, Cosme Marcelo Furtado Passos da (2020). Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1709-1722.
- Oliveira, Daniel Canavese de. (2022). Representatividade da população LGBTQIA+ nas pesquisas epidemiológicas, no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: ampliar a produção de conhecimento no SUS para a justiça social. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31, e2022020.
- Oliveira, Denize Cristina. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem da UERJ*, 16(4), 569–576.
- Perucchi, Juliana, & Corrêa, Carla Gomes. (2013). Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vividas por jovens LGBT no período escolar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 22 (46), 81–99.

Supremo Tribunal Federal. (2020). Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.543. Brasília, DF: Autor. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4828511>

Tesser, Zeno Carlos, Paim, Marina Bastos, Selau, Bruna Lima, Bortoli, Francieli Regina, & Kovaleski, Douglas Francisco. (2024). A invisibilidade das pessoas LGBT no acesso à saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, 22, e2743254.

# CAPÍTULO 11

## BI DE BICHA? BISSEXUALIDADES E APAGAMENTO DE VIVÊNCIAS BISSEXUAIS

Thainã Eloá Silva Dionísio

As discussões sobre vivências LGBTQIAPN+ em geral podem apresentar particularidades significativas devido à quão ampla é essa comunidade. Muitas pessoas debatem, às vezes de forma acalorada, a necessidade da quantidade crescente de letras na sigla, geralmente argumentando que a cada vez fica mais complexo de acompanhar as discussões devido ao número de populações abraçadas por uma única sigla, pois apesar de diversas lutas existirem, para a população geral, existe a ideia de que a sigla se refere à uma luta unificada e unificada, e não múltipla e plurifacetada.

Entretanto, uma das maiores justificativas para o crescimento da sigla é justamente a multiplicidade de experiências, potencialidades e vulnerabilidades que cada população, representada por uma letra específica, experienciam. É inegável que mulheres lésbicas vivenciam experiências diferentes das de homens gays, que vivenciam experiências diferentes de pessoas assexuais, e assim em diante.

Mas e pessoas bissexuais? Será que elas de fato tem sofrimentos específicos dignos de nota? Eu vejo tão pouco do tema, deve ser que não são coisas tão relevantes comparadas com outras populações...certo?

Aqui vamos responder estas perguntas que podem ter surgido, explorando algumas das vivências que são específicas da existência bissexual, e principalmente explicar por que, mesmo que uma pessoa não necessariamente esteja levando um golpe<sup>12</sup> de lâmpada na cabeça, ela pode estar sendo vítima de múltiplas formas de violência que levam ao adoecimento psicológico.

---

12 Apesar de este ser um argumento comumente utilizado, ele é falso. Assim como quaisquer pessoas de gêneros ou orientações sexuais dissidentes, pessoas bissexuais também são vítimas de violência física (Melo et al, 2024), além de sofrerem violências mais específicas dadas as particularidades da vivência bissexual, como exosto ao longo do artigo.

# PRODUÇÕES EM SAÚDE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL

O volume de produções dentro da ciência psicológica sobre diversidades de gêneros e sexualidades tem tido um aumento significativo na última década (Cravo, Almeida-Verdu, Costa-Junior, 2022; Fazzano et al, 2020), sendo um reflexo de maior atenção de profissionais para a população LGBTQIAPN+.

Chama a atenção o fato de que vem sendo discretamente crescente os números de produções que são voltadas para a saúde dessa população, violências sofridas e condutas profissionais afirmativas (Fazzano et al, 2020), refletindo um árduo processo dentro da comunidade acadêmica e científica de despatologização da população LGBTQIAPN+.

Mas mesmo que esteja em uma crescente o número de produções “afirmativas”, também temos o exposto por Almeida et al (2022), explorando a produção científica voltada para esta população. Os autores realizaram buscas na plataforma PubMed de artigos que foram publicados entre 2006 e 2021. Os autores averiguaram, à partir de identificação e catalogação de descritores, que quase metade das produções encontradas eram voltadas para estudos sobre homens cisgênero<sup>13</sup> que se relacionam com homens cisgênero, sendo tal tema frequentemente associado à pessoas soropositivas. Os autores concluem que os estudos na área da saúde em geral ainda se voltam muito para o comportamento sexual de homens cis que se relacionam sexualmente com outros homens e reduzindo o escopo destes estudos apenas à parcela da população que vive com o vírus HIV, estereotipando o comportamento sexual desta população.

Também acrescento que, para além do discutido pelos autores, o viés dos artigos encontrados pelos autores também podem contribuir para o aumento do estigma que pessoas soropositivas sofrem socialmente, ao discutirem apenas a questão do comportamento sexual socialmente “reprovável” como fator de relevância para as discussões. Uma possível “solução” seria que houvesse uma expansão dos vieses de pesquisa, levando-se em conta mais fatores de proteção e vulnerabilidade social, assim como aprofundar em outras populações

---

13 Cisgênero: pessoa que se identifica com o gênero que lhe é atribuído socialmente à partir de sua configuração genital e cromossômica hipotética (hipotética pois é deduzida a configuração cromossômica à partir da configuração genital, não necessariamente sendo realizado exame de cariótipo para averiguação) (Hining & Toneli, 2023). I.e.: Homens cisgênero - homem que nasceu com pênis, hipoteticamente tem cromossomos sexuais XY e se reconhece como homem; Mulher cisgênero: mulher que nasceu com vagina, hipoteticamente tem cromossomos sexuais XX e se reconhece como mulher.

demográficas que não de forma expressiva apenas em populações dissidentes, visando dados epidemiológicos mais robustos que, por consequência, não estigmatizam de forma quase que exclusiva essas populações.

Os achados do artigo também evidenciam, mesmo que não sendo discutido pelos autores, outra problemática: a invisibilização de demais populações da comunidade LGBTQIAPN+. Como já exposto, boa parte dos estudos encontrados pelos autores se referenciam à população de homens que se relacionam sexualmente com outros homens, abordando exclusivamente estas vivências de forma hegemônica.

Em relação especificamente a processos de invisibilização e invalidação, entramos nas discussões sobre bissexualidades de forma mais profunda. Chamamos de bissexualidades a multiplicidade de vivências que fogem da norma monossexual, ou seja, de que é socialmente aceito que pessoas sintam atração romântica e sexual por apenas um gênero. O plural vem a trazer o termo bissexualidade então como um termo guarda-chuva, abrangendo vivências panssexuais, polisssexuais, plurissexuais e demais vivências não-mossexuais.

Mas antes de prosseguirmos, se faz necessária uma breve recapitulação histórica do termo “bissexualidade”, já que na própria definição dele, já existe um histórico de complexidade e apagamento. Desde sua concepção no século 19, houve uma oscilação entre extremos, indo desde afirmações de que todos os seres humanos são bissexuais até a negação completa da existência da bissexualidade. (Pollitt & Roberts, 2021). O artigo ainda expande a questão para os estudos ocidentais, que tradicionalmente apagam vivências e experiências bissexuais dentro das próprias produções de pluralidade de identidades sexuais.

Os autores também retomam que em momentos históricos específicos, como a década de 1970 nos Estados Unidos, houve uma certa glamourização no mundo literário e artístico da bissexualidade, movimento fomentado pelas ondas sociais críticas à normatividade social (i.e. movimento hippie), entretanto essas ondas não foram suficientes para retirar completamente os estigmas colocados sobre a população bissexual. Posteriormente, também temos o advento dos estudos *queer*, que apesar de extremamente importantes, foram usados de forma indevida por grupos específicos de pessoas para deslegitimar a identidade bissexual, fomentando discursos como “pessoas bissexuais são transfóbicas” ou “pessoas bissexuais são a favor da binaridade de gênero”. O maior sustentador destes argumentos é justamente o prefixo “bi”, que se referencia a dois sexos. Entretanto, tais acusações não se sustentam quando

observamos que no século 19, infelizmente, ainda não havia consenso sobre terminologias próprias para pessoas não binárias e demais identidades de gênero não binárias. Nisto, à época, não seria possível que outro termo fosse concebido, dado que a realidade bruta em relação às terminologias de gênero ainda era fundamentalmente binária.

Tendo explicado este histórico em relação ao termo bissexualidade, prosigamos com maiores aprofundamentos sobre outras questões também observáveis atualmente em relação à população bissexual. Pereira et al (2025) realizaram uma revisão de escopo das produções científicas sobre a saúde de mulheres bissexuais entre os anos 2013 e 2023, na língua portuguesa, espanhola e inglesa, encontrando um total de 17 artigos para análise, sendo apenas três deles da Psicologia. Constatou-se que a produção científica deste tema em geral ainda reflete o preconceito e estigmatização do comportamento sexual de mulheres bissexuais em serviços de saúde em geral, levando a comprometimentos da saúde física e psicológica das atendidas.

Silva e Meireles (2023) já partem de um olhar da Psicologia, realizando uma revisão integrativa de literatura e análise de conteúdo dos artigos encontrados. Ao todo, as autoras analisaram 12 artigos da área psicológica publicados entre 2015 e 2020, e à partir dos resultados, constata e discute a prevalência ainda marcante de práticas individuais e sociais de hipersexualização e invisibilização das bissexualidades e vivências bissexuais.

Ambos os estudos explicitados, em conjunto evidenciam duas características inerentes das vivências bissexuais, que serão à partir de agora mais exploradas: o apagamento e hipersexualização/promiscuidade das bissexualidades. Em conjunto com estes dois fatores, também será discriminado com o machismo estrutural está fortemente correlacionado com as formas de violência contra a população bissexual, em especial as duas mais profundamente abordadas neste capítulo.

## **APAGAMENTO, MACHISMO E “BI FESTINHA”**

Em dissertação, Dionísio (2021) discute que o preconceito contra pessoas bissexuais vem tanto de fora quanto de dentro: assim como pessoas de fora da comunidade LGBTQIAPN+ podem cometer violências, as pessoas de dentro da própria comunidade também violentam essa população de diversas formas.

No escopo da invisibilização, o autor discute que pessoas LGBTQIAPN+ de variados contextos, mesmo aquelas que teoricamente têm mais acesso

a diversas fontes de informações, ainda podem reproduzir padrões heteronormativos<sup>14</sup> com seus pares, em especial com a população feminina. Isso ocorre devido à forte influência da cultura patriarcal e cisheteronormativa nas socializações masculinas e femininas, que desde os primeiros anos de vida estimulam e punem pessoas que vivenciam a socialização feminina a fim de modelar comportamentos de extensa disponibilidade emocional, padrões comportamentais de cuidado e o desejo sexual e romântico fortemente voltado quase que exclusivamente à população masculina (Dionísio, 2021).

Focaremos na população feminina em específico nessa seção pois mulheres enfrentam formas específicas de preconceito dentro da espectro da bifobia, assim como homens, que serão mais contemplados na próxima seção. É apresentado que mulheres bissexuais participantes da pesquisa em geral experienciaram o apagamento da identidade sexual delas na forma de deslegitimação e afirmações que questionavam se na verdade elas não seriam mulheres heterossexuais que estavam apenas explorando oportunidades de se envolver com pessoas que não fossem homens cis.

Entramos aqui no termo da “bi-festinha”. Este termo, comumente associado à mulheres, descreve a pessoa que em contextos festas em geral, “fica” com pessoas do mesmo gênero, mas não o faz fora destes contextos. Monaco e de Souza (2024) expõem que mulheres em especial sofrem pressão fora e dentro da comunidade LGBTQIAPN+ com este estigma, ressaltando que o preconceito específico que estas mulheres sofrem reflete em maiores índices de adoecimento psicológico quando comparado com mulheres lésbicas e heterossexuais.

Não apenas estas consequências existem, mas também ocorre a influência de estruturas fundamentalmente machistas e heteronormativas no isolamento de mulheres bissexuais. Isso ocorre pois a ideia de que mulheres, via de regra, buscam parcerias masculinas, é inicialmente claramente heteronormativa. Entretanto, o peso do machismo vem de forma sutil a fortalecer a exclusão de mulheres bissexuais do meio LGBTQIAPN+. Uma das forma que isto ocorre é a ideia adjunta da mulher “bi-festinha” como uma pessoa que está se divertindo com mulheres para o prazer dos homens. Isto ocorre quando pessoas atrelam o desejo destas mulheres em se envolver com outras mulheres

---

14 Conceito que define como a heterossexualidade é considerada uma norma em nossa sociedade tanto em níveis de atração sexual exclusiva pelo gênero oposto, quanto em relação à padrões de papeis sociais rigidamente definidos (“coisa de homem *versus* coisa de mulher”), desconsiderando outras sexualidades e expressões como válidas ou legítimas (Dionísio, 2021).

exclusivamente ao campo sexual, em contextos em que possam ser observadas por outros homens, visando o entretenimento deles ao verem duas mulheres “se pegando”. Também podemos observar este fenômeno quando mulheres abertamente bissexuais estão em relacionamentos com homens, e esses propõem encontros sexuais do casal com mais pessoas envolvidas (i.e. a três), desde que as pessoas externas também sejam mulheres.

Dionísio (2021) também explora a questão da suposta infidelidade de mulheres bissexuais, principalmente se estiverem em relacionamentos com outras mulheres. As entrevistadas da pesquisa afirmavam que ao, longo de suas vidas, ouviram falas tanto de parceiras quanto de pessoas não bissexuais de que, eventualmente, elas sentiriam “falta” de se envolverem com homens, e eventualmente trairiam suas parceiras, ou mesmo terminaram com elas, para poderem se envolver sexualmente e romanticamente com homens. O fato de que a maioria das ocorrências destas falas eram sobre a mulher bissexual “trocar” uma parceria feminina por uma masculina evidencia também o peso das estruturas de apressão já discutidas sobre a população de mulheres bissexuais.

Assim, temos que a figura da mulher “bi-festinha” é altamente prejudicial para o senso de identidade bissexual de mulheres, que se veem forçadas à adotar uma postura completamente heterossexual para se enquadrarem na norma social mais abrangente, ou se assumirem lésbicas para serem de fato abraçadas pela comunidade LGBTQIAPN+ (Monaco & de Souza, 2024).

## **BI DE BICHA NÉ?**

Para além de sofrimentos específicos de mulheres bissexuais, também temos algumas características de violência e apagamento que são mais específicas dos homens bissexuais.

Homens bissexuais tendem a sentir uma pressão externa persistente para escolherem “um lado”. Não incomumente a “escolha” já vem com um viés específico, que é a insinuação de que, na verdade, não há uma escolha a ser feita, e sim revelação, a de que na verdade este homem é gay. Isso se reflete tanto na ideia de que é impossível alguém ter atração por dois ou mais gêneros, e também na ideia de que “macho” de verdade “gosta de mulher”, e qualquer coisa fora disso automaticamente se enquadra na homossexualidade (Dionísio, 2021).

Outra faceta do que homens bissexuais enfrentam é a ligação direta que socialmente é feita entre a bissexualidade masculina e insegurança, promiscuidade e incapacidade de comprometimento em relações amorosas. O ponto comum das três características é uma forte representação masculinidade hegemônica reproduzida socialmente, que associa automaticamente a ideia da figura masculina com comportamentos de desapego emocional, práticas sexuais com múltiplas parcerias e infidelidade. Atritando-se essas concepções à figura do homem bissexual, escancara-se tais estereótipos e monta-se a figura da pessoa difícil de se relacionar, vetor de ISTs devido à práticas sexuais “excessivas”<sup>15</sup>, e insegura em relação à própria orientação sexual (i.e. “prefere ficar em cima do muro em vez de se assumir gay de uma vez”) (Chan, Operario & Mark, 2020).

Essas vivências também ocorrem dentro da comunidade LGBTQIAPN+, onde muitos homens bissexuais relatam não se sentirem plenamente aceitos. Frequentemente esses homens são excluídos das narrativas da comunidade por serem vistos como detentores de privilégios (i.e. andar na rua de mãos dadas caso estejam se relacionando com uma mulher), características partilhadas pela população feminina de bissexuais, ou pelo entendimento falso de que não sofrem as mesmas violências (Balsam et al, 2011). Há nesse último argumento uma verdade e uma mentira: a mentira é sobre o sofrimento que vem com a violência, pois fica subliminarmente entendido que não há sofrimento devido à natureza diferente da violência, e a verdade é que de fato muitas vezes a violência é diferente, como tem sido explicitado ao longo deste capítulo. Infelizmente, esse sofrimento diferente é visto tendenciosamente como menor ou não digno de atenção, o que vem se provando falso (Dionísio, 2021).

Balsam et al (2011) evidenciam que, dentro da amostra participante de pesquisa conduzida pela equipe, 60% dos homens bissexuais afirmaram se entenderem bissexuais mas verbalizam que são gays devido à pressão sofrida para “escolher um lado” e evitar repetidos apagamentos de suas identidades. Mesmo que funcione como uma estratégia de evitação à falas invalidantes, tal necessidade evidencia altas frequências de violações contra essas pessoas, tendo por consequência estados compatíveis com desamparo aprendido, supressão de autenticidade e aumento de estados de estresse em geral.

---

15 Aqui temos também uma intersecção entre preconceitos contra pessoas com ISTs, em especial pessoas soropositivas, quando se associa uma vida sexual ativa à contaminação, sendo que a contração de ISTs é muito mais complexa e vai para além de práticas sexuais (i.e. gravidez, contaminação por perfurocortantes), além de se colocar um estigma sobre as pessoas que vivem com tais infecções (Fonseca, Santos, Araújo & Sampaio, 2020).

## ESTRESSE CRÔNICO E ADOECIMENTO POR APAGAMENTO

O apagamento contínuo das vivências pessoais, como já exploramos ao longo deste capítulo, constitui por definição uma forma de invalidação emocional que ocorre de forma crônica, atuando como um estímulo aversivo inescapável. Para pessoas que cursam ou cursaram psicologia, isso pode trazer memórias à tona: nas disciplinas de Psicologia Experimental, quando estudamos sobre situações em que estímulos aversivos eram incessantemente apresentados, mesmo que de forma intervalada e irregular, e o sujeito não tivesse possibilidade de escape, o que acontecia invariavelmente era uma crescente ausência de respostas comportamentais, podendo ser traduzido como desamparo. Para além do contexto experimental, Linehan (1993) expõe que repetidos episódios de invalidação das vivências de uma pessoa pode incorrer em um processo de desorganização, que contribui para a fragilização do desenvolvimento de senso de agência própria e de controle que indivíduos poderiam ter sobre o ambiente que os cerca.

Também é importante lembrarmos que o corpo como um todo sofre com as consequências da violência. Aqui, vamos lembrar um pouco das aulas de Fisiologia Humana para entender a profundidade do problema.

Processos crônicos de invalidação levam o indivíduo, inicialmente, a ter resposta fisiológicas ao estresse, e com o tempo, tais respostas se tornam disfuncionais e também crônicas. Miller, Chen e Zhou (2007) expõem que indivíduos expostos à estressores de forma crônica, especialmente se tais estressores vierem das interações com outras pessoas, apresentam níveis constantemente elevados de cortisol, hormônio ligado às respostas fisiológicas ao estresse. Por consequência, o que ocorre é uma possível atrofia no hipocampo, região cerebral envolvida na regulação emocional e também na consolidação da memória, comprometendo a capacidade que indivíduos tem de processar novas experiências de forma adaptativa. Assim, as pessoas podem apresentar uma sensibilidade muito maior a situações aversivas e certa insensibilidade à situações potencialmente positivas.

Para complicar ainda mais a situação, episódios repetidos de invalidação podem causar mudanças na forma que indivíduos processam ameaças à nível fisiológico. Van der Kolk (2014) apresenta achados de que indivíduos que passaram por tais experiências tendem a apresentar hiperatividade na amígdala, outra região cerebral importante relacionada à respostas emocionais, o que reflete em uma leitura negativa de estímulos sociais neutros ou ambíguos.

Desta forma, o autor elabora que indivíduos correlacionam estímulos antes “inofensivos” como ameaças reais, o que pode ser adaptativo e importante em situações pontuais, mas quando há uma hiperativação crônica da região responsável por essa resposta, leva ao desenvolvimento do estado de estresse crônico, exaustão nervosa constante e, em casos mais agravados, desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós Traumático Complexo (C-TEPT).

Complementarmente, também existem consequências à saúde física. Chrousos (2009) e McEwen (2007) explicam que a liberação contínua de cortisol e de outros hormônios (i.e. adrenalina, noradrenalina, catecolaminas) podem provocar disfunções metabólicas, cardiovasculares e imunológicas. Fatores correlacionados com desenvolvimento de resistência à insulina também podem ser induzidos, aumentando por exemplo os níveis de deposição de gordura visceral, que é fator de risco para o desenvolvimento de síndrome metabólica<sup>16</sup>. Também podem ocorrer, devido ao desbalanço nervoso, elevações da pressão arterial, aceleração da frequência cardíaca e inflamações vasculares, aumentando significativamente os riscos de desenvolvimento de cardiopatias e ocorrência de infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral.

De forma sumarizada, os principais agravos em saúde que uma pessoa pode experimentar devido à recorrentes experiências de invisibilização e apagamento são:

- Senso de isolamento de pares;
- Ausência de referências com vivências similares;
- Diminuição de sensibilidade à estímulos positivos;
- Aumento de sensibilidade à estímulos negativos;
- Pareamento de estímulos neutros e positivos à situações negativas;
- Risco maior de adoecimento psicológico;
- Risco aumentado de desenvolvimento de cardiopatias;
- Risco aumentado de complicações endocrinológicas.

---

16 Condição clínica caracterizada por um conjunto de alterações metabólicas que, quando presentes simultaneamente, aumentam significativamente o risco de doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, acidente vascular cerebral (AVC) e outras complicações crônicas.

## CONCLUSÃO

A invisibilização da bissexualidade se revela como um fenômeno mantido por contingências sociais altamente aversivas, nas quais a expressão da identidade bissexual é frequentemente seguida por punições sociais (i.e. descrença, ridicularização, exclusão). Por outro lado, quando indivíduos ocultam ou negam a própria identidade, “escolhendo um lado” mesmo que apenas verbalmente, tais comportamentos são reforçados, principalmente à partir de consequências como aceitação e validação. Tal diferenciação social molda padrões de ocultação e autocensura como estratégia adaptativa a ambientes hostis.

Para além, pessoas bissexuais são constantemente expostas à falas de invalidação e violentas, como “você está confundindo as coisas” ou “isso é só uma fase”, sinalizando a invalidação. Diante a tais estímulos, indivíduos aprendem a evitar a autodeclaração em diversos contextos, impedindo aproximações de grupos onde poderiam se sentir pertencentes.

Pessoas submetidas à tais contingências podem desenvolver um estado análogo ao desamparo aprendido e desenvolver quadros de estresse crônico, levando a consequências graves de saúde física e psicológica.

A aproximação da ciência psicológica a fenômenos sociais se faz importante neste ponto devido à potência que a área apresenta tanto na reflexão sobre contingências culturais e formas de contrapor estruturas que neguem existências e vivências múltiplas, assim como atuando diretamente e ativamente em prol de transformações sociais e intervenções junto às populações afetadas, de forma a não reproduzir violências e preconceitos, promovendo maior qualidade de vida e equidade entre diferentes populações.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, L. E. D., Oliveira, J. M. D., Oliveira, V. D., & Mialhe, F. L. (2022). Produção científica em saúde da população LGBTQIA+: uma análise crítica do conteúdo da literatura. *Saúde e Sociedade*, 31. DOI: 10.1590/s0104-12902022210836pt
- Balsam, K. F., Molina, Y., Beadnell, B., Simoni, J., & Walters, K. (2011). Measuring multiple minority stress: the LGBT People of Color Microaggressions Scale. *Cultural diversity & ethnic minority psychology*, 17(2), 163. DOI: 10.1037/a0023244

- Chan, R. C., Operario, D., & Mak, W. W. (2020). Bisexual individuals are at greater risk of poor mental health than lesbians and gay men: The mediating role of sexual identity stress at multiple levels. *Journal of Affective Disorders*, 260, 292-301. DOI: 10.1016/j.jad.2019.09.020
- Chrousos, G. P. (2009). "Stress and disorders of the stress system." *Nature Reviews Endocrinology*, 5(7), 374–381. doi:10.1038/nrendo.2009.106
- Cravo, F. A. M., Almeida-Verdu, A. C. M., & Costa-Junior, F. M. (2022). Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 247-265. DOI: <https://doi.org/10.18761/a52affa6>
- Dionísio, T.E.S. (2021). *Caracterização da Binegatividade na comunidade LGBTI+*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional - UEL. <https://repositorio.uel.br/items/fb63f58d-0dc8-4040-9cc6-74d71b46fe5d>
- Fazzano, L. H., Mena, I. M., Dionísio, T. E. S., & Gallo, A. E. (2020). Análise do comportamento e população LGBT: revisão das produções de pós-graduação no Brasil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 052-062. DOI: 10.18761/PAC.2020.v11.n1.05
- Fonseca, L. K. D. S., Santos, J. V. D. O., Araújo, L. F. D., & Sampaio, A. V. F. C. (2020). Análise da estigmatização no contexto do HIV/AIDS: Concepções de Pessoas que Vivem com HIV/AIDS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(2), 1-15.
- Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2023). Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 31(1).
- Linehan, M. M. (1993). *Cognitive-Behavioral Treatment of Borderline Personality Disorder*. Guilford Press.
- McEwen, B. S. (2007). "Physiology and neurobiology of stress and adaptation: Central role of the brain." *Physiological Reviews*, 87(3), 873–904. doi:10.1152/physrev.00041.2006
- Melo, M. A. de A et al. (2024). Perfil das violências contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. *Rev Rene*, 25, 356. Doi: DOI: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20242593169>
- Miller, G. E., Chen, E., & Zhou, E. S. (2007). If it goes up, must it come down? Chronic stress and the hypothalamic-pituitary-adrenocortical axis in humans. *Psychological Bulletin*, 133(1), 25–45.
- Monaco, H., & de Souza, J. S. (2024). "Eu ficava desconfiando de mim mesma": saúde mental e bissexualidade entre biogitimidade e injustiças epistêmicas. *Temáticas*, 32(64), 84-109. DOI 10.20396/tematicas.v32i64.18565
- Pereira, M. E. D., Silva, G. P. D., Torres, M. D. S., & Ferreira, B. D. O. (2025). Análise da produção científica sobre a saúde de mulheres bissexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 35. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350105pt>
- Pollitt, A. M., & Roberts, T. S. (2021). Internalized binegativity, LGBTQ+ community involvement, and definitions of bisexuality. *Journal of bisexuality*, 21(3), 357-379. DOI <https://doi.org/10.1080/15299716.2021.1984363>

- Silva, K. U. da, & Meireles, J. (2023). Revisão integrativa da literatura sobre bissexualidade: Representações, invisibilidade e subjetividade. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 11(1), 25-46.
- Van der Kolk, B. (2014). *The Body Keeps the Score: Brain, Mind, and Body in the Healing of Trauma*. Viking.

# CAPÍTULO 12

## ENTRE EXISTIR E RESISTIR: DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+ NAS REDES SOCIAIS BRASILEIRAS

Kaio Cesar Pacheco

*Dancemos engenhosas e aprendamos a voar  
Para respirarmos submersas em águas vivas  
Superabundantes - Ventura Profana*

### CORPOS QUE ESCREVEM, DISCURSOS QUE VIOLENTAM

A sociedade contemporânea se constitui em meio a uma multiplicidade de tecnologias que atravessam e moldam as expressões subjetivas e sociais de maneira difusa, complexa e plural. Em diálogo com a Psicologia Social e os Estudos de Gênero, este capítulo se dedica a problematizar os discursos de ódio direcionados às pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e demais expressões de sexualidade e de gênero) que circulam nas redes sociais Twitter e Instagram. A análise se concentra na produção biopolítica do ódio nesses aparatos tecnológicos, articulada à construção de noções de abjeção que recaem sobre essa população, frequentemente associada a ideias de desvio e perigo.

A pesquisa foi realizada considerando a noção de “escre(vivência)” de Conceição Evaristo (2005), para lembrar que a escrita é movimento, como o corpo que sente, acompanha, infla e diminui, permanecendo mesmo para além da vida. Ao inscrever o corpo nesta pesquisa, consideramos os marcadores sociais de diferença que nos produzem e localizam, em diálogo com Butler (2019), que aponta para a necessidade de lembrar que a vida social não pode ser teorizada à distância. Como pesquisar o ódio direcionado a pessoas como

nós sem nos inscrever neste processo? O “eu” segue atrelado ao “nós” e aparece neste capítulo de livro como movimento de resistência, considerando os atravessamentos coletivos e políticos. Afinal, as pessoas LGBTQIAPN+ foram silenciadas, violentadas e excluídas ao longo dos séculos. Assim, vemos a necessidade de implicação neste processo, pois a subjetividade que compõe este “nós” atravessa a pesquisa de diversas maneiras.

Ler os comentários de ódio nas redes sociais e encarar, em cada palavra, a violência que insiste em negar a nossa existência foi uma experiência profundamente impactante. Cada linha lida exigiu uma travessia que mobilizou afetos, memórias e resistências. Assumir esse percurso tornou-se um gesto ético, estético e político, pois escrever a partir da dor é, ao mesmo tempo, denunciar as estruturas que a sustentam e afirmar a possibilidade de vida e resistência para além do que tentam nos apagar.

O contexto de escrita e pesquisa de mestrado que embasa este capítulo é atravessado por ameaças à democracia, por inúmeras mortes em decorrência de políticas governamentais arbitrárias e pela intensificação do uso das redes sociais durante a pandemia de Covid-19. A crise sanitária global não apenas acentuou desigualdades históricas, como também evidenciou o quanto determinadas populações — em especial pessoas negras, indígenas, pobres, mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+ — foram mais expostas a situações de vulnerabilidade e violência, em meio a uma conjuntura de precarização da vida.

Diante disso, torna-se fundamental situar a pesquisa em seu tempo histórico, social e político. A produção de conhecimento não ocorre em um vazio, mas é atravessada por relações de poder, disputas de sentidos e pelas condições materiais da vida em sociedade. Como aponta Donna Haraway (1995), todo saber é localizado, parcial e situado, implicando responsabilidades ético-políticas para quem pesquisa. Este trabalho, portanto, assume que a prática científica é também um exercício político, pois mobiliza escolhas, tenciona discursos e pode contribuir para visibilizar ou silenciar determinadas realidades.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2021), o uso das plataformas digitais aumentou significativamente, impactando a educação, as relações sociais, a propagação de informações e até mesmo o mundo do trabalho. Nesse cenário, as redes sociais se tornam centrais como espaços de disputa política, subjetiva e simbólica, mas também como lócus

de disseminação de discursos de ódio contra populações historicamente excluídas, entre elas as pessoas LGBTQIAPN+.

Em momentos de crise econômica, política e moral, a sociedade parece aflorar ressentimentos e intensificar mecanismos de exclusão e perseguição contra determinadas parcelas da população. Esses processos se traduzem em uma reatualização de narrativas conservadoras que recorrem ao medo, ao pânico moral e à defesa de valores ditos essencialistas para justificar violências contra grupos minoritários ou minorizados.

## **MÍDIAS DIGITAIS E A DISPUTA PELA LEGITIMIDADE DAS VIDAS LGBTQIAPN+**

De acordo com Spink e Medrado (2013), a mídia é “pervasiva no mundo contemporâneo e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna [...] não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos, mas possui um poder transformador ainda pouco estudado” (p. 38). Essa observação é fundamental para compreender como as disputas em torno da sexualidade e da diversidade de gênero não se restringem apenas ao campo político formal, mas se intensificam nas redes sociais digitais, onde circulam discursos que buscam reforçar normatividades e naturalizações sobre os corpos.

É nesse espaço midiático que os enunciados de ódio encontram terreno fértil para sua propagação, articulando-se com pautas religiosas fundamentalistas e conservadoras que, ao mesmo tempo em que se valem da liberdade de expressão, buscam restringir direitos e silenciar vozes divergentes. As redes sociais se configuram como espaços nos quais diferentes concepções de sociedade coexistem e se articulam, envolvendo tanto práticas que reforcem determinadas hierarquias de gênero e sexualidade quanto iniciativas que buscam ampliar a diversidade e o reconhecimento de identidades plurais.

Além de repercutirem e ampliarem os discursos proferidos em arenas políticas, as mídias sociais criam um ambiente de constante vigilância e julgamento, onde determinados corpos passam a ser reiteradamente expostos como desviantes e perigosos. Assim, a mídia não apenas reflete as tensões da sociedade contemporânea, mas também as produz, reforçando hierarquias e delimitando fronteiras simbólicas entre o que pode ser considerado normal e aquilo que é relegado à abjeção (Butler, 2019).

Nesse sentido, compreender a circulação dos discursos de ódio na mídia e, em especial, nas redes sociais digitais, é também compreender como se atualizam as tecnologias de poder que buscam regular a vida e a morte de determinados grupos (Foucault, 2019). As mídias digitais não são apenas reprodutoras de discursos já existentes, mas instâncias de produção ativa de subjetividades, em que a disputa pelo reconhecimento e pela inteligibilidade das vidas LGBTQIAPN+ se torna cada vez mais intensa. Contudo, se esses espaços midiáticos produzem exclusões e abjeções, também são atravessados por resistências, nas quais sujeitos e coletivos reivindicam visibilidade e contestam narrativas que buscam apagá-los. Afinal, “lá onde há poder, há resistência” (Foucault, 2019, p. 104).

## **GÊNERO, SEXUALIDADE E TECNOLOGIAS DE PODER**

A compreensão dos discursos de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ exige um olhar atento para a forma como a sociedade ocidental produziu sistemas de controle sobre os corpos e a sexualidade. Michel Foucault (1978, 2019) problematiza a sexualidade como um dispositivo histórico, isto é, uma rede heterogênea que articula discursos científicos, jurídicos, médicos, religiosos e midiáticos em estratégias de regulação e normatização da vida. O chamado “dispositivo da sexualidade” não apenas descreve práticas sexuais, mas produz saberes que classificam e hierarquizam os corpos entre normais e anormais.

Nesse processo, emerge uma explosão discursiva sobre o sexo a partir do século XVIII, articulada por meio de confissões, práticas médicas, legislações e pedagogias familiares. O ser humano se torna um “animal confidente” (Foucault, 2019), convocado a falar de si, a confessar desejos e condutas, submetendo-se a instâncias de julgamento e correção. Assim, a sexualidade passa a ser regulada como uma questão de interesse público, ligada ao governo da vida, em uma dinâmica que Foucault denominou de biopoder, ou seja: formas de gestão dos corpos individuais e da população em seu conjunto.

O sistema de sexo/gênero (Butler, 2019) inscreve-se nesse campo como uma das estratégias centrais do biopoder. Historicamente, ele foi sustentado por paradigmas que naturalizaram diferenças sexuais, legitimando hierarquias e desigualdades. Joel Birman (2001) evidencia como, entre os séculos XVIII e XIX, consolidou-se o paradigma da diferença sexual: uma ficção biopolítica que definiu o masculino e o feminino como pólos distintos e complementares, inscritos na ordem biológica e destinados a funções sociais específicas.

Esse paradigma binário não apenas estruturou relações conjugais, familiares e educacionais, mas também se consolidou em representações científicas, midiáticas e culturais. Da medicina ao design industrial, passando pela publicidade e pelas mídias digitais, os corpos continuam a ser moldados por padrões hetero-centrados, brancos e cisnormativos. A reafirmação constante da diferença sexual como verdade natural produz efeitos concretos: limita o acesso de dissidências sexuais e de gênero a alguns direitos e espaços.

Judith Butler (2019) nomeia essas vidas não reconhecidas como abjetas, ou seja, existências que, embora expostas e reiteradas nos discursos sociais, permanecem fora do campo do humano legítimo. A condição de abjeção implica não apenas marginalização, mas também a exposição contínua à violência e ao ódio. Nesse sentido, os discursos que circulam nas redes sociais não podem ser entendidos como fenômenos isolados: eles atualizam a longa duração histórica de exclusão, sustentada por dispositivos de poder-saber que produziram a diferença sexual como critério de normalidade e cidadania.

Assim, pensar gênero e biopolítica significa reconhecer que a gestão das populações opera pela produção de fronteiras entre vidas que importam e vidas descartáveis. O ódio direcionado às pessoas LGBTQIAPN+ nas redes sociais é parte dessa engrenagem, mas também um campo de disputa, no qual resistências se articulam para desestabilizar as verdades hegemônicas sobre os corpos.

## **CIRCUITOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa, realizada no âmbito do mestrado, partiu de uma perspectiva qualitativa, considerando as experiências humanas como complexas e produzidas em contextos sociais, políticos, culturais e tecnológicos. Tal viés permitiu compreender de maneira mais aprofundada os discursos de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ que circularam nas redes sociais, levando em conta a subjetividade do/a pesquisador/a, os atravessamentos históricos e as dinâmicas sociopolíticas. O estudo ancorou-se em uma noção processual de subjetivação, entendida como resultante dos encontros sociais mediados por discursos, tecnologias e instituições (Mansano, 2009).

O referencial teórico dialoga com autoras/es como Foucault (2008), Butler (2019), Haraway (1995), De Lauretis (1994) e Preciado (2011), que problematizam linguagem, enunciados e tecnologias de gênero. A linguagem foi compreendida em sua dimensão performativa, condição de possibilidade da

constituição do sujeito, sendo que, como afirma Butler (2021), é “a partir do chamamento do Outro que nos constituímos” (p. 55). Já os enunciados foram situados como produções históricas e políticas (Foucault, 2008), inseridos em contextos que possibilitam sua emergência.

Metodologicamente, a investigação se valeu da pesquisa documental, entendida como um exame de materiais de domínio público que revelam traços de ação social (Spink & Medrado, 2013). As redes sociais Instagram e Twitter foram consideradas documentos públicos e também “tecnologias de gênero” (De Lauretis, 1994), atuando na produção e propagação de subjetividades. O recorte temporal abrangeu os anos de 2020 a 2022, período marcado pela intensificação das polarizações políticas no Brasil, pelo aumento de denúncias de homofobia (SaferNet, 2021) e pela ampliação do uso das redes sociais em razão da pandemia da Covid-19.

A coleta dos dados foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu na identificação e captura de postagens que continham discursos de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+, utilizando-se tanto o celular quanto o notebook, sempre com o cuidado de preservar o anonimato dos/as usuários/as das plataformas. Em seguida, ocorreu a etapa de pré-análise, que envolveu a releitura e a verificação da relevância e credibilidade do material coletado (Silva et al., 2009), além da organização dos documentos de acordo com conteúdos recorrentes.

Posteriormente, o material coletado foi organizado em categorias de análise seguindo a lógica da análise de conteúdo de Barros (2011). Os fluxos metodológicos empregados na pesquisa de mestrado permitiram evidenciar de que maneira os discursos de ódio que circularam nas redes sociais brasileiras operaram na produção de subjetividades abjetas, revelando o papel constitutivo da linguagem, das tecnologias e da intersecção entre múltiplas opressões. Esse percurso metodológico fundamentou e conduziu a análise apresentada no tópico seguinte.

## **CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM: DOWNLOADS CRÍTICOS DO ÓDIO**

Este subcapítulo sintetiza os principais achados relativos às maneiras como discursos de ódio — circulantes sobretudo em Instagram e Twitter entre 2020 e 2022 — produzem configurações de abjeção, desvio e perigo sobre corpos LGBTQIAPN+. A análise foi orientada por noções de performatividade

de gênero, biopolítica e necropolítica, e concentrou-se em três observações centrais: (1) a linguagem como técnica de posicionamento e forclusão; (2) a articulação entre afetos (ódio, nojo, repulsa) e práticas discursivas que reduzem potência de ação; (3) a materialização desses enunciados em efeitos psicossociais e políticos.

A linguagem que circula nas redes não é mero reflexo: é dispositivo performativo que nomeia e delimita quem é reconhecível como sujeito de direitos (Butler, 2001; Butler, 2019). Os enunciados odiosos identificados, como chamadas à exclusão, associações de pessoas LGBTQIAPN+ a práticas criminosas, como a pedofilia, além de xingamentos e apelos à violência, não apenas representam injúrias. Eles as performatizam, produzindo e reiterando um lugar social de inabitabilidade para corpos considerados desviantes. Essa performatização opera como censura extrajudicial: por meio da repetição e circulação, determinados corpos são colocados fora da esfera do humano legítimo e, conseqüentemente, vulnerabilizados. Tal dinâmica revela uma tessitura biopolítica do ódio, na qual a linguagem opressiva funciona como uma forma de violência direta, materializando a subordinação social e a exclusão (Butler, 2021). Este processo não é neutro, pois se inscreve num sistema cisheteronormativo que sustenta a centralidade do sexo/gênero binário, impondo a premissa de que corpos desviantes são anormais, sujos e perigosos (Preciado, 2011).

Do ponto de vista afetivo, o ódio aparece como motor que reduz a potência de agir. Inspirando-se em Deleuze (2017), tratamos o ódio como afeto que nasce da tristeza e se alimenta de escárnio, desprezo e inveja — paixões que, no contexto analisado, ganham forma em emojis, memes e slogans curtos que viralizam. Essas expressões simplificadas (“repugnante”, “queimem no inferno”, “não temos que ver beijo”) criam um campo emotivo que legitima excluir e, em alguns casos, eliminar. Ressalte-se ainda que o ódio, enquanto afeto triste, pode estimular um ciclo de ressentimento coletivo que une agentes sociais em torno de um inimigo comum, materializando o que Deleuze denomina de “homens do ressentimento” (Deleuze, 2002). A articulação entre afeto e linguagem permite entender porque manchetes, posts e comentários têm força política: produzem sentidos e mobilizam práticas sociais com efeitos nefastos que vão desde o adoecimento psíquico até a consolidação de políticas de extermínio (Mbembe, 2016).

A categoria *desvio* se manifesta na insistência em dicotomias biológicas e moralistas: “Deus fez homem e mulher”; “é uma aberração”; “mas é um

homem?”. Tais enunciados forçam a leitura binária do sexo e do gênero e tentam naturalizar uma hierarquia normativa (homem cis = potência; mulher cis = passividade), que exclui todas as outras potências subjetivas. Esta matriz binária funciona como um contrato social que regula as identidades e orientações sexuais, sancionando modos considerados normais de existência e marginalizando corpos dissidentes, sobretudo pessoas trans, travestis e outras identidades não conformes (Butler, 2001; Butler, 2019). A insistência em discursos biologicistas e moralizantes não apenas desumaniza, mas reforça a abjeção, relegando essas pessoas a zonas inabitáveis da vida social. É emblemático o modo como tais corpos são submetidos a discursos que tentam fixar suas formas de existência, negando suas construções sociais e múltiplas identidades (Lugones, 2014).

A categoria *perigo*, por sua vez, aparece em narrativas que associam pessoas LGBTQIAPN+ a ameaças à infância, à família e à ordem social. Esse duplo movimento, desvio que vira perigo, legitima discursos securitários e, em contexto de maior tolerância institucional à violência simbólica, pode desembocar em violência física. A circulação de discursos que associam a população LGBTQIAPN+ à periculosidade tem sido utilizada para justificar omissões estatais e violências explícitas, consolidando uma necropolítica de seleção biopolítica que determina quem é descartável na vida social (Mbembe, 2016). No Brasil, observa-se que pronunciamentos públicos e políticos alinhados a essas narrativas reverberam nas redes sociais, intensificando riscos e vulnerabilidades para esses corpos, especialmente para determinados recortes como mulheres trans e negras, que sofrem múltiplos atravessamentos interseccionais (Benevides & Nogueira, 2022).

É preciso sublinhar o papel das mídias sociais como infraestrutura que acelera a circulação desses enunciados. Ferramentas algorítmicas, lógicas de engajamento e a economia da visibilidade reforçam postagens polarizantes; o conteúdo que gera revolta tende a ser amplificado, criando bolhas de confirmação. Além disso, a presença de atores com grande alcance (políticos, influenciadores, páginas de notícias) contribui para a verticalização do ódio, replicando-o de públicos com poder simbólico para públicos mais amplos (Tiburi, 2020). Nesse sentido, as redes sociais são lugares onde convergem dispositivos tecnológicos e práticas discursivas que potenciam a reprodução do ódio, configurando um campo híbrido de produção de saber-poder e controle biopolítico (Foucault, 1978). A economia do ódio nas redes, portanto,

não apenas propaga discursos, ela os materializa em práticas cotidianas de exclusão e violência.

Historicamente, os enunciados de ódio não surgem do nada: eles dialogam com legados coloniais, racistas e sexistas. A análise interseccional mostrou que mulheres trans, pessoas negras LGBTQIAPN+ e ativistas assumem uma dupla precarização, tornando-se alvos simultâneos de racismo, misoginia e LGBTQIfobia. Esses atravessamentos ampliam o espectro de vulnerabilidades, tornando essas pessoas particularmente frágeis em face dos discursos de ódio e das práticas necropolíticas (Preciado, 2011; Butler, 2019). Essa intersecção da opressão reforça que as violências não são experiências isoladas, mas resultam de sistemas estruturais de dominação que se perpetuam e se redefinem em contextos contemporâneos.

A necropolítica fornece um quadro explicativo potente para compreender a escalada das consequências: quando o Estado e agentes com poder simbólico naturalizam determinados corpos como descartáveis, definem-se prioridades sobre quem merece proteção. Os enunciados de perigo funcionam como justificativas discursivas para práticas de extermínio ou omissão institucional, materializando processos de morte política e social. No Brasil, em particular, evidências indicam que determinadas falas públicas e omissões governamentais reverberam nas redes, tornando mais vulneráveis corpos LGBTQIAPN+, intensificando a violência, o sofrimento psíquico, que em alguns casos pode levar ao suicídio e à exclusão social (Mbembe, 2016; Guimarães, 2021).

Durante a análise dos prints, não foram apenas os enunciados de ódio que se destacaram. Percebeu-se também a presença de comentários a presença de comentários que respondiam ou contestavam tais ataques. Chamamos esses contrapontos de enunciados *kryptonitas*, entendidos como formas específicas de resistência discursiva que emergem nas redes sociais como respostas críticas e desestabilizadoras aos discursos de ódio dirigidos à população LGBTQIAPN+. Esses enunciados funcionam como armas simbólicas, capazes de romper lógicas binárias, biologicistas e cisheteronormativas, questionando e desnaturalizando normas restritivas impostas a corpos dissidentes. Por meio de afirmações como “biologia não define gênero” ou de contrapontos irônicos a comentários que tentam associar mulheres trans a ser homem ou ainda “tirar conquistas das mulheres”, os enunciados *kryptonitas* revelam a incoerência e o preconceito presentes nos discursos odiosos, ao mesmo tempo em que afirmam outras possibilidades de existência e reconhecimento. Dessa forma, constituem espaços discursivos de visibilidade, empoderamento e reafirmação

identitária, funcionando como estratégias de enfrentamento que ampliam a potência de agir da população LGBTQIAPN+ em um contexto marcado por opressão e exclusão.

Em suma, esta análise revela que discursos de ódio nas redes sociais não são eventos pontuais, mas expressões de dispositivos sociais, políticos e simbólicos que estruturam as relações de poder e exclusão no Brasil contemporâneo. Eles configuram corpos e subjetividades, legitimam violências e definem modos possíveis de existência ou de aniquilamento. Por isso, a reflexão crítica e as estratégias de resistência, visibilizadas nos discursos *kryptonitas* presentes nas redes, emergem como urgência civilizatória para desenredar essas redes de opressão e construir espaços de reconhecimento e afirmação das existências LGBTQIAPN+.

Deixo a seguir o QR Code do trabalho completo de Mestrado para que vocês leitores possam mergulhar de maneira mais profunda e tenham contato com as imagens e prints de tela que foram selecionadas no decorrer da pesquisa.

Figura 1

QR Code de acesso a dissertação: "Cuidado! Querem destruir nossa família: O Discurso de Ódio às Pessoas LGBTI+ nas Redes Sociais Twitter e Instagram."



## FISSURAS, RESISTÊNCIA E FUTUROS POSSÍVEIS

As análises realizadas ao longo deste capítulo nos levaram a duas conclusões práticas e a uma proposta de continuidade da pesquisa. Primeiro, percebemos que os discursos de ódio que circulam nas redes sociais se sustentam em uma engrenagem complexa, feita de linguagem performativa, afetos organizados e uma infraestrutura midiática que amplifica justamente aquilo que exclui e violenta. Em segundo lugar, compreendemos que esses discursos não são apenas palavras soltas: eles alimentam uma lógica necropolítica, sobretudo quando são repetidos e reforçados por atores institucionais

ou pelas próprias plataformas digitais, que lucram com a controvérsia e com o engajamento.

Diante disso, não tratamos a resistência apenas em termos abstratos; tratamos também daquilo que vivemos e presenciamos. Notamos que ocupar os espaços midiáticos se tornou, para nós pessoas LGBTQIAPN+, um ato simbólico e político de existir, criando narrativas alternativas mesmo em meio ao ódio. Experimentamos o quanto ações jurídicas e processos de responsabilização são importantes, mas também o quanto precisamos de redes de cuidado psicossocial que sustentem a afirmação da existência, o orgulho de ser e a saúde mental de quem enfrenta cotidianamente diferentes formas de violência.

Enquanto pesquisadores/as e sujeitos/as implicados/as, a Psicologia encontra aqui um chamado ético e político. Torna-se necessário investigar como os afetos circulam nas plataformas digitais, inclusive por meio de expressões aparentemente banais, como emojis e memes, que participam da produção e da intensificação de sentidos sociais. Também se faz fundamental mapear formas de resiliência coletiva, compreender de que maneira raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença se entrecruzam nesses processos, e propor intervenções que contribuam para reduzir o peso do estigma e ampliar as possibilidades do orgulho de ser o que se é.

Politicamente e pedagogicamente, o “eu” conclui, ainda que de forma provisória, esta pesquisa com a convicção de que precisamos de políticas públicas mais firmes na defesa de corpos vulnerabilizados e na construção de uma regulação democrática das plataformas digitais. Ao longo desse percurso, porém, esse “eu” também se transforma e se reconhece atravessado por outras vozes, experiências e afetos, compreendendo que o conhecimento produzido não se sustenta apenas na reflexão individual, mas no enlace com aqueles e aquelas que igualmente vivem, resistem e persistem. Desse modo, o que começou como um processo de aprendizagem singular se expande em direção a um compromisso coletivo. Passamos a compreender que a resistência emerge nas fissuras da própria realidade. Mesmo nos contextos em que o ódio e a violência tentam se afirmar, também surgem gestos de cuidado, de (re)invenção e de potência de vida que nos convocam a seguir lutando e a sustentar, juntos, a possibilidade de existir no mundo.

## REFERÊNCIAS

- Barros, J. (2011). Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas e sociais: Uma contribuição ao ensino de metodologia. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*, 1(2), 30–45.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. Expressão Popular; ANTRA; IBTE.
- Birman, J. (2017). *Gramáticas do erotismo*. José Olympio.
- Butler, J. (2001). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (2ª ed.). Autêntica.
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. Crocodilo.
- De Lauretis, T. (1994). La tecnología de género. *Revista Mora*, (2), 6–34.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Editora 34.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: Filosofia prática*. Escuta.
- Deleuze, G. (2017). *Espinosa e o problema da expressão*. Editora 34.
- Evaristo, C. (2005). Gênero e etnia: Uma escre(vivência) de dupla face. In N. M. B. Moreira & L. Schneider (Orgs.), *Mulheres no mundo: Etnia, marginalidade e diáspora*. Idéia/ Editora Universitária.
- Foucault, M. (1978). *Microfísica do poder*.
- Foucault, M. (2019). *História da sexualidade 1: A vontade de saber* (9ª ed.). Paz & Terra.
- Guimarães, R. S. (2021). Pandemia e guerrilhas estéticas. *Revista Espaço Acadêmico*, 20, 92–101.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 7–41.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021, May 14). *PNAD contínua TIC 2019: Internet chega a 82,7% dos domicílios do país*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais>
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22, 935–952.
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2).
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*, (32), 122–151. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>
- Preciado, P. B. (2008). *Testo yonqui*. Espasa Calpe.
- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. n-1 edições.
- Spink, P. (2013). Análise de documentos de domínio público. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. Cortez.

Spink, M. J. (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Tiburi, M. (2015). *Como conversar com um fascista*. Record.



## CAPÍTULO 13

# PRODUÇÃO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO NAS AÇÕES LEGISLATIVAS DE LONDRINA/PR: ATAQUES À DIVERSIDADE DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Anderson Luis Schuck

Eneida Santiago

Henrique Caetano Nardi

Entre as narrativas dispostas nas redes sociais por lideranças da extrema-direita na cidade de Londrina/PR, registramos os seguintes fragmentos: “*A esquerda quer acabar com as famílias, o papel de mãe e pai*”; “*As paradas LGBT são lugar de promiscuidade*”; “*Conselho Municipal LGBT é politicagem e segregação - ditadura gayzista*”; “*Ninguém quer excluir os trans, mas que criem uma terceira via no esporte*”; “*Não sou contra professores, mas sou contra levar sua ideologia para o filho dos outros*”; “*O carnaval é despesa desnecessária para o município*”; “*Comunismo em Londrina não*”. Frente aos diferentes cenários mobilizados por esses e outros comentários, propomos analisar o campo de produção das ofensivas antigênero nas ações legislativas de Londrina/PR, considerando os desafios para a promoção dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN<sup>17</sup>.

São muitas as linhas que se entrecruzam nas estratégias e táticas discursivas que buscam cercear as pautas/demandas envolvendo a diversidade de gênero e sexualidades e, como exposto nos comentários acima, rejeitam a existência da multiplicidade de arranjos familiares, a pluralidade de ideias e práticas pedagógicas, o entendimento sobre os corpos e suas potencialidades no esporte e demais reivindicações sobre as definições de cidadania e as

---

17 Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não-binários. O símbolo + (mais), representa outras identidades de gênero que não são explicitamente listadas nas letras anteriores.

políticas de Estado. Configuram elementos da trama transnacional que têm articulado setores neoconservadores e interesses neoliberais numa reação aos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ e suas agendas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, mas que igualmente buscam reatualizar a família heterossexual reprodutiva enquanto modelo de cuidado, prevenção de riscos sociais e progresso econômico.

As forças contrárias ao gênero, conforme Judith Butler (2024), têm absorvido uma série de medos e ansiedades, numa fantasia totalizante mobilizada para incitar paixões políticas contra o que supostamente destruiria o sistema-mundo colonial e patriarcal. Esse fantasma funciona para atacar os/as defensores/as da equidade de gênero, acusados de propagar ideologias que poderiam acabar com a família heterossexual e com a pretensa natureza da diferença sexual, ameaçando a pureza das crianças e a própria segurança nacional. Em contrapartida, os estudos e políticas de equidade de gênero, para Flávia Biroli (2019), representam uma diversidade de teorias e práticas que têm buscado analisar como as posições e identidades sexuais se definem em contextos sociais específicos, portanto, não são entendidos como expressões naturais ou desígnios transcendentais (Deus). Deste modo, o reconhecimento e defesa da diversidade e da autonomia - ancorado em conhecimentos produzidos nas experiências de indivíduos e coletivos-, se constituem em dimensões necessárias para a redefinição dos direitos e políticas públicas. Recusar as relações de gênero implica em ignorar a multiplicidade da vida corporificada, o modo diverso como as pessoas se reconhecem e decidem viver suas vidas de forma compartilhada (Butler, 2024), servindo historicamente como justificativa para a restrição de direitos e contribuindo para exposição sistemática aos abusos e violências daqueles/as que cruzam as fronteiras do padrão cisheteronormativo.

Nos últimos anos, acompanhamos a emergência de ações antigênero em diversos países, a exemplo das movimentações contra leis do casamento homossexual na França (2013 e 2016), o fechamento de programas e disciplinas de gênero no ensino superior da Hungria (2018), e as ações do *#Conmishijosnotemetas* (Peru, 2016) que tem defendido a família tradicional e o direito dos pais de educarem seus filhos, contra a inclusão de temas de gênero e orientação sexual na educação. Mais que eventos isolados, se relacionam com a ascensão de lideranças de extrema-direita e a crescente presença de grupos religiosos conservadores e fundamentalistas na política, que buscam redesenhar as fronteiras entre Estado e religião (Biroli, 2019). Para José Manuel

Morán Faúndes (2024), as ofensivas antigênero devem ser pensadas em sua historicidade e continuidade com os movimentos pró-vida e pró-família, que emergem entre os anos de 1970 e 1980 a partir de articulações da Igreja Católica. Tais ofensivas buscam defender a vida desde a concepção, a natureza da heterossexualidade e o casamento reprodutivo, para isso, atuam contra leis voltadas a legalização do aborto e a promoção de métodos contraceptivos. A partir dos anos de 1990, conforme Morán-Faúndes (2024), observa-se a configuração de uma posição reativa destes setores católicos, que se aproximaram do ativismo evangélico, articulando ações contrárias às agendas internacionais dos direitos sexuais e direitos reprodutivos na Organização das Nações Unidas (ONU).

A formação desse movimento ultraconservador se relaciona com a produção do sintagma da “ideologia de gênero” por setores do Vaticano, com acusações de que a propaganda feminista e LGBTQIAPN+ estaria usando os estudos de gênero para subverter as doutrinas da teologia do corpo e a tese da complementariedade entre os sexos (Biroli, 2019), entendimento da união entre o homem e mulher como vocação e visão libertadora da comunhão com os planos de Deus. Mais recentemente, a partir de 2010, as campanhas antigênero assumiram um caráter mais ofensivo, buscando estabelecer polarizações e fundar inimigos políticos, com maior aproximação aos interesses neoliberais (defensores do mercado e da redução de direitos sociais e investimentos públicos), como forma de intensificar as transformações nas realidades locais e propagar a defesa de uma nova ordem social (Morán-Faúndes, 2024).

Sonia Corrêa e Marco Aurélio Máximo Prado (2024) defendem que a transnacionalização deste movimento tem possibilitado a ampliação do trânsito de repertórios e vocabulários em nível global e local. Especificamente na realidade do Brasil, os autores identificam que os canais ultracatólicos, que reforçavam o combate à “ideologia de gênero”, ganharam visibilidade nas disputas para retirada do termo gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (2014). Posteriormente se articularam com o movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater uma suposta doutrinação marxista nas Escolas, e com as forças conservadoras que evocavam a defesa da família no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016 (Biroli, 2019). Nessa direção, em 2019, a eleição de Jair Bolsonaro representou a transposição dessas ofensivas para a gramática de Estado, funcionando como uma caixa de ressonância que tem impactado propostas legislativas e práticas institucionais, principalmente nos campos da educação, direitos humanos,

saúde e segurança pública. Tal movimento segue mobilizando inúmeras ações em uma capilaridade ampliada que tem articulado atores heterogêneos, notadamente religiosos evangélicos, empresários do agronegócio e setores da mídia (Corrêa & Prado, 2024).

Em termos gerais, ressaltamos que as ofensivas antigênero buscam perpetuar experiências regionais da agenda conservadora religiosa pró-vida e pró-família na América Latina, apesar de adotarem dimensões seculares para ampliar os impactos na política e defender a ordem moral que propõem (Morán-Faúndes, 2024). Em consonância com o autor, Corrêa e Prado (2024) entendem que essas agendas não são contra direitos, mas se apropriam de novos vocabulários para produzir uma política semântica, fazendo com que as noções de “defesa da família” e “proteção das infâncias” favoreçam a instalação de um novo paradigma em termos de Direitos Humanos, ou seja, de que a família seria a base da sociedade, anterior ao Estado (contrariando bases históricas sólidas) e um antídoto necessário aos perigos da “ideologia de gênero”. É neste cenário, que as alianças neoliberais e neoconservadoras se unem em uma moral sexual que tem provocado a corrosão da arquitetura democrática dos Estados.

Considerando a noção de transnacionalização das ofensivas antigênero, propomos a construção de um mapa sobre a aderência e movimentação destas forças em contextos micropolíticos, como nas ações legislativas no município de Londrina/PR. Esse olhar localizado permite compreender as estratégias e táticas mobilizadas para ampliar a caixa de ressonância dos ataques à diversidade de gênero e sexualidades. Deste modo, buscamos contribuir com debates e ações de enfrentamento para esse cenário antidemocrático e de restrição de direitos, o qual tem provocado o cerceamento das liberdades e da dignidade de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

## **CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

Para a produção do mapa das ofensivas antigênero em Londrina/PR, nos inspiramos na proposta da genealogia, como uma forma de problematizar como determinados saberes emergem e se transformam, funcionando enquanto elementos das relações de poder, na configuração de determinado campo político e estrutura econômica (Foucault, 2019). A genealogia possibilita analisar os saberes enquanto materialidades, práticas e acontecimentos que asseguram as relações de poder e seus modos de subjetivação (a produção de

si na relação com a norma enquanto conjunto de regras que buscam moldar os sujeitos de acordo com as estratégias biopolíticas). Para Foucault (2019) a genealogia não investiga a história em suas origens e evolução, mas nas suas intensidades, agitações e momentos que não aconteceram, considerando a proveniência (heterogeneidade e dispersão dos acontecimentos) e a emergência de um estado de forças (com seus procedimentos, modos de dominação e possibilidades de contestação). Estes conceitos permitem abarcar as (des) continuidades dos saberes/poderes mobilizados nas ofensivas antigênero, numa correlação de forças que busca tornar possível determinada ideia de realidade, mas que também se relaciona com os saberes desqualificados, que podem entrar em cena para produzir resistências coletivas.

Para configurar as linhas deste mapa das forças, buscamos apresentar como os mecanismos do poder colocam em jogo diferentes estratégias de confronto para fazer funcionar seu exercício e a mobilização de táticas para agir sobre os efeitos e aumentar a produtividade dos discursos. Ainda, a definição de uma perspectiva localizada das ofensivas no contexto de Londrina, se relaciona com a microfísica do poder, de como esses mecanismos assumem formas regionais e concretas, penetrando na vida cotidiana, à medida que se exercem nas práticas sociais e atravessam o corpo dos sujeitos (Foucault, 2019). Por mais que a ideia de que as relações de poder ultrapassam o funcionamento do Estado, entendemos que interrogar as ações legislativas na Câmara de Vereadores de Londrina – PR, se relaciona com a mobilização do aparelho estatal como uma caixa de ressonância das ofensivas antigênero.

Sobre o jogo de discursos, práticas e sujeitos que produzem esse campo no contexto de Londrina, destacamos a importância de pensar a trama das relações cotidianas neste território, que se relacionam com fragmentos da história e cultura local, condições de possibilidade para os acontecimentos. Colasante (2018) ao refletir sobre a formação territorial, cultura e identidade deste município<sup>18</sup>, afirma que o processo de colonização que envolveu a migração de trabalhadores de outros Estados (São Paulo, Minas Gerais e regiões do norte-nordeste brasileiro) e o incentivo de investimento da Inglaterra nas terras roxas (cafeicultura), resultou na progressiva exclusão de povos originários, os indígenas (comunidades indígenas como Guarani e Kaingang) e os caboclos (muitos descendentes de escravizados). Essa territorialização envolveu processos de apropriação política e simbólica, que segundo a autora,

---

18 Londrina se encontra na região norte do Paraná, sendo a cidade com a quarta maior economia e a segunda em número de população no Estado. Foi fundada em 1934, seguindo o planejamento de uma cidade-jardim.

nos últimos anos tem fomentado a intervenção do poder público para a construção de uma identidade territorial europeia, destacando os pioneiros ingleses, em detrimento da contribuição de grupos sociais excluídos. Como efeito, se constituiu uma paisagem sociocultural forjada por hierarquias sociais que se cruzam com a ideologia de uma cidade moderna, que prosperou se utilizando da força produtiva destes excluídos.

É neste cenário, com suas historicidades e contradições, que buscamos analisar os pontos de aplicação do poder das ofensivas antigênero, identificando as estratégias e táticas e possíveis fraturas dessas forças. Para a produção das informações, nos utilizamos de documentos de domínio público<sup>19</sup> disponibilizados no portal oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina (Prefeitura Municipal de Londrina, 2025). Os documentos se configuram como peças de uma formação discursiva, regularidades dos enunciados na trama discursiva que uma sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiros, necessários para um campo político na conformação de práticas sociais e institucionais (Portocarrero, 1994). Dentre as atividades legislativas, estabelecemos a busca a partir de descritores (isolados) que se relacionam com as temáticas do estudo, sendo: gênero; sexualidades; ideologia de gênero; LGBT; LGBTQIAPN+; Escola sem Partido; banheiro unissex; linguagem neutra; direito das mulheres; aborto; direitos sexuais e direitos reprodutivos. Até o mês de julho de 2025, localizamos 35 arquivos (como notícias, atas de reuniões, regulamentos e projetos de lei), dentre os quais optamos por nominar especificamente os Projetos Municipais de Lei (PL), 22. Os demais documentos não considerados nesta discussão, 13, se entrecruzam com a tramitação dos aqui selecionados. Os autores dos projetos também são indicados bem como, sua filiação partidária. Um dos documentos formulados é resultado de audiência pública, ou seja, fruto de reunião da sociedade civil convocada por uma instância pública — no caso, a Câmara Municipal — para debater assuntos considerados do interesse coletivo. Nesse cenário, as demandas colocadas podem vir a constituir propostas para o poder público acolher, no entanto, não há compromisso de execução. Esclarecemos que alguns dos PL após aprovação no poder legislativo, foram sancionados pelo poder executivo vindo a entrarem em vigor, ou seja, tornaram-se leis municipais. Por outro

---

19 O acesso das informações está regulamentado pela Lei 12.527/2011, que estabelece a transparência das atividades do poder público, para garantia da eficiência, combate à corrupção e incentivo à participação social. No caso das Câmaras de Vereadores, deve evidenciar as informações relativas às funções legislativas, a fiscalização das ações do executivo e o debate de assuntos de interesse daquela comunidade local.

lado, não localizamos o número da lei dos projetos que constam como “em vigor” ou “aprovado”.

Tabela 1: Identificação dos Projetos Municipais de Lei (PL) e sua matéria

ANO	AUTORIA/FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DO AUTOR(A)	PROJETO MUNICIPAL DE LEI	SITUAÇÃO
2002	Elza Correia (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB)	Lei 8.812/2002 - Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de orientação sexual.	Norma em vigor (sem outras informações)
2014	Elza Correia (PMDB)	Projeto de Lei 290/2014 - Institui, no calendário de Comemorações Oficiais do Município, o Dia de Luta Contra a Violência Motivada pela Homofobia.	Arquivado (sem outras informações)
2018	Audiência Pública: Filipe Barros (Partido Social Liberal - PSL), Junior Santos Rosa (Partido Social Democrata - PSD), Ailton Nantes (PP), João Martins (PSL), José Roque Neto (Partido Republicano - PR), Vilson Bittencourt (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e Felipe Prochet (PSD)	Emenda à Lei Orgânica nº 3/2017 - proibição do conceito de gênero nas escolas	Suspensa pelo Superior Tribunal Federal (STF) (sem outras informações)
	Jessicão <sup>20</sup> (PP)	PL 001/2021: expressa proibição a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, de uso de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa.	Lei Municipal nº 13.419/2022
	Jessicão (PP)	PL 185/2021: veda publicidade que contenha alusão a Gênero e Orientação sexual, bem como movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças e adolescentes	Lei Municipal nº 13.653/2023
	Jessicão (PP)	PL189/2021: Programa Infância Sem Pornografia, referente ao respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes e em condições de especial fragilidade psicológica	Sem informações
2021	Jessicão (PP)	PL 207/2021: proíbe a participação de atleta cujo gênero seja identificado em contrariedade ao sexo biológico de seu nascimento em equipes e times esportivos e em competições, eventos e disputas esportivas, coletivas ou individuais”.	Aprovado (sem outras informações)
	Jessicão (PP)	PL 240/2021: proibição da instalação, adequação e uso comum de banheiros por pessoas de sexo biológico diferentes em estabelecimentos comerciais, estudantis e órgãos públicos	Lei Municipal nº 13.694/2023
	Lenir de Assis (Partido dos Trabalhadores - PT)	PL 30/2021 - composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos do Controle Social	Aprovado (sem outras informações)
	Mara Boca Aberta (Podemos)	PL 109/2021: combate à pobreza menstrual	Lei Municipal nº 13.355/2022
	Sonia Gimenez (PSB)	PL 130/2021: estabelece como permanente, o Programa Sinal Vermelho.	Lei Municipal nº 13.279/2021

20 Segundo a Câmara Municipal de Londrina (Prefeitura Municipal de Londrina, 2025), “Jessicão” é o nome político da vereadora Jessica Ramos Moreira.

2022	Jessicão (PP)	PL 095/2022: proibição da comercialização de produtos alimentícios em formato de órgãos sexuais humanos em bares, lanchonetes, restaurantes, trailers e similares	Lei Municipal Nº 13.561/2023
	Jessicão (PP)	PL 158/2023: a proibição de participação de crianças e adolescentes na Parada do Orgulho LGBTQIA+	Aprovado (sem outras informações)
2023	Jessicão (PP)	PL Nº198 /2023 - “Projeto Escola sem Segredo” - exercício do direito dos estudantes de efetuar a gravação das aulas.	Aprovado (sem outras informações)
	Santão <sup>21</sup> (PL)	PL Nº 203/2023. assegura aos pais e responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos em atividades pedagógicas sobre gênero no âmbito escolar	Aprovado (sem outras informações)
	Jessicão (PP)	PL 079/2024: proíbe a utilização e a distribuição de livros com conteúdo erótico nas escolas	Lei Municipal n. 13.930/2025
2024	Jessicão (PP)	Lei 13748/24 - obrigatoriedade da rede de saúde em promover orientação e esclarecimentos para gestantes sobre riscos e consequências de procedimento abortivo	Lei Municipal n. 13.748/2024
	Mara Boca Aberta (Partido Republicano da Ordem Social - PROS)	PL nº 183/2024 - assegura às gestantes o direito ao acompanhamento de enfermeira obstetra durante o trabalho de parto, parto e pós-parto	Lei Municipal n. 13.957/2025
	Jessicão (PP)	PL n.º 40/2025 - proibição da execução de músicas impróprias para menores de idade em escolas públicas e eventos destinados a crianças e adolescentes	Interrupção de tramitação (sem maiores informações)
	Michele Thomazinho (PL) e Jéssicão	PL n.º 39/2025: altera lei 13748/2024 e institui campanha permanente em Prol da Vida - conscientização antiaborto	Aprovada Aguarda promulgação
2025	Jessicão (PP)	PL n.º 48/2025: proteção dos direitos das crianças e adolescentes enquanto usuários dos serviços prestados pelas escolas da rede municipal de ensino.	Em tramitação
	Michele Thomazinho (PL)	PL n.º 58/2025: veda uso de vestimentas e/ou acessórios com conotação político ideológica, que façam apologia ao terrorismo, às drogas e que incentivem a sexualização precoce, por docentes e demais profissionais que prestem serviços nas instituições de ensino públicas e privadas	Retirada pela autora (sem maiores informações)

Fonte: Elaboração dos/a autores/a

A análise dos discursos que constituem os documentos revela a intenção de extrair as condições de sua história, seus modos de aparecimento e a articulação com as práticas em que se exercem as relações de poder. Especificamente, buscamos através desse mapa das forças, estabelecer uma genealogia dos confrontos em torno das verdades que são mobilizadas enquanto tentativas de dominação, sujeição e conexões com os sistemas locais (Portocarrero, 1994). A construção desse mosaico de como as peças foram dispostas, implica um trabalho intelectual, que segundo Foucault (2019), não se relaciona com o uso de seu conhecimento a favor de um regime de verdades, mas para fornecer instrumentos de análise dos pontos frágeis e/ou fortes das estratégias e táticas

<sup>21</sup> Segundo a Câmara Municipal de Londrina (Prefeitura Municipal de Londrina, 2025), “Santão” é o nome político do vereador Claudinei Pereira dos Santos.

ligadas aos poderes, ampliando uma pluralidade de questões a um determinado campo político. A multiplicação dos fragmentos genealógicos abre caminhos para inferir sobre os discursos e sujeitos que ficaram às margens, os territórios inexplorados, as mutações e as possibilidades de inversão desses poderes.

## **FORMAÇÃO DO CAMPO DE FORÇAS ANTIGÊNERO EM LONDRIINA**

No entrecruzamento das linhas que compõem os documentos das ações legislativas, fomos montando um mosaico de discursos, sujeitos e acontecimentos que formam o campo das ofensivas antigênero. Para isso, perseguimos o questionamento proposto por Butler (2024, p. 39): “[...] que tipo de fantasma o gênero se tornou e que ansiedade, medos e ódios ele agrega e mobiliza?”. A formulação desta questão perpassa a ideia difundida entre os opositores do gênero de que algo está colocando em risco sua identidade seus modos de vida. Deste modo, para a autora, se propaga a ideologia de preservação do imaginário de uma ordem social, de um passado idealizado com suas hierarquias sociais, raciais e de gênero, que se atualiza na crença fantasmática de um futuro ameaçador a ser combatido. A noção de fantasma se engendra na cruzada contra a diversidade dos modos de habitar o mundo e de viver o gênero e a sexualidades. Reconhecer a impossibilidade da coexistência de realidades diversas, como analisa Rancière (2021), revela a hierarquia do que será visível e dizível em uma determinada comunidade, a partilha do sensível entre quem e o que pode ou não ser dito, com seus jogos de tomada da palavra que define lugares e funções, de quem pode tomar parte e quem não contará nesse ordenamento desigual. Essas provocações nos auxiliam na compreensão dos tempos e espaços que configuram determinado campo de experiências, que nesta escrita consideram o sensível partilhado em torno do gênero e sexualidades e de como o Estado atua na garantia deste ordenamento. Compreendemos que a emergência das discussões sobre estas temáticas nas ações legislativas e o deslocamento de forças, se relacionam com a arquitetura daquilo que uma comunidade considera que deve ser importante, e como os sujeitos vão observar, julgar e decidir sobre elas.

Do que se torna possível mapear no conjunto de documentos de domínio público, destacamos que uma primeira menção envolvendo as dimensões gênero e sexualidades é a notícia do ano de 2010, na qual os vereadores Tito Valle (PMDB) e Lenir de Assis (PT) conferem o diploma de reconhecimento

público para os fundadores da Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (ALIA). Esse momento, também se aproxima da tentativa de aprovação do dia de conscientização sobre a homofobia (PL 290/2014, de autoria de Elza Correia, PMDB) e de reunião chamada pelo vereador Professor Rony (PTB) e promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania, no ano de 2019, que recomendou a criação de conselho municipal LGBTQI+ e a inclusão do nome social em Boletins de Ocorrência, devido subnotificação dos casos de violência. Nesta ocasião, é mencionada a necessidade de atualização da Lei 8.812/2002 que estabelece penalidade aos estabelecimentos que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual.

O aparecimento e a visibilidade pública de demandas relacionadas à população LGBTQIAPN+ na Câmara de Vereadores de Londrina, demarca um momento histórico que se relaciona com as análises de Pecheny e La Dehesa (2011), sobre os desafios em constituir políticas públicas e legislações em torno da sexualidade na América Latina. Conforme os autores, entre os anos 1990, há um panorama internacional favorável para a defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, que contribuiu na atuação de entidades, partidos e movimentos sociais em matérias como aborto, prevenção ao HIV/AIDS e enfrentamento de violências LGBTfóbicas. Contudo, no cenário regional historicamente essas ações colidiram com o conservadorismo religioso, as barreiras estatais e a falta de vontade política que limitaram o avanço dessas agendas. Outrossim, há o predomínio do silêncio normalizar nos espaços legislativos, que ao não colocar em discussão os contornos da democracia sexual, seguem reforçando práticas sociais e institucionais voltadas a ordem familiar heterossexual e reprodutiva (Schuck & Nardi, 2024).

Mesmo que as notícias acima sinalizem maior abertura na revisão de normas e leis relacionadas à democracia sexual, em Londrina, assim como em outros tantos municípios brasileiros, a primeira reação pública contra as políticas de equidade gênero se estabeleceu com a retirada do termo nas discussões do Plano Municipal e Plano Nacional de Educação, entre 2014 e 2015<sup>22</sup>. De forma mais contundente, esse movimento se consolidou com a audiência pública<sup>23</sup> que discutiu a proibição do conceito de gênero nas es-

---

22 Registros destas disputas não foram identificados no portal da Câmara de Vereadores, mas em outros canais de notícias. Mais informações podem ser conferidas em: Globoplay: <https://globoplay.globo.com/v/4259309/>

23 Na ocasião o Conselho Municipal e Secretaria de Educação; o Núcleo Regional de Educação e o Conselho da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Subseção Londrina), entre outros, manifestaram-se contrariamente ao projeto, já o Conselho Municipal de Políticas para a Juventude (Comjuve) e o Conselho de Pastores Evangélicos apresentaram posicionamentos favoráveis à matéria.

colas, enquanto proposta de Emenda 55/2018 à Lei Orgânica nº 3/2017, que em sua justificativa aborda a busca por coibir a doutrinação da ideologia de gênero. Essa proposição foi objeto da ADPF 600<sup>24</sup>, analisada pelo STF, no qual o ministro Luís Carlos Barroso determinou sua suspensão por considerar que o não enfrentamento das questões de gênero nas escolas contribuí para a perpetuação de estigmas e preconceitos, e pelo entendimento de que a norma dispõe sobre diretrizes e bases da educação, matéria de competência da União.

O ano de 2021 representou uma maior movimentação em torno de projetos antigênero, todos de autoria da vereadora Jessião (PP). De forma transversal, compreendem discussões que reiteram definições sobre o sexo biológico como critério de identificação, rejeitando demandas ligadas à autodeterminação de gênero em diversos campos/contextos, notadamente com ataques à transexualidade, a saber: PL 001: proibição da flexão de gênero em instituições de ensino e bancas examinadoras; b) PL 207: proibição de atletas trans em times e competições esportivas; PL 240: proíbe instalação de banheiros unissex. Ainda, essa dimensão tangenciou outros dois projetos, com foco direcionado sobre crianças e adolescentes: PL 185: veda publicidade que contenha alusão a gênero e orientação sexual; PL 189: implementação programa infância sem pornografia. Registra-se, neste mesmo ano, a aprovação de 03 projetos envolvendo os direitos das mulheres, em termos de participação no controle social, enfrentamento da violência e combate à pobreza menstrual.

Entre os anos de 2022 e 2024, os projetos acima listados foram objeto de discussões nas instâncias do legislativo, sendo em sua maioria aprovados e sancionados. Neste período se aprofundam proposições que se fundamentam na proteção das infâncias, com questionamentos a uma suposta imposição ideológica do tema gênero nas escolas, o combate à sexualização precoce e a exposição em ambientes julgados impróprios. Os projetos foram massivamente apresentados por Jessião (PP), sendo: PL 95/2022 (proibição de comércio de produtos em formato de órgãos genitais); PL 158/23 (proibição de crianças e adolescentes em Parada LGBTQIA+); PL 198/2023 (projeto Escola sem Segredo); PL 74/2024 (proíbe livros com conteúdo erótico nas escolas). Além destes, registra-se o projeto do vereador Santão (PL), que reatualiza a iniciativa que buscava assegurar aos pais o impedimento de seus filhos em participar de atividades envolvendo gênero nas escolas (PL 203/2023). Neste período,

---

24 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 600, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pela Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (Anajudh LGBTI).

cabe mencionar a emergência de ações antiaborto (Lei 13748/24 - autoria de Jessião) e que polemizaram o atendimento e acompanhamento de “pessoas que gestam” disposto inicialmente no projeto, para aprovação do entendimento de “mulheres gestantes” (PL 183/2024, de Maria Boca Aberta, PROS).

Por fim, até a escrita deste texto, em agosto de 2025, observamos novamente uma maior apresentação de projetos que, sobremaneira, incidem sobre o ambiente escolar e a atuação pedagógica de professores, assim materializados: PL 40: proíbe execução de músicas impróprias para menores de idade; PL 48: busca proteger crianças e adolescentes enquanto usuários da rede municipal de ensino (ambos de Jessião, PP) e; PL 58 que veda uso de vestimentas e acessórios por docentes que tenha conotação política ou faça apologia ao terrorismo, drogas e sexualização precoce (autoria por Michele Thomazinho, Partido Liberal - PL). As vereadoras citadas, ainda são proponentes de uma campanha de conscientização antiaborto (PL 39).

Das dinâmicas que atravessam esse mapa, demarcamos como a politização reativa aos direitos LGBTQIA+ e feministas (principalmente no caso do aborto) tem ganhado uma identidade política, ampliando a visibilidade de lideranças de extrema-direita e a presença das ideologias antigênero nas práticas legislativas. Demonstam, como a conjugação de uma série de incertezas e medos são produzidos e/ou intensificados para reafirmar os argumentos ideológicos de grupos neoconservadores conforme seus propósitos. Como sinalizam Butler (2024) e Biroli (2019), esses medos se convertem em ódio contra o gênero, que estrategicamente são alimentados em disputas e antagonismos políticos, ganhando maior alcance por seus argumentos autoritários frente à fragilização de regimes democráticos. Nessa direção, é importante ressaltar que o maior número de projetos de lei em Londrina se estabeleceu nos anos de 2021 e 2025, que respectivamente antecipam as disputas eleitorais em cenário nacional e estadual, e que na atualidade tem sido um dos componentes que animam as defesas de lideranças e os projetos destes grupos, supostamente por se utilizarem discursivamente dos enunciados de Deus, Pátria e família.

Essa busca por polarização, se sustenta igualmente na definição de inimigos, notadamente os partidos de esquerda, estudiosos de gênero e sexualidades, defensores de direitos humanos e integrantes de movimentos sociais. No caso do PL 207/2021 (atletas trans), no texto de sua justificativa explicitam-se os “histerismos dos defensores da ideologia de gênero”, caracterizados como “especialistas militantes” que invadem conselhos e associações para fazer

defesas sem comprovação científica, a partir de teorias sem “base na realidade objetiva”, ou seja, que se contrapõem a natureza da diferença sexual. Ainda, provoca-se um deslocamento ao alegar que os “grupos de defesa dos direitos LGBTQIA+” adotam “agressões verbais, intimidações e campanhas difamatórias orquestradas” contra quem “ousa reclamar da presença de competidoras flagrantemente maiores e mais fortes (por serem homens biológicos, ainda que com aparência transformada para estampar traços femininos)”. Sobre isso, Butler (2024) já alertava sobre a tarefa crítica de distinguir quais os males reais e os que dominam a imaginação e fazem da incitação do ódio um negócio.

Neste contexto, é necessário afirmar os diferentes efeitos entre as ações dos movimentos LGBTQIAPN+ e feministas, que lutam por igualdade de gênero e o enfrentamento de desigualdades e violências, de grupos que buscam reafirmar hierarquias e o modelo familiar cisheteronormativo na sociedade e no Estado, recusando outros modos de viver, se relacionar e amar. Portanto, esse movimento das forças não denota apenas oposição, mas fundamentalmente como as ofensivas antigênero têm adquirido um caráter mais produtivo, não apenas com a revogação ou rejeição de leis de proteção contra a discriminação relacionadas à diversidade de gênero e sexualidades, mas de propagar leis com intuito de “proibir” e “vedar”, mantendo segregações e silenciamentos da pluralidade de modos de se identificar, de arranjos familiares, infâncias, práticas educativas, exercícios da cidadania.

Para Morán Faúndes (2024) essa agenda reacionária, por mais que estabeleça laços com o conservadorismo religioso só consegue ganhar força na América Latina devido os processos de precarização neoliberal, que tem reduzido o Estado social, desmantelando direitos sociais e impregnado as lógicas de mercado, além do incremento de isenções fiscais para grandes empresas e do orçamento maior para um policiamento cada vez mais violento. O projeto moral e sexual do neoliberalismo tem reafirmado uma biopolítica de transferência da responsabilidade do desenvolvimento e bem-estar para cada indivíduo e sua família, portanto, busca fortalecer a família conjugal, reprodutiva, monogâmica e heterossexual como unidade que garantiria a autossuficiência dos seus membros, sem onerar o Estado e agravar a inflação. Já para os neoconservadores, o fortalecimento da família se torna o eixo de seu programa político. Mesmo reconhecendo que essa conjuntura extrapola os interesses de interferência religiosa no Estado, e que a própria religião tem-se utilizado de dimensões seculares para impactar a política (Corrêa & Prado, 2024), o caso de Londrina demonstra as complexidades desse cruzamento, ao

se projetar como uma cidade com ideias modernos-capitalistas, mas que nas ações de sua recente Frente Parlamentar Cristã (criada em 2025) não esconde os interesses de redesenho das ações do Estado e da partilha do espaço público conforme os valores tradicionais<sup>25</sup>.

## DOS DISCURSOS E TÁTICAS EM TORNO DO FANTASMA DE GÊNERO

Dentre as condições políticas para emergência das estratégias antigênero, reitera-se que o campo discursivo em torno da noção de ideologia de gênero, alinhado a um campo neoliberal radical e neocolonialista, possibilitou formas de articulação dos diferentes grupos neoconservadores e de mobilização popular (Biroli, 2019). Em Londrina, podemos observar como o sintagma ideologia de gênero está expressamente nomeado em 5 projetos, que buscam proibir a menção à equidade de gênero nas escolas (Audiência Pública, 2018), proibição de atletas trans em competições (PL 207/2021), proibição da linguagem neutra (PL 001/2021), o direito dos pais em vedar participação dos filhos em atividades relacionadas a questões de gênero (PL 203/2023) e vedação de vestimentas e acessórios com conotação ideológica (à esquerda - pois a simbologia associada à extrema-direita seguia permitida pois invocava à nação) (PL 58/2025). A menção ao termo “gênero” perpassa noções sobre a natureza da identidade sexual, a distorção da realidade e produção de caos e apologia à transexualidade, como exemplificado no seguinte trecho do PL 203/2023: “não está baseada em fatos científicos, e a escola ser local para aprendizado com base na ciência e conteúdos necessários para formação profissional e intelectual dos cidadãos, pode a referida ideologia ocasionar confusão mental (...) as crianças não devem ser submetidas à sexualização precoce”

A perspectiva de que as teorias de gênero negam a realidade e não se baseiam em fatos científicos é empregada para reiterar uma concepção biológica de diferença sexual. Sobre este argumento, Butler (2024) analisa que essas concepções buscam se legitimar na afirmação do senso comum sobre a coerência da anatomia do corpo (pênis/vagina) e em sua capacidade repro-

---

25 Como exemplo emblemático, registramos o PL 56/2024 (Jessicão, PP), que pretende vedar a liberação de verbas públicas para contratação ou financiamento de eventos carnavalescos, com justificativa de preservar o meio ambiente e reduzir o volume de lixo e sujeira nas vias públicas, a perturbação do sossego de moradores e a designação destas verbas para outras áreas prioritárias. Finaliza expondo que não se trata de censura, mas de busca por não criar despesas desnecessárias, que podem ser incorporadas pela iniciativa privada.

dutiva, que seguem ignorando as contribuições científicas que demonstram que nossa biologia sempre interage com forças sociais e ambientais, ou seja, o corpo biológico só sobrevive na medida que está vinculado com outras formas de vida e sistemas sociais. Nesse sentido, não se nega o sexo, mas o questionamento do determinismo biológico e da complementariedade entre os sexos como lei natural, desconsiderando a diversidade da vida corporificada, de como alguém vive o próprio corpo e se relaciona com outras pessoas.

Para reafirmar o ideal binário masculino/feminino, percebemos as táticas de associar a diversidade corporal e de identidades como confusão, desvio e incoerência a ser corrigida ou eliminada por subverterem o “sexo biológico”. Esses argumentos são fortemente enunciados no PL (240/2021) sobre banheiros, quando se alega que “o município precisa respeitar anatomia masculina e feminina (...) banheiro sem gênero é pauta política, gera desconforto, dissemina doenças”. E para amplificar esse argumento, nas justificativas de diversos projetos de lei são desqualificadas as teorias e autores/as do campo crítico e de gênero e sexualidades, lidos como esquerdistas, a exemplo de: Judith Butler, Simone de Beauvoir, Jean Paul Sartre, Albert Kinsey, autores da Escola de Frankfurt, entre outros. Em contrapartida, no PL sobre atletas trans, se utilizam de notícias de portais como Revista Gazeta e Revista Oeste, que apresenta posicionamentos de profissionais, entidades científicas internacionais e ex-atletas, para reiterar as alegações dos perigos da ideologia de gênero<sup>26</sup>.

As manobras desses questionamentos buscam operar entre contradições e deslocamentos, acusando os defensores do gênero de ideologia e imposições, mas projetando as próprias estratégias e táticas que buscam combater. Conforme Butler (2024) a desconfiança em relação aos procedimentos acadêmicos trata de uma recusa ao debate público, preferindo inversões e polemizações, não se dispondo a uma leitura crítica que possa contrariar os valores que defendem. Nas palavras de Éric Fassin (2023), para os grupos neoconservadores, os ativistas LGBTQIAPN+ e feministas fabricam linguagens que colocam em xeque a natureza da diferença sexual, e frente ao ressentimento das atuais pressões contra os privilégios sexuais e raciais, se reafirmam ao censurar o

---

26 São citados: Akemi Shiba, psiquiatra que vai contra determinações sobre Conselho Federal de Medicina sobre a transexualidade; Acácio Miranda, advogado, que questiona a manipulação dos estudos de gênero e o impacto nas crianças; Lucetta Scaraffia historiadora italiana e feminista que supostamente defende o uso da ideologia de gênero; JK Rowling, autora de Harry Potter, que fez críticas aos militantes da “causa transgênero”; o advogado desportivo Marcelo Franklin que reflete sobre as contradições das normas do Comitê Olímpico Internacional (COI) para participação de atletas trans, principalmente das desvantagens em competições femininas.

debate sobre outras visibilidades e autodeterminação. Até mesmo as entidades que buscam reconhecer a diversidade e proteger contra discriminações se tornam alvos desses ataques, como observado em relação às normativas do (COI) e de entidade de classe, como o Conselho Federal de Medicina, e na desconsideração de pareceres de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal.

Frente à complexidade deste cenário, o discurso sobre a natureza sexual tem se articulado principalmente com a noção de proteção das crianças e adolescentes, significativamente empregada nas proposições legislativas em Londrina. São exemplos as alegações de: necessidade de proteger o “psicológico” das crianças (PL 001/2021); o cérebro imaturo das crianças pode sofrer influências da sociedade e da mídia (youtubers) para a transexualidade (PL 207/2021); as propagandas trazem desconforto emocional e afetam a formação da personalidade e aceitação social (PL 185/2021); a erotização precoce pode levar à violação da dignidade e estupro de mulheres e crianças (PL 189/202); necessidade de preservação da excentricidade de empreendedores que comercializam comida erótica (PL 95/2022); as crianças não podem participar de Paradas LGBT por se tratar de ambiente impróprio (nudez, bebida alcoólica e intolerância religiosa); os livros com conteúdo erótico (PL 079/2024) e músicas impróprias (PL 40/2025) aceleram a sexualização infantil.

A despeito do conteúdo das proposições, consideramos inicialmente a importância de iniciativas legislativas que possam ampliar as ações do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Lei Federal 8.069/90), no que se refere à proteção integral e enfrentamento das violências. No entanto, como disposto nos projetos citados, frequentemente estas pautas são associadas à ideologia de gênero, em que o “fantasma” produzido se apoia em pânico morais que acentuam a vulnerabilidade infantil por supostamente gerar confusão sobre a “natureza” e os desígnios de Deus. Reforça-se, com isso, um alarmismo social (principalmente entre familiares e educadores) sobre possíveis mudanças corporais e destruição da inocência, a desconstrução do papel de pai e mãe, modismos de mudança da orientação sexual, incentivo à pedofilia, entre outros (Mattos & Cavalheiro, 2020). De modo mais incisivo, se explicita o pânico da “epidemia de transexualidade”, como analisa Fassin (2023), que provoca a reafirmação da identidade sexual cisheteronormativa, como símbolo de defesa dos valores familiares e da identidade nacional. Outro elemento que se articula ao discurso de proteção das infâncias, envolve o direito dos pais na educação moral dos filhos, o “direito dos pais em decidir” (como evidenciado nos PL

189/2021; 198/2023; 203/2023; 079/2024; 048/2025). Sobre essa estratégia e suas táticas, Correia e Prado (2024) discorrem sobre como o campo das ofensivas antigênero tem fomentado políticas públicas de fortalecimento familiar, buscando legitimar a tutela dos genitores para exercer a disciplina e proteger os filhos dos riscos ideológicos na sociedade, notadamente no ambiente escolar. A produção da ideia de que as crianças estão sendo ameaçadas incitam políticas pautadas em ideologias familistas como solução, e indiretamente retiram a responsabilidade do Estado na proteção social.

E quem além das pessoas LGBTQIAPN+ e feministas estariam ameaçando as crianças? Seguindo as estratégias de produção de inimigos e as táticas pautadas em ataques agressivos, o contexto da educação tem sido o maior palco destas agitações, provocando movimentos de cerceamento do respeito à pluralidade de ideias e de formação cidadã, com perseguições e denúncias aos professores, em especial quem trabalha com gênero e sexualidades. Menciona-se: a doutrinação de professores que extrapolam os conteúdos didáticos (Audiência Pública, 2018), a necessidade acabar com o segredo e gravar possíveis atos ilícitos (PL 198/2023), a introdução de conteúdos adultos confunde a percepção sobre sexualidade (PL 079/2024), inclusive no uso de vestimentas e acessórios (PL 58/2025), e em síntese como aborda o PL 189/2021, o despreparo dos professores expõe as crianças a conteúdos eróticos, sendo exemplo de violação: “a ministração de aulas a crianças sobre atos preparatórios a relação sexual, como colocar o preservativo. É uma violação à dignidade da criança prepará-la ou estimulá-la a uma atividade (relação sexual) que a lei proíbe praticar”. Deste modo, o medo do contágio da diversidade sexual, da relação sexual de qualquer sexualidade e de gênero, tem servido de falso pretexto para alegar a liberdade e direito de discriminação (pela família e na política), que como efeito, não reconhecem a presença da sexualidade no cotidiano da escola, o tensionamento sobre normas sexuais nas brincadeiras infantis, e a importância da mediação do professor para produção de conhecimento sobre diversas realidades sociais e no enfrentamento das violências sexuais que ocorrem sobretudo no âmbito privado, na família.

Um último ponto a ser considerado, dentro das ações legislativas que se entrecruzam com as ofensivas antigênero, compreende os deslocamentos envolvendo os direitos e políticas públicas para as mulheres. Interessante a menção da promoção da igualdade e enfrentamento das violências (política) de gênero, nas notícias das ações da Procuradoria Especial da Mulher e nos projetos de lei sobre participação das mulheres em espaços de controle social

(PL 30/221), de combate à pobreza menstrual (PL 109/2021) e implementação do programa Sinal Vermelho, para prevenir violências e feminicídios no contexto da pandemia de Covid-19 (PL 130/2021). Indiretamente, estas propostas tangenciam as ações dos movimentos feministas e as deliberações da Plataforma de Pequim (1995) e Agenda 2030 da ONU (2015), em matéria de promoção de direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos e empoderamento das mulheres. Contudo, nos anos de 2024 e 2025, se intensificaram ataques contra aparatos constitucionais relacionados ao aborto, desconsiderando informações sobre saúde da mulher, acesso ao aborto legal e descriminalização, como expresso na Lei 13.478/2024 e PL 39/2025, que pretendem fomentar campanhas pró-vida, antiaborto, favoráveis ao direito do nascituro. Como observam Schuck e Nardi (2024), esse período se relaciona com o julgamento da ADPF 442<sup>27</sup>, sendo massivamente incorporados nas ações dos municípios como uma tentativa de ataques ao STF e ao governo federal, e demonstram como o movimento neoconservador quer impactar o Estado para seguir definindo os limites sobre os corpos e liberdades das mulheres (Butler, 2024).

Para tentar concluir esta escrita, na expectativa de seguir com diálogo e reflexões sobre os desdobramentos das ofensivas antigênero, nos questionamos: e o que acontecerá com os/as excluídos/as do projeto moderno-conservador de Londrina? Sobre isso, retomamos Rancière (2021) para pensar os regimes de tomada da palavra que buscam reatualizar imaginários e ordenamentos desiguais, em que uma parcela de sujeitos, não considerados nas hierarquias sociais, devem se submeter ou desaparecer. Neste sentido, com a polemização dos danos dessa partilha do sensível, estes sujeitos poderiam aparecer em cena para reivindicar o alargamento da experiência democrática. Entretanto, no trabalho entre os documentos das atividades legislativas, percebemos os desafios nas condições para resistência, seja de reação aos projetos de lei e ideologias antigênero, como na formulação de políticas para promoção de direitos numa perspectiva de igualdade de gênero e sexualidades. Ainda, nas táticas de Jéssicão, que se identifica como mulher lésbica para atacar o movimento LGBTQIAPN+ e feminista, nota-se a tentativa de homogeneização e segregação de outras possibilidades de vida corporificada, e sobretudo, demonstra o desafio do trabalho crítico em garantir direitos para populações

---

27 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 442, proposta pelo PSOL, prevê a alteração dos art. 124 e 126 do Código Penal, para excluir do seu âmbito de incidência a interrupção da gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras 12 semanas.

em contextos ainda mais vulneráveis, como o caso das pessoas trans. Eis os horizontes de nossos desafios acadêmicos e políticos.

## REFERÊNCIAS

- Biroli, F. (2019). A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*, 23(65), 76-87.
- Butler, J. (2024). *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo Editorial.
- Colasante, T. (2018). Memória invisível: a identidade territorial dos “esquecidos” em Londrina. *Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e Semana Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Londrina*, 1, 1158-1174. <https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/482>
- Corrêa, S., & Prado, M. A. M. (2024). A “ideologia familista” nas ofensivas contra gênero na educação: conexões conservadoras transnacionais. *Educação & Sociedade*, 45, e275372. <https://www.scielo.br/j/es/a/8zjhNDMDXMYtsfP9cBc7Wzf/?format=html&lang=pt>
- Fassin, É. (2023). An epidemic of transphobia on French turf. *DiGeSt-Journal of Diversity and Gender Studies*, 10(2). <https://www.digest.ugent.be/article/id/90002/>
- Foucault, M. (2019). *Microfísica do poder* (10a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mattos, A. R., & Cavalheiro, R. (2020). Da proteção à instrução: mobilizações práticas discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. *Childhood & Philosophy*, 16.
- Morán Faúndes, J. M. (2024). Conservador, fundamentalista o antigênero?: Conceptualizando al movimiento “provida/profamilia. *Revista Estudos Feministas*, 32(2).
- Pecheny, M., & De la Dehesa, R. (2011). Sexualidades y políticas en América Latina: un esbozo para la discusión. Em *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos* (pp. 31-79). Rio de Janeiro: ABIA.
- Portocarrero, V. (Org.). (1994). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Prefeitura Municipal de Londrina. (2025). *Câmara Municipal de Londrina*. <https://www.cml.pr.gov.br/>
- Rancière, J. (2021). *O método da cena*. Belo Horizonte: Quixote Do Editoras Associadas.
- Schuck, A. L., & Nardi, H. C. N. (2024). *Entre tramas, metamorfozes e insubmissões na produção da política sexual no oeste catarinense: leituras micropolíticas das ofensivas antigênero em cenários (neo)conservadores* [Tese de Doutorado]. UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/285425?locale-attribute=es>

# ORGANIZADORES

## Raphael Edson Dutra

Psicólogo clínico, com atuação em atendimento particular desde 2016. Desenvolve, como uma de suas frentes de trabalho, o acolhimento e o acompanhamento de membros da comunidade LGBTQIAPN+ nos processos de descoberta, afirmação da identidade sexual e nos desdobramentos dessas experiências nas relações interpessoais e na constituição da subjetividade. É autor de artigos científicos e de capítulos de livros dedicados à temática da saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+, com ênfase no enfrentamento dos efeitos do preconceito. Atua como pesquisador, é mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e, atualmente, doutorando em Psicologia pela mesma instituição.

## Lucas Barbosa Namur

Psicólogo (CRP 08/28523) e mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista CAPES. Especialista em Ações Terapêuticas para Situações de Luto (PUC-SP). Pós-graduando em Psicologia em Emergências e Desastres (Unyleya). Diretor do Guardachuva Psicologia, Tanatologia e Psicoterapia do Luto. Coordenador do Comitê de Avaliação Psicológica da Associação Brasileira Multiprofissional sobre o Luto (ABMLuto).

## Vanessa Jesus Riga

Psicóloga formada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL, sua pesquisa investiga as relações entre corpo, dança e subjetividades. Hoje atua como psicóloga-clínica, pesquisadora e dançarina.

## Henry Derwood Mills

Psicólogo-clínico, pesquisador, mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), cursando também especialização em Psicoterapia de Família e Casal pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e é membro da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família (ABPCF). Atua em consultório clínico particular e em projetos de pesquisa e extensão da UEL, com foco no estudo, prática e supervisão da clínica com casais e famílias.

## Maíra Bonafé Sei

Psicóloga (CRP 06/69177 - IS/PR 281), Especialização em Arteterapia e em Psicoterapias na Infância, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Psicologia pelo IP-USP, Professora Associada do Departamento de Psicologia e Psicanálise e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL. Membro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família desde 2006. Membro da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família desde 2017.

# AUTORES

## Anderson Luis Schuck

Formação em psicologia pela Universidade Regional do Oeste de Santa Catarina (Unochapecó), mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor substituto no Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atua com temas sobre gênero e sexualidades, política sexual, (neo)conservadorismo, políticas públicas e direitos humanos.

## Andressa Chrischner Ferrari

Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestrado em Análise do Comportamento também pela UEL. Docente de graduação em Psicologia na UniFil. Docente de pós-graduação na CENSU-PEG. Docente convidada na pós-graduação da PUCPR. Coordenadora do Projeto Cores. Atuação clínica com pessoas com desenvolvimento atípico. Estudos em práticas culturais e minorias sexuais e de gênero.

## Camila Muchon de Melo

Psicóloga pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Mestre (2004) e Doutora (2008) em Filosofia pela UFSCar, com estágio sanduíche na University of South Australia (2007), sob a orientação do Dr. Bernard Guerin. Realizou Pós-doutorado no INCT- ECCE, na UFSCar, sob supervisão do Dr. Júlio de Rose (2009-2011) e Pós- Doutorado (2022-2023) no Cultural Selection and Behavioral Economics Lab da Oslo Metropolitan University, sob a supervisão da Dra. Ingunn Sandaker e do Dr. Kalliu Couto. Foi editora associada da Acta Comportamentalia (2015-2019), mantendo-se como editora associada especial; e desde 2016 da Revista Brasileira de Análise do Comportamento/REBAC. É integrante do corpo editorial da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, Behavior and Social Issues e da Perspective on Behavioral Science. Professora do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da UEL desde 2012 no qual foi

coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento (2019-2021), sendo professora permanente do programa desde 2013. Desde 2018 é membro do Think Tank on Culturo-Behavior Science. É coordenadora do GT 86/Pesquisa Teórica em Análise do Comportamento junto à Anpepp. Desde 2024 é membro do conselho dos planejadores do Behaviorists For Social Responsibility, grupo de interesse especial junto à ABAI (Association for Behavior Analysis International). No ensino, na extensão e na pesquisa atua principalmente nas áreas de: Epistemologia e Fundamentos do Comportamentalismo Radical e na Culturo-Behavioral Science.

### Carolina Serrati Moreno

Psicóloga e Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (CECH-UFSCar). Foi bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) com a pesquisa “Expressões de Resiliência Oculta em Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual”. Atualmente é pesquisadora do Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Clínica, Subjetividade e Sociedade (GEPECS - UFSCar-CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Corpos, Tecnologia e Saúde (CORTES-USP). Suas principais linhas de pesquisa e atuação são: (a) Gênero, sexualidade e relações geracionais; (b) Psicologia social e saúde da população LGBTQIA+; (c) Família, luto e cuidado; (d) Medicalização e saúde reprodutiva.

### Davidson Monteiro

Graduado no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, com ênfase em Saúde, Enfermidade e Cuidado. Médico pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Mestrando em Saúde, Ambiente e Biodiversidade pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Biodiversidade (PPG-SAB/UFSB). Atuou como diretor científico da Liga Acadêmica de Cultura e Identidade Surda: Habilidades Comunicativas Médicas e do projeto de pesquisa “Mapeamento da Comunidade LGBTQIA+ do Extremo Sul da Bahia”. Desenvolve pesquisas e ações voltadas à saúde da comunidade surda usuária de Libras como primeira língua, com ênfase no direito à saúde, acesso aos serviços, educação, informação e comunicação em saúde e promoção da qualidade de vida. Também realiza estudos relacionados à saúde da popula-

ção negra e de outras minorias negligenciadas no âmbito da saúde pública. Possui interesse nas áreas de Saúde Pública e Saúde Coletiva, com foco em humanização do cuidado, promoção, educação e comunicação em saúde direcionadas à população negra, comunidade surda e comunidade LGBTQIA+.

### **Eduardo Name Risk**

Psicólogo e Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da Universidade de São Paulo (USP), Mestre e Doutor em Ciências (Área - Psicologia) (FFCLRP-USP), estágio de Pós-Doutorado realizado no Departamento de Psicologia (FFCLRP-USP). Atualmente é Servidor Público Federal, Professor Adjunto do Departamento de Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* São Carlos-SP, Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (CECH-UFSCar), Líder do GEPECS - Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Clínica, Subjetividade e Sociedade (UFSCar-CNPq). Suas principais linhas de pesquisa e atuação são: (a) Sociabilidade digital e subjetivação; (b) Psicanálise, relações de gênero e sexualidade; (c) Família, sociabilidade e gerações; (d) Ética e editoração científica.

### **Eneida Santiago**

Psicóloga (Unesp - Assis), Antropóloga (UEL), Mestre em Psicologia e Sociedade, Doutora em Saúde Coletiva (Unesp - Assis). Atualmente é Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no Departamento de Psicologia Social e Institucional. É docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia (PPGPSI-UEL), orientando estudantes de mestrado e doutorado. Além disso, é Avaliadora Institucional do INEP - Ministério da Educação (MEC). Desenvolve pesquisas na área de Saúde Mental e Coletiva, Estudos de Gênero, Processo de Subjetivação e Instituições Totais, Políticas Públicas e Gestão da Vida.

### **Fábio Henrique Baia**

Graduado em Psicologia pela PUCMinas. Mestre e Doutor em Ciências do Comportamento pela Universidade de Brasília. Realizou estágio pós-dou-

toral em Psicologia Experimental na USP. É professor titular da Faculdade de Psicologia da Universidade de Rio Verde, onde é coordenador do Laboratório de Psicologia Experimental (LAPEX-UniRV) e do Serviço de Atendimento Comportamental Intensivo (SACI-UniRV). É ex-presidente da Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ACBr). Atualmente é editor-chefe da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTC). É membro do Grupo de pesquisas Health, Learning and Psychometrics (HELP). Universidade de Rio Verde (UniRV)

### **Fernando Santana de Paiva**

Professor do Departamento de Psicologia da UFJF. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Sujeitos, Política e Direitos Humanos (NUPSID). Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

### **Gustavo Fernandes Costa**

Graduada em psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp/Assis. Atualmente é psicóloga residente do programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Preto (SP). Áreas de atuação: psicologia, saúde coletiva, atenção primária. Interesse nos temas: gênero, envelhecimento, saúde coletiva, transfeminismo.

### **Henrique Caetano Nardi**

Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós Doutorado na EHESS de Paris (2008). Atualmente é Professor Titular, Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) do Instituto de Psicologia da UFRGS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível B.

## Jose Valdeci Grigoletto Netto

Psicólogo (CRP 08/24556) e professor universitário. Doutorando em Psicologia (FCL-Unesp, Assis/SP), com bolsa CAPES. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2023). Dentre as especializações, destaca-se: Especialista em Ações Terapêuticas para Situações de Luto (LELu–PUC/SP, 2023) e em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial (UniCesumar, 2018). É membro da Associação Brasileira Multiprofissional sobre o Luto - ABMLuto, integrando o comitê Identidades e Lutos e da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio - ABEPS.

## Kaio Cesar Pacheco

Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), na linha de pesquisa Psicologia Social e Processos Institucionais (2021–2023), e doutorando em Psicologia na Unesp de Assis. Possui experiência profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na área de saúde mental e em atendimento clínico. Atualmente, exerce a docência na Universidade Positivo – Campus Londrina e coordena o curso de Psicologia da FACCAR, em Rolândia (PR). Também atua como colaborador voluntário do CRP-PR, sendo coordenador da Comissão de Estudantes e membro da Comissão de Ética (COE). Tem interesse em pesquisas sobre processos de subjetivação na contemporaneidade, incluindo as questões LGBTQIA+, mídias e tecnologias digitais.

## Lucas Peretti

Doutorando no programa Translational Biology, Medicine and Health (TBMH) da Virginia Tech e graduado em Psicologia pela Universidade de Rio Verde (UniRV). Interesses acadêmicos incluem pesquisa translacional e temas de saúde pública relacionados à equidade em saúde.

## Lumina Castanharo da Silva

Psicóloga (CRP 06/221440), graduada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) entre 2020 e 2024. Atualmente, é

mestranda em Psicologia pela UNESP, vinculada à linha de pesquisa Processos Psicossociais e de Subjetivação na Contemporaneidade (2025–), desenvolvendo estudos voltados às experiências subjetivas e aos atravessamentos sociais que marcam diferentes modos de existência. Além da formação acadêmica, atua como facilitadora no Programa de Especialização em Processos Didático-Pedagógicos para Cursos na Modalidade EaD da Univesp (a partir de 2026), contribuindo para a qualificação de práticas formativas no ensino a distância. Sua pesquisa atual investiga a construção da identidade trans em pessoas em fase de pré ou início de transição e suas correlações com o suicídio no estado de São Paulo. Seus principais interesses de estudo e atuação concentram-se nas temáticas do suicídio, da população trans, da comunidade LGBTQIAPN+, da autolesão e da depressão, com ênfase em uma abordagem sensível às dimensões psicossociais, éticas e políticas do cuidado.

### **Mariane Leal Faleiros**

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestre em análise do comportamento aplicada pelo instituto par. Atua como psicóloga clínica e treinadora de habilidades da terapia comportamental dialéctica (DBT).

### **Mariele Rodrigues Correa**

Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Docente nos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Unesp, campus de Assis. Nas áreas de ensino, pesquisa e extensão atua nos seguintes temas: envelhecimento humano, finitude e subjetividade, luto, suicídio e cuidados paliativos.

### **Matheus Henrique Carvalho**

Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. Atualmente, atuou como estagiário em uma clínica com foco em estudos de gênero, Psicologia e educação, experiência que tem contribuído de forma significativa para minha formação clínica e crítica. Além disso, sou monitor da disciplina de Psicodiagnóstico, o que tem aprofundado meu contato com processos avaliativos e com a articulação

entre teoria e prática na formação em Psicologia. Também participo como extensionista do projeto ECOSOL, voltado à economia solidária e às suas especificidades, ampliando minha compreensão sobre trabalho, coletividade e produção de cuidado em contextos sociais diversos. Tenho grande interesse pela abordagem psicanalítica e desejo construir uma pesquisa que investigue as dinâmicas familiares e seus reflexos na saúde mental da população brasileira, considerando os atravessamentos sociais, históricos e subjetivos que constituem essas experiências.

### Paulo Vitor Palma Navasconi

Psicólogo (CRP 06/212488). Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Psicologia Social. Mestre e Doutor em Subjetividade e práticas sociais na contemporaneidade pela Universidade Estadual de Maringá. Professor Assistente Doutor no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP Assis) e Professor credenciado no Programa de Pós-graduação em Psicologia (UNESP-Assis). Coordenador do NUPE (Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão) - Campus Assis - Sp. É consultor técnico do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (Desmad) no Ministério de Saúde. Autor do Livro: Vida, Adoecimento e Suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros LGBTQTTIs publicado no ano de 2019. Organizador do Livro (Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriépistêmicos junto com Luana Lima publicado no ano de 2022 pela editora EDFUBA. Vencedor da 9a. edição do Prêmio da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Prêmio ABEU) na categoria Melhor Livro das Ciências Humanas (2023). Recebeu o Prêmio Anual de Direitos Humanos edição Cleia Cunha Oliveira do CRP-PR (2022). Atualmente, dedica-se aos estudos relacionados à raça, gênero, violência contra a população negra, história da Psicologia e comportamento suicida.

### Rebeca Valadão Bussinger/

Possui graduação, mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Realizou estágio pós-doutoral em Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo. É professora da Universidade Federal do Sul da Bahia desde 2018. Atua no Programa de Pós-Graduação

em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB/UFES). Integra o GT de “Psicologia, política e sexualidades” da ANPEPP e é vice-presidente/regional do Nordeste da Associação Brasileira de Psicologia Política. Tem interesse nos seguintes temas: gêneros, sexualidades, ensino e suas interseccionalidades, políticas públicas.

### Sara Regina Alves dos Santos

Médica formada pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), com atuação em Medicina da Família e Comunidade, Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Urgência e Emergência. Durante a graduação desenvolveu atividades práticas em diferentes serviços, incluindo o Hospital Municipal de Teixeira de Freitas (HMTF), Unidade de Pronto Atendimento (UPA/24 horas), Hospital Municipal Sagrada Família e Hospital Estadual Costa das Baleias.

### Tailande Venceslau Carneiro

Médica pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), bacharela em Saúde e mestre em Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Biodiversidade (PPGSAB/UFSB). Defendeu dissertação intitulada: Distribuição temporal e espacial da incidência da malária e seus fatores epidemiológicos e ambientais na Bahia, 2007–2023: estudo ecológico, com ênfase em epidemiologia, análise espaço-temporal e vigilância em saúde. Possui experiência em pesquisa científica na área da saúde coletiva, com atuação voltada à análise de indicadores epidemiológicos, determinantes ambientais e políticas públicas de saúde, além de interesse em clínica médica, doenças infecciosas e saúde da mulher.

### Thainã Eloá Silva Dionísio

Homem trans preto, é formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2018 e Mestre em Análise do Comportamento (2021) pela mesma instituição. Tem experiência como psicólogo educacional na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), e já atuou como professor com plataformas de ensino lato sensu em psicologia. Também já foi colaborador do Núcleo

Transcentrado (2024 - 2025) e da Comissão de Ética do CRP 8 (2024), assim como foi coordenador do Núcleo de Diversidade de Gênero e Sexualidades do mesmo CRP (2020 - 2023). Atualmente trabalha principalmente como psicólogo comportamental clínico e palestrante.

### Thaislla Vitoriano

Graduada em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias (2022) e graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Possui interesse acadêmico direcionado à Psicologia Social e Comunitária, aos Processos Cognitivos e à Neuropsicologia.”

### Yanca Isadora de Almeida Nogueira

Graduanda de Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Sujeitos, Políticas e Direitos Humanos (NUPSID).

Este livro foi organizado como uma ação coletiva que busca reivindicar nosso lugar enquanto sujeitos de direito, pesquisadores e integrantes da comunidade LGB-TQIAPN+ que investigam e produzem conhecimentos voltados ao próprio grupo, ao mesmo tempo em que estabelecem pontes para o fortalecimento dos sujeitos e o enfrentamento à obscuridade, à ignorância, à insensibilidade e às tentativas perversas de controle e aniquilamento. Nosso estudo, de modo geral, nasceu de uma ação compartilhada entre pesquisadores, especialmente discentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UEL (PPGPSI-UEL), após a realização de um evento que elevou a temática ao debate acadêmico. Destaca-se, ainda, a colaboração de diferentes programas de pós-graduação no Brasil, situados nos estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, o que reforça o caráter coletivo, interinstitucional e plural desta obra.